

Antônio Fernandes Júnior
Bruno Franceschini
Sarah Carime Braga Santana



Análise do discurso na contemporaneidade

cartografias discursivas



Análise do discurso na contemporaneidade

cartografias discursivas

Conselho Editorial

Ana Cristina Teixeira Bonecker
UFRJ - Univ. Federal do Rio de Janeiro

Assed Naked Haddad
UFRJ - Univ. Federal do Rio de Janeiro

Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha
UFU - Univ. Federal de Uberlândia

Carlos Alberto Lopes
*ISPA - Instituto Universitário de Ciências
Psicológicas, Sociais e da Vida (Portugal)*

Claudia Costa Bonecker
UEM - Univ. Estadual de Maringá

Ilana Zalcborg Renault
INCA - Instituto Nacional de Câncer

Isabel Andrade
*ENSP/UNL - Escola Nacional de Saúde Pública
da Univ. Nova de Lisboa (Portugal)*

Karl Schurster Veríssimo de Sousa Leão
UPE - Univ. de Pernambuco

Magali Christe Cammarota
UFRJ - Univ. Federal do Rio de Janeiro

Manuel José Brandão Sá
P.PORTO - Politécnico do Porto (Portugal)

Maria Madalena G. Rosário Carvalho
UaB - Univer. Aberta de Lisboa (Portugal)

Nuno Henriques
UCP - Univer. Católica do Porto (Portugal)

Sérgio Luiz Costa Bonecker
UFRJ - Univ. Federal do Rio de Janeiro

Antônio Fernandes Júnior
Bruno Franceschini
Sarah Carime Braga Santana

Análise do discurso na contemporaneidade

cartografias discursivas



Rio de Janeiro, 2019

EDITORA BONECKER

Editora Bonecker Ltda

Rio de Janeiro

1ª Edição

Março de 2019

e-ISBN: 978-85-7077-032-5

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem prévia autorização do autor e da Editora Bonecker.

Projeto Gráfico e capa: Filipe Chagas

Revisão: Ana Paula A. Santos

A532 Análise do discurso na contemporaneidade: cartografias discursivas [recurso eletrônico] / Organizadores Antônio Fernandes Júnior, Bruno Franceschini, Sarah Carime Braga Santana – Rio de Janeiro (RJ): Bonecker, 2019.

306 p. : 16 x 23 cm

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7077-032-5

1. Análise do Discurso. 2. Michel Foucault. 3. Cartografia discursiva. 4. Subjetividade. 5. Relações de poder. I. Título.

CDD 469.8

Sumário

| | |
|--|----|
| DISCURSIVIDADES CONTEMPORÂNEAS: UMA INTRODUÇÃO..... | 9 |
| “EU SOU LADRÃO E VACILÃO”: CAPTURA DE SI E DO OUTRO EM TEMPOS DE REDES SOCIAIS DIGITAIS Aldenor da Silva Pimentel | 17 |
| ADULTIZAÇÃO E EROTIZAÇÃO DA CRIANÇA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE COMENTÁRIOS NAS MÍDIAS SOCIAIS Amanda Soares Mantovani e Delcides Silvério Neto | 29 |
| MÍDIA RACISTA? EFEITOS DE SENTIDO PRODUZIDOS PELOS TÍTULOS DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS A RESPEITO DE CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS COMETIDOS POR PESSOAS NEGRAS E BRANCAS NO BRASIL Amanda Pereira de Sousa Franco e Yure Viana da Silva | 45 |
| O NOVO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DO DISCURSO DA LEI Nº 13.415/2017 A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT Amarildo Inácio dos Santos | 59 |
| REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OS DISCURSOS ATUAIS DE VIOLÊNCIA COMO MANTENEDORES DA ORDEM Cecília Rodrigues Ribeiro e Camila Dias | 77 |
| OS DISCURSOS POSSÍVEIS EM ENUNCIADOS DAS REVISTAS ISTOÉ (2010) E ÉPOCA (2011) SOBRE DILMA ROUSSEFF Gabriella Cristina Vaz Camargo | 87 |

| | |
|---|-----|
| O DISCURSO POLÍTICO ELEITORAL NA CAMPANHA DE 2014: FACEBOOK COMO CONFESSONÁRIO VIRTUAL E/OU ARENA DE LUTAS Geovana Chiari | 101 |
| DANÇARINO DO DESERTO E A RESISTÊNCIA ATRAVÉS DO CORPO Giovanna Diniz dos Santos | 119 |
| O CORPO DO ASSASSINO EM SÉRIE EM EVIDÊNCIA: DISCURSO DO FASCÍNIO E PRÁTICAS NA MÍDIA BRASILEIRA Glauca Vaz | 131 |
| O SUJEITO E A CIDADE: O RAP ENQUANTO EXTERIORIZAÇÃO DE SUBJETIVIDADES Jheny Iordany Felipe de Lima | 143 |
| DE FERRAMENTA EM FERRAMENTA A VIDA SE FAZ VIDA: DISCURSO E SUJEITO EM A OBRIGAÇÃO DA INQUIETUDE Júlio César Albuquerque da Rocha e Antônio Fernandes Júnior | 161 |
| DISPOSITIVOS DE CONTROLE POLÍTICO: UM ENSAIO SOBRE A DEPOSIÇÃO DE DILMA Karol Natasha Lourenço Castanheira e Vinícius Fernandes Ormelesi | 183 |
| ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA E VIDA ARTÍSTICA EM “ROADS OF DESTINY”, DE O. HENRY Marco Antonio Arantes | 199 |
| O DISCURSO DE ÓDIO SOB O VIÉS PECHEUTIANO: INTERDISCURSIVIDADE E EFEITOS DE SENTIDO Maximiano Antonio Pereira | 215 |

| | |
|---|-----|
| DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DO SUJEITO “JULIANO VP” EM ABUSADO DE CACO BARCELLOS Martha Tereza Santos Silva | 231 |
| PERSPECTIVA; ENTRE O BALCÃO DE MANET E MAGRITTE Paulo Ferreira de Carvalho Neto | 241 |
| DISCURSO E ENSINO: UMA ANÁLISE ACERCA DO DISCURSO GOVERNAMENTAL EM RELAÇÃO ÀS REFORMAS DO ENSINO MÉDIO Rafaela Rodrigues Fernandes | 249 |
| EXISTE PELEUMOLIA? UMA ANÁLISE DE DISCURSOS RELATIVOS À LÍNGUA PORTUGUESA NAS MÍDIAS SOCIAIS Raquel Costa Guimarães Nascimento | 261 |
| PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE Sarah Carime Braga Santana | 277 |
| O DISCURSO DE MERITOCRACIA E AS RELAÇÕES DE PODER EM 3% Tainá Camila dos Santos e Bruno Franceschini | 291 |

Discursividades contemporâneas: Uma introdução

Antônio Fernandes Júnior

Bruno Franceschini

João Paulo Ayub

Sarah Carime Braga Santana

O I Seminário realizado pelo Laboratório de Estudos Foucaultianos de Goiás (LEF-GO) – “Cartografias do Contemporâneo: vontades de verdade e processos de subjetivação a partir de Michel Foucault”, durante os dias 27 a 29 de novembro de 2017, na Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, contou com a presença de pesquisadores do campo de estudos em Análise do Discurso oriundos de Grupos de Pesquisas sediados em diferentes universidades brasileiras. A diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas que orientaram os trabalhos apresentados durante o encontro foi acompanhada pela presença não menos significativa de um rico corpus discursivo submetido à análise, o que pode ser verificado nesta coletânea de capítulos reunidos em formato digital. Nesse sentido, *Análise do discurso na contemporaneidade: cartografias discursivas* tem a virtude de realizar um dos grandes potenciais deste campo de pesquisas acadêmicas, qual seja, a capacidade analítica singular de perscrutar diferentes campos do saber, práticas políticas/discursivas e regimes de saber/poder que atuam na produção de subjetividades.

A presença do pensador Michel Foucault na maior parte dos textos é marcante. Verifica-se, como um registro da inspiração foucaultiana ao longo dos capítulos do livro, um viés analítico que articula a investigação da relação entre discurso, saber e poder à proliferação das práticas discursivas associadas à produção de subjetividades na contemporaneidade. Sob tal inspiração, o ato de cartografar os discursos enquanto um modo de análise discursiva enseja uma infinidade de possibilidades analíticas. Os autores aqui reunidos levam a fundo tal proposta na medida em que se propõem analisar, sob distintos recortes discursivos, as redes e mídias

sociais; a investigação do cinema e da literatura com foco na produção/fabricação dos corpos e subjetividades; o mapeamento do ensino, da violência e dos discursos investidos nos mais diversos regimes de relações de poder; a produção discursiva em torno da deposição da presidenta Dilma Rousseff, assim como a própria constituição dos discursos eleitorais via mídia e redes sociais etc.

Este e-book, através de seus dezoito capítulos, organizados por ordem alfabética de acordo com o nome de cada autor, propõe uma ampla discussão acerca de temas como política, artes, sociedade, cultura, entre outros, tendo como foco e ponto de encontro conceitos e teorias ligadas à Análise do Discurso (doravante AD). Os textos adotam perspectivas, em sua maioria, vinculadas ao pensamento de Michel Foucault, mas dentre os capítulos se explora também algumas concepções bakhtinianas e pecheutianas ligadas aos estudos discursivos.

Abriendo a coletânea, temos o texto de Aldenor da Silva Pimentel, intitulado “‘eu sou ladrão e vacilão’: captura de si e do outro em tempos de redes sociais digitais”, que coloca em discussão os discursos sobre o caso do adolescente, suspeito de tentativa de furto de uma bicicleta em São Bernardo do Campo (SP), no ano de 2017. Esse sujeito, ao ser capturado, foi tatuado na testa com o enunciado ‘Eu sou ladrão e vacilão’. Para análise desse acontecimento, o autor recorre aos conceitos de sujeito, identidade, vontade de verdade e panoptismo, que se inserem na perspectiva foucaultiana de Análise de Discurso, e demonstra como os discursos proferidos sobre o caso promovem práticas divisoras, estabelecendo a oposição entre “cidadãos de bem” *versus* bandidos, dentre outros enunciados destacados ao longo do texto.

No segundo capítulo, intitulado “Adultização e erotização da criança: uma análise discursiva de comentários nas mídias sociais”, os autores Amanda Soares Mantovani e Delcídes Silvério Neto analisam vinte e quatro comentários de mídias sociais sobre o episódio que envolveu a atriz e apresentadora Maisa Silva, a partir dos quais se discute sobre a presença de discursos erótico-sensuais associados à apresentadores mirins em programas de TVs. O *corpus* constitui-se de comentários tanto negativos quanto positivos associados à atriz. No artigo, os autores utilizam-se dos conceitos de sujeito, efeitos de sentido, condições de produção e interdiscurso, com o objetivo de problematizar o espaço das redes sociais como um lugar de conflitos e disputas discursivas.

O texto seguinte, intitulado “Mídia Racista? Efeitos de sentido produzidos pelos títulos de matérias jornalísticas a respeito de crimes de tráfico de drogas cometidos por pessoas negras e brancas no Brasil”, de autoria de Amanda Pereira de Sousa Franco e Yure Viana da Silva, tem como objeto os discursos presentes em matérias jornalísticas sobre crimes ligados ao tráfico de drogas cometidos por pessoas negras e brancas, e busca analisar como o sujeito discursivo, ao enunciar, apresenta posicionamentos ideológicos diferentes quando se refere às pessoas brancas e ricas e quando se refere às pessoas negras e pobres.

O texto de Amarildo Inácio dos Santos, intitulado “O novo Ensino Médio: Análise do discurso da lei nº 13.415/2017 a partir de Michel Foucault”, problematiza os discursos implícitos contidos no texto da Lei nº 13.415/2017, oriunda da Medida Provisória 746 de 2016 que implementa o Novo Ensino Médio, que corroboram com a produção de subjetividades na escola, levando em consideração o contexto histórico que possibilitou a criação dos discursos expressos na referida lei.

Motivadas pela discussão atual acerca de uma dualidade entre um conservadorismo extremo e o repúdio ao neoliberalismo econômico de outro, Cecília Rodrigues Ribeiro e Camila Dias refletem, no quinto capítulo deste livro, sobre os discursos atuais de ordenamento da sociedade para além do paradigma político, no sentido de entender a governamentalidade e a manutenção do poder numa dada racionalidade histórica. Para tanto, no artigo intitulado “Reflexão crítica sobre os discursos atuais de violência como mantenedores da ordem”, as autoras apoiam-se nas reflexões da analítica do poder, propostas por Michel Foucault, com o objetivo de discutir sobre o discurso generalizante voltado para as práticas punitivas contemporâneas, pautadas na manutenção do poder de punição aceito, sem questionamentos, pela maioria da população.

No sexto capítulo, intitulado “Os discursos possíveis em enunciados das revistas *Istoé* (2010) e *Época* (2011) sobre Dilma Rousseff”, Gabriella Cristina Vaz Camargo propõe discussões sobre os discursos machistas presentes na capa da revista *Istoé*, publicada em maio de 2010, e da revista *Época*, com publicação datada em maio de 2011, nos quais se coloca em pauta informações pessoais referentes à candidata à presidência Dilma Rousseff. A partir deste material se desenvolve a análise dos enunciados verbais e visuais, cujo tom machista recai sobre a figura de Dilma Rousseff.

No sétimo capítulo deste livro, Geovana Chiari analisa as condições de emergência de dizeres agressivos em redes sociais. O artigo, intitulado “O discurso político eleitoral na campanha de 2014: Facebook como confessionário virtual e/ou arena de lutas”, tece reflexões sobre as mudanças das formas de dizer e fazer política vinculadas à campanha supracitada, e analisa elementos que propiciaram o aparecimento de determinados níveis e formas do dizer agressivos na atualidade, refletindo sobre as condições de produção desses discursos de ódio no debate político contemporâneo.

O artigo “Dançarino do deserto e a resistência através do corpo” compõe o oitavo capítulo deste *e-book* e se propõe a analisar a dança como prática discursiva, observando as relações estabelecidas entre o sujeito que dança e o uso político do corpo, contrapondo-se a um regime de controle, movido pelo governo iraniano que determina a dança como uma prática proibida. Tais embates são retratados no filme *Dançarino do Deserto* (2014), a partir do qual a autora aciona os conceitos de discurso, dizer-verdadeiro e *parresia*, abordados nas obras foucaultianas, para a leitura dos discursos de censura e resistência no filme citado.

Para o nono texto apresentado neste livro, Gláucia Vaz propõe interpretar o movimento de aceitação a temas ligados a “assassinos em série”, que atualmente vem conquistando cada vez mais o público como atividade de entretenimento. No artigo “O corpo do assassino em série em evidência: discurso do fascínio e práticas na mídia brasileira”, a autora procura “um mapa das relações de força que definem práticas e formam sistematicamente um regime de enunciados que constituem historicamente o fascínio como discurso, ou seja, em seu aspecto de prática que integra determinados dispositivos e aciona a subjetivação dos sujeitos”. Para tanto, apoia-se na perspectiva arqueogenealógica foucaultiana e utiliza como *corpus*, para este capítulo, a fotografia jornalística de três reportagens de jornais digitais sobre o caso “*Serial Killer* de Goiânia”, publicadas no ano de 2014.

Jheny Iordany Felipe de Lima, autora do décimo capítulo, partindo das noções da Análise de Discurso de linha francesa, mais precisamente, foucaultiana, investiga os efeitos de sentido que surgem dos discursos que compõem a letra de música do *rapper* Criolo, *Casa de Papel*. No artigo intitulado “O sujeito e a cidade: o rap enquanto exteriorização de subjetividades”, a autora aciona os conceitos de biopolítica e disciplinarização dos corpos para problematizar os processos de verti-

calização do espaço urbano e os processos de exclusão decorrentes desse processo, o qual expulsa a classe baixa dos grandes centros urbanos.

Através da teoria enunciativa proposta por Michel Foucault, Júlio César Albuquerque da Rocha e Antônio Fernandes Junior, analisam as funções enunciativas da palavra “ferramenta” em um conjunto de poemas da obra *A obrigação da inquietude*, de Braz José Coelho (2010). No artigo “De ferramenta em ferramenta a vida se faz vida: discurso e sujeito em a *Obrigação da Inquietude*”, os autores descrevem as ocorrências de “ferramenta” para análise das regularidades discursivas que esses enunciados possibilitam nos diferentes poemas em que aparecem. “Cada ocorrência do enunciado *ferramenta* se caracteriza pelo tipo de prática que o sujeito tem com este objeto e o tipo de atividade desenvolvida, sempre em uma dimensão positiva, pois as ferramentas não são meros objetos, elas estão conectadas com sujeito e o sujeito com elas. Nessa interrelação, a vida se cria e reinventa, demonstrando quais discursos estão em jogo e que efeitos de sentidos esses enunciados produzem”.

No capítulo doze, intitulado “Dispositivos de controle político: um ensaio sobre a deposição de Dilma”, os autores, Karol Natasha Lourenço Castanheira e Vinícius Fernandes Ormelesi, se apropriam da abordagem da genealogia do poder, proposta por Foucault, como um respaldo teórico-metodológico de análise capaz de contribuir para a interpretação da operacionalização das condições históricas de possibilidade que se dão entre o sujeito político e o contexto histórico, levando em consideração que, “historicamente, a condição de sujeito político foi sendo alterada a partir de dispositivos de controle capazes de definir quem poderia atuar como político”. Nesse sentido, os autores refletem sobre os dispositivos de controle que interferiram no processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.

O artigo “Estética da existência e vida artística em “Roads of Destiny”, de O. Henry”, de autoria de Marco Antonio Arantes, pautado na noção de estética da existência, desenvolvida por Foucault, explora os processos de subjetivação e a elaboração da ética de si no conto “Roads of Destiny” (1909), do escritor norte-americano O. Henry (1862-1910). “A obra escolhida problematiza a relação tempestuosa e conflitante entre o homem e a arte. Esse é o ponto de partida do artigo, que aproxima o conto aos estudos realizados por Michel Foucault sobre as artes da existência, ou estética da existência”.

Maximiano Antonio Pereira analisa, sob o viés pecheutiano da Análise do Discurso de linha francesa, o discurso de ódio nas redes sociais, com o intuito de identificar os interdiscursos que os constituem e os efeitos de sentido produzidos a partir de determinadas publicações em redes sociais. No artigo, “O discurso de ódio sob o viés pecheutiano: interdiscursividade e efeitos de sentido”, o autor seleciona o corpus da pesquisa a partir do projeto “Mulher, negra e famosa: uma análise do discurso racista em posts publicados no Facebook” e “Sexo, sexualidade e gênero na nova escola/ Nova Escola: dos discursos e efeitos de sentido produzidos em comentários de leitores”. Nesses projetos, dos quais resultou este estudo, recolheu-se comentários coletados em perfis do Facebook, cujos discursos são direcionados contra as minorias, mais especificamente, “posicionamentos contrários ao debate sobre gênero e sexualidade no âmbito escolar e, também, aos ataques racistas sofridos pela jornalista Maria Júlia Coutinho e pela atriz Taís Araújo, ressaltando que todas as recorrências de posicionamentos contrários se basearam no ódio”.

Martha Tereza Santos Silva, no capítulo intitulado “Discurso e argumentação: um olhar sobre a representatividade do sujeito *Juliano vp* em *Abusado*, de Caco Barcellos”, analisa enunciados de dois acontecimentos importantes na favela Santa Marta, descritos no livro-reportagem “Abusado: o dono do morro Dona Marta” (2004) do jornalista Caco Barcellos, que serve como *corpus* para este estudo. Para tanto, aciona os conceitos de discurso, formação discursiva, relações de poder, subjetividade e condições de produção, vinculados à AD.

No décimo sexto capítulo, Paulo Ferreira de Carvalho Neto, de forma mais ensaística, traz a análise de duas obras, *O balcão*, de Manet e *Perspectiva II – O balcão de Manet*, de Magritte, que juntas tendem a fornecer uma nova perspectiva quanto aos vários significados que uma obra de arte possa ter, com o intuito de problematizar as relações entre discurso e arte.

O capítulo que o sucede, intitulado “Discurso e ensino: uma análise acerca do discurso governamental em relação às reformas do ensino médio”, analisa uma propaganda desenvolvida e veiculada pelo Ministério da Educação do Governo Federal acerca da reforma do Ensino Médio. Para a realização deste estudo, Rafaela Rodrigues Fernandes discute esse material a partir dos conceitos de sujeito, condições de produção e interdiscurso que dialogam de forma produtiva com o material escolhido para análise. O objetivo central do texto é discutir sobre quais discursos,

relativos ao ensino, estão em jogo nos vídeos da propaganda indicada como material de análise.

Raquel Costa Guimarães Nascimento, no artigo “Existe peleumolia? uma análise de discursos relativos à língua portuguesa nas mídias sociais”, aciona os conceitos de discurso, sujeito e ideologia, próprios do campo da Análise do Discurso de linha francesa, para problematização de postagens e comentários de redes sociais acerca da língua português falada no Brasil, com o objetivo de observar quais discursos sobre a língua circulam nas redes e quais efeitos de sentido são produzidos a partir desses comentários.

O décimo nono capítulo, intitulado “Processos de subjetivação na representação da mulher na sociedade”, de autoria de Sarah Braga Carime, analisa dois enunciados, oriundos de publicações diferentes, cujos discursos direcionam-se às mulheres. O primeiro foi retirado da revista *Housekeeping Monthly* (1955) e tem o título *The Good Wife's Guide*; o segundo, que constitui uma das matérias do blog Papo de homem, é intitulado *Este guia de 2016 dá 18 dicas para mulheres serem “boas esposas”*. No artigo, a autora demonstra que o segundo enunciado surge como uma espécie de resposta ao primeiro e, para a análise desse material, aciona os conceitos de enunciado, discurso, sujeito e subjetivação, vinculados à Análise do Discurso de linha francesa foucaultiana. Junto a esse arcabouço teórico, a autora aciona outros conceitos, oriundos dos estudos feministas, para leitura do *corpus* selecionado.

O último capítulo, de autoria de Tainá Camila dos Santos e Bruno Franceschini, apresenta como *corpus* de análise recortes de sequências enunciativas extraídas da série brasileira *3%* (Netflix, Brasil, 2016), com o objetivo de analisar, do ponto de vista foucaultiano, os discursos sobre meritocracia presentes no seriado. No artigo “O discurso de meritocracia e as relações de poder em 3%”, os autores selecionam as regularidades discursivas sobre o tema indicado e refletem sobre as relações de poder na constituição destes discursos.

Os temas, as perspectivas de análise e os recortes discursivos trabalhados em cada capítulo da coletânea *Análise do discurso na contemporaneidade: cartografias discursivas* realizam, ainda, um certo modo de investigação que consiste em fazer das teorias do campo da Análise do Discurso “instrumentos” de análise ou, como queria o próprio Michel Foucault quando se referia à sua produção intelectual, “caixas de ferramentas” destinadas a conduzir a problematização das mais variadas

práticas de poder, produção de saberes e regimes de subjetivação. A Análise do Discurso, solo comum das diferentes abordagens aqui apresentadas, ganha mais um interessante conjunto de possibilidades, o que faz destes trabalhos uma bela e surpreendente “caixa de ferramentas”. Por acreditarmos ser esta publicação um passo importante para o desenvolvimento de novas perspectivas de análise, desdobrando-se em futuras pesquisas, temos o prazer de apresentar mais um dos frutos do I Seminário do Laboratório de Estudos Foucaultianos de Goiás.

“Eu sou ladrão e vacilão”: Captura de si e do outro em tempos de redes sociais digitais¹

*Aldenor da Silva Pimentel*²

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de subjetivação no caso em que um adolescente, suspeito de tentar furtar uma bicicleta, em São Bernardo do Campo (SP), em junho de 2017, teve, como forma de punição extralegal, a própria testa tatuada com os dizeres “Eu sou ladrão e vacilão” e a respectiva sessão de tortura gravada em vídeo e compartilhada nas redes sociais digitais.

Para a referida análise, recorreremos aos conceitos de subjetivação e de identidade, a partir de autores como Michel Foucault e Kathryn Woodward. A fundamentação teórico-metodológica da pesquisa é a Análise de Discurso de linha francesa. Serão analisados os dois vídeos caseiros, produzidos pelos acusados da tortura, que registram o processo de tatuamento.

1. O CASO

No dia 9 de junho de 2017, após ser acusado de furtar a bicicleta de um homem com deficiência, o adolescente R. R. da Silva, de 17 anos, teve, como forma

¹ Este artigo foi elaborado em 2017 como trabalho final da disciplina “Análise do Discurso”, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia. A disciplina teve como objetivos: apresentar a Análise do Discurso como uma teoria sobre o sentido; refletir sobre sua relação com a Linguística, a História e a Psicanálise; apresentar um percurso histórico desse campo disciplinar; apresentar noções relevantes para a disciplina, tais como a de condições de produção, discurso, interdiscurso, sujeito, formação discursiva, memória, etc.

² Doutorando em Comunicação pela Unisinos. E-mail: aldenor_pimentel@yahoo.com.br.

de punição extralegal, a testa tatuada com os dizeres “Eu sou ladrão e vacilão” e a respectiva sessão de tortura gravada em vídeo de celular e compartilhada nas redes sociais digitais. No mesmo dia foram presos o tatuador profissional que praticou a tortura e o vizinho que filmou o ato.

No vídeo, o adolescente é obrigado a dizer que quer a testa tatuada com a palavra “ladrão” e que estava “roubando uma bicicleta de uma cara que não tem perna e trabalha no farol [semáforo]”. Ouve-se ainda o tatuador e o vizinho xingarem o adolescente e zombarem dele.

O caso ganhou repercussão em veículos de comunicação tradicionais brasileiros e de outros países, como Portugal, Romênia, Finlândia, Austrália, Singapura, Nova Zelândia, Estados Unidos, Índia e Inglaterra. Posteriormente, o adolescente negou a acusação de tentativa de furto e tornou-se público o fato de que o homem responsável pela gravação em vídeo já havia cumprido pena por roubo.

2. IMAGEM, SOM E FÚRIA

O primeiro vídeo do presente *corpus* tem um minuto e dez segundos, e o segundo, um minuto e vinte quatro segundos. Em ambos, foram considerados para a análise o som, as imagens e a articulação desses elementos na construção de efeitos de sentido.

O primeiro vídeo é feito de cima para baixo (câmera alta). No início, o adolescente é enquadrado do nariz até a cintura. Ao fundo, veem-se paredes e portas brancas, que parecem ser de um lugar simples. Com o balançar da câmera, vê-se o olhar daquele na direção do tatuador, e, por segundos, para a câmera. A expressão nos olhos do adolescente é de constrangimento. À direita, no vídeo, vê-se, em um primeiro momento, o fio da máquina de tatuar e parte do braço do tatuador. Com o movimento de câmera, passa-se a ver as mãos deste: a direita, com luva, segura a máquina de tatuagem; a esquerda segura um papel (provavelmente, uma toalha de papel), tem uma corrente prateada e apoia a cabeça daquele. Ambos os braços do tatuador têm diversas tatuagens profissionais. Ouve-se: “Tatuador: Fica quieto, hein, mano! (pau-sa) Isso vai ser muito bom, isso... e vai doer. (risos). Vai doer! (cantarolando).”

Neste momento, a câmera enquadra o adolescente em plano americano (do peito para cima). Quando faz perguntas a este, o tatuador, segurando-o pelos ca-

belos, faz com que ele olhe para a câmera. O adolescente suspira, como que deixando escapular um princípio de choro que se esforça para segurar. Seguem-se as seguintes falas:

Vizinho: Na testa, ainda?

Tatuador: Olha pra câmera ali. O quê que você quer fazer hoje? Uma tatuagem? É?

Adolescente: É.

Vizinho: O quê que você que escreva aí?

Tatuador: Escrito o quê? Fala aí.

Adolescente: Ladrão.

Tatuador: Ah?

Adolescente: Ladrão.

Tatuador: Não, não é só ladrão. O quê que você quer que escreve (sic)?

Adolescente: Ladrão.

Tatuador: Só isso?

Adolescente: É.

Vizinho: Ladrão, não, mano. Você quer que escreve (sic) como?

Tatuador: Você quer a frase, a frase, não é? O quê que você é?

Adolescente: Ladrão.

Tatuador: É? (pausa) Então, vai.

Vizinho: Você entrou aqui pra fazer o quê?

Vizinho: Fica quieto, hein. (pausa) “Eu...” Deixa eu ver... se saiu. (risos)

Ouve-se o barulho da máquina de tatuar e se vê no rosto do garoto expressão de dor. Uma vez que, na maior parte do tempo, a mão esquerda do tatuador fica de fora do quadro, tal recorte dificulta perceber a estratégia dele de manipular a cabeça do adolescente, segurando-o pelos cabelos. Tal estratégia fica evidente ao fim do primeiro vídeo, quando o tatuador, após fazer um primeiro traço e enxugar a testa do adolescente com a toalha de papel, com a mão no cabelo do outro, força-o a mostrar o rosto para a câmera. Em todo o vídeo não se vê – nem total nem parcialmente – a tatuagem na testa do garoto.

O segundo vídeo começa em ângulo normal, somente um pouco abaixo da altura dos olhos do adolescente. De início, a testa dele não aparece. Seguem-se as falas:

Tatuador: Seguinte, não mostra a testa ainda, não. Olha aqui pra câmera...
Olha pra câmera, aqui. Fica quietinho, paradinho. Isso. Fala aí. Fala: você veio fazer uma tatuagem, né?

Adolescente: Vim.

Tatuador: Veio fazer uma tatuagem?

Adolescente: Vim.

Tatuador: Gostou da tatuagem?

Adolescente: Gostei.

Tatuador: Gostou, né? Legal. O quê que você estava fazendo aqui?

Adolescente: Roubando.

Tatuador: Roubando. Certo. Roubando o quê? Trabalhador?

Adolescente: Uma bicicleta.

Tatuador: É? Mas de quem? Dum cara que não tem perna. Fala, fala comigo.

Repete.

Adolescente: De um cara que não tem perna.

Vizinho: Um aleijado.

Tatuador: É? Olha pra câmera. Um cara que o quê?

Adolescente: Um cara que não tem perna.

Vizinho: Um aleijado.

Tatuador: E o quê que ele faz?

Adolescente: Ele trabalha no farol.

Tatuador: Ele trabalha no farol. Por quê? Pra não fazer o quê?

Adolescente: Pra não roubar.

Tatuador: Entendi.

Vizinho: Vai te f..., vacilão!

O enquadramento vai das sobrancelhas ao peito do adolescente. O olhar do adolescente direciona-se, de forma alternada, várias vezes, em curto espaço de tempo, ora para a câmera, ora para o tatuador, que parece segurar o celular. O garoto faz expressões de quem parece querer conter o choro. Em seguida, a tatuagem é revelada em plano fechado (*close*) e ângulo câmera alta.

Tatuador: (risos). Vamos mostrar sua tatuagem, agora?

Adolescente: (balança a cabeça positivamente).

Tatuador: Ó que beleza. Vamos mostrar sua tatuagem.

Adolescente: Tá seco, já?

Tatuador: O pessoal vai... Segura o cabelo, aí.

Adolescente: Tá seco?

Tatuador: Segura, põe o cabelo pra trás. Isso. Ó lá. Ó a tatuagem dele, ó. “Eu sou...” Fica quieto aí, c... “Eu sou...” O quê que tá... O quê que é?

Adolescente: Ladrão.

Tatuador: Eu o quê?

Adolescente: Sou ladrão.

Tatuador: E vacilão! (pausa) Gostou da tatuagem?

Adolescente: (balança a cabeça positivamente).

Tatuador: Ó a tatuagem nova do garoto aí, ó. Pra vocês seus ladrão (sic) filho da p...! Vocês merecem morrer, velho! (pausa) Aí, o cara chegou aqui na maior boa vontade... Aí que legal: nós fez (sic) uma *tattoo* pro mano, aí. Ele quis...

O segundo vídeo parece ser filmado pelo tatuador, uma vez que, inversamente ao que se percebe no primeiro, a voz dele está mais alta que a do seu vizinho, que parece estar mais distante da câmera.

3. OS DITOS (E NÃO DITOS) SOBRE O OUTRO E O EU

Na amostra, evidencia-se a construção do outro como “ladrão” e “vacilão” por meio do verbal, presente na fala e na tatuagem. Da mesma forma, por meio da fala, constrói-se como “trabalhador”, “cara que não tem perna” e “aleijado” aquele por quem os autores do vídeo assumem empatia.

Como consequência, têm-se dois grupos: o primeiro, do adolescente; o segundo, do trabalhador cuja bicicleta estaria sendo “roubada”. Subentende-se que ao se solidarizarem com este, e contra aquele, o tatuador e o vizinho inscrevem-se no segundo grupo. Ao primeiro pertenceriam, além do adolescente, os ladrões a quem o vídeo também é dirigido, aqueles os quais o tatuador defende que “merecem morrer”.

3.1. Saber audiovisual

Mais do que punir e registrar tal prática, os autores dos vídeos, ao fazê-lo, demonstram domínio da técnica audiovisual. Usam enquadramentos que destacam e identificam o indivíduo “ladrão” (plano americano e *close*) e que o colocam em lugar de subalternidade (câmera alta). A própria escolha do cenário converge com as estratégias anteriores: diante de um fundo simples, pouco chamativo, a visão do espectador é voltada predominantemente ao personagem.

Além disso, há uma estrutura narrativa, construída pelo suspense, cujo clímax é a revelação da tatuagem. A divisão em dois vídeos, dois atos, é marcada também por dois tempos: o antes e o depois da inscrição na pele, eclipse que omite a exibição explícita da cena que seria a mais forte do registro: o instante do tatuamento.

Inicia-se o primeiro vídeo com a apresentação do personagem (vilão) e do conflito (furto que merece punição sumária). A apresentação dá-se no tempo presente, em cena de impacto (início da tatuagem), que gera expectativa, mediante o anúncio de que será feito o tatuamento com a palavra “ladrão”. Todavia, como já dito, a inscrição na pele não é mostrada de início.

No segundo vídeo, há uma narrativa retrospectiva, que corresponderia no cinema a um *flashback*, por meio do diálogo entre o tatuador e o adolescente, sobre o motivo da tatuagem. Tem-se aí a confissão do crime.

Em seguida, vem o clímax, com a tatuagem mostrada e lida pelo perpetrador da punição e operador do registro audiovisual naquele momento. Por fim, este verbaliza a “moral da história”, dirigindo-se aos ladrões, que segundo ele, “merecem morrer”.

A escolha da forma de contar a história foi pela narrativa participativa, em que a presença da equipe do audiovisual não é omitida. Pelo contrário, evidencia-se a interferência da presença desses indivíduos no que é registrado. Mais do que vozes ao fundo, eles são atores que protagonizam a história contada (justiçamento).

Cada vídeo é um plano-sequência (gravação seguida de cenas sem interrupção e edição), de cujo nível da apresentação das imagens é a câmera subjetiva, que simula o olhar de um personagem. Em ambos os vídeos, o ponto de vista é daquele que filma: no primeiro, do vizinho; no segundo, do tatuador. O protagonista da história é o tatuador, que se presentifica por meio de seus braços e voz. Assume o arquétipo de herói que luta contra o vilão (adolescente “ladrão”).

4. SUJEITO, IDENTIDADE E VERDADE

Marcada pela diferença, a identidade é relacional. Na presente amostra, vê-se o tatuador, aquele que trabalha com produção de tatuagens, se construir como sujeito trabalhador, não criminoso, a partir de um outro, aquele que rouba e não trabalha. Essa marcação da diferença ocorreria tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social (cf. WOODWARD, 2003).

Este trabalho considera o tatuador e o vizinho como o mesmo sujeito. Ou melhor, entende, a partir do arcabouço teórico da Análise do Discurso, que ambos ocupam a mesma posição-sujeito, a mesma função, nos termos de Foucault (2007), ainda que sejam indivíduos diferentes.

Ao inscrever de modo permanente na testa deste o enunciado “Eu sou ladrão e vacilão”, o sujeito da punição assume sua visão essencialista de identidade. Para ele, o adolescente é ladrão e vacilão, e o será para todo o sempre, o que fica claro na escolha pelo verbo “ser”, que indica estado permanente. Para tal entendimento, não se trata de uma prática que pode ou não se repetir, mas de uma essência criminosa, imutável, portanto. Não negociável, nem transitória.

A inscrição na testa funcionaria como uma marcação simbólica, tal qual a bandeira em relação a um país. “A identidade está vinculada *também* a condições *sociais e materiais*. Se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens econômicas.” (WOODWARD, 2003, p. 14. Grifo da autora)

Segundo Kathryn Woodward, o social e o simbólico se referem a dois processos diferentes, mas ambos são necessários para a construção e manutenção das identidades. Nas relações sociais – argumenta a autora –, essas formas de diferença (a simbólica e a social) são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios.

“Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a toda as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles (por exemplo, servos e croatas); eu/outro.” (WOODWARD, 2003, p. 40. Grifo da autora). Tais categorias seriam produtos de sistemas culturais de classificação cujo objetivo é a criação da ordem.

Em *O sujeito e o poder* (1948), Foucault declara que o objetivo de seu trabalho nos últimos vinte anos foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais,

em nossa cultura, os seres humanos se tornaram sujeitos. O filósofo francês enumera três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos. Entre eles estariam as “práticas divisoras”, em que o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Foucault dá como exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os “bons meninos”.

Para esta análise, interessa particularmente esse modo de objetivação que transforma os seres humanos em sujeitos. Para Fernandes (2012, p. 59), “Interessa ao analista do discurso refletir sobre como essas relações tão complexas integram os discursos, asseveram a constituição do sujeito discursivo e apontam para as construções identitárias próprias aos sujeitos”.

A lei é a verdade que separa o permitido e o proibido e, conseqüentemente, o bandido e o “homem de bem”. A exclusão (separação/rejeição) e a vontade de verdade são dois procedimentos externos de controle e delimitação do discurso elencados por Foucault (1999), que têm por função conjurar os poderes e perigos da produção discursiva, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

O adolescente, no presente corpus, é chamado a dizer sua verdade de “criminoso” e de quem “deseja” como punição que se escreva em sua testa a palavra “ladrão”. Nenhuma outra verdade tem lugar. Não está em jogo o direito da legítima defesa e do contraditório, mas a produção da verdade.

O discurso do criminoso não circula como o dos outros, do mesmo como com o louco: “pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância”, como descreve Foucault (1999, p. 10-11). Segundo o filósofo, a palavra do louco, excluída ou secretamente investida pela razão, no sentido estrito, não existia.

Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação; mas não era nunca recolhidas nem escutadas. Jamais, antes do fim do século XVIII, um médico teve a ideia de saber o que era dito (como era dito, por que era dito) nessa palavra que, contudo fazia diferença. Todo este imenso discurso do louco retornava ao ruído (FOUCAULT, 1999, p. 11-12).

O castigo não é o bastante. Faz-se necessária a confissão, momento do rito jurídico em que o criminoso, ao tomar lugar no ritual de produção de verdade penal, reconhece sua culpa. Ao descrever o processo penal no século XVIII, Foucault (2004) diz que a informação penal escrita, secreta, submetida, para construir suas provas, a regras rigorosas, é uma máquina que pode produzir a verdade na ausência do acusado, mas que, por essa mesma razão, embora não seja necessário, tal procedimento vai necessariamente tender à confissão.

Por duas razões: em primeiro lugar, porque esta constitui uma prova tão forte que não há nenhuma necessidade de acrescentar outras, nem de entrar na difícil e duvidosa combinação dos indícios; a confissão, desde que feita na forma correta, quase desobriga o acusador do cuidado de fornecer outras provas (em todo caso, as mais difíceis). Em seguida, a única maneira para que esse procedimento perca tudo o que tem de autoridade unívoca, e se torne efetivamente uma vitória conseguida sobre o acusado, a única maneira para que a verdade exerça todo o seu poder, é que o criminoso tome sobre si o próprio crime e ele mesmo assine o que foi sábia e obscuramente construído pela informação (FOUCAULT, 2004, p. 34).

Considerando que a tortura é uma das formas clássicas de se chegar à confissão, Foucault acrescenta que tal procedimento é um misto paradoxal de um ato de instrução e um elemento de punição. Isso porque a Justiça Criminal da época clássica não fazia funcionar a manifestação da verdade sob um sistema dualista (verdadeiro ou falso), mas a partir de um princípio de gradação contínua.

A culpa não começava uma vez reunidas todas as provas: peça por peça, ela era constituída por cada um os elementos que permitiam reconhecer um culpado. Assim, uma meia-prova não deixava inocente o suspeito enquanto não fosse completada; fazia dele um meio-culpado [...]. Um suspeito que continuasse suspeito não estava inocentado por isso, mas era parcialmente punido. (FOUCAULT, 2004, p. 37-38).

Assim, o corpo interrogado no suplício constituiria o ponto de aplicação do castigo e o lugar de extorsão da verdade. Para Foucault, essa engrenagem dos dois

rituais através do corpo continua, feita a prova e formulada a sentença, na própria execução da pena.

Cabe ao culpado levar à luz do dia sua condenação e a verdade do crime que cometeu. Seu corpo mostrado, passeado, exposto, supliciado, deve ser como o suporte público de um processo que ficara, até então, na sombra; nele, sobre ele, o ato de justiça deve-se tornar legível para todos. (FOUCAULT, 2004, p. 38)

Destaca-se que, ao gravar na testa de outro o crime deste, o tatuador se inscreve nesse procedimento que faz do culpado o arauto de sua própria condenação, processo ampliado com o registro audiovisual e sua difusão nas redes sociais digitais. Alerta-se, contudo, que o castigo se destina ao sujeito, e não ao corpo, uma vez que cabe ao castigo corporal atuar sobre o intelecto, a vontade, as disposições, etc.: “sistemas punitivos [...] recaem sempre sobre o corpo, sua utilidade e docilidade, sua submissão, mas no corpo, materializam-se elementos exteriores a ele, que serão atingidos com a aplicação do castigo” (FERNANDES, 2012, p. 60).

Fazer do corpo do condenado suporte de sua confissão na forma escrita e replicar esse processo de forma ilimitada pela circulação audiovisual por redes sociais equivale à produção dos folhetins, pasquins e literatura popular do século XVIII, descritas por Foucault (2004), que, sob discurso moralista, ao dublarem o supliciado, narravam seus crimes e seu castigo, simulavam suas últimas palavras.

Os espectadores dos vídeos aqui analisados, assim como o público das produções literárias elencadas pelo francês, também são instados a refletir sobre os riscos da prática criminosa e desestimulados a seguir por tais caminhos.

Não se pode negligenciar, todavia, que da mesma forma que o efeito e o uso dessa literatura eram equívocos – tal como Foucault descreve – uma vez que o condenado se tornava herói pela “enormidade” de seus crimes propalados e às vezes pela afirmação do seu arrependimento tardio, os vídeos da punição extralegal ao adolescente também provocaram manifestações públicas de repúdio ao justicamento e de solidariedade ao justicado.

Ao apontador o olho da câmera para o adolescente “ladrão”, o sujeito da punição também foi atingido pelo dispositivo de controle que tudo vê (panóptico) (cf. FOUCAULT, 2004): foi preso pela polícia, acusado de tortura.

Ao procurar se distanciar do lugar de criminoso e demonstrar seu repúdio ao delito de outrem, foi traído pela própria ação de produzir a verdade do outro de fora da lei. Isso porque aquele “que tem por incumbência vigiar também é constantemente vigiado por um sistema social mais amplo, no qual se encontra inserido, pelo qual, assim como os que estão sob sua vigilância, é igualmente disciplinarizado” (FERNANDES, 2012, p. 67). Tornou-se objeto do poder que não é outra coisa senão um efeito de ótica (FOUCAULT, 2007) – efeito que o próprio sujeito da punição acionou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho evidenciou como a identidade se constrói a partir da relação com o outro. As práticas divisoras: bandido/mocinho, criminoso/cidadão de bem, em convergência com a vontade de verdade, são modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos.

Para empreender com sucesso o processo de inquérito ou pena³ aqui analisado, o sujeito da punição demonstrou domínio de diferentes linguagens, como a audiovisual, a escrita e a tatuagem. Assim como o homem das cavernas gravava, nas paredes destas imagens rupestres, como ritual de captura da alma dos animais que em seguida caçaria, o sujeito da punição aqui em análise, por meio da arte de manipular imagens (audiovisual), também busca capturar a alma do outro. Alma não mais entendida no sentido religioso, mas como sujeito de ação (cf. FOUCAULT, 2006).

Ao acionar o panóptico para capturar o criminoso, o sujeito da punição acabou igualmente capturado pelo dispositivo (cf. FOUCAULT, 1979), apontado como transgressor da lei, da mesma forma como aquele de quem procurava se mostrar diferente.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

3 Com base em Foucault (2002), entende-se aqui inquérito como sistema de saber que se estabelece a partir de certo número de testemunhos cuidadosamente recolhidos sobre acontecimentos (crimes) que não são do domínio da atualidade.

- _____. O sujeito e o poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- _____. *El poder psiquiátrico*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- _____. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *Ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: perspectivas dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 7-72.

Adultização e Erotização da criança: Uma análise discursiva de comentários nas mídias sociais¹

Amanda Soares Mantovani
Delcídes Silvério Neto²

INTRODUÇÃO

Com o avanço tecnológico e a difusão da internet em muitas localidades, notícias, eventos, textos e fotos têm circulado mais facilmente e com velocidade incomparável, alcançando público diverso. Pessoas estão constantemente conectadas umas às outras através das plataformas virtuais, sejam elas sites de informação ou relacionamento, como *chats*, Facebook, Instagram e Twitter. Entretanto, essa agilidade e acessibilidade tem propiciado um ambiente para que a liberdade de expressão seja confundida com comentários, *posts* e compartilhamentos agressivos e tendenciosos, gerando conflitos entre os internautas e exposição inapropriada da vida particular das pessoas nas mídias sociais. Nos últimos anos, inúmeros ataques contra pessoas famosas ocorreram em seus perfis sociais, no que diz respeito à cor de pele, características físicas, constituição familiar e relacionamentos afetivos.

1 Trabalho realizado sob orientação da Professora Doutora Erislane Rodrigues Ribeiro. Professora da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística. Coordenadora do Laboratório de Análise do Discurso, Fonética e Fonologia (LADFFON). E-mail: erislane@bol.com.br

2 Graduandos do quarto período do curso de Letras – Português e Inglês da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. E-mail: amandamantovani25@gmail.com; deonetto@gmail.com

No ano de 2015, um fato chamou bastante atenção: os comentários com viés erótico que decorreram da aparição de uma criança de 12 anos no programa *MasterChef Junior*. Valentina foi uma das participantes do programa de culinária da emissora Band, mas os comentários gerados, principalmente na plataforma Twitter, se referiam às suas características físicas, que foram sensualizadas. A jovem foi assediada por inúmeros internautas, que utilizaram de vocabulário obsceno e grosseiro para se referirem a ela. Com grande impacto na mídia, Valentina foi afastada do programa e a emissora emitiu notas de apoio a ela e a seus familiares, e de repúdio aos agressores. Ainda no âmbito virtual, a *hashtag* #MeuPrimeiroAssédio foi levantada como sinal de desprezo aos ataques e com a intenção de dar voz a meninas agredidas, levantando uma série de indagações a respeito do amadurecimento biológico da mulher, suas fases e principalmente: o respeito à infância.

Restringindo-se a um caso específico, que também gerou grande visualização nas mídias sociais, a atriz Maisa Silva, de 15 anos, foi vítima de comentários que a depreciaram por se negar a dançar e a corresponder insinuações de um colega de gravação, no palco do *Programa Silvio Santos*, no mês de junho do ano de 2018. Assim, como objeto de análise deste estudo, foram selecionados comentários a partir de uma publicação da atriz em seu perfil social, no Facebook, na qual ela esclarecia o porquê de não corresponder ao convite e às brincadeiras do colega de trabalho, Dudu Camargo. Dessa forma, serão analisadas expressões e demais vocábulos utilizados pelos usuários nos comentários selecionados, objetivando identificar e evidenciar os efeitos de sentido presentes em tais expressões e a quais interdiscursos são inerentes.

A metodologia adotada é de cunho analítico e interpretativista, uma vez que foram selecionados para análise comentários contrários e favoráveis à posição de Maisa, com o emprego de critérios como: efeitos de sentido identificados nas sequências discursivas, posição do sujeito discursivo no enunciado, condições de produção que permeiam os comentários e interdiscursos a que estas sequências enunciativas fazem referência. A Análise do Discurso (AD) de linha francesa é referência para o desenvolvimento e fundamentação teórica da pesquisa, que se apoia em obras e textos de autores como: Pechêux (1990), Orlandi (2006; 2012), Mussalim (2004) e Possenti (2004).

O trabalho tem início com uma apresentação dos termos e contextos da “adulteração” e “erotização infantil”, seguida de conceituações basilares para a Aná-

lise do Discurso, que subsequentemente, será utilizada para a metodologia adotada, a exposição do *corpus* e, por fim, para as análises. Toda as seções do artigo visam o esclarecimento a respeito do ocorrido, objetivando responder indagações sobre o motivo e qual o posicionamento ideológico dos sujeitos discursivos que pretenderam denegrir a imagem da jovem. Além disso, pretende ressaltar quais discursos estão inerentes aos enunciados, uma vez que é necessário que haja discussão, em todos os âmbitos sociais, a favor da preservação do bem-estar da criança e do adolescente, de todo gênero e idade. Portanto, neste trabalho, tratar-se-á sobre os discursos que percorrem casos de assédio a meninas nas mídias sociais.

I. ADULTIZAÇÃO E EROTIZAÇÃO INFANTIL

É tradicionalmente instaurada na sociedade a cultura da “sensualização” da mulher, pois, desde a fase de amadurecimento biológico, têm-se uma atenção especial voltada para as curvas do corpo feminino. Entre os fatores que intensificam tal cultura, estão: a constante espera pela primeira menarca, marcando, automaticamente, a passagem da infância para a juventude; e, a necessidade socialmente imposta de que essas características corporais correspondam aos padrões estéticos de senso comum. Nestes termos, direciona-se especialmente à adultização precoce da criança de gênero feminino e à erotização desta.

Em amplo espectro, a adultização é assunto de grande relevância se observado o desenvolvimento tecnológico alcançado, a rotina atarefada dos adultos, o cotidiano dinâmico, que, conseqüentemente, favorecem a inserção das crianças no mundo virtual e o abandono, quase que por completo, das atividades infantis – tais como a prática de exercícios, a interação com outras crianças, as brincadeiras que envolvem o uso de brinquedos não eletrônicos etc (cf. COUTO, 2014, s/p). A convivência com adultos tornou-se maior, os assuntos dos quais as crianças participam giram em torno de trabalho, tarefas da casa, discussões sobre a rotina, entre outros próprios da vida adulta.

É comum ouvir pais e familiares falarem de seus filhos como sendo quietos, inteligentes, “adultos” e que nem parecem ter a idade que, de fato, possuem. Segundo a psicóloga Fernanda Couto (2014, s/p), “a brincadeira funciona, para a criança, como uma válvula de escape, um estabilizador para a vida. O brincar é um momen-

to prazeroso, mas também funciona para a criança como forma de expressar, entender e dominar suas angústias”. Dessa maneira, ao deixarem de observar que a infância de seus filhos está inserida num meio não favorável, vai-se perdendo a essência do que é “ser criança”. Essas crianças inserem-se no ambiente virtual precocemente, têm acesso a todos os tipos de assuntos que circulam na *Web* e devido à rotina dinâmica e conturbada, é difícil o controle dos pais sobre o que os seus filhos têm acesso e quais pessoas têm contato direto com seus filhos nas plataformas virtuais.

Restringindo-se à infância feminina, tornou-se ainda maior o número de assédios e de casos de estupro de vulneráveis, e o mais espantoso é que a grande maioria destes casos têm como responsáveis integrantes da própria família ou pessoas muito próximas da vítima. A mulher, por questões patriarcais e machistas e um histórico repleto de casos sobre agressões por segregação sexista, requerendo sua submissão ao homem, tem a infância ferida pelo anseio de tornar-se mulher rapidamente e dessa forma, burlar as fases da infância, já que seu próprio amadurecimento biológico é visto sob a ótica erótica e adultizada.

2. BREVES NOÇÕES ACERCA DA ANÁLISE DO DISCURSO E SEUS PRINCIPAIS CONCEITOS

Ao referir-se à Análise do Discurso, doravante AD, necessário se faz, contextualizar o surgimento da disciplina, já que alguns de seus conceitos principais são referenciais teóricos deste estudo. Com início na década de 60, na França, a AD manifestou-se como Análise Automática do Discurso, proposta por um filósofo envolvido com questões marxistas, da psicanálise e da epistemologia, Michel Pêcheux, a partir de discussões sobre a luta de classes, a história e os movimentos sociais – sendo tais discussões também comuns a Jean Dubois, um lexicólogo envolvido em questões referentes à linguística. Por conseguinte, iniciam o processo que deu origem à atual disciplina, mas com o intuito inicial de desenvolver meios eficazes para abordar a política (cf. MUSSALIM, 2004, p.101-102).

Adiante, Althusser, filósofo preocupado com questões sobre a ideologia e os aparelhos ideológicos do estado (AIE), com base estruturalista, vê na Linguística um meio pelo qual poder-se-ia compreender o funcionamento da ideologia. Sobre esse contexto althusseriano, Mussalim (2004, p. 101-105) explica:

o projeto authusseriano, inserido em uma tradição marxista que buscava apreender o funcionamento da ideologia a partir de sua materialidade, ou seja, por meio das práticas e dos discursos dos AIE, via com bons olhos uma Linguística fundamentada sobre bases estruturalistas. Mas uma Linguística saussureana, uma Linguística da língua, não seria suficiente; só uma teoria do discurso, concebido como o lugar teórico para o qual convergem componentes linguísticos e sociológicos, poderia acolher esse projeto.

É nesta conjuntura que Michel Pêcheux discorda da teoria dos signos de Saussure, uma vez que, segundo ele, a relação “significado – significante” é sistêmica. Ao contrário, Pêcheux utiliza essa dicotomia sob uma outra ótica: inscreve os processos de significação como sendo históricos e ideológicos. No entanto, o projeto da AD ainda percorre modificações em seus conceitos basilares, perfazendo três fases distintas, sendo elas:

AD-1 como a exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural; AD-2: da justaposição dos processos discursivos à temática de seu entrelaçamento desigual e a emergência de novos procedimentos da AD, através da desconstrução das maquinarias discursivas; e AD-3: A emergência de novos procedimentos da AD, através da desconstrução das maquinarias discursivas (PÊCHEUX, 1990, p. 307-315).

Logo, utilizando de conceitos específicos da disciplina de Análise do Discurso francesa, este estudo inclui a realização de análises dos comentários publicados no Facebook, em resposta ao pronunciamento de Maisa Silva, em sua página oficial. Inicialmente, os conceitos de discurso e sujeito foram utilizados e são compreendidos pela AD, respectivamente, como:

[...] uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente do modo de organização dos modos de produção social. Sendo assim o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras (MUSSALIM, 2004, p. 110).

Adiante veremos o processo pelo qual as sequências enunciativas são constituídas, e, ainda acerca deste processo, Possenti (2004, p. 366) esclarece que “o domínio da memória é constituído, assim, por um conjunto de sequências que preexistem a um certo enunciado”. Essa concepção, unida ao conceito de condições de produção, foram utilizadas para a análise do contexto social, ideológico e histórico que estão inerentes aos enunciados e aos sujeitos discursivos, ao defenderem uma posição, discursivamente. Por consequência, podem ser entendidas como “Condições de produção”:

o estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso [...] e seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na linguística atual pelo papel dado ao *contexto ou à situação*, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão [...] (PÊCHEUX, 1969, p. 75 *apud* Possenti, 2004, p. 366).

3. METODOLOGIA E ANÁLISES DISCURSIVAS DOS COMENTÁRIOS SELECIONADOS DO FACEBOOK

Os comentários que constituíram o *corpus* deste trabalho foram selecionados a partir de uma resposta da atriz e apresentadora *teen* Maisa Silva, a respeito de um incômodo relacionado ao comportamento do colega de gravação, Dudu Camargo, no dia 18 de junho de 2017, no *Programa Silvio Santos*, da rede SBT. Nesse sentido, as análises que serão feitas se voltam tanto para os comentários contrários à posição de Maisa, quanto para comentários marcados com repúdio à atitude do rapaz em questão. Resumidamente, Dudu Camargo, em repetidas vezes, insinuou que a jovem “fazia seu tipo” e que se a garota aceitasse, ele a beijaria. Dudu também a convidou para “sarrar” com ele, comportamentos estes que Maisa não interpretou com humor e negou desde o início os convites do rapaz. Segundo o *Dicionário Informal Online* (2017), o vocábulo utilizado por Dudu Camargo, “sarrar”, significa:

1. Curtir, divertir-se, obter prazer; festejar, consumir bebida alcoólica, ouvir música, dançar, estar com amigos em momento de descontração; 2. Paquerar, relacionar-se lascivamente, fazer sexo; 3. Ficar de boa, curtir uma boréstia, vadiar.

Silvio Santos, por sua vez, como apresentador e representante midiático, avaliou a situação como mera brincadeira e deu visibilidade ao caso. Porém, Maisa, em seu pronunciamento, reforçou a boa relação que mantém com Silvio, não apenas de patrão para funcionária, mas de amizade entre os dois e ressaltou a falta de liberdade que Dudu tem para com ela, e que, por esse motivo, incomodou-se com as insinuações do colega de trabalho. Essa situação teve considerável repercussão na internet, em plataformas como o Twitter, o Facebook e o Instagram. Diante disso, Maisa publicou em seu perfil:



Maisa Silva

20 de junho às 19:13 · 🌐

Tô começando esse texto dizendo que eu não estou fazendo isso pq estou me sentindo pressionada, ou como se eu devesse explicações, e etc. Estou fazendo pelas pessoas que têm carinho comigo e se preocupam com meu bem estar.

Minha apresentação no Programa Silvio Santos, do último domingo (18), está sendo motivo de questionamento e ataques nas redes sociais. Isso é comum, pois vivemos em uma sociedade onde a mulher muitas vezes não tem voz e precisa lutar com situações constrangedoras e brincadeirinhas todos os dias.

Quando uma menina de 15 anos não aceita qualquer brincadeira ou comentário, e se posiciona, causa espanto. E muita gente se sente no lugar de tentar repreender tal atitude como se me conhecessem, ou se fossem meus pais.

Infelizmente as pessoas não conhecem os bastidores. Muito menos minha relação com o Silvio, e com outros colegas de trabalho.

Com certeza, uma parcela dos telespectadores, gostariam que eu aceitasse tudo o que aconteceu no programa, como dançar com um rapaz mais velho (mesmo eu NÃO querendo), ou beijá-lo.

Estamos aqui para trazer reflexão: até quando as mulheres vão viver precisando aceitar tudo? Não, é não!

Recebi muitas mensagens de apoio, pelo posicionamento e por não aceitar tudo em nome do entretenimento. Eu sou uma adolescente de 15 anos como qualquer outra, me posiciono com as causas necessárias, falo o que penso, sempre mantenho minha educação, tenho o direito de liberdade de expressão, de gostar ou não gostar, e nunca precisei ficar criticando as pessoas nas redes sociais para me sentir melhor.

Agradeço o apoio e compreensão do nosso público, espero que vcs tenham uma ótima noite, muita paz, respeito e menos ódio né???

Eu faço o que amo, pras pessoas que eu amo! Não vou mudar o meu jeito para agradar a ninguém...

espero que vocês sempre sejam quem vocês são ❤️

Um beijo!

Maisa

Figura 1: Esclarecimento publicado por Maisa Silva em seu perfil pessoal no Facebook, no dia 20 junho de 2017.

Sendo assim, foram coletados cerca de 50 (cinquenta) comentários dispostos abaixo do pronunciamento supracitado, sendo que, destes 50 comentários, foram efetivamente escolhidos 10 (dez) com posição contrária ao pronunciamento de Maisa e 14 (quatorze) em apoio a ela. A metodologia adotada foi de cunho analítico e interpretativista, pois, para esta coleta, foram observados os seguintes critérios: efeitos de sentido identificados nas sequências discursivas, posição do sujeito discursivo no enunciado, condições de produção que permeiam os comentários e a quais interdiscursos estas sequências enunciativas fazem referência; ressaltando-se que, interdiscurso, segundo Orlandi (2006, p. 18) “reside no fato de que algo fala sempre antes em outro lugar e independentemente. O interdiscurso é irrepresentável. Ele é constituído de todo dizer “já dito”; e interpretativista, pois a análise requer interpretação do analista, baseando-se nos principais conceitos da AD.

Neste sentido, seguem abaixo os 10 (dez) comentários coletados e posteriormente reescritos, com juízos de valor negativos em relação ao posicionamento de Maisa, tanto no programa de televisão quanto materializado na rede social Facebook e os 14 (quatorze) comentários, também reescritos, com juízos de valor positivos em relação a estes posicionamentos da atriz e apresentadora teen, respectivamente.

3.1. Comentários com juízos de valor negativos em relação ao pronunciamento de Maisa:

1. “Hipócrita, Engraçado né uma coisa não justifica a outra, Disse que não dançaria com o Rapaz mais velho (que no caso tem 19) mais ficou com o maior assanhamento com o Justin que tem 23. E outra o Rapaz não disse nada, quem induziu tudo aquilo foi o Silvio, se tivesse que brigar com alguém teria que brigar com ele, mais como é ele q paga seu salário vc ficou bem quieta né patricinha, mama ovo de rico. Eu sempre gostei de vc por que te achava educada e comportada e não como a Larissa Manoela, mais já vi que vc ganha dela sua mal educada assanhada. Adorei o comentário q a Sônia Abraão fez de você, ela falou tudo !”

2. “Foi muito grossa sim, não tinha necessidade nenhuma de humilhar o Dudu daquela forma até pq não foi ele que começou a brincadeira. Cuidado arrogancia demais pode atrapalhar sua carreira.”
3. “Não achei certo vc deveria ter mais educação seus pais ensinou isso pra vc sabe que era brincadeira do Silvio santos não precisava tratar o garoto assim ele foi mais educado que vc”
4. “A questão ã é vc aceitar tudo é sua falta de respeito com o trabalho do Dudu que pegou super mal. Vc deve respeitar justamente por estar na tv. Imagine se todo mundo falasse o que pensa um do outro? Vc falou o q quis e agora escuta o que ã quer.”
5. “É, mas vc não manteve sua educação não! Não estamos falando que vc precisa dar ousadia, NGM é obrigado a ficar com ngm ou se interessar por alguém que o outro queira q se interesse (mesmo sendo homem ou mulher). Qm brincou cm vc foi o Silvio Santos, não precisava vc humilhar o menino que levou td isso na esportiva e tenho certeza q ele tb não ficaria cm vc. Espírito esportivo é isso q vc precisa, educação tb! Não faça com os outros oq vc não gostaria q fizessem com vc. Vc foi infeliz nos seus comentários.”
6. “Desculpa , mas você foi arrogante com se colega e até com Silvio Santos. Mais humildade menina! [...]”
7. “Não critica nas redes sociais mas diminui em rede nacional, ninguém te obrigou a namorar, só não tente levantar uma bandeira que não lhe cabe, sua atitude agora e no programa é arrogante, desnecessária e desproporcional”
8. “Máisa vc não foi sincera coisa nenhuma, sinceridade é uma coisa falta de educação é outra totalmente diferente, vc não era obrigada a fazer nada q o Silvio pediu mas o respeito está acima de tudo! Fica a dica”

9. “Ridícula... Ninguém se colocou no lugar do menino... Todo mundo babando ovo pra maisa pq ela é famosinha... Mais desprezar uma pessoa e dizer que não serve nem pra ser amigo... Para q tá feio simmmm... [...] Foi sem educação e mimadinha no programa e pronto... Coitado do menino q foi humilhado.”

10. “Não caia nessa desse povo modinha não, ótima colocação. O rapaz não fez nada, não abriu a boca, porque ela não foi sem educação com Silvio Santos que estava insinuando coisa? Mas claro, a corda sempre rompe pro lado mais fraco”

3.2. Comentários com juízos de valor positivos em relação ao pronunciamento de Maisa:

1. “meu deus mulher. que absurdo. Kkkk Ela se interessa por quem quiser. não, é não. Se ela não quis dançar com o rapaz, então É NÃO. aprende.

2. “Meus amor procure saber antes o pq dela ter se posicionado desse modo. O menino tentou sarrar ela nesse mesmo programa. Além de, entrevistas antes do programa rolar, ele ter alegado que ficaria com ela (MESMO ELE TENDO 18 ANOS NA ÉPOCA E ELA 13)”

3. “Triste ver mulheres falando assim! Maisa maravilhosa!”

4. “Mina, todo mundo viu que tu tava desconfortável DESDE O INÍCIO e não pararam. Set até tu sendo grossa não quiseram parar, imagina se tu tivesse ficado quieta. É isso mesmo! Homem acha que a mulher tem que ficar quieta e aceitar tudo e quando falamos “não”, somos hostilizadas. O que tu fez foi certíssimo.”

5. “Ela foi bastante educada, apenas expôs limites, coisa importantíssima a se fazer.”

6. “só não falo #Maísa2018 porque tu vai ter 16 anos ano que vem e não pode ser presidenta (ainda). Ahazô!”
7. “Ser educada jamais é ser machista!!!”
8. “Mulher machista não! Por favor!”
9. “Maisa do céu você tem que me ensinar a ser madura assim, eu no seu lugar tinha falado um monte de coisa no programa”
10. “Que lindo! Assumindo em rede nacional que convidou uma menor de idade pra dormir com ele! E todo mundo achando o máximo, até ser com a filha deles...”
11. “Isso é pedofilia, né não?”
12. “Aí depois essa meninada de hoje tá toda acancadinha e culpam os pais... Quando a própria sociedade tem culpa nisso...”
13. “Ninguém tem q aceitar brincadeira constrangedora. Não é não”
14. “Mania de achar que mulher tem q agradar homem o tempo todo!!! Ela simplesmente foi foda!”

É perceptível nos comentários 1, 2, 3, 5, 8 e 9 que expressões como “sem educação” e “grosseira” fazem-se presentes. Os sujeitos discursivos anulam a situação de desconforto e incluem em sua argumentação o discurso sobre respeito, uma vez que interpretaram, por questões ideológicas e sociais, o comportamento de negação às atitudes de Dudu como falta de educação por parte da atriz, ignorando o assédio sofrido por Maisa Silva. Já os comentários 4 – 6 e 7 fazem referência ao comportamento da menina como “arrogante” e “sem respeito”, pois ideologicamente, para esses sujeitos, o correto seria que Maisa aceitasse os convites propostos pelo ra-

paz, fazendo alusão aos discursos machistas e patriarcais, além de relacionarem seu comportamento como falta de humildade e soberba, exemplificado, especialmente no comentário de número 6: “Mais humildade menina”, e reforçado, no 7: “sua atitude agora e no programa é arrogante, desnecessária e desproporcional”.

Um fato que chamou bastante atenção foi o de que, dos comentários coletados, apenas um comentário, tanto favorável quanto contrário ao ocorrido no palco do *Programa Silvio Santos*, é feito por sujeitos discursivos do sexo masculino. No primeiro, “a corda sempre rompe pro lado mais fraco” (comentário 10), o sujeito discursivo relaciona o fato de Dudu ser profissionalmente um iniciante e de Silvio ser patrão de Maisa, podendo ser entendido que por esse motivo ela atacou apenas o garoto, marcando, novamente, a interdiscursividade. Dessa vez, relacionada a discursos patriarcais e referindo-se ao “interesse” da mulher por questões financeiras, isto é, discursos sobre o consumismo feminino. Já em 1, uma sequência enunciativa que chama atenção é “Eu sempre gostei de vc por que te achava educada e comportada e não como a Larissa Manoela, mais já vi que vc ganha dela sua mal educada assanhada”, na qual o sujeito discursivo compara Maisa com outra colega de trabalho, desmerecendo-a por não ter correspondido o rapaz e a atacando como “mal educada assanhada”.

Nesse mesmo comentário o sujeito anteriormente enuncia “Disse que não dançaria com o Rapaz mais velho (que no caso tem 19) mais ficou com o maior assanhamento com o Justin que tem 23”, comparando o acontecimento e a postura de Maisa, com a situação de ela ser fã de Justin Bieber, justificando que, se Maisa admira Justin que tem 23 anos, por que não corresponder à Dudu Camargo? Essa comparação demonstra novamente a necessidade de submissão da mulher, a generalização dos fatos que incluem a relação do sexo feminino subordinada ao sexo masculino em qualquer situação e que permeiam, então, discursos machistas, patriarcais e sexistas.

Em contrapartida, nos comentários favoráveis ao comportamento de Maisa Silva, os sujeitos discursivos fazem alusão, em seus enunciados, ao machismo proferido pelas próprias mulheres, à questão dos limites em brincadeiras, à pedofilia, entre outros. Nos comentários 1 – 4 e 13, os sujeitos rebatem discursos sobre a submissão da mulher ao homem, utilizando de enunciados como “não é não” e retratando o desconforto visível da menina frente às câmeras. Em 3 – 7 e 8 o discurso

machista é fortemente atacado no que se refere às próprias mulheres reprovarem a atitude de negação da menina em relação aos assédios de Dudu. Nas sequências enunciativas há a própria crítica “Mulher machista não! Por favor!”, (dito em 8), referenciando, em contrapartida, a presença do discurso feminista.

Nos comentários 2 – 10 e 11, por diferentes maneiras, fazem alusão ao discurso sobre pedofilia, por Maisa ter 15 anos e Dudu 19, e, mesmo assim, o colega não ter negado o fato de que poderia beijá-la, constituindo, assim, mais enunciados que se referem a discursos feministas e que marcam posicionamento ideológico e social que vão de embate às questões machistas, sexistas e atitudes semelhantes. Já em 5, a sequência enunciativa “apenas expôs limites, coisa importantíssima a se fazer” rebate as críticas de viés machista, reforçando a posição da mulher em ter escolhas e fazê-las independentemente do local e da pessoa.

Por fim, os comentários 9 e 6, respectivamente, tratam a postura de Maisa como madura e sensata, e este último, feito por um homem, ressalta: “tu vai ter 16 anos ano que vem e não pode ser presidenta (ainda)”. Em 12, no enunciado “essa meninada de hoje tá toda acacadinha e culpam os pais”, o sujeito defende posicionamento contrário aos dos sujeitos discursivos que criticaram, através da internet, a negação da menina e seus argumentos no referido programa, uma vez que ela defende a ideia de se preservar, e, por sua idade, não ter que se preocupar com relações amorosas ainda. Já em 14, o enunciado “Mania de achar que mulher tem q agradar homem o tempo todo!!!” faz referência e se opõe às ideologias defendidas e instauradas numa sociedade historicamente patriarcal, machista e sexista, em que a mulher deve submeter-se a todas as vontades do homem e servir única e exclusivamente a ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos resultados levantados, um facilmente identificável foi o de que o discurso machista está constantemente relacionado ao discurso sexual e de teor erótico ao tratar-se da figura feminina e de seu amadurecimento biológico, uma vez que suas características físicas são vistas como insinuação por parte da mulher. Essa posição ideológica é defendida não apenas por homens, mas em sua maior parte pelas próprias mulheres, fato este evidente no *corpus* selecionado. Visto que:

A discursividade, por sua vez, caracteriza-se pelo fato de que os sujeitos, em suas posições, e os sentidos, constituem-se pela sua inserção em diferentes formações discursivas. Estas se definem como aquilo que o sujeito pode e deve dizer numa situação dada em uma conjuntura dada, e refletem, no discurso, as formações ideológicas (ORLANDI, 2012, p. 152-153).

Os sujeitos discursivos analisados ora defendem discursos patriarcais, machistas e sexistas, que visam agredir e atacar a jovem atriz e apresentadora, ora os rebatem através do discurso feminista envolvendo a preservação dos direitos das mulheres de escolha e do direito de serem respeitadas, indo de embate às ideologias retrógradas instauradas tradicionalmente na sociedade atual e ao encontro da defesa da infância. Isso é reforçado por meio das escolhas lexicais dos sujeitos discursivos e de seus posicionamentos ideológicos e sociais, em vista de um contexto histórico marcado por lutas a favor da liberdade da mulher e polêmicas midiáticas semelhantes ao caso estudado.

Outro resultado foi o de que, mesmo com a crescente situação de adultização precoce que se encontram, principalmente, as crianças de gênero feminino, a Web também serve como importante ferramenta para impulsionar a conscientização em prol da defesa da infância dessas crianças e que a idade “15 anos” para as meninas, mesmo representando, convencional e tradicionalmente, a mudança da fase infantil para adolescente, deve prevalecer a opinião e o entendimento que essa criança tem sobre suas escolhas e interação afetiva. Esse fato é exemplificado pela apresentadora e atriz teen, tanto em seu posicionamento no *Programa Silvio Santos*, quanto em sua página do Facebook.

Dessa forma, discursos relacionados ao respeito e à educação também se confundem com discursos relacionados à liberdade de escolha e proteção à mulher, uma vez que, em situação de vulnerabilidade, se a mulher defende a si própria ou nega um assédio, é agredida, quando menos, verbalmente, por “não ter educação” ou não ser digna de respeito por estar naquele ambiente e até mesmo é atacada com argumentos sem fundamentos que afirma que a menina/mulher estava se insinuando por estar vestida com roupas “indecentes”. Por consequência, espera-se que a presente pesquisa possa contribuir não somente para estudos que circundam a infância e seus desafios atuais, mas, também, possam corroborar para que se es-

tabeleçam discussões sobre a liberdade de escolha da mulher, de todas as idades e nas mais diversas situações, para que prevaleça o respeito e a igualdade de gênero, combatendo, então, discursos retrógrados machistas, sexistas e patriarcais.

REFERÊNCIAS

- COUTO, Fernanda. *As consequências da adultização precoce*. Centro Apoio Educação e Saúde, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.centroapoioeducacaoesaude.com.br/consequencias-adultizacao-precoce/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 100-142.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Org.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p. 11- 31.
- _____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012. p.150-168.
- PÊCHEUX, Michel. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990. p. 307-315.
- POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. p.353-392.
- SARRAR. *Dicionário informal*. 04 mar. 2017. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/sarrar/>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

Mídia racista? Efeitos de sentido produzidos pelos títulos de matérias jornalísticas a respeito de crimes de tráfico cometidos por pessoas negras e brancas no Brasil¹

Amanda Pereira de Sousa Franco²

Yure Viana da Silva³

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, especialmente no ano de 2015, estive em recorrência o discurso de um grupo de pessoas afirmando que a mídia seria racista, no que se refere a como ela noticia os crimes cometidos por pessoas negras em contraste aos crimes cometidos por pessoas brancas no Brasil. Para legitimar este discurso, esse

1 Trabalho realizado sob orientação da Professora Doutora Erislaine Rodrigue Ribeiro. Professora da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística (UAELL) da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. E-mail: erislanerr@gmail.com. Uma primeira versão deste texto foi desenvolvida para avaliação da disciplina “Discurso e Ensino”, ministrada pela Prof. Dr^a Erislane Rodrigues Ribeiro.

2 Graduada do 4º período do curso de Letras Português e Inglês da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. E-mail: francoamanda222@gmail.com.

3 Graduada do 4º período do curso de Letras Português e Inglês da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. E-mail: yurevianna17@gmail.com.

grupo colocou em pauta a negligência da mesma, como instrumento de denúncia social no caso “Rafael Braga”.

Rafael Braga Vieira, negro, catador de lixo, foi preso em junho de 2013 sob acusação de portar coquetéis *molotov* em uma manifestação contra o aumento das passagens de transporte público no estado do Rio de Janeiro. Após cinco meses à espera pelo julgamento no Complexo Penitenciário de Japeri (RJ), foi pedida pela defensoria pública uma revogação de sua prisão preventiva, que foi negada no mesmo mês, e no dia 2 de dezembro de 2013 ele foi condenado a cinco anos e dez meses de reclusão e transferido para o complexo penitenciário de Bangu cinco. Tais informações foram retiradas da matéria “Caso Rafael Braga expõe a dramática estatística das prisões brasileiras” (cf. JORNAL DO BRASIL, 2017).

No entanto, o que foi constatado após sua prisão foi que o laudo do esquadrao antibomba da polícia civil atestou que Rafael carregava produtos de limpeza, logo, a possibilidade de serem utilizados como coquetéis *molotov* eram mínimas. Houve algumas poucas matérias jornalísticas sobre o caso, e a partir de então os grupos formados por ativistas, militantes e coletivos sociais entraram em defesa de Rafael, pedindo por sua liberdade. O Instituto dos Defensores de Direitos Humanos (DDH) assumiu a defesa do condenado e, simultaneamente, os grupos em prol de sua liberdade articularam-se para divulgar a situação em que ele se encontrava, a fim de que todos tomassem conhecimento da situação que ocorrera (cf. UOL, 2017).

Após dois anos de intensa coita e de apuração do caso, quando os policiais que abordaram Rafael entraram em contradições em seus depoimentos, o catador de lixo conseguiu obter o “relaxamento” de sua condenação, adquirindo a chamada prisão domiciliar.

Contudo, em janeiro de 2016, Rafael foi preso novamente, desta vez acusado de tráfico de drogas e associação ao tráfico. Em sua defesa, o jovem afirmou que as provas contra ele foram forjadas pelos agentes da polícia pacificadora da Vila Cruzeiro (RJ), acusando-os de abuso de autoridade e até mesmo de usarem de seu poder para tentar abusar sexualmente de Rafael. Na situação em questão, os policiais afirmaram que o catador de lixo portava consigo 0,6 gramas de maconha em sua mochila em um ponto de drogas, e, ao perceber a aproximação dos agentes, Rafael teria tentado se livrar dos entorpecentes colocando-os dentro de um saco plástico e jogando-os fora.

O juiz Ricardo Coronha condenou Rafael a onze anos e três meses de reclusão, em sua decisão ele declarou que se baseou nos depoimentos dos policiais para dar sua sentença. Rafael segue preso até os dias atuais.

Em comparação ao caso, foi semelhantemente considerada estapafúrdia a negligência da mídia como veículo de denúncia social que noticiou poucas vezes o caso “Filho da desembargadora”, no qual Breno Fernando Solo Borges, branco, foi detido por portar 130 quilos de maconha e centenas de munição de fuzil e uma pistola nove milímetros. Breno ficou pouco mais de três meses em detenção em uma penitenciária em Três Lagoas (MG).

Os mesmos grupos que saíram em defesa de Rafael Braga usam esse caso como exemplo de como a justiça é falha e arbitrária e a mídia é omissa e racista quando se trata de crimes cometidos por pessoas negras e a disparidade em relação aos crimes cometidos por pessoas brancas no Brasil.

É importante frisar que Breno é filho de Tânia Garcia, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TER) e integrante do Tribunal de Justiça (TJ) do Mato Grosso do Sul, mulher de grande influência que recorreu ao seu amigo, o desembargador Rui Celso Barbosa Florence, que determinou que o acusado fosse transferido para uma clínica psiquiátrica na cidade de Atibaia (SP), sob afirmação de que o acusado sofreria da chamada síndrome de Borderline, uma doença psiquiátrica que causa mudanças drásticas de humor, e, por isso seria inimputável. Supreendentemente, no dia 22 de novembro de 2017 a polícia federal pediu novamente a prisão de Breno Borges.

Os títulos das matérias dos casos supracitados se deram de formas distintas como, por exemplo, “filho de desembargadora é preso portando 130 quilos de maconha” e “traficante é preso portando 0,6 gramas de maconha”. Deste modo, entrarão em foco os títulos das matérias produzidas pelos jornais e revistas *online* que incidem sobre a criminalidade analisando os diferentes discursos presentes em manchetes que noticiam crimes cometidos por pessoas negras e crimes cometidos por pessoas brancas no Brasil.

As análises foram feitas a partir da disciplina da Análise de Discurso de linha francesa (AD), explicando seus conceitos e aplicando-os ao *corpus* selecionado. Foram trabalhados os conceitos de discurso, sujeito, sentido, interdiscursividade, ideologia formação discursiva e condições de produção. A fundamentação teórica foi feita a partir de leituras realizadas de textos de autores da AD como Pêcheux

(1997), Orlandi (2006) e Fernandes (2008). As seções que compõem este texto estão organizadas da seguinte forma: 1) O racismo no Brasil; 2) Conceitos básicos da análise de discurso; 3) Uma análise discursiva de manchetes sobre o tráfico de manchetes cometidos por pessoas brancas e negras.

I. O RACISMO NO BRASIL

Grandes e muitas foram as conquistas dos negros pelos seus direitos na sociedade, após muita luta, hoje eles podem estar em lugares nos quais antigamente eram proibidos. Entretanto, apesar de muitas conquistas, o negro ainda sofre preconceito de uma parte da população que pratica comportamentos e atitudes discriminatórias, relacionados a discursos ideológicos racistas. O racismo no Brasil tem sido um problema desde a era colonial/escravocrata, e mesmo após a “liberdade” conquistada, sabe-se que os negros sofrem com o racismo e preconceito que grande parte da população demonstra. Prova disso são os meios de comunicação que apresentam a todo momento matérias a esse respeito, como a da *Carta Capital*, publicada em 26/04/16, que demonstra que a grande maioria da população carcerária é negra: “A população carcerária do Brasil chegou ao número de 622.202 presos, dos quais 61,6% são negros (pretos e pardos)”. Isto pode indicar que, por portar tais características, pessoas negras e pardas são condicionadas a estarem no mundo do crime, tendo em vista a situação econômica que essas pessoas se encontram. Também é observada a forma pela qual a mídia retrata e demonstra a diferença entre a criminalidade negra e branca, quando é evidente a diferença de formulação dos títulos de matérias feitos para pessoas negras e brancas no Brasil. Sobre isso temos uma fala presente em uma matéria da revista *Carta Capital* (2017) sobre o caso de Rafael Braga:

Para a socióloga Nathalia Oliveira, coordenadora da Iniciativa Negra por Uma Nova Política sobre Drogas (INNPD), a Lei de Drogas brasileira é um instrumento de controle social das periferias. “As pessoas são condenadas pelo CEP de onde moram, pela cor da pele e pelo testemunho do policial”, diz. “Basta a cena: sujeito periférico, de cor preta. Se a polícia disser que ele é traficante com base em um objeto forjado, essa tese será facilmente aceita pela Justiça. É uma lei que dá muita liberdade para o policial e para o juiz”.

2. CONCEITOS BÁSICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO

A Análise de Discurso é uma disciplina nascida na França, nos anos 60, pelo filósofo Michel Pêcheux, que visa a interpretação de textos, e seu objeto de estudo – como seu próprio nome indica – é o discurso. Em vista disso, Orlandi (2006, p. 15) elucida que “Na Análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. Deste modo, para a AD as relações históricas, sociais e ideológicas fazem-se importantes, visto que as formações discursivas se estabelecem a partir das posições tomadas pelo sujeito, levando em consideração o lugar e a forma pela qual ele foi estabelecido.

O discurso como objeto de análise do qual essa disciplina se ocupa não possui o mesmo significado com que estão acostumados a encontrar no dicionário, mas sim o que se relaciona com o discurso coletivo determinado pela correlação sócio-histórica que este possui:

Analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto; e/ou pela linguagem não-verbal, em forma de imagens. (FERNANDES, 2008, p. 14).

Já para a compreensão e percepção do sujeito para a Análise de Discurso, faz-se necessário entender que não se trata de um sujeito individualizado, mas sim coletivo. Quando este permanece no social e mantém relações interdiscursivas a todo momento, a voz produzida por esse sujeito aponta o lugar social em que ele se situa, resume-se, dessa maneira, que o sujeito está introduzido em um contexto sócio-histórico-ideológico, pois

[...] o sujeito, mais especificamente o sujeito discursivo deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto trata-se de um sujeito não fundamentado em sua individualidade [...]. (FERNANDES, 2008, p. 24).

Quanto ao conceito de sentido ou efeitos de sentido, para a Análise de Discurso é empregado quando uma palavra ou expressão não possuirá o mesmo sen-

tido encontrado nos dicionários, ou seja, eles não são fixos, mas os sentidos são gerados levando-se em conta o espaço socioideológico em que ele se situa pelos sujeitos discursivos. Sobre isso, Pêcheux (1997, p. 190) diz que:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas, colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.

Assim, podemos conceituar o sentido para a AD compreendendo que este é caracterizado como os efeitos de sentido produzidos entre os emissores, deste modo, uma palavra pode possuir diversas interpretações de acordo com os sujeitos que irão empregá-la, conforme as posições históricas, sociais e ideológicas pertencentes a cada um deles.

No que diz respeito à ideologia, é representada pelas visões de mundo do sujeito discursivo em certo grupo social em uma conjuntura histórica e social. Para Orlandi (2006, p. 19) “A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história”. Em vista disso, ressalta Fernandes (2008, p. 15):

uma concepção de mundo do sujeito inscrito em determinado grupo social em uma circunstância histórica. Linguagem e ideologia são vinculadas, esta se materializa naquela. Ideologia é inerente ao signo em geral. Sendo assim, diante de toda e qualquer palavra enunciada, procuraremos verificar qual (ou quais) ideologia(s) a integra(m).

Outro conceito fundamental para a AD é o de formação discursiva, entendida como a constituição sócio-histórica e ideológica do discurso de um determinado sujeito, essa constituição influencia diretamente na escolha do lexema empregado, que por sua vez influencia no sentido obtido de tal discurso. Segundo Fernandes (2008, p.40), pode-se afirmar que toda formação discursiva apresenta, interiormente, a presença de diferentes discursos, ao que na AD denomina-se interdiscurso.

A noção de condições de produção engloba tanto o sujeito discursivo como o contexto social e histórico, além das circunstâncias mais restritas. Sobre isso, elucida Orlandi (2006, p. 15):

As condições de produção incluem, pois, os sujeitos e a situação. A situação por sua vez, pode ser pensada em seu sentido estrito e em sentido lato. Em sentido *estrito* ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido *lato*, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo.

As questões históricas e sócio-ideológicas permitem e possibilitam a produção discursiva, constituindo o seu contexto. Em sentido *lato*, as circunstâncias nas quais os enunciados foram produzidos ficaram marcados na história do Brasil. Começando pelo período colonial escravocrata, no qual foram trazidos para o Brasil centenas de pessoas negras para se submeterem a trabalhos escravos. A escravização dessas pessoas se deu sob o argumento de que elas eram socialmente, biologicamente, cognitivamente e até espiritualmente inferiores às outras “raças”. Esse discurso foi propagado livremente e quase que unânime durante 300 anos no Brasil, deixando uma marca muito grande do ódio e de racismo.

Além disso, pode-se afirmar que, mesmo após de mais cem anos de abolição da escravatura, o pensamento racista se faz presente na sociedade brasileira. A forma de como a liberdade foi “dada” a essas pessoas foi omissa e negligente, visto que após a abolição o (a) negro (a) se viu sem rumo e obrigado a migrar para as margens da sociedade. A marca da escravidão ecoa em todos os campos sociais, inclusive no mercado de trabalho, uma vez que a maioria dos cargos braçais, de baixa remuneração e considerados inferiores socialmente são ocupados por pessoas negras ou pardas. Conforme Martins (2014, p.117)

A despeito de afetarem toda a classe trabalhadora, o desemprego e/ou as formas precárias de trabalho não atingem igualmente brancos e negros. Ao contrário, o racismo que contribuiu para a construção de uma trajetória do negro no desemprego, na informalidade e na precarização das relações de trabalho, nesse contexto de crise e reestruturação produtiva, também vem determinando a sua inserção quantitativa nessas expressões da “questão social” – afinal, o racismo somente pode ser apreendido nas relações concretas da nossa sociedade.

O interdiscurso se relaciona inteiramente com todos os conceitos apresentados, pois é a partir da interdiscursividade que o discurso será transmitido, como ar-

gumenta Orlandi (2006, p. 21) “Trata-se do que chamamos saber discursivo. É o já dito que constitui todo dizer”. Ou seja, a interdiscursividade pode ser caracterizada como a presença de discursos distintos em diferentes tempos históricos.

3. UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE MANCHETES SOBRE O TRÁFICO DE DROGAS COMETIDOS POR PESSOAS BRANCAS E NEGRAS

Os enunciados foram coletados seguindo como critério as relações ideológicas, interdiscursivas e históricas que todos têm em comum. Ou seja, são os tipos de discursos recorrentes que aparecem ao decorrer do tempo, possuindo o mesmo sentido, que são passados de geração em geração pelos sujeitos que assumem práticas e discursos racistas.

A seguir, são apresentados os seis títulos selecionados em que se pode observar que o que se noticia são casos em que os acusados são brancos.

1. “Jovens são presos por tráfico em condomínio de luxo em Vila Velha” (GazetaOnline)
2. “PM prende jovem com grande quantidade de drogas sintéticas” (Portal-daCidade)
3. “Caetité: Jovem é preso passando drogas, bebidas e celulares para detentos da delegacia” (SudoesteBahia)
4. “Jovem de classe média é preso por suspeita de tráfico internacional de drogas no Rio.” (ExtraGlobo)
5. “Polícia prende jovens de classe média com 300 kg de maconha no Rio” (G1)
6. “Filho de desembargadora preso por tráfico de drogas é solto no MS” (G1)

Já os cinco enunciados a seguir dizem respeito a manchetes que remetem a pessoas negras suspeitas de estarem envolvidas com o tráfico de drogas.

7. “Polícia prende traficante com 10 quilos de maconha em Fortaleza” (G1)

8. “Polícia prende traficante com 15 quilos de maconha” (G1)

9. “Traficantes são presos em Itupiranga” (Correio de Carajás)

10. “Operação da polícia prende suspeitos de tráfico de drogas em Pedreira e Socorro” (G1)

11. “Rafael Braga e Breno Borges: quando 9g de racismo pesam mais que 129kg de maconha” (Carta Capital)

Com a leitura dos títulos verifica-se que o sujeito discursivo ideológico é racista por diferenciar a forma pela qual os suspeitos são mencionados: em (1), (2), (3), (4) e (5) existe a repetição da palavra “jovem”, para referir-se a pessoas brancas, enquanto que, para pessoas negras, em (7), (8), (9) e (10) a palavra “traficante” e a expressão “suspeitos de tráfico” aparecem frequentemente.

É observável que não se faz necessária a utilização da palavra “negro” nos enunciados de (7) a (10) para expressar o preconceito e o racismo presentes, pois o racismo está naturalizado, escondido na utilização de certas artimanhas na escrita: certas palavras são somente empregadas quando o condenado é negro.

No título de número (6), é ressaltado que o criminoso é filho de uma desembargadora, e que o mesmo foi solto, percebendo-se, também aqui, questões ideológicas, sociais e históricas, pois o sujeito discursivo preconceituoso diferencia o tratamento dado a um suspeito branco e rico, de um negro e pobre.

Percebe-se nos enunciados de (1) a (5) as relações interdiscursivas que se estabelecem, visto que em todos eles apresenta-se um discurso amenizado em relação ao crime, com a utilização de palavras como “jovens”, “filho” e a classe social pertencente em todos eles, quando se nota que a questão social dos condenados possui grande influência no julgamento e tratamento que estes receberão.

O enunciado (11), “Rafael Braga e Breno Borges: quando 9g de racismo pesam mais que 129kg de maconha”, da *Carta Capital* (c), apresenta a oposição entre os dois condenados Rafael Braga e Breno citados anteriormente, e o sujeito discursivo ressalta a diferença e a importância dada nos dois casos, quando cita “9g de racismo pesam mais de 129kg de maconha” e faz uma crítica ao modo como a sociedade cuida dos dois casos, e como possui uma ideologia racista e preconceituosa, em que a raça e a cor da pele são características identificadas e utilizadas para que se tome uma posição a favor ou contra o acusado.

Os enunciados de (6) a (10) também apresentam relações de memória discursiva e interdiscursividade, pois todos eles demonstram a forma com que os títulos são formulados, evidenciando uma formação discursiva racista e preconceituosa, pelo uso de certas palavras e não outras para a formulação dos títulos, opondo-se aos enunciados produzidos para pessoas brancas de classe média ou rica.

Nos títulos das matérias jornalísticas, quando são empregadas as expressões como “traficante” e “condenado” para referir-se às pessoas negras pode-se afirmar que as formações discursivas desses enunciados estão carregadas de uma ideologia axiológica elitista e racista (visto o público a que essas expressões são direcionadas), dando o sentido de que todas as pessoas noticiadas são criminosas por natureza, e que se foram condenados, como a expressão em uso diz, não há de que se ter dúvida de seu delito. Em contrapartida, quando se encontram palavras como “jovem”, para referir-se às pessoas brancas, pode-se afirmar que a formação discursiva deste enunciado está interdiscursivamente vinculada ao discurso do chamado “darwinismo social”, segundo o qual prega-se a superioridade social e cognitiva de uma raça (brancos) em detrimento de outra (negros), seguindo esse conceito, se um indivíduo caucasiano foi capaz de cometer tal delito foi por inexperiência, curiosidade e ingenuidade, leia-se jovem, e se um indivíduo negro foi capaz de cometer o mesmo crime, mesmo que na sua adolescência, é legítimo que o chamem de traficante e condenado, pois segundo a sua pele é natural que ele seja daquela forma e não de outra.

COMENTÁRIOS FINAIS

Seguindo o método de pesquisa proposto pela disciplina Análise de discurso de linha francesa, e aplicando seus conceitos, foi possível a verificação e análise de

títulos retirados de matérias jornalísticas na internet, observando a diferença entre os títulos direcionados para pessoas negras e pessoas brancas. Após realizada a seleção dos enunciados e feitas as análises, constatou-se a presença de dois sujeitos discursivos presentes: um sujeito preconceituoso e racista, e o sujeito discursivo igualitário, que luta por direitos iguais, quando se faz uma crítica à justiça brasileira por meio do enunciado “Rafael Braga e Breno Borges: quando 9g de racismo pesam mais que 129kg de maconha”.

O discurso preconceituoso e racista é formado a partir de certos sujeitos e por relações interdiscursivas, caracterizando a ideologia preconceituosa na sociedade, transmitida por gerações ao longo do tempo, por meio das formações discursivas.

As circunstâncias que ocasionavam e ainda ocasionam essas práticas e discursos racistas se dão hoje pela marca escravocrata que assolava o Brasil tempos atrás, fazendo com que atualmente ainda exista o preconceito racial em todas as esferas sociais na vida da pessoa negra.

Todos os enunciados apresentam relações interdiscursivas, pois observa-se nos enunciados a forma pela qual a mídia retrata um acusado rico e branco e outro pobre, e negro, quando questões raciais e sociais são levadas em consideração quanto à oposição na forma de tratamento e apuração do caso de que são completamente diferentes.

O trabalho possibilitou a observação e a reflexão acerca do tema, quando muitas das vezes o assunto passa despercebido aos nossos olhos e é evidente que a ideologia preconceituosa e racista em nossa sociedade faz-se presente na mídia brasileira.

REFERÊNCIAS

- ORLANDI, Eni. Análise de discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.
- FERNANDES, Cleudemar. *Análise de discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Claraluz, 2008.
- MARTINS, Tereza Cristina Santos. *Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social brasileiro*. Temporais, 2014. Disponível em: <periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/7077/6148> Acesso em: 06 nov. 2017

- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: EDUNICAMP, 1997.
- CASO RAFAEL BRAGA: A Justiça reforça a segregação racial no Brasil. *Carta Capital*. 26 abr, 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/caso-rafael-braga-justica-reforca-a-segregacao-racial-no-brasil> Acesso em: 11 ago. 2017.
- CATIETÉ: Jovem é preso passando drogas, bebidas e celulares para detentos na delegacia. *Sudoeste Bahia*. Bahia: 26 ago, 2017. Disponível em: <http://www.sudoestebahia.com/noticias/17051-caetite-jovem-e-presos-passando-drogas-bebidas-e-celulares-para-detentos-da-delegacia>. Acesso em 12 jul, 2017.
- FILHO de desembargadora preso por tráfico de drogas é solto no MS. 24, jul, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/filho-de-desembargadora-presos-por-trafico-de-drogas-e-solto-no-ms.html> Acesso em: 22 jul. 2017.
- POLÍCIA prende traficante com 15 quilos de maconha em Fortaleza. G1. Ceará, 31 jan, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/01/policia-prende-trafficante-com-15-quilos-de-maconha-em-fortaleza.html> Acesso em: 26 jul. 2017.
- MAIS DE 60% dos presos no Brasil são negros. *Carta capital*. 26 abr., 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mas-de-60-dos-presos-no-brasil-sao-negros>. Acesso em: 12 ago. 2107.
- JOVEM de classe média é preso por suspeita de tráfico internacional de drogas no Rio. *O Globo*. Rio de Janeiro, 08 out, 2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/jovem-de-classe-media-presos-por-suspeita-de-trafico-internacional-de-drogas-no-rio-17721996.html>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- JOVENS são presos por tráfico em condomínio de luxo em Vila Velha. *Gazeta Online*. Itapoã: 28 jul, 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/07/jovens-sao-presos-por-trafico-em-condominio-de-luxo-em-vila-velha-1014083247.html>. Acesso em: 15 ago, 2017.
- OPERAÇÃO da polícia prende suspeitos de tráfico de drogas em Pedreira e Socorro. G1. Campinas e Região. 19 out, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/operacao-da-policia-prende-suspeitos-de-trafico-em-pedreira-e-socorro.ghtml> Acesso em: 14 ago, 2017.

- PF prende outra vez filho de desembargadora de Mato Grosso do Sul. *Estadão*. 22 nov, 2017. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-prende-outra-vez-filho-de-desembargadora-de-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- PM prende jovem com grande quantidade de drogas sintéticas. *Portal da cidade*. Brusque, 11 jul., 2017. Disponível em: <http://brusque.portaldacidade.com/noticias/5505-pm-prende-jovem-com-grande-quantidade-de-drogas-sinteticas>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- POLÍCIA prende traficante com 10 quilos de maconha em Fortaleza. *G1*. Ceará, 17 mar, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/03/policia-prende-traficante-com-10-quilos-de-maconha-em-fortaleza.html>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- POLÍCIA prende jovens de classe média com 300 kg de maconha no Rio. *G1*. Rio de Janeiro. 23 mar, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/policia-prende-jovens-de-classe-media-com-300-kg-de-maconha-no-rio.html>. Acesso em: 10 ago, 2017.
- POLÍCIA prende jovens de classe média com 300 kg de maconha no Rio. *G1*. Rio de Janeiro. 23 mar, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/policia-prende-jovens-de-classe-media-com-300-kg-de-maconha-no-rio.html>. Acesso em: 10 ago, 2017.
- RAFAEL Braga e Breno Borges: quando 9g de racismo pesam mais que 129kg de maconha. *Justificando*. 27 jul, 2017. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/07/27/rafael-braga-e-breno-borges-quando-9g-de-racismo-pesam-mais-que-129kg-de-maconha/>. Acesso em: 14 ago, 2017.
- TRAFICANTES são presos em Itupiranga. *Correio de Carajás*. Carajás: 16 ago, 2017. Disponível em: <https://www.correiodecarajas.com.br/post/traficantes-sao-presos-em-itupiranga>. Acesso em: 14 ago. 2017.

O novo Ensino Médio: Análise do discurso da Lei nº 13.415/2017 a partir de Michel Foucault¹

Amarildo Inácio dos Santos²

INTRODUÇÃO

No ano de 2016, Michel Temer assumiu a condução do Brasil em meio a um processo bastante polêmico que culminou com a destituição da presidenta Dilma no dia 31 de agosto. Uma das primeiras medidas adotadas por Temer foi alterar a configuração do currículo do Ensino Médio. Essas alterações foram chamadas de reformas e realizadas por meio de uma medida provisória, um mecanismo jurídico previsto no artigo 62 da Constituição Federal de 1988, cujos pressupostos de utilização pelo Presidente da República são, justamente, a urgência e a relevância da matéria: “Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional” (BRASIL, 1988). Essa medida provisória foi promulgada em 16 de setembro de 2016, menos de um mês após Michel Temer assumir a presidência, o que denota a urgência que este governo tem para implementar a reforma. Diante disso, pode-se perguntar: Qual urgência é essa? De que urgência estamos falando? Urgência para quem e por quê?

1 Trabalho realizado sob orientação da Professora Doutora Gicele Maria Cervi. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: Gicele.cervi@gmail.com.

2 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: amarildoinacio.ds@gmail.com.

Em 16 de fevereiro de 2017, a MP 746 foi convertida na Lei nº 13.415/2017³, que altera as Leis nº 9.394/1996⁴ e nº 11.494/2007⁵, revoga a Lei nº 11.161/2005⁶ e determina a implementação de escolas de Ensino Médio em tempo integral. As alterações empreendidas impactam consideravelmente sobre a carga horária que deve, gradativamente, ser ampliada de 800 para 1.400 horas anuais.

No que se refere às disciplinas, a lei determina que a partir de sua vigência somente Português, Matemática e Inglês permanecem obrigatórias nos três anos do Ensino Médio, sendo que este último passa a ser obrigatório a partir do sexto ano do Ensino Fundamental. Já as disciplinas de Artes e Educação Física passam a ser obrigatórias somente na educação infantil e fundamental, anos iniciais e finais.

Pela nova lei, os conteúdos do currículo do Ensino Médio devem ser organizados em quatro itinerários formativos: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas.

Há também a implementação de um quinto itinerário, formação técnica e profissional, devendo ser ofertado pelas escolas e sendo permitidas parcerias entre os setores público e privado para garantir a oferta.

As determinações legais concluem que caberá aos sistemas de ensino decidirem sobre quais itinerários poderão ofertar de acordo com suas possibilidades e altera as regras sobre o FUNDEB⁷ incluindo o inciso V no artigo 36 da Lei nº 9.394/1996⁸ inserindo a formação técnica e profissional que pode ser ofertada por instituições privadas e passa a dividir a fatia orçamentária destinada ao fundo.

A fim de localizar o campo conceitual utilizado neste artigo, assume-se a compreensão de instituição escolar pensada por Varela e Alvarez-Uria (1992) e Cer-

3 Lei que regulamenta a reforma no Ensino Médio.

4 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

5 Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 2017).

6 Dispõe sobre o ensino da língua espanhola.

7 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

8 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

vi (2013). Para compreender os processos de subjetivação, atualmente em curso na escola, serão utilizados como referenciais teóricos os estudos do filósofo francês Michel Foucault, sobretudo a Análise do Discurso (AD), por meio da qual buscar-se-á esquadrinhar as condições do contexto histórico atual a fim de verificar como se tornou possível a irrupção dos discursos expressos na lei e os significantes que eles transportam e que operam na produção de subjetividades. A noção de biopolítica, também elaborada por Foucault, é mobilizada para desvelar a produção, via currículo escolar, do sujeito empresa de si, o *homo oeconomicus*, aquele que não apenas é conduzido, mas ama sua condução, o sujeito de excelência do neoliberalismo, o sujeito governável. Os conceitos aqui relacionados são explorados nas seções seguintes.

O objetivo do presente trabalho é problematizar discursos presentes no texto da Lei nº 13.415 de 2017. Esses discursos compõem uma estratégia biopolítica de governo à medida que constroem verdades que atravessam o currículo e produzem, na escola, subjetividades alinhadas aos interesses neoliberais. Por meio da análise do discurso foucaultiana, busca-se identificar as condições presentes na sociedade contemporânea que possibilitaram o surgimento dos discursos que fomentaram as mudanças no Ensino Médio.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: na seção um, apresenta-se uma explanação acerca da análise do discurso em Michel Foucault. Depois, problematiza-se o avanço do projeto neoliberal de Estado no Brasil relacionando-o à escola, que é também situada neste contexto. Na seção três, são analisadas as reformas e sua sintonia com o projeto neoliberal de Estado. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais.

I. ANÁLISE DO DISCURSO EM FOUCAULT

Com a arqueologia, Foucault (2008a) pretende verificar as condições que foram reunidas em um determinado recorte histórico-temporal que possibilitaram a irrupção de determinados discursos de saber, que, colocados em circulação, passam a produzir efeitos de poder e constituem estatutos de verdade que orientarão estratégias biopolíticas de condução de condutas, comportamentos, constituirão subjetividades. “A arqueologia é uma modalidade de análise do discurso” (CASTRO, 2016, p. 117) e ela investiga as “superfícies” de emergência nas quais surgem os seus

objetos. Foucault (2008a) descreve instâncias de delimitação dos objetos discursivos, isto é, quem pode delimitá-los. O discurso sobre a loucura, por exemplo, feito pela psicopatologia no século XIX, criou o seu objeto, ou seja, a loucura. A partir disso, as diferentes instâncias de delimitação como a medicina, direito, psiquiatria, etc., nomeiam e instauram a loucura como objeto de discursos médicos, jurídicos e psiquiátricos que produzirão diferentes discursos e efeitos de poder sobre o corpo do sujeito da loucura, o louco, que é, também, uma produção discursiva.

Uma arqueologia não é uma “história” na medida em que, como se trata de construir um campo histórico, Foucault opera com diferentes dimensões (filosófica, econômica, científica, política etc.) a fim de obter as condições de emergência dos discursos de saber de uma dada época (REVEL, 2005: p. 16).

A análise arqueológica não intenta, portanto, relatar a história como uma sucessão de acontecimentos contínuos em uma organização linear, mas investigar justamente as características da superfície de emergência que possibilitaram as quebras, as rupturas, os acidentes que ocorreram ao longo dessa história e promoveram a formação discursiva de saberes sobre determinados objetos em determinadas épocas criando estatutos de verdade que se sedimentam e tornam-se cristalizados, inquestionáveis. “A arqueologia é uma história das condições históricas de possibilidade do saber” (CASTRO, 20016, p. 40), destarte, difere da história tradicional da qual Foucault (2008a) questiona a fixidez, o silêncio, o fato de esta ser uma mera sucessão de acontecimentos, ignorando as rupturas, as fissuras, as quais ele nomeia descontinuidades.

É preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam (FOUCAULT, 2008a, p. 24).

O que o filósofo quer é conhecer as condições históricas que possibilitaram o surgimento de determinados discursos, e não outros, que compõem a trama discursiva hegemônica. Porém, para Foucault (2008a), a história tradicional, como campo de saber, se propunha simplesmente a narrar os fatos ocorridos objetivando

reconstituir uma espécie de memória histórica da humanidade, contar a trajetória humana como um encadeamento de fatos e consequências, o que lhe conferia uma continuidade linear e lhe permitia atribuir significados aos fenômenos de uma determinada época, constituindo assim, a identidade da época, mas sem jamais questioná-la. Nesse sentido, o autor escreve:

O projeto de uma história global é o que procura reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio-material ou espiritual de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica a sua coesão – o que se chama metaforicamente o “rosto” de uma época (FOUCAULT, 2008a, p. 10-11).

Foucault advoga que a pretensa continuidade da história tradicional pode e deve ser questionada. Trata-se, portanto, de identificar as discontinuidades e utilizá-las como uma estratégia para desestabilizar as verdades sedimentadas na história contínua que adquirem o caráter de conhecimento inabalável, o caráter de verdade. O que Foucault pretende com seu método de investigação, que decidiu chamar de arqueologia – uma alusão ao trabalho do arqueólogo que escava as diferentes camadas – é fazer recortes de determinadas épocas e encontrar essas discontinuidades nos discursos. Ele pretende analisar os acontecimentos discursivos que irromperam nesses períodos verificando como o seu surgimento tornou-se possível mesmo sob o manto da continuidade, da mesmidade. Para isso, ele analisa as condições do contexto histórico que provocaram essas quebras, e que possibilitaram o surgimento de discontinuidades, de rupturas no movimento indubitavelmente estável da história.

Segundo Castro (2016, p. 117), “Foucault define discurso como o “conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação; assim se poderia falar de discurso clínico, discurso econômico, discurso da história natural, discurso psiquiátrico” e poderíamos incluir, além de tantos outros, um discurso pedagógico. A produção discursiva de diferentes épocas edificou campos de saber dotados de poder para determinar a verdade sobre a loucura, a doença, a sexualidade, o crime, etc., constituindo assim, as subjetividades do louco, do doente, do homossexual, do criminoso, essa produção é uma estratégia biopolítica de governo: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT,

2014, p. 10). Os discursos mobilizam relações de poder, mas não se deve pensar que há, de um lado, o discurso, e do outro, o poder, pois não são opostos: “O poder não está, pois, fora do discurso. O poder não é nem a fonte nem a origem do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder” (CASTRO, 2016, p. 120). Os discursos fazem circular relações de poder que constroem verdades que produzirão subjetividades governáveis.

Uma análise arqueológica do discurso nos moldes pensados por Foucault não pretende “encontrar atrás do discurso uma coisa que seria o poder e que seria sua fonte, [...] trata-se de reencontrar, a partir do discurso, quais são as intencionalidades do sujeito falante, um pensamento que se está formando” (CASTRO, 2016, p. 120). Neste sentido, o presente trabalho visa analisar os discursos presentes na Lei nº 13.415/2017 relacionando-os com o contexto histórico atual.

2. O AVANÇO DO PROJETO NEOLIBERAL NO BRASIL

O projeto neoliberal de Estado avança no mundo todo impulsionado pelo mercado internacional e controlado pelas grandes corporações e potências econômicas. No Brasil, pode-se observar um aparelhamento da máquina estatal a esses objetivos neoliberais. Dentro da lógica neoliberal “É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (FOUCAULT, 2008b, p. 165) e o governo Michel Temer tem buscado criar as condições favoráveis ao avanço do neoliberalismo no Brasil.

Na perspectiva neoliberal de Estado, os direitos conquistados ao longo de décadas de lutas sociais são transformados em serviços e passam a ser comercializados. Essa mudança fomenta uma cultura de meritocracia, pois só terá acesso a esses serviços quem por eles puder pagar. Para justificar a lógica meritocrática, toda uma trama discursiva é mobilizada a fim de construir verdades sobre aqueles que não puderem pagar pelos serviços. Essas verdades passam a circular produzindo efeitos de poder, como o ódio aos pobres que se pode observar no Brasil e nos demais lugares onde o neoliberalismo avança. Discursos como “se não podem pagar por serviços, é porque não se esforçaram o suficiente” tornam-se comuns e vão produzindo uma mentalidade cada vez mais individualista, competitiva, egoísta, meritocrática.

Essa é a lógica do sujeito do neoliberalismo, do “[...] *homo oeconomicus* como sujeito de interesse individual no interior de uma totalidade que lhe escapa, mas funda a racionalidade das suas opções egoístas” (FOUCAULT, 2008b, p. 379). Se eu consigo, todos podem conseguir, é o raciocínio meritocrático. Os indivíduos subjetivados nesta perspectiva passam a tomar a si mesmos como modelos, exemplos a serem seguidos. Isso naturaliza a nova ordem, à medida que os sujeitos não apenas a aceitam como passam a defendê-la.

Para que essa mutação de direitos em serviços se torne “palatável” e não provoque resistências que podem atrapalhar o avanço do projeto neoliberal, ela opera por meio da mobilização de discursos que visam desqualificar os serviços públicos e gratuitos. Dito de outro modo, constrói-se, discursivamente, a “verdade” de que os serviços públicos são de má qualidade a fim de robustecer a trama discursiva que defende a privatização sob a promessa de melhorias. No caso do Brasil, é possível verificar um aparelhamento da máquina estatal aos interesses neoliberais, que fica evidente quando se percebe a diminuição dos investimentos nos serviços públicos, a exemplo do que se fez por meio da Emenda Constitucional 95/2016⁹. A redução nos gastos com os serviços públicos acarretará na sua precarização e fortalecerá os discursos que produzem “verdades” sobre sua “má qualidade” favorecendo a ideia de privatização. Portanto, o princípio de intervenção estatal mínima, premissa basilar do neoliberalismo, é relativizado. O Estado pode interferir, desde que seja para contribuir com os interesses do mercado internacional neoliberal. Neste sentido, Foucault (2008b) escreve que no neoliberalismo é necessário governar segundo os interesses do mercado.

Na perspectiva neoliberal desaparece a figura do trabalhador, ele deixa de ser um operário e torna-se um empreendedor, um prestador de serviços, um empresário de si. A substituição da figura do trabalhador pelo empreendedor de si produz, de imediato, a necessidade desses indivíduos estarem em constante atualização e aperfeiçoamento, pois eles passam a concorrer com outros e aqueles que estiverem mais preparados e oferecerem os melhores serviços pelos menores valores, serão contratados. Todo um mercado de formação profissional surge e se expande rapi-

9 Emenda Constitucional 95/2016, chamada de PEC do fim do mundo, limita por 20 anos os gastos públicos.

damente sob a promessa de ascensão profissional por meio de cursos técnicos voltados para as demandas mercadológicas. Não raro, os atrativos desses cursos residem nos preços, no tempo de duração reduzido e na praticidade da oferta do ensino a distância: “A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias quanto os mecanismos da concorrência (FOUCAULT, 2008b, p. 201). O empresário de si deve, por seus próprios esforços, conquistar o seu lugar ao sol, se não consegue colocação no mercado é por que precisa se esforçar mais, se aprimorar mais, buscar mais formação. Desaparece a responsabilidade do Estado sobre os indivíduos.

A metamorfose do trabalhador em empreendedor de si altera profundamente as relações de trabalho, pois o empreendedor pode negociar diretamente com os empresários, o que faz desaparecer o vínculo empregatício que se transmuta em prestação de serviços produzindo efeitos também na esfera jurídica. Se não há mais a figura do trabalhador, não há a necessidade de direitos que lhe assistam, o que desonera o empresariado e precariza a situação dos trabalhadores. Isso está em consonância com o princípio fundamental do neoliberalismo de intervenção estatal mínima. Se o Estado não deve interferir, não deve também, assistir aos cidadãos. Diante disso, o sujeito de excelência do neoliberalismo, o sujeito que se quer produzir é o *homo oeconomicus*, o empreendedor de si que passa a regular o seu *self* a fim de responder positivamente a essa nova ordem social e mental vigente.

O *homo oeconomicus* é aquele que obedece ao seu interesse, é aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, vai convergir com o interesse dos outros. O *homo oeconomicus* é, do ponto de vista de uma teoria do governo, aquele em que não se deve mexer. Deixa-se o *homo oeconomicus* fazer. É o sujeito ou o objeto do *laissez-faire*. É, em todo caso, o parceiro de um governo cuja regra é o *laissez-faire*. E eis que agora, nessa definição de Becker tal como eu lhes dei, o *homo oeconomicus*, isto é, aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio, esse *homo oeconomicus* aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio. O *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável (FOUCAULT, 2008b, p.369 grifos do original).

Para produzir esse sujeito governável, utilizável, dentro da cosmovisão atual, uma instituição será mobilizada: a escola, que “é uma instituição de aparição recente ligada a práticas familiares, modos de educação e, conseqüentemente, a classes sociais” (VARELA & ALVAREZ-URIA, 1992, p. 70). Considerando a escola como uma invenção da Modernidade, uma maquinaria de produção de subjetividades, podemos pensar nesta instituição como o locus privilegiado de produção dos “[...] ‘homens utilizáveis’” em cada tempo (CERVI, 2013, p. 47). A partir disso, podemos pensar no currículo como o mecanismo mobilizado a fim de selecionar determinados discursos e colocá-los em circulação, pois “O currículo é sempre resultado de uma seleção” (SILVA, 2007, p. 15). Esses discursos selecionados e colocados em circulação por meio dos currículos produzirão estatutos de verdade e constituirão as subjetividades governáveis dentro dessa nova lógica. Considerando o currículo escolar como o mecanismo de produção de subjetividades pode-se compreender por que uma das primeiras preocupações de Michel Temer ao assumir foi modificar, com urgência, a configuração curricular do Ensino Médio. A urgência em realizar a modificação fica evidente pelo fato de terem recorrido a uma medida provisória, diante disso cabe perguntar: qual a relevância e a urgência identificadas pelo atual governo? A urgência não é, como se quer fazer crer, fruto de preocupação com a qualidade do ensino e da aprendizagem, mas reside no fato de que para legitimar uma nova ordem social e mental, nesse caso, o neoliberalismo, é necessário constituir sujeitos alinhados a essa cosmovisão, essa é uma das razões para as adaptações curriculares. Neste sentido, a escola como o “local, por excelência, destinado à educação das crianças” (CERVI, 2013, p. 31), e também de jovens e adultos, é mobilizada para produzir os sujeitos necessários educando-os “em direção a estar no jogo; permanecer no jogo e desejar permanecer no jogo” (CERVI, 2013, p. 31). Os processos de escolarização produzem os sujeitos utilizáveis, dóceis, úteis e participativos. Além disso, mais do que estarem afinados com os objetivos neoliberais de Estado, eles desejarão fazer parte disso.

3.A LEI 13.415/2017 E A REFORMA NO ENSINO MÉDIO

A análise do texto da referida lei permite depreender que outra razão para a urgência do atual governo nas mudanças no Ensino Médio reside na necessidade

que ele tem de aparelhar a máquina estatal brasileira aos interesses do mercado internacional neoliberal. Trata-se de responder a uma exigência do mercado, isso se reflete na priorização do ensino técnico mobilizado a fim de responder às demandas do mercado de trabalho. O que se busca com a reforma não é uma melhoria na qualidade do Ensino Médio, como se vende nas milionárias campanhas publicitárias em circulação nas redes de televisão abertas. Trata-se, na verdade, de uma resposta do governo às necessidades atuais crescentes por mão de obra especializada. O que se quer é formar especialistas.

O sucesso de uma cosmovisão depende da adesão das pessoas a ela, por isso é necessário produzir os sujeitos neoliberais, os empreendedores de si, o *homo oeconomicus*, os soldados da nova ordem mental e social. Essa produção é feita na e pela escola, por isso a necessidade de alinhar o currículo do Ensino Médio aos interesses neoliberais de mercado. Regula-se o “molde” da maquinaria para que o produto saia adequado às finalidades pretendidas.

Um dos discursos que circulam por meio das campanhas publicitárias do Governo Federal e tentam produzir uma aceitação social das mudanças empreendidas no Ensino Médio pela Lei nº 13.415/2017 é o discurso de liberdade de escolha da profissão. Em uma das campanhas publicitárias veiculadas, com duração de trinta segundos e gravada em um teatro, um canhão de luz foca em atores que interpretam jovens do Ensino Médio. Eles se levantam e dizem para a câmera que profissão querem seguir. Em seguida, rostos de jovens sorridentes são exibidos enquanto a voz do narrador, com legenda, diz: **“Com o Novo Ensino Médio você tem mais liberdade para escolher o que estudar¹⁰**, de acordo com a sua vocação. É a **liberdade** que você queria para decidir o seu futuro¹¹”.

Esse discurso de liberdade denota uma característica muito presente no regime liberal e que retorna no neoliberalismo.

Se utilizo a palavra “liberal”, é, primeiramente, porque essa prática governamental que está se estabelecendo não se contenta em respeitar esta ou aquela

10 A opção pelo negrito e itálico é para destacar o discurso de liberdade presente no texto.

11 Texto de uma das propagandas do Governo Federal sobre o Novo Ensino Médio. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RuF0GYgmrJQ>>. Acesso em 12 dez 2017.

liberdade, garantir esta ou aquela liberdade. Mais profundamente, ela é consumidora de liberdade. E consumidora de liberdade na medida em que só pode funcionar se existe efetivamente certo número de liberdades: liberdade do mercado, liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão, eventualmente liberdade de expressão, etc. A nova razão governamental necessita portanto de liberdade, a nova arte governamental consome liberdade. Consome liberdade, ou seja, é obrigada a produzi-la. É obrigada a produzi-la, é obrigada a organizá-la (FOUCAULT, 2008b, p. 86).

O discurso de liberdade é muito presente no neoliberalismo e visa difundir a ideia de que sem a intervenção do Estado, nesse caso decidindo sobre a formação escolar dos estudantes, até então obrigatória, eles poderiam escolher estudar apenas aquilo pelo que nutrem interesse. Em uma perspectiva neoliberal, “[...] a liberdade não vai ser concebida como exercício de certo número de direitos fundamentais, ela vai ser percebida simplesmente como a independência dos governados em relação aos governantes” (FOUCAULT, 2008b, p. 57). Neste sentido, a Lei nº 13.415/2017 ao incluir na Lei nº 9.394/1996, a LDB, o artigo 35-A, inserindo quatro itinerários formativos, a saber, linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas, alinha-se aos princípios neoliberais.

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017). I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas (BRASIL, 2017).

A lei insere, ainda, no artigo 36 da LDB, um quinto itinerário, formação técnica e profissional. A Lei nº 13.415/2017 parece responder positivamente à premissa neoliberal de liberdade de escolha dos indivíduos. A campanha publicitária acima referida visa vender a ideia de liberdade, de autonomia, mas os efeitos da lei, na prática, são, dentre outras coisas, o alinhamento do Estado aos interesses neoliberais e

uma precarização do Ensino, o que produz reflexos diretos no acesso de estudantes oriundos de escolas públicas ao Ensino Superior público e gratuito.

Em uma outra campanha publicitária, jovens estão sentados em um teatro escuro. O canhão de luz foca em uma jovem que se levanta, sorridente e empolgada, e diz: “Eu **escolho** o que eu vou estudar? Então é claro que eu aprovo.”¹²

Novamente, o discurso de liberdade de escolha é mobilizado a fim de produzir uma aceitação das reformas. A propaganda veiculada pelo Governo Federal diz que os estudantes poderão optar pelos itinerários formativos que mais lhe interessarem, segundo sua vocação, difundindo uma ideia de liberdade de escolha. Contudo, o funcionamento dependerá dos sistemas de ensino, conforme redação do parágrafo quinto do artigo 36 da LDB, alterado pela Lei nº 13.415/2017, que determina que cada sistema de ensino, segundo sua disponibilidade, tem liberdade para deliberar, de acordo com o número de vagas, sobre quais itinerários formativos irão ofertar. Em vista disso, deve-se considerar a situação econômica das escolas públicas, que tende a se agravar ainda mais em virtude do congelamento dos gastos públicos pela Emenda Constitucional 95/2017. Portanto, “Não é o ‘seja livre’ que o liberalismo formula. O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre” (FOUCAULT, 2008b, p.87). Coloca-se em circulação, via campanhas publicitárias, um discurso de respeito às liberdades de escolha, mas oculta-se que essa escolha será limitada ao que as instituições puderem ofertar, que será precário devido à falta de investimentos na área.

Outro discurso bastante difundido nas publicidades oficiais do Ministério da Educação (MEC) é o discurso vocacional, presente em todas as campanhas publicitárias veiculadas pelo governo. Em uma delas, o cenário agora é uma sala de aula do Ensino Médio. Jovens sorridentes conversam, um deles, caminha até a professora, que também sorri, e conversa algo inaudível com ela. Em seguida, ele se vira para a câmera e fala como se falasse para a turma. Enquanto ele fala, palavras que complementam o que ele diz são projetadas no quadro, ao fundo. O jovem diz:

12 Texto de uma das propagandas do Governo Federal sobre o Novo Ensino Médio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P_lIPX6Ui54>. Acesso em 11 dez 2017.

“Aí, galera! Vocês já conhecem o Novo Ensino Médio? Essa proposta que está todo mundo comentando por aí. Sabia que ela foi baseada nas experiências de vários países? Países que tratam a educação como prioridade. E que ela vai deixar o aprendizado muito mais estimulante e compatível com a realidade dos jovens de hoje? Pois é! Agora além de aprender o conteúdo obrigatório, essencial para a formação de todos e que será definido pela Base Nacional Comum Curricular já em discussão, eu vou ter liberdade de escolher entre quatro áreas do conhecimento para me aprofundar. **Tudo de acordo com a minha vocação**¹³ e com o que eu quero para minha vida. E para quem prefere terminar o Ensino Médio já preparado para começar a trabalhar, poderá optar por uma formação técnica profissional, com aulas teóricas e práticas. Acesse o site e participe das discussões. Agora é você quem decide o seu futuro”¹⁴.

Esses discursos mobilizam a ideia de liberdade de escolha e vocação para produzir uma adesão às reformas empreendidas, mas os jovens só poderão optar pelos itinerários formativos que são ofertados na instituição na qual estarão matriculados e, sendo escassos os investimentos em educação, isso dificultará e limitará a oferta de itinerários formativos afetando diretamente a qualidade de sua formação, pois os parágrafos terceiro e quarto do artigo 35-A da Lei nº 13.415/2017 determinam que somente as disciplinas de português, matemática e inglês permanecem obrigatórias nos três anos do Ensino Médio. Deste modo, os exames de seleção, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), se tornarão um obstáculo muito difícil de transpor, pois a despeito de muitos estudantes cursarem apenas um ou dois itinerários formativos, o ENEM continuará exigindo todos, o que produzirá sérios efeitos no acesso ao Ensino Superior público.

No que se refere à carga horária, ela deve ser ampliada, progressivamente, de oitocentas horas para mil e quatrocentas horas anuais, conforme determina o parágrafo primeiro do artigo 24 da LDB, cuja redação foi alterada pela Lei nº 13.415/2017.

13 A opção pelo negrito e itálico é para destacar o discurso vocacional presente no texto.

14 Texto de uma das propagandas do Governo Federal sobre o Novo Ensino Médio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P_lIPX6Ui54>. Acesso em 11 dez 2017.

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017 (BRASIL, 2017).

A lei determina, também, que os sistemas de ensino terão cinco anos para implementar carga horária de, pelo menos, mil horas anuais e ao longo dos três anos do Ensino Médio, os sistemas não podem ultrapassar o total de mil e oitocentas horas destinadas aos conhecimentos relacionados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois a carga horária agora é dividida com o currículo da educação técnica e profissional. A alteração na carga horária coloca, de imediato, um problema. A estrutura das instituições permanecerá a atual, haja vista que não haverá investimentos na área. Isso tornará o Ensino Médio ainda menos estimulante para a maioria dos estudantes, podendo ocasionar um aumento na evasão escolar no Ensino Médio. Além disso, no que se refere ao ensino noturno, apesar de estar previsto na lei, a redação do parágrafo segundo do artigo 24 é bastante nebulosa, inconclusa, não definindo, por exemplo, a carga horária. “§ 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4o. (NR)” (BRASIL, 2017). A lei fala que o ensino noturno deve ser adequado às condições do educando, mas qual educando? O que é adequado? A redação do parágrafo segundo do artigo 24 deixa perguntas sem respostas. Cumpre ressaltar que muitos estudantes do Ensino Médio noturno optam por estudar de noite justamente porque trabalham durante ao longo do dia e não podem cumprir uma carga horária diferente, o que os levaria a optar entre o estudo e o emprego. Muitos dos estudantes não trabalham por querer, mas por necessidade, deste modo, alterações feitas na carga horária do ensino noturno poderiam provocar um alto índice de evasão escolar, o que denota um ataque ao direito de acesso à educação.

Se todas as pessoas fizerem faculdade, não haverá mão de obra suficientemente disponível. Diante disso, é preciso desenvolver estratégias que direcionem alguns indivíduos para o Ensino Superior e outros para as fábricas. Neste sentido, pode-se pensar a reforma no Ensino Médio como um aparelhamento da máquina

estatal aos interesses neoliberais, pois as alterações empreendidas no currículo produzirão uma precarização no ensino que refletirá diretamente na qualidade da formação dos estudantes de escola pública, determinando quem terá melhores chances de acessar uma faculdade e quem será encaminhado para o trabalho nas empresas.

A reforma do Ensino Médio produzirá uma precarização na formação de muitos estudantes que terão dificuldades para conseguir as melhores vagas nas instituições públicas de Ensino Superior. O currículo do Novo Ensino Médio visa produzir os sujeitos para o mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as condições históricas do cenário brasileiro que possibilitaram a irrupção de alguns discursos presentes na Lei nº 13.415/2017, como os discursos de liberdade de escolha e discurso vocacional, pode-se verificar que tais discursos são oriundos de uma lógica neoliberal de Estado que atualmente avança a passos largos no Brasil. Nesta perspectiva, o sujeito de excelência, o *homo oeconomicus* deve investir em sua formação pessoal e profissional a fim de tornar-se um sujeito competitivo no mercado e para o mercado. A análise da lei permite perceber a produção de subjetividades que está em causa, a produção do *homo oeconomicus*. As condições históricas presentes no contexto atual do Brasil, que tornaram possível os acontecimentos discursivos presentes na Lei nº 13.415/2017, foram produzidas pelos esforços do atual governo para aparelhar o Estado brasileiro aos interesses do mercado internacional neoliberal e das grandes corporações e fundos financeiros.

Uma profunda reforma no Ensino Médio se faz necessária, contudo, tal como está sendo feita, essa reforma apenas contribuirá para produzir, reproduzir e acirrar as desigualdades sociais, pois sem os investimentos necessários, a única mudança efetiva que ocorrerá é o enxugamento do currículo já fragilizado do Ensino Médio. A inserção de cursos profissionalizantes ofertados pela iniciativa privada pode transformar o Ensino Médio em um mero curso técnico, o que prejudicará seriamente os estudantes quando forem prestar exames seletivos para ingresso em cursos universitários.

A reforma do Ensino Médio privilegia uma educação tecnicista em detrimento do ensino propedêutico, fragilizando a formação dos estudantes. No que

se refere ao FUNDEB, o valor agora deve ser dividido também com as instituições de ensino técnico e profissionalizante, de iniciativa privada, que ofertarão os cursos. Com isso, haverá uma diminuição nos repasses às instituições públicas o que afetará, por exemplo, a contratação e formação continuada de professores, a manutenção, ampliação e/ou melhorias na estrutura da escola, o que pode refletir em impossibilidades de oferta dos itinerários formativos. Diante disso, percebe-se que o alinhamento dos interesses nacionais aos interesses internacionais de mercado neoliberal configura a principal condição histórica que favorece a irrupção de discursos de valorização das liberdades individuais mobilizados para camuflar a manutenção de uma sociedade dividida em estamentos. A educação é também alinhada aos interesses neoliberais e opera o direcionamento de diferentes grupos sociais para diferentes setores do mercado de trabalho, enquanto pulveriza o discurso de liberdade de escolha dos estudantes para seguir uma profissão e produz subjetividades correlatas, o *homo oeconomicus*. Privilegia-se, no Ensino Médio público, uma educação profissional e tecnicista em detrimento de uma educação integral, o que fragiliza a formação dos estudantes do sistema público de ensino e os torna menos aptos a concorrer às vagas em universidades públicas e gratuitas. As opções que lhes restam são os cursos técnicos que lhes encaminharão, não por acaso, para os setores do mercado de trabalho com maior demanda por mão de obra especializada.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 13.415/2017 de 16 de fevereiro de 2017*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, percursos e autores*. Tradução Ingrid Müller Xavier. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- CERVI, Gicele Maria. *Política de gestão escolar na sociedade de controle*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

COMERCIAL MEC REFORMA ENSINO MÉDIO – 02. Lucas Thomaz.

Youtube. 23 nov. 2016. 1m. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=P_1iPX6Ui54>. Acesso em: 11 dez. 2017.

COM O NOVO ENSINO MÉDIO, VOCÊ TEM MAIS LIBERDADE PARA

ESCOLHER O QUE ESTUDAR! Ministério da Educação. *Youtube*.

26 dez. 2016. 31s. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>>. Acesso em: 11 dez 2017.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PROPAGANDA INSTITUCIONAL - REFORMA ENSINO MÉDIO. João

Paulo. 08 fev. 2017. 30s. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=RuF0GYgmrJQ>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

REVEL, Judith. *Michel Foucault*: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade*: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Reflexão crítica sobre os discursos atuais de violência como mantenedores da ordem

Cecília Rodrigues Ribeiro¹
Camila Dias²

Primeiramente, precisamos entender que o Estado, segundo Foucault (1978-1979) é uma unidade específica e descontínua que existe somente para si mesmo e em relação a si mesmo. Isso quer dizer que a palavra “governar”, no contexto político, na situação real e concreta, tem como referência o próprio exercício da prática governamental. Assim, nesse artigo, debateremos a governamentalidade atual do Brasil em referência a si mesma, à sua própria política e história sociocultural. E tentaremos essa manobra no sentido inverso que habitualmente os historiadores o fazem: ao invés de partir dos conceitos universais e deduzir a prática concreta, quer dizer, ao invés de partir do conceito de soberano para entender sua função concreta no sistema sociológico, partiremos, conforme nos ensina Foucault, da prática para depois esboçar uma contribuição para os conceitos universais e históricos. Isso quer dizer que ao invés de nos concentrarmos na discussão atual popularizada entre os dois polos ideológicos que se formam no Brasil, vamos tentar entender a função de determinadas representações para a eficácia do poder. Destaca-se, igualmente, que este artigo não debaterá posições políticas, pois a ênfase aqui é entender o corpo social e suas relações com as formas de elaboração e manutenção da supremacia governamental.

Essa é a metodologia de Foucault: em *História da loucura* (1961), para entender o sistema de poder e de manutenção da ordem que estão por trás da doença, ele

1 École de Hautes Études en Sciences Sociales & Universités Sorbonne Paris Cité, Université Paris – Diderot.

2 SDF Arquitetura e Engenharia. Pontifícia Católica de Goiás

parte do pressuposto conceitual que a loucura como doença em si não existe. Sua obra se concentra na descrição dos hospitais psiquiátricos desde o início, quando eram usados para abrigar os leprosos, durante a Idade Média, com a finalidade de mantê-los afastados dos outros habitantes. Essas instituições ficavam às margens das cidades como símbolo de dever da caridade e demonstração do poder da punição de Deus, e, para o doente, essa moradia era sua salvação. Ao final da Idade Média, os leprosários, já vazios, foram preenchidos com um novo signo de segregação e obrigação moral: os portadores de doenças venéreas. E, mais tarde, seriam transformados em manicômios. Essa mesma idéia supracitada de segregação como maldição e consagração, continua, no período renascentista, com a nau dos loucos. Os loucos eram colocados em embarcações para partirem em busca da sanidade. A loucura começa a ganhar um papel mais importante na sociedade e aparece como uma figura cultural de grande importância substituindo o medo da morte pelo o medo da loucura (cf. DEYFRUS & RABINOW, 1995). Junto a ela, outras formas revelam-se: o bêbado, o criminoso, o tolo, o pobre, os insensatos, o apaixonado, o imbecil, o devasso, o indigente, os libertinos; figuras que se confundem ao ocupar o lugar dos leprosos de obrigação moral de caridade e segregação social. Esse é um dos signos que a loucura traz consigo até hoje (cf. RIBEIRO, 2009).

Em seguida, chega-se à internação, que é uma criação própria do século XVII, e que veio para sanar os problemas de incapacidade de produção e de pobreza que a loucura começava a trazer para a sociedade (cf. FOUCAULT, 1961). O discurso do médico, a forma de organização do sistema interno e mesmo o tratamento não estariam, nesse momento, baseados em análises científicas e não são centrados na real melhora da qualidade de vida, mas percebida como uma forma de classificação, segregação e, principalmente, controle de seres humanos. São jogados nos manicômios, sem distinção, os criminosos e os loucos. Assim, Foucault aponta o internamento como justificativa para relacionar o suposto bem-estar do indivíduo com o controle administrativo do Estado, controle este resultante de pressões econômicas e sociais (cf. DEYFRUS & RABINOW, 1995).

A separação do louco com o criminoso vem com a Revolução Francesa e, segundo o autor, não será por razões humanitárias de assistência, mas simplesmente porque se percebeu que se tratava primeiro de uma violação de categorias e segundo por um cálculo financeiro. Ou seja, em um primeiro tempo o criminoso ao

lado do louco, ao sair da detenção, poderá vir a perder a razão. Segundo, porque a pobreza agora se tornará essencial para a nação, visto que é por meio da mão de obra barata que a sociedade irá consolidar seus frutos, e a internação passa a ser um grande erro econômico (cf. FOUCAULT, 1961). Assim, era preciso punir os agentes que permitiam que tal erro ocorresse: o louco, que assume a responsabilidade pela sua loucura e recebe um método punitivo de tratamento (cf. RIBEIRO, 2013). Esse tratamento visava demonstrar que o sujeito tinha contas a pagar por seus atos incompreensíveis e sem razão e, ao final do tratamento, ele estaria curado se reconhecesse que transgrediu os padrões éticos universais da humanidade (DEYFRUS & RABINOW, 1995).

Nesse ínterim, cria-se a figura do médico, que trouxe duas grandes soluções: por um lado, ela detém o poder de falar quem vai e quem fica; por outro, ela transforma a detenção em caridade, ou seja, em um grande hospital. Com efeito, Foucault (1963) irá apontar o rompimento do diálogo entre o louco e a sociedade através da figura do médico e do discurso medical incompreensível ao paciente. Elabora-se, nesse discurso próprio do médico, o que foi denominado de arqueologia do silêncio, na qual a psiquiatria e a loucura não falam mais a mesma língua (SCAVONE, ALVAREZ & MISKOLCI, 2006). Dois tipos de homem são oriundos dessa equação: primeiro o homem moderno que não se comunica com o homem louco e delega ao médico essa comunicação. Do resultado disso, a relação entre médico e paciente se dá somente pelo viés abstrato da universalidade da descrição sintomatológica. Assim, o homem da loucura, segundo tipo de homem proveniente dessa relação, não se comunica através de uma razão concreta e tangível, mas pelo abstrato da patologia em si. O discurso do paciente e o discurso do homem da razão não são compatíveis e são traduzidos pelo discurso médico, que, por sua vez, ganha poder na falha de comunicação entre o doente e o homem de razão. Cada um desses discursos têm uma ordem diferente, que seja de ordem da coerção física e moral, da pressão anônima do grupo, ou da exigência de conformidade, entre outros. A falta de comunicação cria a hierarquia e o poder medical. Parodiando Foucault (1961), não há linguagem comum entre os agentes.

Conforme supracitado, Foucault nega a real existência da loucura para entender como a patologia serviu de instrumento na elaboração de uma determinada ordem. Nesse sentido, seu legado se encontra no evidenciamento do processo de

sujeição, que dá à disciplina o aval para governar. Essas considerações são interessantes e atuais se pensadas no Brasil, entre as anomalias apontadas como passíveis de trancafiamento (assim como os leprosos, a doença venérea, os loucos, os criminosos, o pobre, o devasso, entre outros apontados por Foucault), tem-se a vadiagem. Essa figura, que se mostra em destaque nos manicômios brasileiros, precisa ser mantida longe da sociedade, organizando este caos de acordo com o pensamento alienista brasileiro (LIMA, 2009).

Após a reforma psiquiátrica no Brasil, os manicômios, cada um em seu tempo diferenciado (de fato, relatos de instituições fora das “normas da revolução psiquiátrica” se encontram ainda nos anos 90, quiçá ainda nos anos 2000) foram modificados com o intuito de ajudar o paciente e não para ordená-lo ou manter a ordem social. Mesmo que o discurso médico ainda seja um problema a ser abordado, tem-se a tentativa de um novo tratamento, voltado para a qualidade de vida e inserção social. Porém, as figuras que antes ocupavam os manicômios estão hoje em uma situação limítrofe: entre a vida nas ruas e em busca de instituições que os abriguem. O vadio, a puta, o criminoso, o mendigo, o menino de rua, a mãe jovem, os drogados, o cheirador de cola, etc., todos são figuras que perpetuam a função de obrigação moral de caridade paradoxalmente combinada com a necessidade de segregação social. O discurso da ordem atual é de que essas figuras são frutos de uma falha pessoal que obriga a sociedade, em nome da ordem, a rejeitá-los.

O grande problema desse novo personagem é que não conseguimos colocá-lo nas instituições aos arredores da cidade, pois o mesmo incube duas funções: parte criminal e parte patológica. Novamente, a sociedade clama por justiça e punição dos agentes que permitem um novo erro econômico surgir: os culpados são os próprios jovens não-producentes na rua, morrendo precocemente e abarrotando o sistema de saúde.

De fato, alguns estudos psicológicos (BARTHOLOMEU et al, 2015) dizem que a condição do chamado sem-teto está mais relacionada com o setor da saúde, ao invés de ser considerado apenas como um problema social ou econômico. Isto visto que testes aplicados em comparação com uma amostra de base comparativa demonstraram a presença massiva de transtornos mentais na população sem-teto.

Partindo dessa premissa, entendemos que o problema do sem-teto é de ordem da saúde, mas enfatizamos que sua função social é de ordem do controle go-

vernamental. Da mesma forma que Foucault pôde observar que os manicômios tinham um encargo de segregação moral e social dos sujeitos “não-adaptados” à ordem vigente, atualmente se encontra, no Brasil, a rua e moradas sociais como sendo os espaços que abrigam os “não-merecedores” do sucesso profissional e pessoal. Percebe-se que negando a existência do louco, Foucault termina por entender sua função social e afirmar a existência da patologia para além das formulações históricas sociais esperadas. Um esboço pode ser traçado no Brasil moderno: negando a existência do fracasso pessoal e do transtorno mental relacionado, podemos entender que as figuras que carregam essa carga de inaptitude são igualmente necessários para manter o discurso da ordem vigente. Ou seja, o morador de rua é necessário como instrumento de punição caso a população queira questionar o sistema vigente. O medo da loucura se converte em medo de perder as relações sociais adequadas, de perder a moradia, de perder o emprego, entre outros. O discurso moral para manter a ordem é de que o morador de rua, o pobre, o mendigo são fracassos pessoais e não um problema social, o que alivia as tensões políticas e o dever do Estado de prover condições sociais de existência

Essa maneira de controle não é inovadora somente no campo da psicopatologia, ela tem suas raízes também no sistema jurídico-penitenciário. Ribeiro e Nunes (2015) afirmam que a sanção penal é a resposta do Estado contra o sujeito que violou suas normas, entendendo por Estado a instituição que nas bases sócias e mitológicas deve proteger e velar pela comunidade (as práticas de ordenamento e de disciplina a fim de perpetuar o poder estão presentes no próprio discurso). Em *Vigiar e Punir* (1975) Foucault parte das instituições criminais para em seguida entender a função do crime e do infrator como instrumentos de manutenção da ordem. Mais uma vez, ele parte quase facticialmente da não existência do criminoso para entender, em seguida, sua história e sua atribuição moral, social e cultural. A punição é, nesse sentido (talvez até exclusivamente), penalidade como repreensão dos delitos. Desempenhando esse papel unicamente, de acordo com as formas sociais, os sistemas políticos ou as crenças, a punição pode ser caracterizada como indulgente ou severa. Além disso, a punição pode ser entendida como reparação ou expiação, perseguição ou atribuição de responsabilidade (cf. FOUCAULT, 1975).

Ao entendermos a punição dessa forma, iniciamos um debate sobre o poder de punir. A questão ontológica do poder deve ser observada em dois prismas:

primeiro, o poder visível, concreto e palpável, ou seja, as instituições; e, segundo, o poder invisível, abstrato e conceitual, assim sendo, o dispositivo. É justamente nessa relação binária que o Estado é nomeado como lugar de poder, um poder que se estende à normatização dos sujeitos (cf. RIBEIRO, 2013).

Esse jogo duplo do poder começa com os suplícios e a catarse do castigo medieval, no qual até o fim do século XVIII e começo do XIX a expoente Europa se espelhava. A correção física, a tortura, as fogueiras e o esquartejamento fazem parte desse relato. O suplício, conforme preconiza o autor, era a arte qualitativa do tormento que tinha como princípio um tipo, uma natureza, uma duração e uma intensidade segundo a gravidade do crime e a pessoa do criminoso, assim como a classe social da vítima. A população reivindicava ver com os próprios olhos o processo punitivo, não só para manter o medo da punição como fundamento, mas também, para garantir a existência da punição: a população era testemunha e agente do processo.

A reforma do direito criminal teve por objetivo fundar um novo direito de punir, uma nova economia da punição: todos sujeitos do corpo social são plausíveis de punição. Foucault (1975) explana que a mudança da tortura para uma nova ordem criminal veio não para exterminar a punição, mas para se aprender a melhor punir, de forma universal, severa e inserindo o poder da punição mais profundamente no corpo social. Com a voga filosófica humanista, a punição espetacular deixa de entrar em cena até que a execução pública não seja mais vista como habitual. A penalidade se transforma no substrato velado do processo penal, deixando o domínio, o poder e a regulamentação sair da percepção cotidiana para um outro lugar. Agora, sua eficácia será atribuída em princípio à sua fatalidade, não à sua intensidade visível. A justiça não é mais visivelmente vingativa em praça pública, mas mesurada por uma pena oralmente exposta e condizente com o delito (cf. RIBEIRO, 2013).

A partir da reforma jurídica, o direito desagregaria publicamente o valor da violência no seu exercício, porque a violência seria uma inversão de valores. Até o presente momento, a penalidade embasada no castigo físico não era um problema ético ou moralista, pois os intelectuais que o condenariam ainda sofriam o fruto dela, queimados nas fogueiras da detenção do saber. Nesse novo período – e sem entrar

em detalhes ou em debate com o domínio dessa área pela religião – a Ciência começa a ganhar poder, para, mais tarde, também usá-lo a favor da máquina de exclusão.

Entende-se que o erro de um crime em relação ao corpo social, como nos explica Foucault, é a desordem que ele introduz, ou bem a possibilidade de desordem, o exemplo, a incitação ao caos generalizado. Dessa forma, o que está em jogo é a representação do crime para o corpo social de tal forma que a punição se tornará igualmente uma representação. Desglorifica-se o processo punitivo e fala-se em corrigir, reeducar, até mesmo “curar” o infrator (cf. RIBEIRO, 2013). A pena como a expiação do mal liberta os magistrados do vil ofício de castigadores e ortoga aos mesmos o estatus de representantes do bem e julgadores do mal. Sem sombra de dúvidas alguns restos do suplício medieval ainda permanecem durante alguns anos e hoje, formas mais sutis são substituídas para o espetáculo (a mídia e as redes sociais, por exemplo). A moral finalmente ordena que se castigue a alma ao invés do corpo e uma multitude de mecanismos novos aparecem no sistema do juízo penal, como inquéritos, julgamentos apreciativos, vistorias clínicas, prognósticos e outros concernentes ao indivíduo criminoso (SCAVONE et al., 2006).

Cria-se um sistema que Foucault (1975) denominará como anatomia política ou mecânica do poder. Essa mecânica define tomar posse do corpo do outro não somente para que ele faça o que o ordenador queira, mas, principalmente, para que ele opere de uma determinada maneira segundo a eficácia, a rapidez e a prontidão que o ordenador determina. Aqui será elaborado o discurso de classificação penal, tipificações dos criminosos, vigilâncias, presença de organização militar, as técnicas de exaustão do corpo, exames, observação e classificação de ser humano. O poder disciplinar do século XIX, proveniente tanto do asilo psiquiátrico quanto da penitenciária, controla duplamente o sujeito: partição binária da população (louco *versus* homem de razão, criminoso *versus* homem do bem, normal *versus* anormal) e intimação coercitiva da repartição diferencial. Ele afirma: não me espanta que os hospitais, escolas, usinas, casas de retenção e asilos se assemelhem às prisões e vice-versa.

Combinado ao poder da disciplina que a peste forneceu (refinamento e quarentena da população), esse sistema de controle de indivíduos, embasado em uma técnica específica de uma ordenação que toma os sujeitos como objetos e como instrumentos de seu exercício, concomitantemente agrega ao quadro uma “fabricação” de indivíduos. A popularidade e o sucesso do poder disciplinar se explica devido

o uso de instrumentos simples, como a vigilância, com a presença de um pessoal especializado e treinado. De acordo com Ribeiro (2013, p. 217): “Sabe-se que a vigilância e a hierarquização a partir do poder que ela produz não é algo novo. Vigiar é um verbo da antiguidade”.

Centra-se na relação econômica do poder de classificar, punir e ordenar e, nesta perspectiva, aprendemos a disciplinar o operário ao trabalho, o aluno ao estudo, o doente à observância das receitas, o cidadão à obediência da lei. Pôde-se observar que em *Vigiar e Punir* (1975) não se trata de discutir o quadro rudimentar ou aperfeiçoado da prisão, mas sim, de sua materialidade, ou seja, do instrumento e vetor do poder. Ele demonstrou toda a tecnologia do poder sob o corpo do outro, tecnologia que será traduzida na legislação, na pedagogia e na psiquiatria. O filósofo partiu da prisão concreta para evidenciar a metodologia elaborada em torno da disciplina do corpo que foi direcionada ao legislador, ao educador e ao psiquiatra/psicólogo como processo de sujeição.

Essa disciplina é oriunda do efeito do panoptismo que diz respeito à indução de um estado de consciência permanente de visibilidade no detento, assegurando o funcionamento automático do poder. Replicando suas palavras: o panóptico é um instrumento a partir do qual os desejos mais diversos se convergem, fabricando um efeito de homogeneidade de poder (cf. FOUCAULT, 1975). Um ordenamento do corpo para manutenção do poder. As diversas relações de poder são indissociáveis de uma produção, acumulação, circulação e funcionamento do discurso. Essas relações atravessam o corpo social e o constituem. Assim, a trama implícita no processo panóptico é a consciência universal da lei em cada sujeito de direito que generaliza o poder de punir (cf. FOUCAULT, 1975).

Tem-se atualmente, no cenário brasileiro, um ordenamento da sexualidade, da forma de comportamento e um discurso de ordem da tradição e de preceitos morais. Se Foucault pôde constatar no discurso psiquiátrico a qualificação e a delegação de poder oriundos das prisões e manicômios, o que se observa hoje é um reforço desse discurso disciplinar. Enquanto que de um lado os intelectuais reclamam um discurso de progresso e de respeito à individualização do homem, do outro, o sistema jurídico negligencia e aprova o ordenamento da sujeição.

Peguemos por exemplo a recente decisão jurídica de não sancionar o tratamento da homossexualidade. Foucault nos explica como historicamente as prisões

e os manicômios criaram um espaço físico e abstrato de ordenamento do sujeito e perpetuação da ordem e como essa disciplina criou o discurso médico e jurídico que caminham ao lado da manutenção do poder. Esse tipo de ordenamento do corpo (tratamento da homossexualidade) é um exemplo típico que preconiza de que modo o discurso medical pode servir de instrumento da elaboração de uma determinada ordem.

Para concluir, este artigo teve a intenção de refletir o poder para além do paradigma e do contexto político no sentido prático (ou seja, no âmbito real de ações de políticos, de partidos e de leis). Todavia, debatemos o poder no sentido de entender a governamentalidade e a manutenção do poder e de uma determinada ordem e, principalmente, de um determinado discurso político. Chegamos, assim, ao dualismo vulgarizado e genérico aparente no discurso popular e divulgado nas mídias e nas redes sociais. A ideologia e as representações de base desses discursos, em prol da manutenção do poder vigente, são banalizados a um tal ponto que a comunicação se tornou vazia.

O que nos resta (aos pesquisadores e profissionais das Ciências Humanas e Sociais) é uma busca por uma nova visão sistemática, um olhar crítico, analítico e auto-reflexivo. E enquanto sujeito de direito, o que se pode fazer é mudar o ângulo de pensamento para entender as representações por trás de cada ordenamento disciplinar. Esse é um exercício que deveríamos pretender: perceber como o discurso dualista que ordena a sociedade brasileira atual é uma máquina de homogeneização, uma manobra para o ordenamento e um mecanismo disciplinatório do aparelho político. O corpo social será fruto das técnicas múltiplas disciplinatórias, inclusive as contidas nas divulgações em redes sociais.

REFERÊNCIAS

- BARTHOLOMEU, D.; MONTIEL, J. M.; FIAMENGHI Jr., G. A.; CARVALHO, L. F.; ORSINI, M. R. C. A.; RIBEIRO, C. R. *Personality Disorders in Brazilian Homeless Compared with Non-Psychiatric and Psychiatric Patients*. Psychology 6, 2015.
- DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1995.

- FOUCAULT, M. *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Gallimard, 1961.
- _____. *Il faut défendre la société*. Paris: Gallimard, EHESS, Seuil, 1976.
- _____. *Naissance de la Biopolitique*. Paris: Gallimard, EHESS, Seuil, 1978-1979.
- _____. *Naissance de la Clinique*. Paris: Puf, Quadriage, 1963.
- _____. *Surveiller et Punir*. Paris: Gallimard, 1975.
- LIMA, E. A. *Arte, clínica e loucura: território em mutação*. São Paulo: Summus: FAPESP, 2009.
- RIBEIRO, C. R. *Morrer é não viver a realidade: o legado de Reich e Foucault para a clínica atual*. Trabalho apresentado em XX International Conference Bioenergetic Analysis, 2009.
- _____. A sujeição do homem: criminalidade, loucura e encarceramento. In: BIZZOTTO, A.; SILVA, D. (Orgs.). *Sistema Punitivo: custos e lucros, qual a dimensão da criminalidade?* Goiânia: Kelps, 2013.
- RIBEIRO, R. C. & NUNES, E. R. O conceito de Personalidade no âmbito jurídico - os paradoxos teóricos implicados em uma das circunstâncias da dosimetria da pena. In: SANTOS, C. R.; CARVALHO, D. F.; NUNES, E. R.. (Orgs.). *Polêmicas do Direito*. Rio de Janeiro: Lumen, 2015.
- SCAVONE, L.; ALVAREZ M. C., MISKOLCI, R. *O legado de Foucault*. São Paulo: Editora da UNESCO, 2006.

Os discursos possíveis em enunciados das revistas *Istoé* (2010) e *Época* (2011) sobre Dilma Rousseff

Gabriella Cristina Vaz Camargo¹

INTRODUÇÃO

Em maio de 2010, a revista *Istoé* publicou a capa sob o título “Dilma por Dilma” em que trouxe algumas informações a respeito da vida pessoal da então candidata à presidência da república, Dilma Rousseff. Já em maio de 2011, outra revista de alcance nacional, a *Época*, publicou a capa intitulada “A saúde de Dilma” abordando algumas informações a respeito da saúde de Dilma, que, naquele momento, já havia sido eleita e era, então presidenta de república.

É importante destacar que os momentos das publicações são diferentes, pois no primeiro ela ainda não havia se eleito, ou seja, estava em período de campanha e no segundo já estava exercendo o cargo na presidência e se recuperava de uma pneumonia que a obrigou a se afastar de seus deveres políticos por alguns dias. As capas constituídas de imagens e textos denunciam alguns discursos que podem ser identificados através de algumas marcas lexicais.

A partir da perspectiva teórica proposta por Michel Foucault, buscamos, através deste trabalho, identificar e analisar tais discursos, assim como teorizar e

1 Mestranda em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. E-mail: gabriellavazcamargo@gmail.com

pensar as capas enquanto enunciados. Para isso, trouxemos à tona algumas das contribuições do filósofo francês acerca da noção de enunciado, buscando identificá-las no material em estudo. Foucault (2012) propôs pensar o enunciado, bem como os discursos veiculados a partir dele. Para o filósofo, o poder controla os discursos e os discursos nos constituem.

Desse modo, este trabalho justifica-se por discutir os possíveis discursos apresentados através dos enunciados em questão. Para o desenvolvimento das análises, contamos com as contribuições teóricas de Fernandes (2005), Brandão (2012), Orlandi (2015) e do já citado Michel Foucault (2010; 2012). Assim, procuramos por meio deste estudo trazer contribuições à luz da teoria foucaultiana sobre enunciado e também sobre discurso, e com isso analisar e desconstruir uma imagem atribuída à Dilma desde o início de sua campanha, que resulta em discursos de ódio e discursos machistas.

I. O ENUNCIADO EM MICHEL FOUCAULT

Tomamos como *corpus* as capas publicadas pelas revistas *Istoé* e *Época* e as compreendemos como enunciados, quando nos propomos a analisá-las a partir da perspectiva teórica de Michel Foucault, pois atendem às características delineadas pelo filósofo. Ao discutir sobre o enunciado, Foucault (2012, p. 98) estabelece uma diferenciação interessante em relação à frase, afirma que

sempre que existe uma frase gramaticalmente isolável, pode-se reconhecer a existência de um enunciado independente; mas, em compensação, não se pode mais falar de enunciado quando, sob a própria frase, chega-se ao nível de seus constituintes (FOUCAULT, 2012, p. 98).

Compreendemos, assim, que o enunciado é definido em relação à língua e que se trata de um sistema de possibilidades de construções enunciativas. Além disso, o que transforma uma frase em um enunciado é sua função enunciativa, que é produzida por um sujeito que enuncia de um lugar ordenado por regras sócio-históricas. Foucault (2012) considera que o enunciado possui algumas características,

entre elas está o referencial, um conjunto de possibilidades e regras que constituem os objetos enunciados pelo enunciado. O referencial é, portanto, aquilo que o enunciado enuncia.

Outra característica do enunciado é a relação que estabelece com o seu sujeito, compreendido por esta vertente teórica como descentralizado, ele surge com a nova visão proposta pela História, de ruptura e descontinuidade, pois, até então, a História era pensada como algo contínuo e linear, de modo que não fosse perpassada por outras construções.

Segundo Brandão (2012, p. 35), “se o sujeito é uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos que o ocuparão ao formularem o enunciado, deve-se rejeitar qualquer concepção unificante do sujeito”. Dessa forma, o sujeito não pode ser unificado porque ele também é construído por outros sujeitos.

Existe uma outra característica do enunciado que vale a pena ressaltarmos, a questão da existência de um domínio associado. Isso significa dizer que não é suficiente apenas o suporte material ou o conjunto de estruturas gramaticais para que tenhamos um enunciado, é preciso também que ele se constitua de outros, ou seja, o enunciado não existe isoladamente, pois além de estabelecer relações com o sujeito, também estabelece com outros enunciados, ou seja, se constitui de outros. Em relação a isso, nos explica Foucault (2012, p. 118):

[...] um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados. Essas margens se distinguem do que se entende geralmente por “contexto” – real ou verbal –, isto é, do conjunto dos elementos de situação ou de linguagem que motivam uma formulação e lhe determinam o sentido. (FOUCAULT, 2012, p. 118).

Desse modo e a partir das observações acima, podemos, então, iniciar a análise do nosso *corpus*:



Figura 1: "A saúde de Dilma". Revista *Época*².

A respeito de sua saúde é importante destacar que antes de assumir a presidência, durante o mês de abril de 2009, ou seja, aproximadamente um ano antes, quando exercia o cargo de ministra-chefe da Casa Civil e ainda era uma possível candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência, Dilma passou por um tratamento contra um câncer linfático em seu estágio inicial, descoberto a partir de exames de rotina. O tratamento durou cerca de quatro meses com sessões de qui-

2 A saúde de Dilma. Disponível em: <http://gjol.blogspot.com.br/2011/05/mau-gosto-em-capa-da-revista-epoca-foto.html> Acesso em 31 jul. 2017.

mioterapia, e, na época, Dilma e seus médicos contavam com altíssimas chances de cura, o que de fato aconteceu.

Dessa forma, quando assumiu a presidência, o seu tratamento e a relação que estabeleceu entre a sua figura pública e a doença ainda eram muito recentes. As recomendações médicas giravam em torno de não cometer abusos em relação à saúde e, claro, qualquer outra doença que aparecesse deveria ser verificada e tratada com maiores cuidados para evitar complicações.

Dessa forma, o enunciado da revista *Época* noticia a respeito de uma pneumonia que Dilma contraiu quando já havido sido eleita, no momento que o enunciado foi publicado. Esse enunciado composto de imagens e de textos estabelece relações com outros, sejam outras capas da revista, seja com outros enunciados proferidos por jornalistas ou até mesmo por outros veículos midiáticos que, naquela época, noticiaram a respeito do quadro clínico da então presidenta Dilma, especialmente, depois de ter passado por um tratamento (mesmo com a obtenção de ótimos resultados) contra o câncer.

Outra observação importante é a diferenciação que Foucault (2012) estabelece entre enunciado e enunciação, em que o primeiro pode ser repetido, porém nunca será o mesmo, porque a enunciação, ou seja, a emissão de um conjunto de signos, não se repete. Dessa forma, entendemos que a capa em análise pode até ser repetida em outros lugares, em outros momentos, porém a enunciação será diferente, porque a função enunciativa também é diferente.

É interessante destacar também que o enunciado precisa da materialidade discursiva, isso significa dizer que precisa estar inserido no tempo e no espaço, precisa de um suporte, de um lugar e de uma data. No enunciado em análise, podemos observar a sua materialidade através do suporte capa de revista, ou seja, foi publicado pela revista *Época*, tanto fisicamente, com o conteúdo da revista, como também virtualmente, através da internet, além de possuir uma data cronológica, como maio de 2011 e um marco temporal como “os problemas de saúde da presidenta”.

Assim, concebemos a capa acima como um enunciado, porque além de possuir características linguísticas, ou seja, textos que se combinam através do sistema linguístico, também veicula discursos através de sua materialidade discursiva. E, não somente a capa da *Época* se torna um enunciado a partir das considerações de Fou-

cault, como também a segunda capa, da revista *Istoé* (2010), que escolhemos para compor o *corpus* deste trabalho e que será apresentada e analisada no próximo tópico.

2. POSSÍVEIS DISCURSOS EM CAPAS DA ÉPOCA (2011) E ISTOÉ (2010)

As contribuições teóricas advindas do filósofo francês também nos permitem pensar e analisar discursos. Desse modo, além de analisarmos a capa acima enquanto um enunciado, nos propomos, neste trabalho, também pensar acerca da noção de discurso. Fernandes (2005, p. 20) afirma que

[...] discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas que necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas.

Com isso, complementamos essa noção entendendo o discurso como um campo de regularidades, que ocorre dentro de uma formação discursiva, em que diversas posições de subjetividade podem manifestar-se, redimensionando, assim, o papel do sujeito.

E, sobre essa relação do discurso com o sujeito, Brandão (2012, p. 35) afirma que: “o discurso não é atravessado pela unidade do sujeito e sim pela sua dispersão; dispersão decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso”.

Foucault (2012) ao discutir sobre o discurso procura também pensar a noção de formação discursiva, em que afirma se tratar daquilo que busca uma regularidade existente por trás da dispersão dos elementos,

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma re-

gularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva [...] (FOUCAULT, 2012, p. 47).

Partindo dessa ideia em que a formação discursiva procura estabelecer essa regularidade, podemos afirmar também que elas são permeadas por diferentes discursos, o que nos permite afirmar o seu caráter interdiscursivo, em que se caracteriza pelo entrelaçamento de diferentes discursos, em diferentes momentos na história e em lugares sociais, assim, todo discurso está ligado a outros enunciados que o antecederam ou os que irão suceder.

Dessa forma, buscaremos desenvolver essa noção a partir do segundo enunciado em análise, que se trata da capa “Dilma por Dilma” da revista *Istoé*, publicada em 2010. No momento que este enunciado foi publicado, Dilma ainda não havia sido eleita, estava em meados de sua primeira campanha para o cargo na presidência.

Esse segundo enunciado em análise também é constituído de imagem e texto, em que observamos Dilma apresentada de modo romantizado, com a utilização de roupas com cores neutras – diferentemente de como é, regularmente, fotografada, vestindo roupas na cor vermelha – e com sorriso delicado, transparecendo a imagem de uma mulher sensível, simpática, carinhosa, maternal etc.

Dessa forma, podemos identificar alguns discursos, como por exemplo o machista, pois ao romantizar a imagem de Dilma são subtraídas características de uma mulher forte, competente e capaz de disputar a presidência. Aqui, também se observa marcas do patriarcalismo, que é retomado no enunciado através das expressões maternais no rosto da candidata – lembrando que o enunciado aqui é entendido como um todo formado pela imagem e pelo texto, e que as escolhas tanto lexicais quanto imagéticas não são feitas aleatoriamente, ambas são pensadas (mesmo que, às vezes, inconscientemente) para produzir sentidos – como se o público precisasse conhecê-la como “mulher” – neste caso, a compreensão patriarcal de mulher: mãe, esposa, sensível, delicada, romântica, submissa etc. – para então, elegê-la. Observe-mos, agora, a capa da *Istoé*, de maio de 2010:



Figura 2: “Dilma por Dilma”. Revista IstoÉ³.

É importante destacar que de acordo com o pensamento foucaultiano, o discurso veicula saber e é gerador de poder. Assim, aquele que enuncia o faz de um lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Com isso, compreendemos que através do discurso se materializa a ideologia, e, dessa forma, Orlandi (2015, p. 41) nos traz contribuições quando afirma que,

3 Dilma por Dilma. Disponível em: <http://jornaladvogado.com.br/03042016-crime-contra-honra-agu-vai-processar-istoe-por-reportagens-que-dizem-que-dilma-esta-fora-de-si/> Acesso: 04 jul. 2017.

Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca. As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória (ORLANDI, 2015, p. 41).

Outro discurso identificado no segundo enunciado analisado é o discurso que sexualiza a candidata. Esse tipo de sexualização Dilma Rousseff sofreu/sofre em sua jornada na política e é veiculado de modo explícito através da mídia, com piadas machistas e, neste caso, através do enunciado verbal: “Namorar faz todo o bem do mundo. Recomendo”. Ora, por se tratar de uma candidata à presidência, essas informações sobre a vida pessoal de Dilma, como a opinião dela sobre namoro, são relevantes?

O discurso machista aqui é retomado, pois existe uma necessidade de mostrá-la enquanto mulher, mas dentro da concepção de que mulher precisa de um companheiro, seja um namorado ou um marido, precisa ter uma vida amorosa e por que não uma vida sexualmente ativa? O que não corresponde ao fato de Dilma ser uma mulher solteira. O que leva a outros questionamentos do tipo: por que uma mulher que não tem marido quer ser presidenta do Brasil? Se ela não consegue ter uma casa “para cuidar” – ou seja, se não é dona de casa, se não “governa” uma casa – como poderá governar um país?

É possível, também, observarmos que neste enunciado existe uma insistência em “colorir” a amizade de Lula e Dilma, o que aparece de modo claro através dos enunciados verbais: “Lula me escolheu quatro vezes”. O verbo “escolher” transmite o sentido de que Dilma foi escolhida por ter algo especial, alguma vantagem, uma amizade e também demonstra que Lula, na época, o presidente do país, tinha uma certa preferência por Dilma. Ou seja, havia algo que a tornava importante aos olhos dele, que é confirmado a partir do seguinte enunciado em análise: “Em entrevista exclusiva, a candidata do PT **fala de sua intimidade, de seus planos, da relação**

com Lula e diz como está se preparando para o dia ‘D’ de sua campanha, que é a estreia na televisão nesta semana” (grifos nossos).

O trecho que procuramos destacar traz as sequências: intimidade, planos e relação com Lula. Essas sequências reafirmam o enunciado verbal anterior comentado, em que é retomada a presença de Lula – não compreendido apenas como amigo, colega de partido de Dilma, mas sim como homem, como se a amizade dos dois precisasse ser justificada, o que reforça novamente o discurso machista em que homem e mulher não podem, simplesmente, serem amigos.

Se observarmos historicamente, quando mulheres são entrevistadas costumam ser perguntadas sobre sua relação com seus maridos, noivos, namorados, pais, irmãos etc., ou seja, são apagadas enquanto individualidades e passam a existir somente em relação ao outro, neste caso, o outro do sexo masculino. Para exemplificar sobre essa construção histórica de entrevistas ou matérias relacionadas às mulheres, especialmente, quando estão envolvidas em esferas que “dizem respeito aos homens”, como a esfera política, basta lembramos da capa da revista *Veja*, publicada em abril de 2016, que trouxe o enunciado “Bela, recatada e do lar”⁴ para se referir à Marcela Temer e que foi motivo de polêmica.

A polêmica se deu porque primeiro a revista claramente se posicionava a favor do golpe, e, quando trouxe a imagem de Marcela romantizada, como boa esposa, educada, boa mãe e submissa ao marido apresentou ao público o lugar, de acordo com a revista, que deve ser destinado e ocupado pelas mulheres: o lugar de esposa e mãe, mas não o cargo de presidenta. Desse modo, a figura de Marcela se opôs completamente a figura de Dilma.

Em segundo lugar, a matéria relacionada à Marcela em momento algum atribui a ela um papel que não seja esse de “bela, recatada e do lar” – ou seja, o papel da mulher dentro da sociedade patriarcal – pois, é referida como “mulher do vice”, “mulher de sorte”, “braço digital do vice”, “quase primeira dama”. Ou seja, Marcela, enquanto pessoa individual, mulher com sonhos, vontades, desejos pessoais, basicamente não existe, já que sua imagem foi construída a partir da figura do marido.

4 Bela, recatada e do lar. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/#>. Acesso em 19 dez. 2017.

Dessa forma, e tornando a pensar os enunciados em análise, quando voltamos o olhar para o enunciado da revista *Época* (2011), também identificaremos alguns discursos. É importante esclarecer que no momento dessa enunciação, Dilma não era apenas candidata, era presidenta já em exercício e a composição entre imagem e texto do enunciado contribui para diversos sentidos, como explicaremos a seguir.

O texto “A saúde de Dilma – ÉPOCA teve acesso a exames, listas de remédios e relatos médicos. Por que seu estado ainda exige atenção” mescla-se com a foto da presidenta olhando para baixo, como se estivesse com os olhos fechados e o fundo preto dissemina um desejo por parte da revista de “morte”, e, neste caso, quem está “doente” e passando por diversas consultas médicas é a presidenta, logo, é explícito o desejo de morte dela.

É importante lembrar, como já dissemos, que essas escolhas lexicais, bem como as escolhas imagéticas – e nesse caso, podemos pensar também nas cores que compõem os enunciados em análise –, não são escolhas aleatórias, todas funcionam de modo a contribuir com os sentidos e, por mais que o enunciado se repita, ele nunca será o mesmo.

Para Foucault (2012), todo discurso repousa sobre um já-dito, que não se trata de algo materializado na linguagem, mas um jamais-dito, que não tem corpo, não tem forma, aquilo que não podemos ver, mas que existe. Ou seja, tudo que o discurso formula já está previsto nesse jamais-dito. E, para finalizar, retomemos à Foucault (2010, p. 10), que nos explica, e nos permite compreender que o discurso também está atrelado ao poder, pois “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Arqueologia do Saber*, Foucault discute acerca do enunciado, que não se trata de qualquer frase, qualquer preposição, mas sim uma função de existência – em que o enunciado não requer um sistema linguístico gramatical, mas também não é qualquer objeto – que se cruza em domínios e estruturas possíveis promovendo conteúdos concretos que possuem um lugar no tempo e no espaço.

Assim, o enunciado precisa de uma realidade material de ordem institucional e pautado em uma estrutura de poder. A materialidade do enunciado (que pode ser encontrada na linguagem), é constitutiva do próprio enunciado, pois ele precisa de “uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2012, p. 123). Quando esses requisitos para a materialidade do enunciado mudam, eles também mudam a identidade do enunciado.

Para Foucault, existe uma diferença entre enunciado e enunciação, só existindo o primeiro quando há possibilidade de ser repetido, pois

Duas pessoas podem dizer ao mesmo tempo duas enunciações distintas. Um único e mesmo sujeito pode repetir várias vezes a mesma frase; haverá igual número de enunciações distintas no tempo. A enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir. (FOUCAULT, 2012, p. 123).

Se duas pessoas proferirem ao mesmo tempo o mesmo enunciado, teremos duas enunciações diferentes e, cada vez que for proferido um novo ou repetido enunciado, teremos uma nova enunciação. Além disso, também podemos afirmar que o enunciado é mutável, inscrito em um determinado tempo e espaço e que não possui uma forma definida e fixada, sua variação está relacionada, justamente, com o tempo e, a partir de quem o enuncia, ou seja, o enunciador.

Outra noção que procuramos desenvolver e analisar, neste trabalho, foi o discurso. Podemos compreendê-lo, a partir de Foucault (2012), como um conjunto de enunciados que se sustentam na mesma formação discursiva. Eles possuem um suporte histórico e institucional, que irá proibir ou permitir a sua realização e para cada área institucionalizada existem determinados enunciados, e para a compreensão do discurso é necessária uma prática discursiva que permite a construção dos sentidos nas relações existentes e nos enunciados em funcionamento.

Dessa forma e a partir do breve estudo realizado aqui, podemos observar e concluir que não existe neutralidade no discurso, inclusive no discurso jornalístico, pois ambas as capas analisadas, como enunciados, denunciam um posicionamento e uma orientação política das revistas, tornando-as tendenciosas.

A capa da *Istoé* que traz Dilma como uma mulher sozinha, que precisa de um companheiro, no momento da produção do enunciado, entendido como Lula, e que sexualiza sua figura pública nos permite refletir acerca da visão de mulher dessa revista, em que a coloca como um objeto sexualizado. A capa da *Época* que produz sentido de morbidez da presidenta noticiando em tom maldoso o seu quadro clínico, nos permite identificar um discurso de ódio em que se prevê (ou se deseja) a morte da presidenta. Assim, com este trabalho, esperamos que tenha sido possível discutir e denunciar a falta de neutralidade em ambas capas das revistas, não credibilidade de suas informações e o descompromisso jornalístico que evidencia os discursos e os posicionamentos políticos ao qual pertencem.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- _____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12ª ed. Campinas: Pontes Editora, 2015.

O discurso político eleitoral na campanha de 2014: Facebook como confessionário virtual e/ou arena de lutas¹

Geovana Chiari²

INTRODUÇÃO

Sobre a injúria, haverá uma única lei para todos os casos. Ei-la: que ninguém, independentemente de quem quer que seja, cometa injúria. [...] Que ninguém, portanto, jamais pronuncie uma palavra dessa ordem num lugar consagrado aos concursos, na praça pública, no tribunal, enfim, em nenhum lugar de reunião (LOIS apud MONTIGLIO, 2015, p. 30).

A agressividade que permeia a fala pública, assim como suas interdições, é conhecida desde longa data na história humana. No excerto supracitado, o filósofo Platão apresenta categoricamente o que almejava encontrar numa arena pública no século XI: um espaço purificado de todo e qualquer insulto ou zombaria.

Apesar de os tempos serem outros, os insultos, obviamente, continuam a se perpetuar, e com eles os rituais e interdições que transformaram e transformarão os dizeres. Na era da internet, das redes sociais, da televisão, vive-se um paradoxo,

¹ Trabalho realizado sob orientação da Professora Doutora Vanice Sargentini, docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: sargentini@uol.com.br.

² Doutoranda e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: geovachari@gmail.com.

ao mesmo tempo em que somos constantemente interpelados a nos expressar, estamos sujeitos a regras, a leis construídas pelos discursos do *politicamente correto*, aos rituais que modificam os gestos, as expressões, a fala, práticas estas que nos fazem compreender o que já disse Foucault (1996, p. 21): “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Com base nos princípios discutidos por Pêcheux (1990; 1988), vê-se também que não se pode falar de qualquer modo, afinal, a agressão não se manifesta apenas no que é dito, mas também no modo como se agencia o dizer.

A política, em relação a outros campos e cenários de interlocução, é caracterizada como arte da disputa, como prática agonística, a qual propicia o embate. A agressividade parece ocupar um lugar de destaque quando se trata do debate de ideias políticas, sobretudo em períodos de campanha eleitoral. Os programas de televisão, as mídias digitais tornam-se verdadeiras arenas, onde os gladiadores são os candidatos a algum cargo político, e a armadura, bem como as armas de ataque, materializam-se nas expressões faciais, no corpo e nas palavras.

A violência existe no discurso político justamente pela presença do confronto de opiniões, projetos com objetivos variados, a luta pelo poder e a conquista de novas posições ou manutenção delas. Esse confronto pode ser mais ou menos agressivo dependendo do que concebemos como “agressividade” de uma cultura a outra, ou mesmo de um tempo ao outro.

Neste artigo, trataremos da produção dos efeitos de agressividade na campanha eleitoral de 2014, buscando compreender suas condições de emergência nas redes sociais, de modo a evidenciar os elementos que propiciariam determinados níveis e formas do dizer agressivo, analisando, assim, as condições de produção que nos permitem observar uma mudança do que se compreendeu como insulto, agressão na referida campanha.

Para tanto, apresentaremos algumas considerações da dissertação de mestrado intitulada “Entre insultos e falsas harmonias: a construção dos efeitos de agressividade no discurso político eleitoral na campanha de 2014”, trabalho que desenvolvemos no período de 2015 a 2016. Tal estudo constatou que a distribuição do discurso político agressivo relaciona-se de forma direta com as formas e a intensidade da agressividade.

Procuraremos pensar o dito agressivo sob uma perspectiva discursiva, amparando-nos na teoria da Análise do Discurso, particularmente nos estudos de Michel Foucault, o qual nos oferecerá ferramentas que nos auxiliarão na compreensão da constituição dos discursos, bem como das suas emergências, tendo em vista os rituais e coerções envolvidos na produção de seus efeitos.

Esta campanha foi caracterizada como sendo extremamente agressiva por vários jornalistas e também por pesquisas realizadas ao longo do período pré-eleitoral. O *site* do jornal *Folha de São Paulo*³, por exemplo, veiculou, no dia 22 de outubro de 2014, uma notícia intitulada “71% criticam agressividade na eleição”, referindo-se a uma pesquisa feita pelo Datafolha, a qual constatou que 71% dos eleitores entrevistados criticavam o conflito agressivo entre os candidatos na campanha política de 2014.

O *site* do jornal *Estadão*⁴ veiculou no dia 26 de outubro de 2014 a notícia intitulada “Dilma e Aécio votam e trocam críticas sobre agressões na campanha”, na seção “Política Eleições”, mostrando que o PT atribuía a agressividade ao PSDB, e esse atribuía as agressões à campanha Petista. Nessa reportagem, Dilma critica a campanha de Aécio dizendo que a mesma valeu-se de “tratamentos indevidos”, e o tucano, por sua vez, qualifica a campanha do PT como “terrorista”.

Tal disputa foi considerada em várias notícias como sendo uma campanha calcada na intolerância de gênero, intolerância política, intolerância racial, recorrendo a discursos ditos corrosivos e preconceituosos contra a mulher, o nordestino, os pobres, os ricos, entre outros.

É importante ressaltar que essas notícias, também entendidas como construções discursivas, apresentam uma leitura, uma impressão sobre o que seria agressivo. O que existe são vontades de verdade (cf. FOUCAULT, 1996) de que o discurso é agressivo, mesmo porque o que é compreendido como “agressividade” em uma época ou em uma dada cultura pode não o ser em outra.

Entretanto, a constante reprodução de discursos que caracterizariam a campanha de 2014 como agressiva já constitui um indício pertinente para análise do

3 <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1536236-71-criticam-agressividade-na-eleicao.shtml>.

4 <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,dilma-e-aecio-votam-e-trocam-criticas-sobreagressoes-na-campanha,1583067>.

que se compreendeu como insulto, agressão. Outra importante questão que nos impulsiona a olhar para a campanha de 2014 é a intensificação do uso das redes sociais que favoreceria um possível aumento da agressividade ou a produção de uma maior visibilidade do dito agressivo, em relação a outras campanhas.

Podemos observar que, ao longo dos anos, o debate de propostas foi dando lugar a discussões que priorizam questões pessoais, as relações intersubjetivas. Na medida em que se foi polarizando a política, tem-se a impressão de que as propostas, os partidos, foram perdendo suas especificidades, possibilitando a produção de uma agressividade cada vez mais acentuada, uma vez que se perde de vista o debate de propostas e prioriza-se o personalismo.

Tendo em vista as mutações sofridas pelo discurso político ao longo das décadas, e as metamorfoses inevitáveis dos efeitos de agressividade que também o constituem, temos o objetivo de analisar as condições de emergência dos ditos agressivos, em conformidade aos *médiuns* (Redes sociais), na campanha presidencial de 2014, para melhor compreender como se produz e circula o que, no Brasil, se denomina “agressivo” no discurso político na atualidade.

I. A DISPUTA DOS SENTIDOS DE FRANQUEZA, AGRESSIVIDADE E VERDADE

É indubitável a crescente importância dada às redes sociais como ferramenta do *marketing* político eleitoral. Os candidatos, partidários, militantes, simpatizantes, lançam mão desses recursos para disseminar suas propostas, ideias e também para divulgar informações contra seus opositores.

No trabalho desenvolvido durante o mestrado, constatamos que a agressividade produzida nesses meios é extremamente maior e mais intensa se comparada aos discursos construídos em outros *médiuns*, como os debates e os *sites* oficiais. Por que então uma “agressividade descontrolada” parece ocupar com maior expressividade as redes sociais? Quais são os mecanismos que permitem a produção dos efeitos de agressividade intolerante e sem limites?

Na tentativa de responder a tais indagações, faremos a seguir algumas descrições e considerações acerca do funcionamento da rede social “Facebook” em relação às campanhas eleitorais.

Um dos motivos para a emergência de discursos cada vez mais agressivos nesse espaço é a utilização de robôs que disseminam mensagens “com maior velocidade e precisão do que a mão de obra humana” (FILHO & GALHARDO, 2015), executando múltiplas tarefas na internet, dentre elas, a de replicar mensagens.

As mensagens ditas agressivas, como as acusações pessoais, por exemplo, por serem replicadas em grande escala e intensidade, tanto pelos internautas como pelos “robôs”, tornam-se mais visíveis nesse *médiu*m. O aumento da visibilidade dos dizeres agressivos e a possibilidade de replicar informações com maior velocidade constroem efeitos de que a campanha foi, de fato, extremamente agressiva.

As próprias ferramentas disponibilizadas pelo Facebook possibilitam a emergência de discursos mais agressivos, uma vez que os internautas podem postar qualquer conteúdo, sem punição ou censura imediata, ou mesmo serem isentos de retaliações futuras, afinal, podem se esconder por meio dos perfis fictícios acima elencados, dificultando possíveis sanções, dado também ao efeito “manada” das publicações.

Na página inicial de cada internauta inscrito nesta rede, apresenta-se a seguinte questão: “No que você está pensando?”. Tal pergunta já se constitui como um convite para expor os pensamentos, numa espécie de confessionalário. As respostas a essa pergunta podem estar relacionadas a pensamentos xenófobos, preconceituosos, intolerantes e, portanto, agressivos. Além de poder expressar o que está pensando, pode-se evidenciar o que está sentindo, por meio de *emoticons*.

O convite para exprimir os pensamentos e as emoções incita a confissão e produz efeitos de uma liberdade de expressão que, muitas vezes, ultrapassa os limites da lei, do “politicamente correto”, do respeito, etc.

O ato de exercer a liberdade de expressão é potencializado nas redes sociais, pois interpelam os indivíduos a assumirem uma posição ativa, de produtoras de conteúdos, os quais podem ser compartilhados instantaneamente, com alta velocidade de propagação.

Diante dessa potencialidade da rede em construir um confessionalário virtual, faremos a seguir uma reflexão acerca das categorias propostas por Foucault, a saber: a confissão e a disciplina, embasando-nos no artigo “Foucault aurait-il été membre de Facebook?” (2012)⁵, escrito por Léa Derome e Laurance Perras. Tal abordagem

5 Foucault teria sido membro do Facebook?

ajudar-nos-á na compreensão da emergência de discursos cada vez mais agressivos nesse médium.

No primeiro volume da *História da Sexualidade*, Michel Foucault defende que a sociedade ocidental apresenta uma longa tradição de confissão. Segundo o filósofo,

Desde então nos tornamos uma sociedade singularmente confessanda. A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos [...] O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente. (FOUCAULT, 1980, p. 59).

Foucault ainda acrescenta que foi criada uma necessidade de que os sujeitos precisariam de um outro indivíduo para aceder as verdades sobre si, seja por meio do padre, na confissão religiosa, do psicanalista, na psicanálise, do juiz, no judiciário, dentre outras autoridades. De acordo com o filósofo, a confissão “tornou-se, no ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir a verdade” (FOUCAULT, 1980, p. 79).

No Facebook, diferentemente da confissão religiosa ou da confissão psicanalítica, não há uma única autoridade, como a do clérigo, médico ou psicólogo, mas sim um conjunto de pessoas que supervisionam as confissões, que podem ser divulgadas cotidianamente, várias vezes ao dia. Segundo Derrome e Perras (2012), nós assistimos a uma proliferação de diretores e diretoras de consciência.

Além da observação e da leitura, a rede social oferece ferramentas para que os membros comentem, “curtam”, compartilhem, expressem amor, alegria, espanto, tristeza, raiva ou ódio, como se pode verificar na imagem abaixo, que mostra as possibilidades do botão “curtir”:



Figura 1: possibilidades do botão “curtir”

As redes sociais tornaram-se tão incorporadas à vida de modo que não percebemos o efeito de um poder que subjuga e controla os corpos.

Os autores Derrome e Perras (2012) comparam o Facebook à arquitetura arquetípica da sociedade disciplinar, a saber: o panóptico, estudado por Foucault. O Facebook e o panóptico possuem algumas semelhanças: os dois apresentam arquiteturas complexas e em grande parte automatizadas e propõem modos de conhecer os sujeitos. A diferença é que no panóptico há uma vontade explícita de dominação dos prisioneiros, enquanto isso não é evidente na rede social.

De acordo com os estudos de Michel Foucault (1975), o processo de construção e propagação dos dispositivos disciplinares inicia-se no século XVIII. Um exemplo de dispositivo disciplinar foi o já citado panóptico, termo que designa um presídio ideal, modelo concebido pelo jurista e filósofo Jeremy Bentham, que permite a um único vigia a observação de todos os prisioneiros, sem que estes saibam se estão sendo observados.

Com relação à arquitetura do panóptico, Foucault o descreve:

Na periferia uma construção de anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em três em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se extremamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e recolher imediatamente (FOUCAULT, 1975, p.165).

Assim como nesse dispositivo, no Facebook produz-se a sensação de observação constante das postagens feitas pelos usuários, de modo que os discursos ali disseminados sofrerão também coerções, dado ao possível caráter “público” das informações.

Os pesquisadores Derrome e Perras (2012) defendem que a rede social pode documentar quase a totalidade das informações disponibilizadas pelos membros e que o perfil dos usuários pode ser consultado continuamente por “quase qualquer um” e em qualquer momento. Entretanto, os autores não explicam o funcionamento das ferramentas que permitem ao usuário filtrar as pessoas que podem ver ou não suas postagens ou comentá-las.

Ao lado do botão publicar e logo abaixo da caixa de mensagem há uma seção que permite aos internautas a escolha de quem terá acesso às postagens, podendo ser: “público” (todos podem ter acesso à postagem), “amigos”, “amigos de amigos”, “somente eu” (as informações são vistas apenas pelo internauta que criou o perfil) e “personalizado” (o internauta escolhe com quem quer dividir o conteúdo). Os membros também têm a possibilidade de criar grupos específicos para compartilhar suas informações.

Derrome e Perras (2012) defendem que os adeptos à rede tornam-se vigias de si, praticando ativamente formas de autocensura. Sejam as postagens públicas ou privadas, não se sabe quem, de fato, terá acesso a elas, a menos que ocorra o compartilhamento, a ação de “curtir” ou comentar. Não saber quem, especificamente, lerá as publicações, produz efeitos de constante vigilância.

Enquanto no panóptico a comunicação entre as celas era proibida, nas redes sociais há insistentes encorajamentos a delatar, criticar, exhibir, comentar, posicionando-se. Tais ações permitem aos internautas a adesão a diferentes grupos de interesse, formando, assim, microcomunidades para aqueles que compartilham dos mesmos gostos musicais, políticos, alimentares, entre outros.

É justamente no interior desses grupos e entre eles que a agressividade ganha força, pois seus membros têm a possibilidade de discutir assuntos diversos, procurando adeptos e assumindo posições distintas que propiciam o embate, a polêmica e, muitas vezes, discursos agressivos.

Assim como no panóptico, a rede social é um mecanismo que possibilita a divisão entre os indivíduos, o estabelecimento de hierarquias, a localização dos internautas, organizando de modo profícuo o núcleo central e as redes de poder.

Se, por um lado, a confissão instigada na rede, assim como a ambição pela visibilidade e popularidade a qualquer custo, propicia a emergência de discursos

mais agressivos, entendendo-os como um ato libertário, marcados pela franqueza – geralmente acompanhados de frases como “#prontofalei” – por outro, há coerções, sobretudo nos perfis “verdadeiros”, afinal, assumem uma posição “oficial” e a sensação de estarem sendo constantemente observados, como no panóptico, impede-os de dizer “qualquer coisa”, tornando-se vigias de si e dos outros.

A dualidade “ser franco” e “ser agressivo” é constante no Facebook, sendo que a primeira é uma possível justificativa para o dizer “qualquer coisa”, e, muitas vezes, ser agressivo e intolerante. Apresenta-se a prerrogativa de que estão sendo sinceros, francos e que se valem dos direitos da “liberdade de expressão”. Desse modo, ora se constroem efeitos de verdade, coragem – constituindo-se como um ato libertário do dizer, franqueza, ora como agressividade, dependendo também da posição ocupada pelos sujeitos.

Outro elemento que favorece a presença de discursos marcados pela agressividade (verbal ou imagética) é a própria virtualidade da rede social que impossibilita a agressão física, face a face – apesar de poder incitá-la – dada a distância real entre os internautas, proporcionando os vários tipos de violência simbólica. A barreira da interação, ao mesmo tempo em que oferece um distanciamento geográfico, facilita a propagação dos discursos agressivos, encurtando as distâncias e aumentando o alcance e a dimensão do insulto.

As páginas ou perfis *fakes* (falsos), assim como os robôs citados anteriormente, intensificam esses efeitos de agressividade, sobretudo porque dificultam possíveis retaliações ou sanções para o agressor. Há casos em que se cria um perfil fictício de pessoas famosas, como foi o caso de uma página que ganhou notoriedade durante as eleições de 2014, intitulada “Dilma Bolada”. O perfil *fake* da candidata Dilma Rousseff propiciou a emergência de uma agressividade mais associada ao humor e à derrisão, “quebrando protocolos” e apresentando dizeres que não seriam bem vistos ou permitidos numa página oficial, por exemplo. A ficcionalização e o humor, nesse caso, tornariam as críticas e ofensas mais leves e aceitáveis, em comparação aos mesmos enunciados ditos pelos próprios indivíduos em uma interação real, face a face, a qual apresentaria mais controle e coerções. A busca pela exibição e popularidade também são características que incentivariam a produção dos discursos agressivos nesse *médium*, visto que os discursos de ódio seriam mais polêmicos. Nesse mundo das redes sociais, os discursos ofensivos, caluniosos, intolerantes

geralmente são propagados pelos chamados *haters* – palavra de origem inglesa que significa “aqueles que odeiam” ou “odiadores”. Por outro lado, aqueles que divulgam mensagens carinhosas, de amor, são denominados *lovers*. Há ainda outro termo que designa aqueles que desestabilizam as discussões por meio de tom provocativo, os chamados *trolls*. A busca por “curtidas”, a banalização do exibicionismo dos membros da rede social, os quais muitas vezes expõem aspectos da vida privada de modo desmedido, colaboram para a emergência dos discursos ditos agressivos.

É importante salientar a constante incitação ao posicionamento, isto é, construção da necessidade de posicionar-se frente aos diversos assuntos da atualidade. Observa-se, com isso, práticas de objetivação e subjetivação dos sujeitos. De acordo com Foucault (2006), a subjetivação está relacionada ao modo como os sujeitos apropriam-se das tentativas de objetivação. Esta última cria condições e possibilidades para que o sujeito se veja como tal e construa verdades sobre si e sobre os outros, subjetivando-se de formas distintas.

Inserem-se nas práticas de objetivação a própria inscrição ou cadastro disponibilizado pelo Facebook para que os internautas tenham acesso à rede. Nesse cadastro, há uma tentativa de individualização do sujeito, uma vez que são requeridos alguns dados como “nome”, “sobrenome”, “data de nascimento”. Uma vez inscrito, no perfil do usuário há enunciados que o incita a se expressar e se posicionar frente aos comentários e postagens. Todos esses mecanismos que individualizam o sujeito constroem efeitos de que ele é, de fato, o dono do próprio dizer, subjetivando-se, assim, como um sujeito autorizado a expressar-se de modo “livre”.

Na obra *Hermenêutica do sujeito* (2006), Foucault ressalta a constituição de algumas técnicas de subjetivação, como a leitura, a escrita, a fala, as quais também estão presentes no Facebook e fazem com que os indivíduos se constituam como sujeitos livres, donos do próprio dizer, que podem, devem e são incitados a falar a verdade, mesmo que esta produza efeitos de agressividade ou intolerância. É justamente essa construção de um sujeito que pode dizer tudo, que “autoriza” e possibilita discursos cada vez mais agressivos.

A constante interação propiciada pela rede, assim como a presença frequente do outro, e o acesso contínuo a diferentes opiniões e mensagens que nem sempre são as mesmas de quem está lendo, incitam também o comentário que ultrapassa o que seria polêmico, deslizando assim para a agressividade descontrolada.

Outro fator preponderante é a insistência e permanência das mensagens ali divulgadas. Apesar de poderem ser apagadas pelo autor das postagens, uma vez compartilhada, perde-se o controle do que pode ser feito, pois as informações podem ser copiadas e replicadas, tendo um alcance irreversível e permanente na rede.

Seja para conseguir adeptos de suas opiniões, confessar-se, seja para desconstruir o outro ou mesmo para promover-se no palco do exibicionismo, o fato é que, feitas as publicações, o conteúdo divulgado fica no *ciberespaço*, sendo facilmente encontrado graças às ferramentas de busca e de replicabilidade.

As leis referentes a possíveis punições dos usuários que divulgam conteúdo preconceituoso, odioso, intolerante, são formas de coerção e controle. Os conteúdos considerados agressivos, se denunciados, podem ser retirados do Facebook, no entanto, a rede não garante a remoção da postagem.

A precariedade das leis que envolvem crimes cibernéticos e, sobretudo, as sanções judiciais que penalizam tais atos na atualidade podem favorecer a presença de discursos mais agressivos. Apesar da existência das leis, há casos em que os juízes entendem a agressão verbal no Facebook como “não intencional”, sem dolo, provocado por discussões acaloradas que levam o indivíduo a extrapolar os limites do respeito, muitas vezes sem ter a intenção de fazê-lo.

Sanções como essa, associada a leis brandas no tocante aos crimes cibernéticos, favorecem a replicação das correntes de boatos, mentiras e, conseqüentemente, da agressividade.

Todas essas condições acima discutidas permitem também a emergência da *parresia*, o que possibilita considerarmos o Facebook como um dispositivo de coragem de verdade e de governamentabilidade, uma vez que oferece ferramentas para a construção de verdades sobre si e a reorganização do outro em torno dessa verdade.

A noção de *parresia* é estruturada por Foucault em seus últimos cursos, um de 1983 e o outro de 1984, a saber: “O Governo de Si e dos Outros” e “A Coragem da Verdade”. Em *A hermenêutica do Sujeito* (1982), há também discussões sobre essa temática. Resumidamente, a *parresia* é “[...] uma maneira de dizer a verdade tal que abrimos para nós mesmos um risco pelo próprio fato de dizer a verdade. [...] [É] uma maneira de abrir esse risco vinculado ao dizer-a-verdade constituindo-nos de certo modo como parceiro de nós mesmos quando falamos” (FOUCAULT, 2010a,

p. 63-64). Assim, a parresia, enquanto exercício “pleno” de liberdade, assim como a confissão, encontra terreno fértil no Facebook, que propicia uma maior visibilidade desses dizeres.

A confissão, frequente no Facebook, pode ser um enunciado parrisiástico – confissão em que o sujeito está dizendo uma verdade sobre si e que esta verdade não está somente como uma forma de governar a si mesmo, podendo também governar o outro.

Uma das condições para sabermos se estamos diante de um enunciado parrisiástico é reconhecer o sujeito como qualificado para dizer a verdade. Quem seriam esses internautas? Qual o lugar que ocupam no mundo e que estatuto eles ocupam? Podem ser ativistas políticos, celebridades, advogados, entre outros. Por meio das práticas de objetivação e subjetivação, vimos que há uma interpelação para que o indivíduo se individualize como sujeito, supostamente dono do seu próprio dizer.

Ao subjetivar-se como tal, o sujeito se vê livre e autorizado para expressar-se como quiser. São justamente esses discursos que se constroem em torno das mídias sociais e dos internautas, membros dessas redes – “as redes sociais são espaços democráticos”, “tudo pode ser dito no Facebook”, “O internauta pode dizer o que pensa” – “Facebook é a terra de ninguém” – que possibilitam, “autorizam”, discursos cada vez mais agressivos e intolerantes, ainda que haja tentativas de controle. Tais práticas constroem imagens de um sujeito que pode, deve, e é incitado a falar sua “verdade”, mesmo que corra riscos.

No passado, mais especificamente no período medieval, o sujeito que tinha a “coragem” de dizer a “verdade” corria o risco de morte. No Facebook, alguns dos riscos são: exclusão da rede, morte virtual, punição (prisão), censura, perder amizades, risco de violência física ou verbal, etc. Ao dizer a “verdade”, o parresiasta coloca em risco o vínculo que estabelece com a pessoa a quem se está se endereçando.

O “dizer-verdadeiro” sobre si, as confissões, a exibição de posicionamentos torna-se uma urgência também na *idade mídia*⁶, afinal tais práticas possibilitam que os indivíduos agrupem-se, pertençam a determinados comunidades, distanciando-se de outras.

6 Expressão empregada pelo pesquisador Rubim (2000).

Na campanha de 2014, as diferentes opiniões e o acesso às verdades sobre quem deveria ser o presidente eleito também passaram por atos de confissão pública, produzindo efeitos de agressividade. Alguns desses dizeres também poderiam ser classificados como enunciados parresiásticos, pois tinham como característica a persuasão, não se evidenciando como uma verdade tirânica, podendo ter como resultado o governo de si e do outro.

Vejamos um exemplo que demonstra a subjetivação do sujeito enquanto “dono do próprio dizer”, “autorizado” a posicionar-se sob o pseudônimo “Coxinha reacionário”:

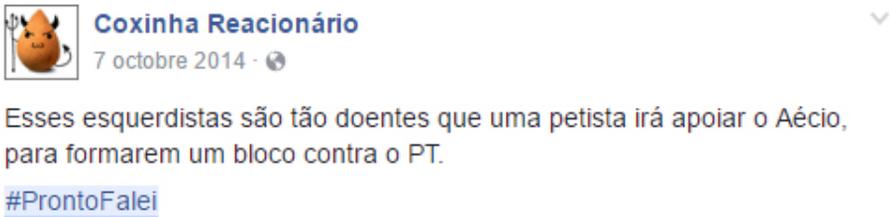


Figura 2: exemplo de subjetivação do sujeito.

Nessa postagem, o sujeito vale-se da liberdade para dizer o que “deve ser dito”, qualificando os “esquerdistas” como “doentes”, seguido da expressão “#ProntoFalei”, o que constrói efeitos de agressividade e ratificam essa necessidade de expor posicionamentos, desqualificando o oponente.

Evidenciaremos, em sequência, uma agressividade que parece não ter limites, nem mesmo argumentação, tornando-se mais direta, ofensiva e intolerante. Para tanto, extraímos quatro imagens⁷ do grupo intitulado “Dignidade médica” no Facebook. A escolha de tais imagens justifica-se pela repercussão e polêmica que alcançaram. A rede social recebeu várias denúncias a respeito da incitação ao ódio e preconceito, sobretudo contra os nordestinos. Após algumas denúncias, a Procuradoria-Geral da República recomendou que integrantes do Ministério Público Federal fizessem um levantamento das denúncias em todos os Estados, a fim de

7 As imagens podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-17/pt-pede-que-justica-tire-grupo-dignidade-medica-do-ar-apos-postagens-racistas.html>>. Acesso em 11.01.2017.

instaurar processos criminais contra os autores das postagens preconceituosas. Vejamos algumas delas:



Figura 3: exemplo de postagem



Figura 4: exemplo de postagem



Figura 5: exemplo de postagem



Figura 6: exemplo de postagem

Na figura 3, instaura-se o preconceito contra o pobre, associando sua carência de recursos ao baixo nível de compreensão e entendimento. Embora o termo “conversa” apareça, para que o diálogo ocorra, nessa perspectiva, é necessário que os indivíduos estejam em níveis equivalentes de compreensão. Desse modo, o sujeito enunciator insere-se na posição “Rico”, justificando sua agressividade verbal pelo fato de ter que se colocar no nível de conversa do menos desfavorecido. Com isso, o excerto em questão dialoga com discursos de que é o pobre que é agressivo, profere palavras de baixo calão, dentre outros imaginários. Tenta-se, portanto, eximir-se da culpa: “Insulto porque o outro só compreende por meio da agressividade”; “Sou agressivo, porque me coloco na posição do meu interlocutor”. Nesse caso, o outro é desqualificado e censurado pela sua situação socioeconômica.

Na figura 4, por sua vez, o preconceito se dá contra uma classe profissional (enfermeiros), dialogando com discursos que circulam na sociedade acerca da superioridade dos médicos em relação aos enfermeiros. Nesse excerto, a censura e

a intolerância parecem ser predominantes, uma vez que o pertencimento de um indivíduo a uma determinada profissão tornaria sua opinião inválida.

Na figura 5, vemos novamente a expressão da vontade de censura do outro – “Sem diálogo!” –, não por pertencer a determinado nível econômico ou profissão, mas por estar diante de opiniões contrárias às suas. O sujeito deseja a morte simbólica de um partido – “Figuradamente” – e o bloqueio de todos aqueles que apresentarem mensagens contrárias ao que defende.

O nível da agressividade e intolerância simbólicas parece adquirir graus tão elevados que atingem o limiar entre a violência verbal e física. Vejamos o último exemplo que ratifica tal afirmação. Na figura 6, menciona-se o desejo de matar “fisicamente” os nordestinos, pelo fato de a candidata Dilma ter tido o maior número de votos nessa região. Há uma convocação para que os médicos “causem um holocausto” nessa região. Nesse caso, o discurso do ódio ganha força recebendo a aprovação de 696 perfis, como mostra o número de “curtidas”.

A partir das análises, observamos que se procura atingir o adversário desqualificando-o por meio de comentários acerca de sua situação socioeconômica, de suas aptidões intelectuais, de sua vinculação geográfica, de sua orientação moral, de sua profissão, dentre outros aspectos que fazem com que a agressividade deixe de ser apenas ofensiva, em diferentes formas e graus, e se torne também intolerante.

Muitas vezes tal agressividade é compreendida como “franqueza”, afinal o indivíduo demonstraria coragem ao dizer uma verdade publicamente. Essa dualidade entre “ser franco” e “ser agressivo” é constante no Facebook, sendo que a primeira torna-se uma possível justificativa para o dizer “qualquer coisa”, e, muitas vezes, ser agressivo e intolerante. Apresenta-se a prerrogativa de que estão sendo sinceros, francos e que se valem dos direitos da “liberdade de expressão”. Desse modo, ora se constroem efeitos de verdade, coragem – constituindo-se como um ato libertário do dizer, franqueza, ora como agressividade, dependendo também da posição ocupada pelos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso intensivo das redes sociais foi um dos fatores que colaboraram para uma maior visibilidade do dizer agressivo na campanha de 2014, proporcionando

ferramentas diversificadas para “agredir” o oponente.

Os insultos verbais e imagéticos, nas redes sociais, possibilitam a identificação de determinados grupos que se definem pela oposição de outros, pelos recursos do compartilhamento, das curtidas, dos comentários. Tal funcionamento aumenta a chance de efeitos ainda mais agressivos, afinal os internautas podem se esconder sob pseudônimos de perfis fictícios, afastar a punição individual, visto que há um agrupamento de insultantes, os quais replicam em grande escala o dito agressivo, dificultando atribuir a um ou a outro a “autoria” do material veiculado.

Por meio das práticas de objetividade, os internautas subjetivam-se como donos do próprio dizer e se veem autorizados a dizer tudo o que quiserem no espaço aparentemente democrático das redes sociais. Segundo Haroche (2008), a liberdade e a igualdade fazem com que se abandonem as formas tradicionais de dependência, de polidez, perde-se, paulatinamente, o costume de se inclinar diante da opinião dos poderosos. O que se observa na sociedade midiática é a incitação a ter opiniões por si só, de modo que cada um busque se basta. Ainda segundo Haroche, as instituições democráticas parecem encorajar certos traços de comportamento, dentre eles, a austeridade, a agressividade, a indiferença e a inércia.

Concluimos que os efeitos de agressividade produzidos nas redes sociais apresentam especificidades em suas formas e graus, em decorrência desse modo de circulação, institucionalização, objetivos envolvidos, dos rituais e coerções que as permeiam e as constituem.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans Le discours. In: DRLAV – *Revue de Linguistique*, 26, 1982.
- CHIARI, G. *Entre insultos e falsas harmonias: a construção dos efeitos de agressividade no discurso político eleitoral na campanha de 2014*. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2017.
- COURTINE, J.-J. *Corps et Discours: Éléments d'histoire des pratiques langagières et expressives*. 1989. 102 f. Thèse d'État – Université de Paris X-Nanterre, Paris.

- _____. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.
- _____. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Tradutores. Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2006.
- DEROME, L. PERRAS, L. *Foucault aurait-il été membre de Facebook?* Disponível em: <http://libertaire.free.fr/Foucaultfacebook.html>. Acesso em: 27.03.2017.
- FILHO, V. H. GALHARDO, R. Governo cita uso de robôs nas redes sociais em campanha eleitoral. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 de março de 2015, Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-cita-uso-de-robos-nas-redes-sociais-em-campanha-eleitoral,1652771>>. Acesso em 10.11.2016.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. I: a vontade de saber, 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- _____. *A ordem do Discurso*. São Paulo, SP: Loyola, 1996.
- _____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2004.
- _____. (1975) *Vigiar e punir*. 29a edição. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- _____. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- HAROCHE, C. *A condição sensível: formas e maneiras de sentir no Ocidente*. Rio de Janeiro: Contracampo, 2008.
- MANZANO, L. C. G. O discurso político e o corpo na televisão: debate/combate. *Ilha Desterro*, Florianópolis, v. 68, n. 3, p. 75-82, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-80262015000300075&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20.04.2016.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.
- _____. Análise automática do discurso (AAD 69). In: GADET, F.; HAK, T.(org.) *Por uma análise automática do discurso*. Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- PIRES, L. M. F. *Na arena discursiva: Uma análise dos debates eleitorais presidenciais brasileiros*. 2016. Relatório de qualificação (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

Dançarino do Deserto e a resistência através do corpo¹

Giovanna Diniz dos Santos²

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar como a dança no filme *Dançarino do deserto* – e aqui podemos incluir outras formas de arte, não apenas as performáticas – pode se tornar uma forma de resistência, ou ainda, segundo Michel Foucault, um dizer-verdadeiro ou parresia, ou a coragem de dizer a verdade. Dessa forma, esse artigo irá discutir também como as relações de poder e saber na sociedade regulam o dito e o não-dito, como um discurso dominante – no caso, do governo do Irã, seus agentes políticos e a “polícia moral” dos apoiadores do governo de Ahmadinejad, que reproduzem esse discurso – isto é, atua na manutenção (ou transformação) dessas relações.

Nesse texto encara-se a dança como um ato discursivo, como forma de fugir à censura e repressão e trazer essa realidade para o conhecimento de outros. A dança também mostra seus participantes como autores do processo de subjetivação, como uma forma de cuidado de si. Ou seja, eles escapam à normalização imposta pelos aparelhos do Estado para refazerem sua própria subjetividade através da dança como manifestação artística e também como protesto.

Para Foucault o poder, mais precisamente, o poder que tratamos aqui, em funcionamento numa sociedade do século XXI, possui uma definição positiva, ou seja, o poder fabrica o indivíduo, mas ele sempre gera o enfrentamento: onde existe o poder, existe uma forma de resistência. Segundo o filósofo:

1 Trabalho realizado sob orientação da Professora Doutora Grenissa Bonvino Stafuzza.

2 Mestranda em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFG, Campus Catalão. Email: dsjgiovanna@gmail.com

Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. (FOUCAULT, 1997, p. 114)

Esse poder, então, não apenas permite a resistência, mas se transforma:

Mas, a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor. E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo... Lembrem-se do pânico das instituições do corpo social (médicos, políticos) com a ideia da união livre ou do aborto... Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... E a batalha continua. (FOUCAULT, 1997, p. 113)

Esse trabalho irá discutir, então, como a parresia, como modalidade de dizer-verdadeiro, pode se manifestar através da dança e como aplicamos essa categoria no filme escolhido como objeto dessa pesquisa. Através do estudo do trabalho empreendido por Foucault, pretendemos analisar o funcionamento dos discursos de verdade na trajetória do protagonista do filme *Dançarino do Deserto*, bem como explicitar como o poder manifestado pela censura e os aparelhos repressivos do governo iraniano pressupõem variadas formas de resistência em seu interior (e também fora dele), como esse poder fabrica verdades e constrói sujeitos através e pelo discurso.

I. SINOPSE

O filme conta a história real do dançarino iraniano Afshin Ghaffarian. A história se passa durante o governo do presidente conservador e anti-ocidente Mah-

moud Ahmadinejad, que proíbe os iranianos de dançarem em público, além de manter outras leis morais que regulam as liberdades individuais no país. A trama se inicia na infância de Afshin, que assistia escondido filmes com coreografias e dança. Nessa época, vinte anos depois da Revolução Iraniana e a fundação da República Islâmica do Irã, o país é governado segundo valores tradicionais islâmicos, que proíbem o modo de vida “ocidental” e instituem leis para regular as liberdades individuais de acordo com sua concepção teocrática – como o uso do véu para mulheres, a proibição da dança, bem como qualquer manifestação cultural que estivesse ligada ao ocidente. Apesar dessas proibições, Afshin entra para o Centro de Artes Saba e começa a se interessar pela dança.

Mais tarde, dez anos depois, ele muda para a capital do país para estudar na Universidade de Teerã, onde conhece o artista Ardy, o estudante de engenharia Mehran e mais um casal de estudantes. Juntos, eles trocam ideias sobre a repressão do regime e a paixão de Afshin pela dança, através de vídeos do YouTube – que era proibido no país. Assim, eles decidem enfrentar os basij – uma espécie grupo paramilitar que atua como “polícia moral” – e o regime de censura para criar um clube de dança clandestino com os colegas. Eles conhecem Elaleh, filha de uma dançarina profissional (que, por sua vez, foi reprimida pela interrupção das atividades da Companhia Iraniana de Ballet, após a Revolução de 1979), que ajuda a todos nas aulas de dança.

Com a perseguição violenta dos basij e a censura, eles decidem se apresentar para um grupo de pessoas no meio do deserto. O que era antes um grupo de dança acaba desafiando as imposições de Ahmadinejad e levando Afshin e seus amigos a se envolverem com a resistência contra o regime durante os protestos que contestavam a vitória do presidente Mahmoud Ahmadinejad nas eleições. A violência dos protestos acaba vitimando Afshin, que é capturado pelos basij, mas consegue fugir.

Por fim, a violência do regime obriga Afshin a fugir para Paris, quando ele viaja com uma companhia de teatro de seu país. Durante a apresentação do grupo na capital francesa, Afshin resolve apresentar uma performance como relato da censura em seu país, através de memórias da repressão sofrida por ele e seus amigos. Afshin termina se exilando na França e através de seu trabalho como artista e da repercussão da apresentação, ele denuncia a violência do regime teocrático iraniano.

2. EXERCÍCIO DO PODER EM FOUCAULT

Para analisar a obra escolhida, necessitamos explicitar alguns pontos e categorias utilizadas como base teórica. Trabalhamos com a noção de relações de poder estudadas por Foucault em alguns dos seus escritos, palestras e entrevistas de forma a compreender o poder exercido pelo governo teocrático iraniano, bem como a resistência às práticas exercidas por ele através da dança e denúncia da censura. Essas relações de poder estão sempre em constante mudança e é a partir de uma negação do poder como algo fixo e universal que Foucault irá trabalhar o exercício do mesmo.

Em primeiro lugar, utilizamos o que Foucault entende por relações de poder, que são diferentes de violência. Segundo ele, a violência se difere de uma relação de poder por não oferecer resistência possível, ou seja, a violência “força, quebra, destrói; ela fecha todas as possibilidades” (FOUCAULT, 2010a, p. 287). Já a relação de poder, pelo contrário, necessita “que ‘o outro’ (aquele sobre o qual ela se exerce) seja reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis.” (FOUCAULT, 2010a, p. 287-288)

Assim, uma relação de poder se exerce sobre um indivíduo permitindo formas de resistência. Ele age sobre os indivíduos, direcionando condutas, permitindo também a violência ou não, sendo ela “um conjunto de ações sobre ações possíveis”. Isso permite explicar como o personagem de *Dançarino do deserto* ao mesmo tempo em que sofre a violência física da polícia moral também consegue escapar do regime iraniano através do exílio. A violência física é apenas uma das diversas ações que funcionam para manter os cidadãos e suas condutas dentro do que é permitido pelo governo, isto é, podemos observar várias relações de poder através das resistências que aparecem ao longo do filme.

É por isso que, para Foucault, o exercício de poder pressupõe “sujeitos livres”, ou sujeitos que possam escapar ou tenham várias possibilidades diante da ação do poder que exerce sobre ele. Assim, “não há relação de poder onde as determinações estão saturadas [...] mas apenas quando ele [o sujeito] pode se deslocar e, no limite, escapar” (FOUCAULT, 2010a, p. 289). Quando não há a liberdade, quando o sujeito não é livre ou não há ação possível contra determinada ação coercitiva, podemos

pensar na escravidão, exemplo utilizado pelo filósofo, não podemos chamar de relação de poder. Portanto a existência de “sujeitos livres” é condição necessária para qualquer relação de poder.

Em segundo lugar, é através da resistência do personagem principal do filme que entendemos o embate que acontece frente às relações de poder estabelecidas pelo governo do Irã naquele momento. Por isso também escolhemos analisar a dança através desse viés, por ele mostrar como a censura às liberdades individuais operava sob os indivíduos, como o poder conduzia as condutas dos adolescentes, dos estudantes, da polícia moral e de todos os grupos de pessoas da sociedade mostrada no filme, pois “na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte” (REVEL, 2005, p. 74). Em relação às contracondutas – as resistências – que estudamos aqui, que fazem emergir novos tipos de subjetividade, de outras condutas que fogem ao controle do governo, é importante destacar o papel que a subjetividade se relaciona com as formas de poder.

3. SUJEITO E PODER

Em seu texto “O Sujeito e o poder”, Foucault busca investigar as relações de poder através da análise de resistências e suas estratégias. Para ele, o estudo desses antagonismos pode trazer uma melhor compreensão das formas que o poder opera. Assim, ele estuda as lutas contemporâneas para entender suas estratégias e como elas reagem ao poder. Uma característica dessas lutas é a reação contra formas de individualização ou que o Foucault virá chamar de “governo da individualização”, uma forma de poder que

aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que OS outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. (FOUCAULT, 1995, p. 235)

A essa reflexão Foucault irá seguir expondo como as lutas que se opõem às formas de “tornar sujeito” ou subjetivações ocorreram durante a transformação

de novas tecnologias de poder. Aqueles que são sujeitos a essas relações de poder também podem enfrentar formas de exploração e dominação, mas para Foucault, a subjetivação ocupa papel importante nas lutas atuais por serem respostas a formas de individualização e totalização operadas pelo Estado Moderno.

As práticas de liberdade que escapam ao poder – seja ele do Estado ou advindo de qualquer outro poder –, que escapam também das subjetividades produzidas por esse poder são formas de resistência que colocam o indivíduo como autor do seu processo de subjetivação. É por isso que Foucault, ao estudar o sujeito, também se debruça sobre os diferentes modos de subjetivação além daquelas que tornam o sujeito objeto de saber, mas que também podem torná-lo “sujeito de sua própria existência” (REVEL, 2005, p. 82).

4. PARRESIA

Em seu curso ministrado no Collège de France em 1983 Foucault desloca seus estudos sobre os modos de subjetivação para as diferentes técnicas de si que incidem no sujeito. Tendo estudado o sujeito a partir dos eixos do saber e do poder, como aparece em sua bibliografia, ele parte desses estudos para “procurar ver como o dizer-a-verdade, a obrigação e a possibilidade de dizer a verdade nos procedimentos de governo podem mostrar de que modo o indivíduo se constitui como sujeito na relação consigo e na relação com os outros” (FOUCAULT, 2010b, p. 42). Nesse curso, portanto, Foucault trabalha com a noção de parresia, que ele busca na Antiguidade, com os gregos, para fazer análise das formas de verificação operadas desde esse período. Segundo ele, a parresia é o “dizer tudo” ou “fala franca” que denomina uma virtude daqueles que utilizam essa técnica. A parresia ainda faz parte de um dever do homem em relação aos outros, é uma técnica que torna aquele que a possui apto, ao cuidar de si mesmo, cuidar também dos outros. Assim, “o dizer-a-verdade do outro, como elemento essencial do governo que ele exerce sobre nós, é uma das condições essenciais para que possamos formar a relação adequada conosco mesmos, que nos proporcionará a virtude e a felicidade.” (FOUCAULT, 2010b, p. 42).

O dizer-verdadeiro, contudo, não está no discurso. Para Foucault (2010b, p. 55-56), a parresia não é apenas os efeitos que causa nos outros, mas também o risco que quem a pratica é submetido, ela “deve ser situada portanto no que liga o locutor

ao fato de que o que ele diz é a verdade, e às consequências que decorrem do fato de que ele disse a verdade”. É a partir dessa constatação que Foucault irá seguir o curso sobre as várias modalidades de verificação encontradas na história, até chegar nas formas modernas do discurso parresiástico, que são observadas pelo tom de crítica que apresentam. Segundo Foucault (apud PORTOCARRERO, 2017, p. 204):

Na sociedade moderna, o discurso revolucionário, como todo discurso profético, fala em nome de outro, fala para dizer um futuro, que já tem, até certo ponto, a forma do destino. (...) O discurso revolucionário, quando toma a forma de uma crítica da sociedade existente, tem o papel de discurso parresiástico.

5. ANÁLISE

Dançarino do deserto é um filme sobre como a linguagem da dança pode ser usada como resistência num regime de censura, como uma forma de mostrar uma crítica a algo determinado pelo governo, como é o caso da República do Irã, que proíbe a liberdade de expressão no país. A dança, nesse filme, serve para reunir os amigos em torno de uma atividade em comum, mas depois se transforma num ato político que traz consequências para o grupo. Mais tarde, quando Afshin se apresenta em Paris e realiza sua performance, ele tem um breve momento de libertação daquele sistema, além de se posicionar sobre o governo e as eleições realizadas no Irã.

Na primeira parte do filme, pode-se ver como Afshin já manifestava interesse pela dança e como a repressão – aqui, usamos o termo como relação de poder, não como violência – aparecia (na classe, na rua com a “polícia moral”). Ele é apresentado a um professor que mostra outras crianças que também se interessavam pelas artes. O professor, por mostrar esse mundo às crianças, de músicas, filmes, danças, pinturas, já se torna ele mesmo um “sujeito do dizer-verdadeiro”, pois assume o risco ao trazer essas manifestações culturais num país que impõe censura na expressão artística. Esse ato irá influenciar a vida de Afshin, que entra na faculdade e resolve, com a ajuda dos seus amigos, fazer um clube clandestino de dança.

A partir desse ato, Afshin inicia um processo que irá mudar sua vida e a dos outros que participam do grupo de dança. Da primeira prática de liberdade emergem outras, que afetam não só seus amigos, mas – como no final, que Afshin

denuncia a censura no teatro em Paris – trazem a realidade do Irã para o conhecimento do mundo. Ele desafia não só os basij, mas também arrisca sua própria vida nesse processo do dizer-verdadeiro. Isso o diferencia da polícia moral, que é subjetivada pelo discurso do governo, das práticas que são proibidas por ele. Sobre isso, Foucault (2009, p. 61-62) diz que o discurso “não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo”.

Durante o filme pode-se ver também como a heroína estava presente nas festas e no cotidiano dos jovens na época. Segundo o filme, a droga era distribuída pelo governo como forma de controle. Apesar de não se ter garantias sobre a veracidade dessa informação, esse poder ajudaria a disciplinar o corpo dos jovens, tornando-os dóceis e suscetíveis, num governo que impunha censura a qualquer liberdade de expressão e reunião. Elaleh, a dançarina profissional que ajuda o grupo de universitários, é uma desses jovens que, por causa do vício na heroína, aparece “docilizada” e conformada com a violência cotidiana do regime iraniano.

Porém, no decorrer da história aparece uma alternativa política aos personagens: o candidato reformista Mir Hossein Moussavi oferecia uma possibilidade mais alinhada com o Ocidente, em contraste ao líder Ahmadinejad. Depois do resultado das eleições, como revolta pela vitória fraudulenta do presidente reeleito, milhares foram se manifestar nas ruas de Teerã, exigindo a contagem dos votos. Os manifestantes empunhavam cartazes com os dizeres “Onde está meu voto?”. Esse enunciado, posicionado no momento específico do resultado das eleições, torna o movimento empenhado não só pelo apoio a oposição, mas pelo questionamento do sistema eleitoral e governo repressivo de Ahmadinejad.

No filme, Afshin e Ardy, seu amigo e companheiro no clube de dança, se juntaram aos manifestantes, sofrendo com a repressão da polícia. Ele tenta gravar as cenas de violência, mas acaba capturado pelos basij, que o espancam. Ele consegue fugir, mas acaba assumindo outra identidade para viajar com um espetáculo de teatro para Paris. Lá ele resolve se manifestar contra o governo iraniano, primeiro com palavras e depois com a dança.

5.1. Dança como dizer-verdadeiro

Afshin se lembra da fala de Elaleh “A dança pode ser qualquer coisa. Até um punho ao alto porque você acredita em alguma coisa.” Ele começa então, a mostrar no que acredita, transformando-se no porta-voz não só de suas experiências, mas da violência do governo iraniano. Pode-se ver pelos seus gestos, pelo seu corpo, como é representada a censura. Ele tenta dizer palavras, mas sua própria mão tampa sua boca, fazendo referência a sua voz silenciada pela repressão, depois ele tira algo da boca e solta no ar, dizendo “livre”. Nesse ínterim, Afshin parece libertar toda sua narrativa sobre a situação política do Irã. Ele rememora o momento do sequestro e espancamento, encarnando o personagem que espanca – ao ficar em pé, com o dedo apontado, o rosto franzido – e o que é espancado – ao ficar no chão encolhido, movimentando o corpo e suplicando, o puxar da camiseta. O filme faz um corte para a cena que ele é espancado depois dos protestos, relacionando a dança com a memória do personagem. Por fim, os seguranças contratados pelo governo resolvem fechar as cortinas e trazer realidade à cena, impedindo Afshin de continuar com sua dança-de-si.

5.2. Deserto como heterotopia

Outro detalhe importante do enredo, que aparece no título e se torna o momento do filme em que a dança movimentava várias questões políticas é a escolha do deserto como local para o espetáculo. Afshin decide pelo deserto como um espaço em que a República Iraniana não estará presente, ou seja, o grupo não sofrerá repressão ou olhares curiosos naquele local. O deserto, como pode ser observado na cena da performance, também é um lugar com múltiplas possibilidades cênicas: a areia, as dunas, o sol. Local que remete também o estereótipo dos países do Oriente Médio.

Portanto, no filme, vários significados atravessam o sentido do deserto, por um lado, espaço improdutivo, seco, vazio, para o clube de dança, liberdade, revolução, criatividade. Nesse espaço está representado outro conceito de Foucault: a heterotopia. Espaços em que “múltiplas representações conflitantes” aparecem, e, “devido à concentração de atores e de significados, seriam caracterizados pela inversão, suspensão ou neutralização da ordem oficial” (VALVERDE, 2009. p. 10). E ainda “um espaço concreto no qual todas as representações se encontrariam pre-

sententes, causando contestações, fragmentações e inversões de regras devido aos seus conflitos” (VALVERDE, 2009. p. 10). O deserto então encerra vários significados e experiências múltiplas que não eram permitidas na cidade, no urbano. Ele também inverte os sentidos comuns a esse lugar pouco acessado e acessível, onde se escapa da censura e se inventam novas formas de uso desse espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foucault menciona a parresia como atividade que remonta à Antiguidade e que foi se transformando e se adaptando da estética à confissão da culpa cristã, até chegar à Modernidade. Diferente das modalidades de dizer-verdadeiro que envolvem a confissão ou o exame de consciência do sujeito sobre si mesmo, a parresia, neste artigo, é usada como sinônimo de crítica às verdades estabelecidas por um poder teocrático, dominante, além de ser uma estratégia transgressora de denúncia dessa estrutura. Sobre essas modalidades de dizer-verdadeiro, Portocarrero (2017, p. 199) comenta que

(...) outras formas de “veridição” – dizer-verdadeiro – imanescentes ao modo de vida podem ser encontradas na modernidade. Elas são vinculadas à crítica. Foucault se refere a três novas formas: a veridição do discurso científico que conduz à crítica dos preconceitos, dos saberes e das instituições dominantes; a veridição do discurso filosófico, as análises da finitude humana e as críticas fundadas em diferentes estratégias para pensar o homem e sua finitude a partir de si mesmos.

Essa crítica das instituições dominantes sustenta a narrativa de *Dançarino do Deserto*. Os dançarinos se mobilizam para manter clandestina uma atividade que parece comum para quem assiste: dançar. O que seria algo ordinário então carrega o peso de estratégia de guerra, com planos, mapas, vigilância. Mas a crítica só parece chegar ao seu ponto crucial durante a apresentação em Paris, quando Afshin consegue fazer sua narrativa chegar aos outros e a um nível mundial, posteriormente. Dessa forma, o personagem assume um risco ao realizar essa coragem da verdade, o risco de fazer da sua dança um ato revolucionário.

O sujeito do discurso parresiástico impõe e faz valer sua própria liberdade e sua coragem. Liberdade e coragem na enunciação da verdade, na ação (ato de falar a verdade) e no pacto do sujeito consigo mesmo. Isto diferencia a parresia de todos os outros modos de formulação da verdade, uma vez que a irupção do discurso verdadeiro abre uma situação, causando uma fratura e tornando possível certo número de efeitos que precisamente não são conhecidos, em função, evidentemente, dos elementos da situação aberta. Há sempre risco. (PORTOCARRERO, 2017, p. 201).

REFERÊNCIAS

- DANÇARINO *do deserto* (Desert Dancer). Direção: Richard Raymond. Inglaterra: CrossDay Productions Ltd., 2014. 1 DVD (98 minutos), color.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. Como se exerce o poder? In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. p. 283-295.
- _____. *Microfísica do Poder*. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- _____. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. Vol. I. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.
- PORTOCARRERO, Vera. Parresia e discurso revolucionário. In: RAGO, Margareth (Org.); GALLO, Sílvio (Org.). *Michel Foucault e as insurreições. É inútil revoltar-se?*. São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.
- VALVERDE, R.R.H.F. *Sobre espaço público e heterotopia*. Geosul, Florianópolis, v. 24, n. 48, p 7-26, jul./dez. 2009.

O corpo do assassino em série em evidência: Discurso do fascínio e práticas na mídia brasileira¹

Glaucia Vaz²

INTRODUÇÃO

Nos meses finais do ano de 2014, dois áudios circularam pelo aplicativo de mensagens *Whatsapp*, particularmente entre moradoras da microrregião de Goiânia, em Goiás, espalhando-se pelo restante das cidades do estado. Nos áudios, as mensagens alertavam para o perigo de um assassino em série que circulava de motocicleta pela capital atirando em moradores de rua e mulheres. Desde então, o sintagma “suposto serial killer de Goiânia” passou a circular entre os mais variados jornais e revistas brasileiros. Inicialmente negados pelas autoridades policiais como crimes seriais, os assassinatos foram atribuídos, por volta de outubro desse mesmo ano, a Thiago Henrique Gomes da Rocha, que tem sido julgado por cerca de 39 mortes desde sua prisão e sua confissão dos crimes. A população goiana tinha

1 Trabalho realizado sob orientação da Professora Doutora Maria do Rosário Gregolin. Docente na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Araraquara (Unesp). E-mail: mrgregolin@gmail.com.

2 Professora da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Estado de Goiás (Seduce-GO), doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Araraquara (Unesp) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Pesquisa (CNPq). E-mail: glaucia.mirian@gmail.com.

diante de si um evento estranho: a existência de um assassino em série em Goiânia transitava entre novidade apreciada e situação temida. Na mídia, o caso evocou (e evoca) notícias, reportagens, entrevistas, depoimentos, artigos entre tantos gêneros já conhecidos do jornalismo, seja em seu suporte televisivo, impresso ou digital. A associação a assassinatos seriais de grande repercussão midiática tanto no Brasil quanto nos EUA foi certa, especialmente quando os assassinos tinham entre si algo em comum além da serialidade dos crimes: seu corpo.

Neste artigo, analisarei como o discurso do fascínio por assassinos em série é produzido no agenciamento da subjetividade leitora a partir de **protocolos de leitura**, ou seja, do modo como os sujeitos leitores se posicionam diante da produção discursiva midiática a partir da exposição do corpo do criminoso no caso acima citado, do *serial killer* de Goiânia. A partir de enquadramentos fotográficos, proponho analisar como o discurso do fascínio por assassinos em série é constituído e elabora o criminoso que não apenas deveria ser capturado, mas também observado e estudado detalhadamente, isto é, como objeto de interesse e apontar a importância de considerar a subjetivação dos leitores (espectadores) como contraparte da produção desse discurso. Para tanto, selecionei fotografias de três reportagens para apontar seus enquadramentos como protocolos de leitura que efetivam sentidos sobre o assassino em série e subjetivam seus observadores.

Trata-se de um recorte de minha pesquisa de doutoramento, por ora intitulada *Microdiagrama do fascínio por assassinos em série*, cujo objetivo geral é investigar a produção e a circulação discursiva do fascínio nas mídias (jornalísticas, sociais e culturais) contemporâneas no Brasil entre início da década de 90 (momento em que o termo *serial killer* emerge de forma significativa na imprensa) e 2015. A pesquisa está inscrita na interface da Análise de Discurso Francesa com a perspectiva arqueogenealógica de Michel Foucault, o que significa interpretar o modo como o fascínio é constituído a partir de práticas que formam sistematicamente um regime de enunciados situados historicamente em um arquivo, traçando um mapa das relações de força que definem tais práticas.

Vale ressaltar que utilizo o significado dicionaresco do lexema “fascínio”, ou seja, o ato de dominar com olhar. Essa simples explicitação do significado de como o fascínio é tomado em minha pesquisa concatena-se com a postura teórica acima referida, em que analisar discursos implica um gesto de leitura sobre objetos histó-

ricos, dados a ver e a falar em uma ordem do discurso que também é uma ordem do olhar, ou seja, em um regime de dizibilidade/visibilidade.

Segue, assim, a análise anunciada e, na seção posterior, algumas observações sobre os conceitos acionados, a metodologia e sua inscrição teórica.

I. PEDAGOGIA DO OLHAR

O discurso do fascínio é materializado em suportes e gêneros heterogêneos constituindo práticas discursivas de diferentes campos e dispositivos. Em casos de textos jornalísticos, esse discurso pode estar materializado verbal, imagética ou sincreticamente e, ao eleger uma série enunciativa, é possível identificar posições-sujeito de especialistas forenses de áreas como psiquiatria, cuja seleção lexical adentra os diagnósticos sobre transtornos de personalidade, a exemplo da vulgarmente conhecida como psicopatia, termo usualmente empregado na investigação sobre assassinatos seriais. O foco desse tipo de série enunciativa focaliza o comportamento do criminoso como prova ou explicação de seus crimes. No entanto, o funcionamento discursivo das fotografias difere do verbal. Juntamente a elementos verbais e tipográficos, a fotografia produz sentidos, mas de todos os elementos que compõem um texto jornalístico, a fotografia é a que efetiva uma força predominante sobre o direcionamento da leitura no caso da produção discursiva do fascínio por assassinatos seriais. Conforme Ferreira (2006), como estratégia imagética, a fotografia é uma imagem peculiar por conta do processo fotoquímico, que a torna uma produtora de sentidos mais eficaz que as antigas formas de imagens (xilogravura, litogravura etc). Segundo a autora, a fotografia tem um efeito de referencialidade, ou seja, tem o objetivo de simular o real.

Graças a essa função estética, a fotografia atua como um primeiro e principal ponto de fixação do olhar leitor sobre a página, seja pelas propriedades materiais (tamanho, cor, enfim, qualidade técnica que envolve o processo de produção da fotografia e sua revelação, seja pelo interesse particular que essa narrativa desperta no olhar leitor. (FERREIRA, 2006, p. 151).

Embora Ferreira (2006) esteja referindo-se à fotografia analógica em magazine semanal impressa, esses aspectos também ocorrem na fotografia digital e com

suas especificidades como a circulação muito mais ampla que esta tem em relação àquela: sendo digital, já que está posta em um suporte digital (a página de um site), a fotografia digital fica disponível em um banco de dados com outras imagens e associadas por etiquetas (*tags*) ou logaritmos de busca em sites como o *Google Search*. Além disso, esse suporte permite que não sejam apenas manipuláveis, mas também compartilháveis, diferentemente do que ocorre com a fotografia impressa: podem ser baixadas, editadas, abertas em outras janelas da tela do aparelho (computador, *smartphone*, *tablet*), ampliadas etc. Isso significa que os efeitos de sentido dessas possibilidades de manipulação são condições específicas do suporte digital, mas que não altera o aspecto visual que a fotografia permanece exercendo: alvo do olhar. E pensar a fotografia como estratégia de produção discursiva do fascínio por assassinos em série também implica o assunto da fotografia:

No que diz respeito às fotos de pessoas, as técnicas fotográficas permitem captar aquilo que, por vezes, nem mesmo o contato pessoal e uma certa proximidade física nos permitiria ver. A técnica fotográfica capta na “evidência” do corpo individual a “transparência” de seus gestos (FERREIRA, 2006, p. 152).

Aliada ao discurso forense de análise comportamental do assassino em série, a fotografia jornalística acentua o foco do olhar na busca de evidências dos crimes no corpo do criminoso. Sendo digital, a fotografia jornalística amplia sua capacidade de fazer circular discursos e direcionamentos do olhar, fazendo com que as estratégias midiáticas ampliem seu potencial de agenciador de subjetividades. A regularidade que configura as fotografias numa série enunciativa produz outros efeitos de sentido e aponta para uma ordem do olhar que não focaliza apenas o comportamento, mas o corpo do criminoso. É esse ponto que ressaltado nas reportagens selecionadas.

As imagens abaixo são fotografias que compõem três reportagens sobre o caso do *serial killer* de Goiânia. Todas em suporte digital e com as respectivas características desse suporte: *hiperlinks*, anúncios gerais e personalizados pelo número de protocolo de internet (IP), botões de compartilhamento em redes sociais etc. Em sentido anti-horário, a primeira fotografia está na reportagem *Suposto serial killer se diz “arrependido” e quer pagar pelo que fez*, publicada em 17 de outubro de 2014, no

*Jornal Opção*³; a segunda pertence à reportagem *Serial Killer de Goiânia vai a júri popular e pode responder por 16 mortes*, publicada em 16 de dezembro de 2015, no *Correio Braziliense*⁴; e a terceira, à reportagem *serial killer confesso é um sedutor, diz suposta amante*, publicada em 22 de outubro de 2014, no jornal *O Tempo*⁵.

A título de praticidade, dispus as fotografias em apenas uma figura. Retirá-las de seu contexto pressupõe implicações teórico-metodológicas, já que elas constituem uma série enunciativa. Porém, focalizarei apenas um dos pontos que as reportagens permitem analisar, o que não significa que os demais elementos não são considerados em análise mais ampla na tese. Dito isto, proponho ainda o acionamento de alguns conceitos bastante profícuos para esta análise: enunciado, protocolos de leitura e *punctum/studium*, os quais explicitarei durante operatorialmente nas análises.

Essas fotografias foram feitas durante a primeira entrevista concedida à imprensa, realizada logo depois de declarada a prisão de Thiago Henrique Gomes da Rocha. Naquele momento, as provas atestavam sua culpa nos casos de alguns assassinatos, mas ainda não havia quantidade exata de vítimas, que chegou ao número de 39 atualmente. A quantidade de homicídios, o modo como ocorreram e o perfil das vítimas são detalhes recorrentes para definir e identificar um assassino serial embora não seja um tipo de criminoso previsto no Código Penal brasileiro, vigente desde 1940⁶, ficando sua definição sob os conceitos de imputável, inimputável ou semi-imputável.

Sendo de caráter jornalístico, tais fotografias visam a captura da imagem com finalidade de registro, à informação e ao atestado de veracidade da reportagem.

3 Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/suposto-serial-killer-se-diz-arrependido-e-quer-pagar-pelo-que-fez-18195/>. Acesso em 16 de agosto de 2016.

4 Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/12/16/interna_cidades-df,510992/serial-killer-de-goiania-vai-a-juri-popular-responde-por-16-assassina.shtml. Acesso em 15 de agosto de 2016.

5 Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/brasil/serial-killer-confesso-%C3%A9-um-sedutor-diz-suposta-amante-1.935505>. Acesso em 16 de agosto de 2016.

6 Há dois projetos de lei que buscam inserir o assassino em série como criminoso específico. De autoria do deputado Carlos Lapa (2009), o projeto de lei propõe a instituição da medida de segurança a partir da definição do assassino em série como criminoso irrecuperável. Já o senador Romeu Tuma (2010), propõe inserir o conceito de assassino em série no Código Penal. Ambos ainda estão tramitação no legislativo. As referências dos projetos de lei estão ao final do artigo.

O fotojornalismo é, na realidade, uma actividade sem fronteiras claramente delimitadas. O termo pode abranger quer as fotografias de notícias, quer as fotografias dos grandes projectos documentais, passando pelas ilustrações fotográficas e pelos features (as fotografias intemporais de situações peculiares com o que o fotógrafo depara), entre outras. De qualquer modo, como nos restantes tipos de jornalismo, a finalidade primeira do fotojornalismo, entendido de uma forma lata, é informar (SOUSA, 2004, p. 08).

Para além do objetivo de informar, a fotografia jornalística é um dos elementos agenciadores de subjetividades, pois o enquadramento aliado ou não ao verbal em uma reportagem produz sentidos. Longe de remeter a uma intencionalidade na produção da fotografia, quero apontar para sua positividade, para sua materialidade discursiva. Na fotografia, inscrevem-se enunciados e o modo como são construídos constituem protocolos de leitura. Isso significa que enquadramentos e fotogenia, funcionando como orientações do olhar, instauram posições-sujeito, já que o assunto da fotografia configura um enunciado. Este é o caso das fotografias feitas por Ruber Couto (do *Diário da Manhã*) usadas na reportagem do *Correio Braziliense* e de André Costa, que constam nos jornais *Jornal Opção* e *O tempo*, durante a primeira coletiva de imprensa do *serial killer* de Goiânia:



Figura 1: Primeira coletiva de imprensa de Thiago Gomes da Rocha em 2014.

Na imagem, Thiago é fotografado sem camiseta. O assassino que até então não tinha um rosto, agora está totalmente exposto. As fotografias têm ângulos e planos diferentes. Se em algum momento o corpo do monstro foi alvo da curiosidade (cf. COURTINE, 2013), o corpo do assassino serial, por outro lado, é um corpo posto em exposição não pela deformidade, mas pela beleza, pelo traço comum e humano. Não há no corpo do assassino serial nada que o vincule a seu crime. A fotogenia é um dos primeiros elementos de regularidade nas imagens que a mídia veicula e o corpo do criminoso é alvo de admiração e desconcerto. Diferentemente da associação entre a loucura dos crimes de maníacos internacionais e os brasileiros, a associação entre assassinos seriais está na beleza que compartilham Thiago Henrique Gomes da Rocha e assassinos seriais famosos na imprensa estadunidense como Ted Bundy e Jeffrey Dahmer, respectivamente, nas décadas de 1970 e 1990. De modo, geral, fotografias como as da figura 1 destacam a fotogenia do assassino. Thiago não parece ter relação com os crimes de que é acusado: há um efeito de estranhamento quando o crime é confrontado à beleza do criminoso.

A fotogenia domina com o olhar. Esse caráter frio e indiferente do sujeito fotografado é ancorado na relação entre a narrativa da violência dos crimes e a fotogenia dos corpos dos assassinos. Nessa mesma ordem do olhar, o leitor se posiciona diante da produção discursiva das reportagens, especialmente das imagens: práticas como a fotografia, aliada à fotogenia, agenciam um admirador da beleza. Este é um primeiro ponto de fixação a que o leitor é posto e define ainda o corpo como enunciado em que se pode identificar posições-sujeito como o admirador do corpo belo em exposição midiática.

Além da fotogenia, o ângulo e o plano pelos quais são enquadrados funcionam na visibilidade desse sujeito criminoso e na subjetivação de seus observadores (leitores da reportagem). A primeira fotografia da figura 1 retrata Thiago pelos ângulos *plongé* e 3/4 no pelo *plano geral*, fazendo ver que o criminoso está capturado e é centro das atenções. Esse enquadramento orienta o olhar para o corpo sujeito-espetáculo que, diferentemente dos demais elementos humanos da fotografia, está sem camisa. Eis que o corpo se constitui do olhar curioso. Por que este corpo/enunciado e não outro em seu lugar? A referencialidade da fotografia atesta a captura do culpado e o corpo de Thiago deve estar ali, para constar sua captura. Porém, seu traje (a bermuda verde e os chinelos) são um *punctum*. Se a finalidade da foto-

grafia jornalística é informar e dar credibilidade ao texto, há algo na fotografia de Thiago que atinge de alguma maneira seus espectadores. E isso é posto verbalmente em trechos da reportagem, em que há uma ressalva para o fato de que Thiago teria chamado a atenção das mulheres ao aparecer sem camisa na coletiva.⁷ O *punctum* é um conceito barthesiano que remete à subjetividade do observador (*spectador*) de uma fotografia. Diferentemente de chocar o observador (algo da ordem da produção e da finalidade de algumas fotografias, em especial, as artísticas), o *punctum* é algo que fere e que foge da construção composicional do fotógrafo e que se inscreve na subjetivação do observador da fotografia diante da composição.

Já na segunda fotografia, enquadrado da cintura para cima, Thiago é posto no **meio primeiro plano** nos ângulos **normal** e **frontal**: o olhar leitor já não o subjuga como capturado, mas como alvo de observação. De algum modo, busca-se indícios de sua culpa na inexpressividade de seu semblante. Isso motiva a produção de sentidos e ativa uma memória discursiva: indiferença, psicopatia, frieza, maldade são traços de assassinos seriais conforme as descrições das ciências forense, sendo esses os traços que o enquadramento orienta a buscar no corpo de Thiago. A leitura do corpo, ou seja, o direcionamento do olhar, é detetivesca. Ao mesmo tempo, por ser um enquadramento de aproximação, o olhar leitor é dirigido ao peito de Thiago e o *punctum* pode emergir (ou não) de diversos elementos como a marca do sol nos braços, os pelos do corpo, o olhar desviante ou os mamilos rosados. O que punge o leitor não é algo previsto, mas o corpo ali exposto sugere possibilidades. Por outro lado, o *studium*, que abrange a técnica e o objetivo do fotógrafo, também põe em evidência elementos compartilhados socialmente como o fato de um peito peludo fazer parte do estereótipo de homem viril. Nesse ponto, ambos os conceitos apontam para o que produz interesse pela fotografia ou pelo assunto fotografado.

Na terceira fotografia em *contra-plongé* e 3/4 no **plano americano**, o desenho da virilha toma conta da fotografia. A pose das pernas, abertas, mostram um homem à vontade. E o enquadramento permanece orientando o olhar para um exame desse corpo exposto, dando espaço à observação de sua parte sexualizada. Nesse

7 “Alto e forte, Thiago Henrique chamou a atenção das mulheres ao ser apresentado à imprensa, sem camisa, em uma delegacia de Goiás”. Trecho da reportagem do jornal *O Tempo*, já referenciada anteriormente neste texto.

exame de seus traços, nos deparamos com a beleza de um corpo viril e de sexualidade. O leitor posiciona-se, nesse corpo-enunciado em admirador.

Essa análise de imagens considera que a fotografia e suas estratégias configuram uma materialidade para enunciados. O direcionamento do olhar, referido por Chartier (2011) como protocolo de leitura, se dá nessa materialidade em que o discurso do fascínio é produzido tanto no processo de subjetivação do assassino em série em objeto de interesse, de curiosidade e admiração, como no agenciamento da subjetividade leitora, que é a contraparte dessa produção discursiva: sujeito observador, curioso ou admirador.

2. BREVES OBSERVAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Essas análises não implicam na busca por uma intencionalidade do fotojornalista, mas no discurso materializado nas fotografias, isto é, em sua positividade. As fotografias, a partir das quais se pode definir séries de enunciados constituem práticas discursivas. Não há a dimensão de um sujeito fundante que dá origem ao discurso do fascínio. A série enunciativa selecionada (o corpo) e os enquadramentos fotográficos sendo positivities e integrando uma prática, estão imersos numa sistematicidade, numa ordem do olhar que é regida discursivamente, pois é marcada pela história. O procedimento de análise resumiu-se em ir às práticas e extrair-lhes o discurso (do fascínio) a partir do funcionamento dos enunciados na produção de sentidos.

Desse modo tenho problematizado o fascínio por assassinos em série: como ruptura na regularidade das práticas dadas como cotidianas. Seu aparecimento não tem uma origem como querem os estudos que o remetem à psique humana, isto é, que defendem o fascínio por assassinos em série como uma faculdade inata (e sombria) de nossas estruturas psicológicas; mas o fascínio tem uma proveniência em múltiplos pontos na história: um exemplo são as práticas midiáticas.

O procedimento metodológico adotado neste artigo tem sua base na arqueogenealogia foucaultiana: a genealogia reagindo na não-origem, nos saberes do cotidiano, no diagnóstico do presente etc; a arqueologia tomando o arquivo como sistematicidade de onde se pode partir para compreender os discursos em sua dimensão histórica.

As análises realizadas se pautam no enunciado em seu caráter de função a partir da qual é possível colocar em jogo unidades diversas que podem ou não coincidir com frases ou proposições, implicando posições de sujeito possíveis e fazendo-as coexistir num domínio coordenado de relações. O enunciado não se materializa necessariamente apenas no verbal da linguagem. Imagens, gestos e palavras, desde que se organizem na regularidade de uma posição-sujeito, podem ser considerados enunciados.

Finalmente, um gráfico, uma curva de crescimento, uma pirâmide de idades, um esboço de repartição formam enunciados; quanto às frases de que podem estar acompanhados, elas são sua interpretação ou comentário; não são o equivalente deles: a prova é que, em muitos casos, apenas um número infinito de frases poderia equivaler a todos os elementos que estão explicitamente formulados nessa espécie de enunciados (FOUCAULT, 2012a, p.99).

No entanto, o nível enunciativo se define pelo seu valor de verdade em um regime discursivo dado. Além disso, a definição foucaultiana de enunciado é relacional: ele existe em um campo de coexistência com outros enunciados já ditos, modificáveis, reformuláveis. Trata-se de um campo associado, cujas formulações não são neutras, nem livres nem independentes, mas formam um jogo enunciativo em que “não há enunciado que de alguma forma ou de outra não reatualize outros enunciados” (FOUCAULT, 2012, p. 119).

O *punctum/studium* barthesianos, por outro lado, nos permite pensar a subjetividade, ou seja, atrelado ao protocolo de leitura de Chartier, permite pensar o discurso e o agenciamento de subjetividades. A fotografia jornalística tem seu efeito de referencialidade e finalidade de objetividade. Ali não podemos ser atingidos pelo *punctum*. E, como observa Barthes (2012), o *punctum* entrega o *spectator*, já que é nele que se inscreve sua subjetividade. Embora o *punctum* não seja o choque (e nem se trata dessa finalidade nas fotografias que acompanham as reportagens a que me refiro), ele se difere do *studium* e atesta uma dimensão outra além da produção discursiva, a da subjetivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fascínio, tomado em seu caráter de acontecimento, já que aparece na descontinuidade da história e na dispersão das regularidades discursivas, é produzido a partir do suporte em que circula e da materialidade de seus enunciados. A fotografia, como uma materialidade de enunciados que seguem uma sistematicidade na configuração do discurso do fascínio, põe em evidência o corpo do assassino em série como lugar de inscrição enunciativa e, constituindo uma prática discursiva, a fotografia jornalística e suas técnicas agenciam a subjetividade leitora.

Os enquadramentos e a fotogenia como protocolos de leitura impõem o corpo do criminoso sobre o leitor (*spectator*, observador, admirador, examinador). Na busca do assassino lombrosiano cujos crimes são exprimidos fisicamente, o olhar se volta para o corpo belo do criminoso e adentra então esse sentido de fascínio: o leitor é dominado pelo olhar.

O *punctum* nos remete a essa dimensão do direcionamento do olhar que, embora seja da instância da subjetividade, não deixa de adentrar uma ordem do discurso, ordem diante da qual nos posicionamos. O fato é que sempre nos subjetivamos de algum modo, na resistência ou na sujeição à ordem discursiva. *Studium/Punctum*, assim, integram aquilo que aciona o interesse pelo objeto fotografado. Juntamente a *protocolos de leitura*, esses elementos constituem a fotografia jornalística como prática discursiva que rege uma ordem do visível e do dizível sobre o assassino em série, bem como constituem o processo de agenciamento das subjetividades.

A mídia, maquinaria de fazer ver/dizer, é lugar de visibilidade/dizibilidade dessa subjetividade que se processa historicamente como monstro, figura popular, criminoso peculiar e curiosidade, que é o assassino em série. Essa subjetivação, por sua vez, não se efetiva sem sua contraparte: se há o espetáculo, há o espectador. É nesse sentido que o fascínio se constitui discursivamente a partir do agenciamento da subjetividade que lê, que observa, que olha, que examina, enfim, que consome. O processo de subjetivação do assassino em série como alvo de fascínio implica que nós nos posicionemos diante desse processo como espectadores, seja na posição-sujeito de curiosos ou admiradores.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- CHARTIER, Roger (org.) *Práticas da leitura*. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FERREIRA, Luzmara Curcino. *Práticas de leitura contemporâneas: representações discursivas do leitor inscritas na revista Veja*. 2006. 337 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- LAPA, Carlos. *Projeto de Lei da Câmara nº 03 de 2007*. Acrescenta inciso III, altera parágrafo único do artigo 96 e acrescenta parágrafo único ao artigo 97, ambos do Código Penal, instituindo a medida de segurança social. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=339959>. Acesso em 02 mai. 2016.
- SOUSA, Jorge Pedro. *Fotojornalismo: introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- TUMA, Romeu. *Projeto de Lei do Senado nº 140 de 2010*. Acrescenta os parágrafos 6º, 7º, 8º e 9º ao artigo 121 do Código Penal brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940) com o objetivo de estabelecer o conceito penal de assassino em série. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=96886. Acesso em 02 mai. 2016.

O sujeito e a cidade: O rap enquanto exteriorização de subjetividades¹

Jheny Iordany Felipe de Lima²

O álbum *Convoque seu buda* (2014), do *rapper* Criolo, traz, em suas composições, a temática da metrópole como objeto de problematização. As canções desse disco transitam do rap a outros gêneros musicais, marcadas por influências sonoras do *Jazz*, *Rock*, *Black Music*, *Reggae*, *Maracatu* e *Baião*, para citar alguns exemplos. Criolo é conhecido no cenário da música contemporânea brasileira como artista de contracultura e suas letras abarcam discursos que criticam a hipocrisia cidadina, naquilo que se refere a falta de moradia e indivíduos moradores de rua; consumo desenfreado de drogas e álcool, legalização da maconha, monetarização da vida cotidiana, mercantilização da cultura, ativismo político e social, entre outras propostas.

Para este estudo, escolhemos, entre suas ricas composições, a letra *Casa de papelão* como objeto de análise³. Ela é marcada pela temática da hipocrisia cidadina relacionada à falta de moradia e aos indivíduos que vivem em situação de rua e os efeitos que surgem dessas circunstâncias, como uso de *crack* e depressão, que levam a morte, bem como a especulação imobiliária que configura uma das maiores fontes de acumulação de riqueza da atualidade.

O referido álbum marca a volta do *rapper* Criolo ao cenário musical – após ter anunciado que encerraria sua carreira depois do aclamado disco *Nó na orelha*,

1 Trabalho realizado sob orientação do Professor Doutor Antônio Fernandes Júnior.

2 Mestranda em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão PPGEL-UFG/RC. Bolsita Capes. E-mail: jhenyiordany@hotmail.com

3 Por questões metodológicas, faremos a análise apenas da letra da música escolhida.

de 2008. *Convoque seu buda* também é marcado pela maturação de estilos e ritmos, bem como do teor político social de suas letras. O ano que antecedeu seu lançamento teve enorme importância histórica, política e social com “as jornadas de junho de 2013”, que desencadearam uma série de protestos Brasil, iniciando-se com o chamado *Movimento Passe Livre* contra o aumento da tarifa do transporte público. Extrapolando essa temática, o movimento passou a abordar protestos contra corrupção, em favor da saúde e educação, entre outros. Houve, em diversos momentos, em seus shows, manifestações acerca desses mesmos acontecimentos, tais como a bandeira com o símbolo *Catraca livre* ou gritos como o “Não vai ter copa”, “Fora Feliciano”, “Diretas já”, “Ocupe Estelita”, etc.

Este estudo, por sua vez, procurará demonstrar como a letra de rap escolhida será tomada, como objeto de análise discursiva e para compreender os discursos e sentidos que atravessam a cidade, significando nos sujeitos e construindo subjetividades, as quais influem nos modos de organização, divisão e socialização do ambiente/espço urbano. Analisamos os aspectos relacionados à biopolítica e à disciplinarização dos corpos na sociedade como primeiro tipo de biopoder que visa docilizá-los e torná-los economicamente úteis para os centros urbanos, através de práticas de controle e vigilância que incidem sobre a população.

I. FOUCAULT E A BIOPOLÍTICA

Em seus estudos arqueogenalógicos, Michel Foucault vai nos dizer que o domínio sobre a vida pela política inicia-se a partir do século XVIII, através da ação do estado sobre o indivíduo, docilizando-o e tornando-o economicamente produtivo para a sociedade.

Este novo mecanismo de poder apoia-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. Finalmente, ele se apoia no princípio, que representa uma nova

economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina. [...] Ele foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente; este poder não soberano, alheio à forma da soberania, é o poder disciplinar. FOUCAULT, 2009, p. 105)

Esse novo tipo de poder se configura na ação do estado sobre a vida biológica das pessoas, com intuito de promover a vida e ao mesmo tempo de controlá-la através de estratégias políticas. Enquanto que o biopoder é o nome geral que se dá à ação do estado sobre o indivíduo, através do poder disciplinar, que torna cada corpo humano dócil e produtivo. Foucault identifica, a partir do século XVIII, um outro tipo de poder que se configura na ação da população sobre a população, o qual ele chamou de biopolítica e utilizou até 1979 em seu curso intitulado “O nascimento da Biopolítica”. Depois ele abandonou o termo e passou a utilizar somente o biopoder.

Para Foucault, não existe o poder propriamente dito, mas uma rede de micro-poderes que se exercem. Ele faz o deslocamento do poder centralizado, monopolizado pelo Estado para um poder pautado nas relações sociais, diluído em todas as estruturas sociais. Desta forma, o poder, para Foucault, é algo inerente ao homem, pois vai existir em toda e qualquer situação. Ou seja, o poder é social.

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e o delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos. (FOUCAULT, 1979 p. 103)

Foucault não nega a importância do Estado, apenas expõe que as relações de poder ultrapassam as barreiras estatais e se estendem por toda a sociedade, através de práticas, de relações. Sendo assim, o poder é algo que se exerce, desempenha, perfaz, efetua por meio de manobras ou estratégias, pelo governo das ações, governo das condutas.

Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. (FOUCAULT, 1995, p. 243)

Também poder e saber são correlatos. Cada tempo produz suas verdades e, portanto, suas práticas e relações de poder.

Temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve, ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 2009, p. 30.)

2. O SUJEITO E A CIDADE

Em seu artigo “Tralhas e Troços: o Flagrante Urbano” (2011), que trata dos discursos e sentidos que atravessam a cidade e como eles significam nos sujeitos formando subjetividades, Eni P. Orlandi nos apresenta o *rap* como parte integrante do corpo significativo do ambiente urbano. Para tanto, a autora explicita que:

O rap, a poesia urbana, a música, os grafitos, pichações, inscrições, outdoors, painéis, rodas de conversa, vendedores de coisa-alguma, são formas do discurso urbano. É a cidade produzindo sentidos. [...] O rapper não fala sobre

a cidade de um lugar externo a ela. Como arte, o rap é uma “instalação” no domínio da música: ela é parte do urbano. O discurso urbano, se dá segundo diferentes modalidades: nome de ruas, letreiros, painéis, etc. a música rap é uma das modalidades. [...] O rap funciona como flagrante, como lembrete. Tomando como instalação, ele é uma modalidade narrativa urbana. Sítio de significação. Concreto. Novo. Deslocamento da materialidade para o real concreto na relação com o simbólico. (ORLANDI, 2001, p. 11)

Orlandi coloca em pauta, do ponto de vista simbólico, que a organização e desorganização da cidade corroboram para a produção de diferentes sentidos. Cada elemento contribui de alguma maneira para os processos de significação. E o *rap* entra como instalação, erigindo-se, dando forma a diferentes subjetividades, incidindo novos processos de significação, perturbando a ordem do discurso e a relação do sujeito com a cidade.

Pensando essa particularidade do *rap* e sua atuação nos processos de significação do sujeito para com o ambiente urbano e para efeito de análise, escolhemos a letra de música do *rapper* Criolo, *Casa de papelão*, para demonstrar, através deste gênero discursivo, quais efeitos de sentido são produzidos e quais subjetividades surgem desse discurso. A letra problematiza a hipocrisia cidadina relacionada ao indivíduo em situação de rua, usuários de *crack*, da especulação imobiliária e da verticalização do ambiente urbano.

O espaço urbano configura-se como uma importante arena de disputas de poderes. E a verticalização se apresenta como uma das principais ferramentas da lógica de dominação e dos mecanismos de controle do espaço. Arelada a isso, a especulação imobiliária determina os caminhos de crescimento da cidade.

Há uma verticalização das relações horizontais na cidade, que, de espaço material contíguo, se transforma em espaço social hierarquizado (vertical). Nesse processo de verticalização “socius” (o aliado) e “hostis” (o inimigo) se distinguem e a cidade passa a ser “urbanizada” num movimento em que as diferenças, agora verticalizadas, se significam pela categorização em níveis de dominação e impede a convivência, o trânsito horizontal, as relações de contiguidade. A organização social vai refletir essa verticalidade da ordem social urbana no espaço horizontal, separando regiões, determinando fron-

teiras que nem sempre são da ordem do visível concreto, mas do imaginário sensível. (ORLANDI, 2001, p. 14).

Na medida em que ocorrem os processos de verticalização, impulsionados por uma demanda econômica de mercado, evidenciam-se as relações de poder, hierarquização e, conseqüentemente, os processos de exclusão e mortificação social dos sujeitos. O trecho da letra supracitada indica, de imediato, essa temática da verticalização e suas conseqüências, como será percebido nos enunciados: “Prédios vão se erguer/E o glamour vai colher/Corpos na multidão”. O corpo social perde seu lugar de origem e é expulso por uma série de estratégias biopolíticas de organização socioeconômicas. O espaço é mercantilizado e os indivíduos que não possuem uma função econômica naquele meio são excluídos, afugentados socialmente. É a cidade dividindo e classificando o corpo social.

Os grandes centros urbanos crescem para cima e, na mesma instância, delimitam fronteiras tácitas, abstratas, ou não, entre aqueles que são economicamente úteis e os que não são. Essa divisão e separação do corpo social reflete estratégias biopolíticas. A modernidade é marcada por um processo de individualização e totalização vinculado intrinsecamente a ideia de biopolítica. E o corpo passa a ser seu principal instrumento de ação.

O corpo está diretamente mergulhado num campo político: as relações de poder têm alcance imediato sobre ele: elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, o sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação, mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta;

pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e, no entanto, continuar a ser da ordem física. (FOUCAULT, 2009, p. 29)

Quando Foucault, em seus estudos sobre a história da violência nas prisões, nos apresenta esse corpo como objeto político, ele também conceitua sobre uma **tecnologia política do corpo** que investe ações e estratégias de dominação, classificação e individualização destes corpos através de uma rede muito sutil de pequenos poderes que se exercem e o qual ele chamou de **microfísica do poder**.

Pensando na letra em questão, quando Criolo fala desse *glamour* que a verticalização do espaço urbano carrega, coloca em pauta justamente esse poder sutil que se exerce sobre os corpos no espaço urbano. Embora não haja, em tese, uma divisão e separação que obrigue os corpos a ficarem em fileiras e sobre o olhar atento do professor, como nas salas de aula, os acordos tácitos que tematizam essa divisão no espaço urbano delimitam as fronteiras nas e pelas quais os corpos são separados por classes sociais e poder aquisitivo ao qual detém, e ficam diante do olhar vigilante da própria sociedade que diz se o corpo em questão pertence ou não a determinados locais.

Em termos mais vulgares, um cidadão em situação de rua não pertence, por exemplo, a um *shopping center*. Não que ele não possa transitar por aquele ambiente, mas a partir do momento que ele entra em um lugar tido como “glamoroso”, ele vai estar sob o olhar julgador e inquisidor das outras pessoas, bem como dos seguranças e vigias que podem expulsá-lo se o considerarem como uma ameaça à tranquilidade do local.

Buscando um exemplo ainda mais sutil, tomemos as lojas de grifes, que normalmente ficam em grandes centros urbanos e são extremamente restritas a uma parcela exclusiva da sociedade. São ambientes que a maioria da população nunca adentrou, reservando-se, sobretudo, aos que estão intrinsecamente ligadas a eles por questões mercadológicas. Não há uma norma que impeça um cidadão de classe menos favorecida a entrar em uma loja da Prada, por exemplo. Mas há uma convenção que sugere que um indivíduo de classe baixa não possua poder aquisitivo suficiente para adquirir qualquer produto da loja em questão, e, portanto, não há sensação de pertencimento, deixando clara a divisão e separação por classes

Criolo trabalha essas divisões em diversas outras letras, tanto do ponto de vista da perspectiva da verticalização do espaço urbano quanto da perspectiva da sensação de pertencimento. O enunciado “Prédios vão se erguer/E o glamour vai colher/Corpos na multidão” enfatiza o “fazer viver, deixar morrer” da contemporaneidade. Para Foucault, enquanto o poder soberano deixa viver ou faz morrer, através dos julgamentos e penas aplicados sobre os corpos dos condenados, no biopoder existem tecnologias de poder voltadas para fazer viver ou deixar morrer. Ou seja, existem certas tecnologias políticas investidas sobre o corpo social que se encarregam de preservar a vida, eliminando tudo o que a ameaça ou ameaça o bem-estar da população.

A biopolítica rompe com a soberania e o estado passa a ter uma função positiva de não mais negar a vida a alguém, mas de promover a vida das pessoas. No entanto, toda manutenção e preservação da vida é feita às custas da morte. Pensando o trecho da letra em análise em consonância com o exposto aqui, percebemos que a verticalização do ambiente urbano, ao fazer a separação do corpo social, classificando-o e individualizando-o em favor de uma coletividade, ao mesmo tempo em que promove a vida daqueles que estão dentro das estatísticas e são economicamente úteis, exclui uma outra parcela significativa desse corpo social, deixando morrer, seja fisicamente através da falta de moradia, saúde e educação, seja subjetivamente através do esquecimento, da perda da cultura ou da classificação marginal que a estes é estabelecida.

Assim como no seguinte enunciado “Olhos nos olhos, preste atenção/Olha a ocupação/Só ficou você, só restou você/Uivo louco, sangue em choro/Pra agradar opressão”, ocorre o ultimato, a expulsão é eminente, mas cabe a resistência. E como “onde há poder, há resistência”, Foucault (1995, p. 234) nos orienta que, “para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações”. Ou seja, é preciso observar como se dão os exercícios de liberdade dentro das relações sociais para entendermos o que configura este poder. Segundo o filósofo, ao localizarmos as práticas de resistências identificamos quais relações de poder estão em jogo e onde estão atuando.

O poder é relacional e está em toda parte. Se pensarmos o enunciado acima, a escolha lexical indica um tipo de resistência contra os mecanismos de exclusão, táticas biopolíticas do governo das populações. Ao ser confrontado pelo jogo do

olhar, aquele que fica, resiste; e resistir significa, muitas das vezes, estar só. Ocupar um lugar que não é seu é fazer o enfrentamento das forças intrínsecas que circulam no espaço citadino. A escolha do termo⁴ “ocupação” indica um posicionamento dentro do enunciado e reitera uma memória, pois o termo “ocupar”, ao contrário de “invadir”, enunciado muito usado pela grande mídia, nos remete a uma função positiva de uma ação que não é ilegal. Aquele que “ocupa”, preenche um espaço vazio. Já aquele que “invade”, comete um ato infrator. Mas para que esse discurso signifique, há todo um conhecimento pré-estabelecido que precisa ser revisitado.

Todo discurso manifesto repousaria sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase pronunciada, um texto já escrito, mas um “já-mais-dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio do seu próprio rastro. (FOUCAULT, 2008, p.28)

Dito de outro modo, a memória que temos de determinados acontecimentos é que vai possibilitar a identificação e o partilhamento dos sentidos. E as formações discursivas desempenharão um importante papel na produção e recepção desses sentidos.

As formações discursivas organizam (determinam o modo de falar) feixes de sentido do arquivo que, numa sociedade, rege o aparecimento dos enunciados com valor de acontecimento singular. Nessa fase arqueológica, na qual se analisa o enunciado com valor de acontecimento em relação ao arquivo, as noções de descontinuidade e memória são operantes. (NAVARRO, 2008, p. 66.)

São elas que determinam o que se pode ou não dizer dentro de determinadas conjunturas. Além disso, elas poderão ser sempre atravessadas por outras formações discursivas. Isso faz com que esses sentidos estejam sempre em movimento e irrompendo em novos funcionamentos.

Portanto, quando no enunciado, “Olha a ocupação/Só ficou você, só restou você//Uivo louco, sangue em choro/Pra agradecer opressão”, aparece o termo “ocupa-

4 Sobre a discussão acerca dos termos “ocupação” e “invasão”, consultar *Análise do discurso: reflexões introdutórias* (2007), de Cleudemar Alves Fernandes.

ção” em vez de “invasão”, somos levados a pensar a que tipo de formação discursiva o enunciado pertence e quais os efeitos de sentido são produzidos através dessa escolha. Em se tratando da relação desse sujeito com a cidade e da desapropriação e realocação dos corpos que ocorre para que a verticalização e o progresso aconteçam, a ocupação tem a ver com a liberdade de escolher ficar, mesmo quando uma série de saberes o objetivam a sair.

É no simbólico que esse sujeito vai sendo constituído e são nas relações de poder que as posições do sujeito vão sendo construídas. “O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva” (FOUCAULT, 1995, p. 231). Da mesma forma, a nomeação marca sua subjetividade. Ela descreve, localiza, determina e estetiza o indivíduo. Assim, não há sujeito sem práticas de subjetivação. E, dentro do ambiente urbano, o qual estamos analisando, esse sujeito é interpelado a significar através da sua relação com a cidade e pela forma como ela o classifica, o nomeia e o delimita.

Foucault, ao conceituar as questões relativas as relações de saber e poder, traz à tona pontos categóricos de enunciação. Nós nos tornamos sujeitos através de práticas discursivas e do cuidado de si. É através dos discursos que os sujeitos se subjetivam. Assim como a modernidade, ao produzir indivíduos sobre indivíduos em um processo de controle das populações, vai contribuir para a construção das subjetividades, a cidade será espaço constituinte das mesmas. A materialidade espacial do ambiente urbano corrobora na formação da subjetividade individual do sujeito que transita pelo ambiente urbano. Neste sentido, o sujeito será concebido em meio à materialidade subjetiva da cidade.

Dito de outro modo, ao transitar pelo ambiente urbano, o espaço, que é da ordem da exterioridade, vai inferir nos processos de subjetivação deste sujeito, seja pelas linhas de exclusão, seja pelos meios de acolhimento, toda a hipocrisia, sons, movimentos, placas, desvios, toda a confluência que perdura e atravessa esse sujeito vai influir para que ele signifique na e pela cidade. E o *rap* é uma forma de exteriorizar essa subjetividade, uma forma de inscrição dessa exteriorização.

O sujeito está sempre atravessado pelo espaço simbólico da cidade como lugar de quantidade e do comum. O jogo argumentativo do rap se constrói justamente sobre isso. No jogo contraditório entre lugar comum (esquemas

gerais, de ordem lógica) e lugar específico (relativo a um gênero particular, um assunto determinado) que passa a funcionar como reservatório de argumentos já feitos (os preconceitos) o rap denuncia o jogo, as tensões dobradas e cria a possibilidade da distância, do lugar falho, do equívoco. Ele traz à tona, mesmo sem saber, a equivocidade do “comum”, a complexidade, a complexidade do “público”, a não-transparência da construção da opinião, sua historicidade. (ORLANDI, 2001, p. 22)

A cidade, em suas diversas camadas, define claramente suas linhas de exclusão, quem pode circular ou não, dentro do ambiente urbano. Então quando o biopoder, por meio da disciplina, vem fazer essa individualização e divisão dos locais para separação dos corpos, para delimitar quem circula ou não, automaticamente ele gera a possibilidade de resistência para esses sujeitos. Isto pois, “o poder só se exerce sobre sujeitos “livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que tem diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 2004, p. 244). Portanto, a liberdade é uma condição de possibilidade para que existam as relações de poder. Neste sentido, o simples ato de circular pelo ambiente urbano já confere um modo de resistência, compor ou ocupar um espaço que não é seu configura uma transgressão ao modelo disciplinar.

Ainda dentro deste contexto das formações discursivas e deste já-dito, o enunciado: “Na minha mente várias portas/E em cada porta um comporta/Que se retrai e às vezes se desloca/E quantos segredos não foram guardados nessa maloca?”, traz à tona algumas questões.

Primeiramente, a noção de que somos sujeitos atravessados: atravessados pela cultura, pela política, pela economia, pela religião, entre outros. Esses processos nos subjetivam.

Em seguida, assumimos uma identidade dependendo do contexto, seja na escola como alunos ou professores, no ambiente de trabalho como funcionários, em casa como filhos, pais, maridos, esposas. Ou seja, uma identidade “Que se retrai e às vezes se desloca”. Nossas identidades são construídas na linguagem e pela linguagem. E, assim como as palavras ganham sentido na interação com o outro, a nossa identidade se constitui nessa relação com o outro.

Por fim, o trecho “E quantos segredos não foram guardados nessa maloca?”: quanto do sujeito é desperdiçado ao fazer esse deslocamento do centro urbano, que agora se torna verticalizado, para outros lugares? Quanto do sujeito é perdido subjetivamente através do esquecimento, da perda da cultura ou da classificação marginal que este sujeito adquire pelo deslocamento?

Visto esses três apontamentos sobre o excerto da letra, pensemos agora à escolha lexical do termo “maloca” no final do verso supracitado. Assim como o termo “ocupação” anteriormente revisitado, o termo “maloca” também nos remete a uma determinada memória discursiva que se insere, por conseguinte, em certa formação discursiva, delimitando um posicionamento desse sujeito.

Criolo, em suas composições, evidencia a influência de outros gêneros musicais, entre eles o samba. Em diversos momentos faz referência, muitas das vezes direta, a outros autores e letras do cenário musical brasileiro. A escolha do termo “maloca”, não por acaso, nos remete a uma dessas referências. O samba *Saudosa maloca*, de Adoniran Barbosa, assim como a música de Criolo, *Casa de papelão*, trabalha a temática da desapropriação do sujeito no ambiente urbano através da verticalização e dos processos de modernização.

Saudosa maloca narra como uma casa velha, ocupada por três cidadãos que antes estavam na rua, foi substituída por um edifício e como cada um se sentiu após o feito, bem como onde eles foram morar depois da desapropriação e quais os efeitos de sentidos foram produzidos dentro deste contexto. “Maloca” é um termo da contracultura. Está presente em diversas outras letras de músicas, sobretudo utilizada por *rappers* brasileiros. O termo delimita um posicionamento desse sujeito. Etimologicamente é uma moradia indígena, e foi culturalmente utilizado para indicar, de forma pejorativa, um bando ou conjunto de indivíduos em atitude suspeita. E tomado e re-significado como termo de resistência por grupos marginalizados socialmente para indicar parceria, união entre amigos.

Desta forma, quando ocorre essa divisão e docilização dos corpos por processos de disciplinarização, seguindo normas e classificando-os de acordo com sua utilidade nos processos econômicos, esses sujeitos passam a significar no ambiente urbano. O sujeito é reflexo das relações de poder e é o objeto pelo qual o eixo saber-poder, através das práticas de enunciação, forma a subjetividade. Enquanto saber e poder são da ordem da produção dos discursos, a subjetividade é da ordem do

efeito desses discursos. Saber e poder operam não somente sobre o corpo do sujeito, mas também sobre a produção da subjetividade, através dos discursos.

Esta forma de poder aplica-se a vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros tem que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso a sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a. (FOUCAULT, 2004, p. 235)

Concordamos com Foucault quando pensamos que esse poder circula no ambiente urbano e influi na subjetividade dos sujeitos, forjando-os, docilizando-os e tornando-os economicamente úteis, fazendo a divisão e separação do corpo social, tornando-os sujeitos as estratégias biopolíticas de organização social.

Em uma sociedade como a nossa, o sujeito urbano é o corpo em que o “capital” está investido. Num espaço de memória particular, a história de subjetividades que aí se instala se formula pela noção de “eu” urbano. Esse sujeito, por sua vez, como está produzindo sentidos na cidade – textualizando sua relação com objetos simbólicos no mundo – produz uma realidade estruturada da maneira como esse espaço o afeta, reverberando sentidos do/no imaginário urbano. (ORLANDI, 2001 p.10)

Ao pensarmos essa relação do sujeito com a cidade e como os processos de exclusão objetivam tais sujeitos, podemos voltar à questão da verticalização para entendermos o enunciado a seguir: “Flutuar no céu poluído da cidade e beber toda a sua mentira/esperança à míngua, torneira sem água/Moeda? É religião que alicia”. A verticalização do ambiente urbano ocorre em prol de um progresso. É através de estratégias políticas e econômicas que têm por finalidade o crescimento econômico das cidades que os sujeitos são classificados e separados.

Neste sentido, entramos novamente no conceito do “fazer viver, deixar morrer” da contemporaneidade, que já explicamos anteriormente neste artigo. De acordo com ele, toda manutenção da vida é feita às custas da morte e os que não são

economicamente úteis são excluídos. Essa parcela da população ainda faz parte do ambiente citadino, mas não há sensação de pertencimento, pois o progresso ligado a verticalização não os engloba. Pelo contrário, deixa-os fora da lógica do crescimento. Esses sujeitos flutuam no céu poluído da cidade e bebem toda a sua mentira, uma vez que são deixados para morrer pela falta de condições básicas de sobrevivência como água, o que os deixam, cada vez mais, sem esperança. Ao passo que tais sujeitos são excluídos, ocorre ainda o processo de sacralização da economia, que possui suas leis sagradas: se não cumpridas, levam ao inferno, ou melhor dizendo, para a linha da pobreza. Como nos diz o enunciado: “Moeda? É religião que alicia”.

Walter Benjamin, em seu texto *Capitalismo como religião*, de 1921, defende a ideia de que o capitalismo possui natureza religiosa e explicita a culpa de que todos nós temos, pelo fato de que ninguém nunca vai se sentir satisfeito com o dinheiro que possui e, portanto, ninguém terá salvação dentro do capitalismo. Benjamin também afirma que o sistema capitalista lida com preocupações idênticas as da religião e expõe, “O capitalismo é uma religião puramente cultural. [...] O capitalismo é a celebração de um culto *sans rêve et sans merci* (sem sonho e sem piedade). [...] Este culto é culpabilizador. [...] Deus deve permanecer oculto e apenas pode ser apelado no zênite de sua culpabilização” (BENJAMIM, 2013, p. 21).

Ao delimitar esses pontos de entrecruzamento entre a religião e o sistema capitalista, Benjamin explica que o Cristianismo, por possuir bases teológicas, se distancia, muitas das vezes, do discurso lógico da prática cúlta. Esse fator influencia na problemática que os cristãos têm ao entenderem o aspecto religioso do capitalismo. Afinal, o fiel do capitalismo precisa entrar na lógica do capital e exercer um culto constante, consumindo e participando, enquanto ao fiel cristão está reservado um momento para seu culto. Também o culto capitalista se difere do culto cristão por não possuir o aspecto expiatório, pois aquele que participa sente-se culpado pelo capital que possui e por nunca estar satisfeito dentro da lógica capitalista. Outro aspecto é que o Deus do capitalismo é oculto. A face oculta do Deus do capitalismo só será revelada no ápice da culpabilização. Então, da mesma forma que o Cristianismo captura as almas dos fiéis através da busca pela remissão dos pecados, a moeda é, como enfatiza Criolo no trecho da letra exposto a cima, uma “religião que alicia”, tomando e capturando as almas dos fiéis e transformando-os em vítimas de seus dogmas.

Complementando nossas análises e considerando os estudos Foucaultianos sobre biopolítica e biopoder é que reiteramos o conceito de biopoder. Para Foucault (2013), é preciso falar da relação entre política e economia, pois o campo econômico age sobre o corpo social, de maneira a discipliná-lo e a docilizá-los.

A disciplina fabrica as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeito estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 2013, p. 133-134)

A disciplina, tal como o autor nos ensina, é uma técnica de poder. Ela é o primeiro tipo de biopoder e o modo pelo qual o poder passa a investir sob o corpo para que ele seja valorizado, docilizado e produzido para se tornar economicamente útil. Ela se inscreve de diferentes formas nos corpos dos indivíduos, vigiando-os, forjando-os, docilizando-os, através da norma, que funciona como um tipo de poder que opera sobre o indivíduo influenciando sua subjetividade, normatizando-o e normalizando-o. Os corpos passam pelo processo de individualização e são distribuídos em seus lugares sem o risco de aglomeração, de forma que haja melhor aproveitamento do tempo e do espaço. O controle do tempo é organizado por práticas de exercícios, que têm por finalidade produzir indivíduos sujeitados (lembrando que o papel disciplinar é adestrar).

A disciplina faz “funcionar” um poder relacional que se autossustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Graças a técnicas de vigilância, a “física” do poder, o domínio sobre o corpo se efetua segundo as leis da ótica e da mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Po-

der que é em aparência ainda menos “corporal” por ser mais sabiamente “físico”. (FOUCAULT, 2013, p. 170-171)

Esse “jogo ininterrupto dos olhares calculados” é a forma como o poder se exerce sutilmente sobre os sujeitos. Vigia-los, classificá-los, forjá-los e não deixar que se aglomerem é uma tática disciplinar que assegura o governo das populações.

Dessa forma, e, relacionando com os enunciados da letra em análise, é que podemos observar como a população enquanto “corpo” passa a ser objeto privilegiado pela política, passando por processos de domesticação e docilização através das disciplinas. Estes processos subjetivam os sujeitos formando suas identidades. Ou seja, a subjetividade é uma espécie de território que se constitui em sociedade. E a disciplina garante que esses sujeitos permaneçam alinhados, individualizados, separados e dóceis dentro do ambiente urbano. As disciplinas controlam o tempo, os gestos, os movimentos e as forças dos indivíduos. Esse controle minucioso e calculado impõe uma espécie de servidão maquínica dos sujeitos. Estamos envolvidos por aquilo que Foucault (2013, p. 113) chamou de “mecânica do poder”: “Ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina”. Além disso, as estratégias biopolíticas e do biopoder asseguram a governamentalidade sobre o corpo social das populações fazendo o enaltecimento da vida biológica, e, por consequência, a classificação e separação dos indivíduos no território citadino. Esse processo objetiva os sujeitos e influi sobre a produção de suas subjetividades.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, neste artigo, como o *rap*, enquanto função discursiva, é tomado como objeto para se compreender os discursos e sentidos que atravessam a cidade, significando nos sujeitos e construindo subjetividades, as quais influem nos modos de organização, divisão e socialização do ambiente urbano.

Foi possível analisar os aspectos relacionados à biopolítica e à disciplinarização dos corpos na sociedade, como primeiro tipo de biopoder, que visa docilizá-los e torná-los economicamente úteis para os centros urbanos através do controle

e vigilância. Esses centros urbanos interpelam os sujeitos a significarem, através de posições que ocupam dentro dos discursos que circulam na cidade. E o *rap* se apresenta nessa conjuntura como lugar de contestação social: “Ao estampar, o rap transfere sentidos, metaforizando a quantidade. [...] é um lugar de respiração social, de divergência, de tensão trocada. (ORLANDI, 2001, p. 14)

Os sujeitos, ao ocuparem os espaços urbanos, buscam significar-se pelos atravessamentos de discursos/sentidos que constituem estes espaços. Esses atravessamentos são da ordem histórica e precedem esses sujeitos. A cidade, desta maneira, configura importante arena de disputas onde sujeitos e sentidos se constituem através da linguagem.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CRIOLO. *Casa de papelão*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/criolo/casa-de-papelao/> Acesso em: 20 de setembro de 2017.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.
- _____. *A ordem do discurso*. Trad. Alberto de O. Souza. Série Apontamentos nº29, Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1995.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, Paul. (Orgs.). *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Ramalhete. 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- NAVARRO, Pedro. Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, Ismara (org.). *Estudos do texto e discurso: interface entre língua(gens), identidade e memória*. São Carlos. SP: Claraluz, 2008, p.59-74.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Tralhas e troços: o flagrante urbano*. In: Cidade Atravessada: Os Sentidos Públicos do Espaço Urbano. Campinas, SP: Pontes. p. 9-24, 2001.

De ferramenta em ferramenta a vida se faz vida: Discurso e sujeito em *A obrigação da inquiétude*

Júlio César Albuquerque da Rocha¹
Antônio Fernandes Júnior²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Partindo-se do pressuposto foucaultiano, que diz que todo enunciado possui suas margens povoadas de outros enunciados, surgiu o interesse em analisar as funções enunciativas da palavra “ferramenta”, na obra literária *A obrigação da inquiétude* (2010), de Braz José Coelho. O literato goiano apresenta em seu livro onze poemas consecutivos que exibem esse enunciado, produzindo regularidades e dispersões quanto aos sentidos do uso desse termo nos diferentes poemas. Essa repetição não garante a mesma identidade a eles, justamente por se diversificarem em suas condições de utilização, produzindo efeitos de sentidos diferentes entre si. Para tal investigação, houve a necessidade de reconhecer outros enunciados, individuais em cada poema, possibilitando restringir o contexto de uso do termo “ferramenta” a um campo associado. Posteriormente, com o decorrer da análise, identificou-se ligações e distinções enunciativas. O escopo deste estudo se pauta, através das aná-

1 Discente de Graduação em Letras na Universidade Federal de Goiás. Email: julioalbuquerque@gmail.com

2 Doutor em Letras pela UNESP/Araraquara e professor do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. tonyfer@uol.com.br

lises dos poemas de Braz José Coelho, em apresentar correlações entre a temática, a construção e estruturação das análises acerca dos enunciados presentes na produção do discurso e efeitos de sentidos produzidos.

No que diz respeito ao método, utilizou-se neste trabalho a pesquisa básica estratégica de caráter explicativo e cunho qualitativo quanto à análise de dados secundários, obtidos através de literatura relacionada ao tema. O referencial teórico é embasado na análise do discurso propriamente dita, sob a teoria enunciativa em Foucault (2008), aprofundando-se, primordialmente, na análise discursiva da materialidade repetida dos enunciados. Posteriormente, agregando conjuntos enunciativos de cada poema, nota-se no último, um desencadeamento em relação aos enunciados anteriores, quando o sentido do enunciado “ferramenta” perpassa completude, podendo produzir redes de cruzamentos na produção discursiva do poeta. Espera-se, através deste trabalho, levantar discussões sobre o profícuo pensamento foucaultiano para a análise discursiva, utilizando-se da obra de Braz José Coelho, gerando compreensão sobre o tema exposto e o interesse nesses dois autores.

I. APONTAMENTOS TEÓRICOS: DISCURSO, SUJEITO E HISTÓRIA.

Os territórios arqueológicos podem atravessar textos “literários” ou “filosóficos”; bem como textos científicos. O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas. (FOUCAULT, 2008, p. 205)

Compreende-se com Michel Foucault, no livro *A Arqueologia do Saber*, que os discursos são concebidos enquanto práticas discursivas (acontecimentos históricos) produzidas e reguladas por determinados enunciados que são, para o autor, a unidade elementar do discurso. No entanto, por si mesmo, o enunciado não se confunde como uma unidade de gênero que se equivalha a uma frase, proposição ou ato de linguagem, mas a “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2008, p. 98). O analista do discurso, então, trabalha o enunciado como domínio de possibilidades, condições de uso específicas e não restringe ao uso estritamente linguístico, pois o enunciado pode aparecer com outra

roupagem (imagem, som, etc.), mas não pode prescindir da condição de coisa dita ou daquilo que foi efetivamente produzido para ter existência.

Além desses dados apresentados, a função enunciativa se marca por outros aspectos, tais como, referente (um princípio de diferenciação), campo associado ou domínio de memória (já-ditos, pois os enunciados coexistem com outros enunciados) e materialidade repetível (por ser da ordem do efetivamente produzido, pode figurar em texto impresso ou gravado, ter uma materialidade na qual se inscreve e por onde circula); por isso, todo enunciado tem um suporte (onde se inscrevem), uma data (dimensão histórica) e um lugar (instituições, campos discursivos específicos, tais como a literatura, a ciência, etc.). E se o enunciado se diferencia das frases, atos de fala e proposições é devido a não necessidade de ter os elementos constituintes do primeiro (sujeito, verbo, predicado), não primar pela busca das intencionalidades do sujeito que fala (no segundo caso) e nem se valer pelos princípios do verdadeiro e do falso, tal como se constituem as proposições.

Tais elementos nos indicam um vínculo específico entre discurso e história, na medida em que a função enunciativa surge como um elemento concreto e singular, pois os discursos constroem os objetos de que falam. A dimensão do discurso enquanto prática histórica, nos direciona, de imediato, a recuperar uma das principais definições de enunciado/função enunciativa produzidas em *A Arqueologia do Saber*, qual seja, a de que o enunciado foi efetivamente produzido. Ou seja, delimita-se por ser dito (escrito, falado, pronunciado, etc.), tem uma dimensão concreta e não está acima do tempo e da história.

A partir desses elementos e pelo modo como a discussão sobre sujeito se apresenta no livro em destaque, Foucault delimita que o conceito de sujeito deve ser focalizado a partir da análise enunciativa, pois o enunciado implica sempre o vínculo a uma dada posição-sujeito, cuja natureza movente impossibilita concepções universalistas. Assim, um mesmo indivíduo pode ocupar diferentes posições-sujeito, em virtude dos aspectos dispersivos e dos diferentes posicionamentos que assume nos espaços discursivos, apontando para uma percepção da subjetividade como dispersa e fragmentada. Tais aspectos sinalizam para uma compreensão de sujeito como uma construção histórica, pois o discurso é um “campo de regularidade para diversas posições de subjetividade” (FOUCAULT, 2008, p. 61). Para esse autor, o conceito de discurso é definido por um conjunto de enunciados pertencentes a uma

mesma formação discursiva, com determinadas condições de existência; liga-se à história, como “fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade” (FOUCAULT, 2008, p. 133). Em Foucault, o discurso não é visto de forma estanque e/ou fixa, mas como uma prática discursiva³, em constante transformação. Nela são definidos o(s) lugar(es) de onde o(s) sujeito(s) enuncia(m), ou a posição que o sujeito ocupa no exercício da função enunciativa.

Paul Veyne (2011, p. 50), ao retomar essa discussão proposta por Foucault, argumenta que os discursos “são as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram”; ou: “longe de serem ideologias mentirosas, os discursos cartografam o que as pessoas realmente fazem e pensam, e sem o saber” (VEYNE, 2011, p. 51). Tal afirmação reforça a ideia de discurso enquanto prática de subjetivação, pois é pelo(s) discurso(s) que os indivíduos se posicionam e se assumem como sujeitos. Os discursos atravessam o(s) sujeito(s) e os constituem, pois são movidos pela história e não o contrário. Tem-se, então, a concepção de que o sujeito não é o ponto de partida, mas o ponto de chegada. A “arqueologia dos discursos”, expressa pelo filósofo francês, retira do sujeito a condição de soberano do discurso, ao delimitar a análise das práticas singulares. Ou seja, parte-se das práticas para chegar ao sujeito e aos discursos que o constituem. Portanto, há um jogo ou trama entre práticas de saber e de poder que tomam o sujeito como objeto e o produzem como objeto discursivo. Produzem ao mesmo tempo nosso corpo e agem sobre ele, fabricando corpos dóceis e produtivos.

Se os discursos “cartografam” o que pessoas fazem e pensam (cf. FOUCAULT, 2004; VEYNE, 2011) e se são imanentes aos dispositivos de poder, logo, os dispositivos atuam na produção/fabricação de sujeitos historicamente situados. Para Foucault (2014), o sujeito não é uma substância mas uma forma histórica, “modelada a cada época pelo dispositivo e pelos discursos do momento”⁴, como

3 Para Foucault (1995, p. 136), a prática discursiva é compreendida “como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. A discussão sobre prática discursiva implica reflexões sobre as condições de produção do discurso.

4 Embora a discussão sobre o conceito de dispositivo de poder seja importante para os desdobramentos

acrescenta Veyne (2011, p. 178). Assim, tanto o conceito de discurso quanto o de dispositivo estabelecem processos de subjetivação, pois se um dispositivo/discurso faz do “eu de cada um certo sujeito”, logo, o sujeito deve ser considerado como “filho de seu tempo; [pois] não é possível tornar-se qualquer sujeito em qualquer época” (VEYNE, 2011, 179).

Fernandes (2008) elucida os discursos como exteriores a língua, mesmo que necessitem dela para ter uma existência material. Essa exterioridade trata-se de elementos que se encontram no social, por meio de ideologias de determinados grupos e através dos acontecimentos na História, que deve ser compreendida em Foucault como uma História Geral, onde “se problematiza séries, os recortes, os deslocamentos”. (NAVARRO, 2008, p. 60). Entende-se que através de enunciados integrantes de um discurso, pode-se encontrar a posição social de onde o sujeito que enuncia se encontra, pois “sujeitos inseridos num mesmo momento histórico podem viver diferentes temporalidades, conforme a relação que eles mantêm os saberes instituídos e legitimados numa sociedade.” (NAVARRO, 2008, p. 60). Tal argumento direciona a se pensar a temporalidade histórica como um espaço de continuidade e descontinuidade em relação aos saberes que constituem os discursos e sujeitos. Nesse sentido, não se pode tomar um dado período histórico como um bloco fechado e homogêneo, isso levaria a acreditar que os discursos e os saberes nele inscritos atingiriam a todos da mesma forma. Determinados discursos podem constituir sujeitos que assumem diferentes posições numa dada racionalidade histórica, levando-os inclusive, a tomar posições diferenciadas e até conflitantes.

Tal questão pode ser acionada para a análise de poemas da obra escolhida, na qual é possível se deparar com discursos sobre o trabalho em vários textos, cujos sentidos se distanciam de análises críticas que o veem como algo alienante, repetitivo ou mesmo negativo. Pelo contrário, ao longo dos poemas escolhidos, percebe-se uma visão positiva sobre o tema “trabalho” por meio do qual o sujeito discursivo do livro nos apresenta. Esse recorte temático será analisado a partir de sequências enunciativas (SE) recortadas dos poemas do livro em análise. Ao estabelecer essa metodologia de análise, seguimos os apontamentos foucaultianos sobre a análise

da análise discursiva, proposta por Foucault, ela não será aprofundada nesse momento, em virtude dos recortes efetuados para este estudo.

enunciativa proposta em *Arqueologia do Saber*, quando esse autor delimita ser o enunciado a unidade mínima de análise discursiva. Nesse livro, a abordagem dos discursos é apresentada como uma metodologia na qual o estudioso deve

compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 2008, p. 31).

Essa dimensão relacional atribuída ao enunciado impõe ao analista a assertiva de que todo enunciado pressupõe outros enunciados, portanto, não existe enunciado isolado ou neutro, fora de uma rede de outros enunciados com os quais dialoga. Ao mesmo tempo, não se trabalha com discursos isolados, pois um discurso se relaciona com outros, seja para contestar ou reiterar temas postos em discussão. Tal argumento já é por demais conhecido e retomado por diferentes autores da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, desde seu desenvolvimento enquanto campo de disciplina vinculado aos Estudos da Linguagem. Se a análise do discurso delimita essa dimensão relacional aos conceitos de discurso e enunciado, o mesmo pode ser atribuído ao conceito de sujeito que, em sua constituição, é marcado pelas relações estabelecidas com outros sujeitos, com a história e com os jogos de linguagem. Tais relações se definem, também, pela reflexão do discurso enquanto prática, em sua dimensão concreta e singular, produzida historicamente. Os discursos, enunciados e sujeitos não são os mesmos de um período histórico a outro. Não se trabalha com esses conceitos de forma atemporal, pois as práticas discursivas sofrem alterações de acordo com os valores que cada racionalidade histórica delimita como sendo o “verdadeiro” para um momento específico.

Braz José Coelho, lançou em 2010, um livro de poemas intitulado *A obrigação da Inquietude*. Iniciou seu livro compartilhando a ideia de Kierkegaard, em epígrafe, na qual, em nossa realidade social, o verdadeiro comportamento para com a vida deve ser a inquietude; a segunda epígrafe do livro é a de Manoel de Barros, onde se lê: “o poeta é um ente que lambe as palavras”. Tomando essas duas epígrafes como tema de abertura de seu livro, o autor parece nos indicar umas das questões centrais da obra em tela: olhar do poeta, que registra o cotidiano ou os assuntos

sobre os quais irá tratar, é um olhar inquieto que se materializa na escrita dos poemas. Por isso o poeta tem essa constante “inquietude” de “lamber” as palavras e dar novos sentidos a assuntos já desgastados pelo tempo. É em torno desse discurso que o autor trabalha a sua produção. No poema de número 56 do livro escolhido para esta discussão – do qual foi selecionado o título para a coletânea, citada anteriormente – o autor joga com o discurso que estabelece finalidades (ser obrigado a cumprir metas ou deveres) e com o seu oposto, o de ser inquieto com as obrigações. Para o primeiro, a inquietude é anulada, pois segue o já sabido; o segundo indica de perseguir caminhos “não feitos”, o “não sabido” (COELHO, 2010, p. 84-85). Nesse movimento, o poeta, pela sua inquietude com a linguagem e com a vida, “lambe” as palavras e as desloca do sentido usual (“já sabido”) para discorrer sobre novos modos (“inquietos”) de ler e ver o mundo.

Mas analisar discursos implica desprender-se do sujeito-autor e vê-lo como uma posição vazia, pois, como expressa Barthes, “a linguagem conhece um sujeito, não uma pessoa”. Para este autor, “desde o momento em que um fato é contado, para fins intransitivos, [...] a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escrita começa” (BARTHES, 2004, p. 1). Tal argumento é reforçado por Michel Foucault no texto “O que é um autor?”, quando indica que o nome de autor aponta para duas realidades distintas, uma direcionada ao indivíduo empírico com existência no mundo e outra que se instala na “ordem do discurso” apontando para uma construção discursiva sobre a qual o autor seria uma das funções que o sujeito pode ocupar no campo dos discursos.

Um nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome etc.); ele exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimita-los, deles excluir alguns, opô-los a outros. (FOUCAULT, 2001, p. 273).

A afirmação acima permite vislumbrar a diferença entre o nome próprio e o nome de autor: o primeiro desloca-se do interior de um discurso para o exterior (indivíduo), enquanto o segundo atua na superfície discursiva, recortando, selecionando e delimitando textos, imprimindo o seu modo de ser, dando coerência e unidade ao texto. “O texto traz sempre consigo um certo número de signos que

reenviam para o autor” (FOUCAULT, 2001, p. 273). Esse argumento reforça o interesse em trabalhar com o nome de autor “Braz José Coelho” não na condição de indivíduo, mas como um nome que já carrega consigo algumas ligações ao campo da autoria, seja pelas publicações literárias já divulgadas e premiadas ou pelos livros de teoria linguística e afins⁵. Não é nosso interesse neste ensaio problematizar o campo da autoria naquilo que envolve o livro escolhido para análise, mas de indicar, de forma rápida, que nosso recorte recai sobre os posicionamentos do sujeito discursivo nos poemas naquilo que envolve a relação entre sujeito e os discursos sobre o trabalho, a relação entre sujeito e as ferramentas que constituem sua relação com o mundo e a vida. Tais elementos serão focalizados a partir do uso constante da palavra “ferramenta” ao longo do livro “A obrigação da inquietude”, com o objetivo de analisar, do ponto de vista enunciativo, como a constante repetição desse enunciado aponta para realidades distintas do uso comum e dicionarizado.

2. ANÁLISES ENUNCIATIVAS

Como já explicitado anteriormente, no livro *A Obrigação da inquietude*, encontra-se uma sequência de onze poemas com o uso da palavra “ferramenta”, tratando de temas que tanto se aproximam quanto se distanciam do uso corrente do termo, seja no uso comum ou naqueles registrados em dicionários. Tais regularidades em relação ao uso dessa palavra e os temas mobilizados instigaram a proposição desta reflexão. Pelos encaminhamentos teóricos expostos, será tratada dessa recorrência do termo na condição de enunciado e desenvolvida a discussão a partir de trajetos temáticos, considerando que esses temas articulam relações com outros discursos e estabelecem posições sujeito construídas no e pelos poemas selecionados. Essa repetição não será tratada como mera reprodução de discursos, pois cada poema, embora possa falar de assuntos próximos tem um modo distinto de uso do enunciado selecionado e encaminhamentos específicos. Será buscado, “o novo no interior da repetição” (GUILHAMOU & MALDIDIER, 1994), com o objetivo de olhar para o uso termo ferramenta e analisar como se estabelece a constituição

5 Para maiores informações sobre as produções acadêmicas e literárias do autor em estudo, consultar: <http://lattes.cnpq.br/3304391057611504>. Acesso em 20/01/2018.

do sujeito discursivo que vê no trabalho ou nos demais temas designados por esse enunciado, uma dimensão positiva que constitui a relação desse sujeito com a vida e com o mundo.

Os poemas da coletânea *A Obrigação da inquietude* aparecem com uma numeração sequencial de acordo com organização feita pelo autor, de modo que não apresentam títulos. Ao ser referido os poemas do livro, será usado essa numeração e a indicação de página onde aparecem. Do poema 02 ao 12 encontra-se a utilização do enunciado “ferramenta” de forma sequencial, sendo que nos demais textos do livro não aparecerá novamente. Juntos, os onze poemas apresentam uma regularidade em relação à repetição do enunciado destacado e também compõem trajetos temáticos distintos. O primeiro trajeto temático associa o uso do enunciado ao tema do trabalho e pode ser observado nos poemas de número 2, 3, 4, 7 e 12. Tem-se, a seguir, uma descrição das séries enunciativas que compõem esse campo temático, que interessam às reflexões que serão desenvolvidas. Dados os limites deste estudo, opta-se pela reflexão desse eixo temático de modo a organizar e verticalizar melhor o tópico analítico, evitando um trabalho exaustivo.

De forma a dar uma breve indicação dos usos do enunciado em outros poemas, elenca-se, a título de exemplificação, algumas ocorrências, tais como:

a) Ferramenta-espço: “A estrada é o espaço/ onde me ponho e me situo/ o meu estar-aí em movimento,/ a estrada é o lugar/ onde estabeleço as minhas referências,/ é chão e *ferramenta*/ sinuosidade branca/ que me permite caminhar”. (COELHO, 2010, p. 16-17. Grifo nosso). Nesse excerto pertencente ao “Poema 05”, o ponto de vista do sujeito discursivo designa o enunciado “estrada” como algo do campo da magia e imaginação. Se a estrada é vista como algo concreto, no uso corrente, aqui é tomada por uma polissemia criada por esse sujeito em sua realidade de mundo, quando diz que é na estrada onde se situa, lugar de estabelecer referências, pois ela é chão, entendida como significado concreto e, ferramenta, a partir da qual decide caminhar através da imaginação;

b) Ferramenta-amor: “Para o pobrezinho de Deus/ o amor é *ferramenta*/ que une a todos/ mesmo que não saibamos disso”. (COELHO, 2010, p. 18-19. Grifo nosso). No poema de número 06, o poeta recupera alguns elementos

da história e dos ensinamentos de São Francisco de Assis para concluir o texto com o fragmento por nós destacado. Quando o sujeito expressa o objeto ferramenta enquanto amor, quebra uma noção pré-estabelecida dada pela língua e faz abrir um jogo de possibilidades. Entender o enunciado “ferramenta” com essa movência de significação, faz-se a partir de outro enunciado localizado no início do poema, que prepara o leitor para compreendê-lo de tal maneira. O sujeito ali diz que para um homem sentimental, feito de amor, tal sentimento lhe é ferramenta;

c) Ferramenta-leitura: “As minhas viagens eu as faço/ com as *ferramentas* da magia/ que os sonhos e a fantasia/ me ensinaram utilizar”. (COELHO, 2010, p. 22-23. Grifo nosso). Nesse poema, de número 08, o sujeito utiliza-se dos termos “ferramenta” e “magia” a partir dos quais conhece lugares e pessoas distintas, propiciados pela prática de leitura. Nesse caso, a leitura é ferramenta, movimento que o sujeito faz e refaz através dos livros;

d) Ferramenta-memória: “Memória é lembrança/ *ferramenta* que permite/ presentificar o passado,/ viver novamente/ a vida inteira que já se viveu. (COELHO, 2010, p. 24. Grifo nosso). No poema 09 em que figura essa estrofe, o autor estabelece uma distinção entre saudade e memória, indicando ser o primeiro um sentimento triste que prima pela busca do que se foi. Por outro lado, a memória, diferente do discurso saudosista, é ferramenta que apresenta elementos do passado, sem dor ou tristeza. Essa observação pode ser estendida ao conjunto de poemas do livro, pois os posicionamentos do sujeito não assumem um tom saudosista ou triste, e nem se lamenta pelo que já foi ou é;

e) Ferramenta-autocontrole: “Meus ascetismo, quando me vem,/ é uma necessidade íntima/ *ferramenta* que controla/ e doma/ este animal que de tudo/ degusta e se apaixona”. (COELHO, 2010, p. 25. Grifo nosso). No “Poema 10” o enunciado ferramenta vincula-se a uma prática de autocontrole do sujeito sobre si, permitindo ao mesmo não apenas se exhibir, mas apropriar-se daquilo que a vida oferece;

f) Ferramenta-finitude: “O que está porvir virá/ de uma forma ou de outra/ não premeditada/ não sabida antes/ do acontecimento/ *Ferramenta* alguma/ impedirá o que será/ nem adivinhos e oráculos,/ sibilas enigmáticas/ decifração o que ainda/ não é”. (COELHO, 2010, p. 26. Grifo nosso). Nesse texto do “Poema 11”, o sujeito ao se posicionar sobre a finitude e a morte se coloca de forma objetiva, ou seja, demonstra um saber sobre essa questão para além do discurso religioso ou esotérico, pois não há ferramenta ou estratégia que possa ser acionada para impedir esse acontecimento. Podemos dizer que nesse poema há um discurso (filosófico?) que vê a morte como a única certeza do homem diante da vida; ao mesmo tempo, tem-se uma incógnita, pois não se sabe como acontecerá e não há formas ou ferramentas capazes de impedi-la.

Em linhas gerais, as séries enunciativas supracitadas indicam os vários usos e possibilidades de sentido que o enunciado “ferramenta” deixa a ver e dizer nos poemas do livro de Coelho. No seu conjunto, explicitam uma dada diversidade de uso desse enunciado, que se repete em onze poemas, porém, com sentidos diferentes. Essa breve descrição serve como ponto de partida e indicação dos diferentes usos desse enunciado no livro em discussão. Passaremos agora a análise do eixo temático “trabalho”, presente em cinco poemas que acionam o mesmo enunciado.

Do “Poema 2” de Coelho (2010, p. 11):

“Quando o sol se põe
 recolho minhas *ferramentas*
 [...]
 Retomo o caminho de casa
 [...]
 no caminho lesto
 de todos os dias.
 [...]
 Não que não haja trabalho
 - o fazer é o que não termina –
 se recolho minhas *ferramentas*
 e se lavo o rosto em água fresca
 é porque o sol já se põe
 e o dia, esse dia, está completo.

O primeiro poema com o enunciado “ferramenta” traz um sujeito que a trata enquanto objeto concreto, pois, as recolhe “quando o sol se põe”, para, então, retornar o “caminho de casa”, percurso realizado “todos os dias”. Pode-se compreender que o sujeito se refira ao seu trabalho, quando diz sobre esse ritual cotidiano, comum na sociedade. As ferramentas vêm representar seu objeto de exercício utilizados diariamente, ou seja, independentemente de sua profissão, necessita delas para que suas atividades sejam realizadas. No entanto, se retoma o caminho de casa, não é porque não haja mais trabalho, pelo contrário, o enunciado “o fazer é o que não termina”, é usado por ele para dizer que seu trabalho é assíduo. A explicação se dá nas quatro últimas estrofes, quando o sujeito traz duas condições e, logo adiante, duas certezas. Se recolhe suas ferramentas e lava seu “rosto em água fresca, é porque o sol já se põe”, e para este sujeito, seu dia “está completo”.

Foucault (2008, p.36) diz que os enunciados, por mais que sejam diferentes em suas formas, ao se referirem ao mesmo objeto, formam um conjunto e estabelecem regularidades discursivas. É interessante observar que, no conjunto de enunciados deste poema, não há um sujeito que demonstra reclamar ou se opor a sua rotina, ou seja, seu trabalho, mas que, necessita deste acontecimento diário para que seu dia seja completo. Suas ferramentas são fundamentais neste ciclo, pois sem elas, não há trabalho. Além de pensar essas ferramentas como algo que o sujeito manipule, no caso das diversas possibilidades de utensílios vinculados a diferentes formas de trabalho, podemos pensar no corpo desse sujeito. Não se trata de recolher só as ferramentas, mas o corpo também se recolhe, repousa e se guarda, para que volte a ser produtivo no dia seguinte. Corpo e sujeito, numa perspectiva foucaultiana, não se separam. No poema em tela, corpo e ferramenta ou corpo como ferramenta se fundem. O ciclo se fecha e se abre, num movimento contínuo.

Do “Poema 3” (COELHO, 2010, p. 12 e 13)

“Pode ser que não haja lamento,
doce hálito do vento,
no escuro da noite aquietada.

Pode ser que o bulício da noite penetre
a calmaria das trevas amortecidas

e o vento deixe de fazer
suas infantis diabruras.

Pode ser que me sinta cansado
o corpo parado, a mente vazia.

Pode ser que não haja caminho
para que meus passos
possam sonhar distâncias.
Pode ser que tudo se acalme;
que o vento não brinque nas copas,
que as árvores não se ponham a dançar,
que nos beirais dos telhados,
não haja gemidos nem assobios
de um vento habitado
nos sonhos de cada um.

Pode ser que o sono vá embora
só ficando no escuro o vazio
de nada encontrar que valha.

Pode ser que, de olhos fechados,
puxe memória para cima da cama
e, criança, me ponha a brincar
brinquedos e cantigas do faz de conta.

Aí estarei a espera que o dia acorde
e tome estado de claridade
para que, desperto e disposto,
possa novamente
às *ferramentas* retomar.”

O segundo poema trabalha com outra materialidade repetida, o enunciado “pode ser que”. Esse enunciado tem o intuito de expressar as condições a qual esse sujeito se encontra ao longo de um momento determinado. Condições, incertezas, resistência. Castro (2009, pág. 387) diz que a possibilidade de resistência em Foucault, não se restringe a uma reivindicação de um direito ou a uma denúncia moral, mas que pode ser da ordem da luta. Um sujeito que luta consigo mesmo frente as incertezas da vida, expressas durante as sete primeiras estrofes do poema. Pode-se pensar um sujeito e suas noites distintas, momento em que ele, sem a presença de luz, de suas ferramentas (enquanto objeto de trabalho) e de companhias, lhe surgem dúvidas, questionamentos, reflexões, recordações.

“Pode ser que [...] haja [...] doce hálito do vento”, venha expressar uma noite de ventanias em meio a uma “noite aquietada”. Porém, “pode ser que [...] o vento deixe de fazer suas infantis diabruras”, ou seja, venha a ser estável, sem muitas correntes de ar. Pode ser que o sujeito se “sinta cansado, o corpo parado, a mente vazia”, remetendo a dias árdusos, ou dias desanimadores. Porém, pode ser que a noite não seja suficiente para seus “passos possam sonhar distâncias”. Pode ser também que não haja sono, “só ficando no escuro o vazio de nada encontrar que valha”, são dias de intensas batalhas consigo mesmo, momento em que, esse sujeito se vê sem respostas perante seus dias duvidosos. Pode ser que este sujeito, “de olhos fechados, puxe memória para cima da cama”, através de seus pensamentos volte a qualquer lugar de seu passado e reviva, como se fosse o presente, momentos vividos.

Ao tratar sobre materialidade repetível, Luis Orlandi (1987, p. 16) diz que em tal constância de enunciados, sua identidade pode se manter “em função do campo de utilização no qual ele se encontra investido”. Vemos então que o enunciado “pode ser que”, mantém sua identidade sempre que enunciada pelo sujeito, trazendo as possibilidades a qual ele se encontra ao decorrer de suas noites enquanto resistência diária. Mas, o que restará para este sujeito enquanto certeza, se encontra na oitava estrofe do poema. Se o enunciado “pode ser que” esteve presente nas sete estrofes anteriores, enquanto condições com que esse sujeito se depara, a ele resta uma certeza, esperar que, “o dia acorde e tome estado de claridade para que, desperto e disposto, possa novamente às ferramentas retomar”.

A última estrofe se contrapõe as possibilidades expostas pelo sujeito nas anteriores, pois é certo, que um novo dia sempre irá existir e, com isso, sua disposição

é renovada. Assim ele retorna novamente às suas ferramentas e é possível com essa retomada, estabelecer relações discursivas do enunciado “ferramenta” com o poema anterior, como sendo um intervalo de tempo entre um dia que se completa com o pôr do sol, até seu retorno no dia seguinte. Se no primeiro poema, o sujeito recolhe suas ferramentas, seu objeto de trabalho, no segundo, ele as retoma novamente, como num ciclo que se renova. Para isso, o sujeito deixa claro que, para retomá-las, precisa (condição) estar desperto e disposto, e seu corpo estará em atividade e, conseqüentemente, produtivo. De um corpo cansado e incerto passa-se a possibilidade de novamente retomar a vida, ser útil, acima de tudo, para si mesmo e socialmente. Na sociedade capitalista em que vivemos, um corpo e conseqüentemente um sujeito deve ser produtivo e útil. Esse corpo/sujeito pode ser visto, também, nessa condição. Esse corpo é ferramenta que, diante das incertezas provocadas pela noite de insônia e/ou de reflexões, volta à vida com o nascer do dia. É interessante ressaltar que em momento algum do(s) poema(s) percebe-se uma visão negativa sobre o trabalho, independente do que quer que seja.

Do “Poema 4” (COELHO, 2010, p. 14 e 15)

“Um véu rendado andaluz
 espalha do céu a cinza leve
 da chuva em fumaça,
 que toma suave, fria,
 o resto da paisagem baça,
 que da janela vejo.
 [...]”

O café amargo e forte me reconforta.
 As *ferramentas*, que à distância
 da mão esticada alcança,
 dormem quietas no recosto
 da parede branca,
 à espera de que as tome
 e com elas faça de novo
 a força do dia renascer.”

O terceiro poema é construído pelo sujeito relatando um dia nublado e de paisagem baça. Ele, por sua vez, vivencia esse dia do outro lado da janela, acompanhado de um café amargo que o reconforta. Durante a análise tornou-se perceptível que, ao longo deste poema, não se encontravam ligações com os poemas anteriores e seus respectivos enunciados. No entanto, em sua última estrofe, tem-se uma possível conexão com os poemas 1 e 2, quando o sujeito diz que as “ferramentas dormem quietas à espera que de que [ele] as tome” para que, então, faça novamente, “a força do dia renascer”. Mas qual seria esta união com os enunciados “ferramentas” a um mesmo discurso (aqui representadas como objeto de trabalho)?

O sujeito faz referência ao enunciado “ferramentas” enquanto objetos; já que, neste caso, podem ser apalpadas fisicamente por suas mãos; e que estes objetos dormem no recosto de uma parede branca, aguardando o momento de serem retomadas para que o dia possa de novo renascer. Nesse movimento do discurso temos um diálogo, dentro de um mesmo campo de associação com o poema anterior em que, neste, o sujeito espera que o dia novamente amanheça, para que ele possa, outra vez, retomá-las. Retornando ao poema de número 3, o sujeito, ao tomar suas ferramentas, irá fortalecer a existência de um novo dia e, o enunciado “faça de novo”, representa uma constância deste acontecimento. Independentemente da posição desse sujeito e de onde ele se encontre, pela terceira vez, pode-se associar o enunciado “ferramenta” enquanto objeto de trabalho com que esse sujeito reproduz sua vida sucessivamente.

As ferramentas em si são meros objetos, estão recostadas na parede ou descansando, assim como o corpo do sujeito que as utiliza. Não sendo utilizadas, não passam de um objeto, não produzem sentido ao trabalho e a vida, tal como vimos até o momento. São as práticas de saber e de poder que transformam “as ferramentas” em enunciados e objetos do discurso. Há uma conjunção entre as posições sujeito dos poemas e sua relação com as “ferramentas” e espaço do trabalho que provocam uma dispersão em relação aos sentidos usualmente discutidos sobre as condições de trabalho no mundo capitalista contemporâneo, o qual sempre se marca pela exploração do trabalho e da precariedade do mercado de trabalho. Os poemas indicam outro discurso, no qual o trabalho é constitutivo da vida, e as ferramentas, sejam elas quais forem, dão essa possibilidade ao sujeito que fala no poema.

Do “Poema 7” (COELHO, 2010, p.20-21)

[...]
 para quem, meninada
 e gente da labuta de casa,
 não puxa enxadas
 nem golpeia foices
 na limpa dos pastos.
 O fogo na fornalha é *ferramenta*
 com que as mulheres
 diariamente reproduzem a vida.”

No poema 7, o enunciado “ferramenta” vem a ser o “fogo na fornalha” com que as mulheres reproduzem diariamente a vida, voltando a ser um objeto de trabalho, no entanto, trazendo algumas distinções e especificidades. Tendo, desta vez, um fenômeno da natureza como ferramenta, esta lhe é manuseada por um grupo seletivo, as mulheres, e que, utilizam dele para reproduzirem a vida. Tem-se ao longo do poema, uma memória discursiva falando através desse sujeito que enuncia. Ao longo da formação discursiva do poema em análise, nota-se que ele possa estar se referindo ao espaço rural. Isso porque era de costume (e ainda é em muitas regiões interioranas) o homem do campo sair com sua enxada para realizar seu trabalho, enquanto a mulher ficava com os filhos e realizava todo o trabalho familiar, incluindo cozinhar para todos. D esse costume, que foi perpassado por ínfimas gerações, o discurso “lugar de mulher é na cozinha” ganhou força na sociedade. Não é objeto deste artigo aprofundar nessa relação interdiscursiva, nem na ruptura que o movimento feminista tem realizado nas últimas décadas acerca deste tema, mas sim perceber a coexistência entre eles.

No poema, esse discurso sobre o trabalho de parte das mulheres que vivem (e viveram) no ambiente rural é relatado por um ponto de vista de um sujeito que recorda dessa condição social atribuída a elas. Talvez um espaço conhecido ou vivido por esse sujeito. Assim como nos poemas anteriores, nos quais o enunciado “ferramenta” remetia ao universo do trabalho, nesse novamente não há crítica às condições de trabalho e nem no espaço social ocupado pelas mulheres do campo. No entanto, percebe-se aqui uma distinção dos anteriores que reiteravam o trabalho como completude por que, no poema em análise, não há uma opção ou escolha pa-

ra que essas mulheres reproduzam a vida e se sintam completas. Não podemos afirmar categoricamente, pois pode até ser que muitas mulheres sintam (ou sentiram) completas, tendo em vista que, desde cedo, muitas já se reconheçam nesse lugar e desempenham as funções delimitadas pelos discursos que as constituem enquanto sujeitos historicamente situados e pelas divisões de trabalho entre homens e mulheres. Ter o fogo na fornalha enquanto “ferramenta”, para as mulheres, é se reconhecer como sujeito do lar, lugar social e discursivo desde cedo ensinado e assumido por muitas mulheres, reproduzindo costumes e os dias.

Do “Poema 12” (COELHO, 2010, p. 27)

Não quero choro nem desespero,
que ninguém diga o que será de mim,
pois o que será é o que será
como o antes e o que já foi
e assim sempre deverá ser.

Nada tão certo em certeza absoluta,
triumfal axioma, postulado fatal:
outros foram e eu também irei
todos sabem e eu também o sei:

— um dia antes ou depois
que o sol se ponha,
recolherei as *ferramentas*,
pela última vez.

Nem desespero nem choro,
ninguém diga que será de mim agora
será o mesmo que para muitos já fora.”

Tem-se no último poema dessa série enunciativa, uma sensação de completude, em que o sujeito parece relacionar o enunciado ferramenta a todos os possíveis discursos anteriores. Os enunciados na primeira e segunda estrofe remetem a um discurso final da vida de um sujeito que está vivenciando seus últimos dias. O

sujeito diz não querer “choro nem desespero”, pois, o que está porvir não há como ser alterado. Outros se foram e ele também irá, tendo em si a tranquilidade de que a morte é um ciclo a qual todos, inevitavelmente, irão passar. Esse sujeito prossegue o poema sabendo que, um dia, antes ou depois que o sol se ponha (retoma aos primeiros poemas da SE), recolherá suas ferramentas pela última vez, e tudo o que viveu, recordou e exerceu com suas ferramentas não o será novamente concedido.

Não há, visivelmente, uma explicitação do que seja o significado de “ferramenta” no último poema. No entanto, ao juntá-lo com os poemas anteriores e trazer o conceito de sequência enunciativa, gera-se um domínio de memória, pois, sem essa coexistência, o sentido da palavra ferramenta poderia ser apreendido de outras maneiras. As palavras a seguir traduzem de forma clara, a importância que um enunciado possui dentro de uma formação discursiva:

O enunciado é um tipo muito especial de um ato discursivo: ele se separa dos contextos locais e dos significados triviais do dia-a-dia, para constituir um campo [...] raro de sentidos que devem, em seguida, ser aceitos e sancionados numa rede discursiva, segundo uma ordem. (VEIGA-NETO, 2007, p. 94).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho surgiu com o interesse em aprofundar nos escritos foucaultianos presentes em *A Arqueologia do Saber* e destacar a importância da função enunciativa para a análise discursiva de matriz foucaultiana. Foucault chama a atenção para que o analista do discurso perceba o enunciado em sua singularidade e como um acontecimento, explorando a vinculação entre discurso e história. Para o filósofo, o estudo do enunciado deve ser apreendido como um objeto que pode ser produzido, manipulado, transformado, destruído, recomposto **no** e **pelos** discursos. Isto é, o enunciado não se dá como determinado, nem definido, mas colocado em campos de utilização onde sua identidade pode se manter, tanto como pode se apagar (cf. FOUCAULT. 2008). Por meio dessa definição, os poemas de Braz José Coelho foram tomados como objetos desta breve análise, na qual foi possível, através do recorte do enunciado “ferramenta” e outros enunciados singulares a cada poema, perceber um sujeito que se posiciona de maneira serena a respeito do tema

trabalho, como foi demonstrado ao longo das análises dos poemas numerados como 2,3,4,7 e12.

Outro aspecto importante para este ensaio foi trabalhar a função de materialidade repetível do enunciado supracitado, que desperta um domínio de memória ao leitor, pois sua constância é marcada materialmente. No entanto, é possível destacar que sua identidade varia em função do campo de utilização a qual o sujeito discursivo se posiciona. Ora, este enunciado se refere, na maioria dos poemas, a um objeto de trabalho, contudo, é possível identificá-lo também em outras condições de existência, tais como memória, amor, autocontrole, etc. Foi possível compreender que, ao agrupar os onze poemas em uma ordem sequencial, o autor explora o uso do enunciado “ferramenta” em situações criativas e variadas fazendo o leitor repensar os sentidos metafóricos dessa repetição e as identidades do enunciado, tanto em conjunto quanto de forma isolada. Nesse movimento, buscamos apreender as posições dos sujeitos frente ao seu objeto de trabalho (ferramenta) e os discursos envolvidos em função do lugar ocupado pelo sujeito em cada poema. Essa ideia de leitura dos textos em conjunto se apresenta com mais clareza no último poema, quando o sujeito expressa que chegará um dia em que, antes ou depois de o sol se pôr, recolherá suas ferramentas pela última vez. Aqui tem-se a ideia de fechamento de um ciclo, iniciado nos poemas 2 e 3 (cf. COELHO, 2010, p. 11-13) quando ele diz recolher suas ferramentas ao fim do dia para retomá-las antes do amanhecer. Ao mesmo tempo, percebe-se um discurso de completude que faz alusão a cada sentido que o enunciado expressou anteriormente, através da afirmação de que recolherá as ferramentas pela última vez, seja seus objetos de trabalho, suas memórias, seus sentimentos, sua trajetória.

No que diz respeito ao trajeto temático “ferramenta-trabalho”, os poemas analisados expressam relações positivas do sujeito com o tema do trabalho, sem apontar para os discursos correntes sobre o tema, seja em relação a exploração do trabalhador pelo capital, ou mesmo sobre as condições atuais de trabalho no capitalismo contemporâneo. Percebe-se, no conjunto de textos aqui discutidos, uma relação de completude do sujeito com as ferramentas, independente dos usos que delas se pode fazer. São as práticas que definem os usos e sentidos que as diferentes ferramentas têm em relação ao sujeito que com elas se relaciona. A ferramenta em si não existe, está isolada ou recostada na parede, a espera de ser acionada pelo sujeito.

Cada ocorrência do enunciado “ferramenta” se caracteriza pelo tipo de prática que o sujeito tem com este objeto e o tipo de atividade desenvolvida, sempre em uma dimensão positiva, pois as ferramentas não são meros objetos, elas estão conectadas com sujeito e o sujeito com elas. Nessa interrelação, a vida se cria e reinventa.

Em uma releitura da obra de Michel Foucault, Veyne (1998, p.264) afirma que na arqueologia de Foucault “só existem práticas”; os objetos, as coisas, os sujeitos só existem como tais “dentro de e mediante uma prática”. Para esse autor, Foucault parte das práticas, descreve aquilo que fazem as pessoas, seus movimentos e não os pressupostos já constituídos que se nos apresentam, ideologicamente. Práticas diferentes, múltiplas, provenientes “das mil transformações da realidade histórica”: “A prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas (a palavra significa exatamente o que diz)” (VEYNE, 1998, p. 248).

Assim, objetos, coisas e sujeitos são, no pensamento foucaultiano, correlatos de práticas objetivadas; para cada prática há um objeto/sujeito que lhe corresponde, de modo que, até mesmo “quando se tem uma conduta, tem-se necessariamente, uma mentalidade correspondente; (e) essas duas coisas estão ligadas e compõem a prática”. (VEYNE, 1998, p. 253).

Os objetos parecem determinar nossa conduta, mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos. Portanto, partamos, antes, dessa própria prática, de tal modo que o objeto ao qual ela se aplique só seja o que é relativamente a ela. [...] O objeto não é senão o correlato da prática: não existe antes dela [...]. (VEYNE, 1998, p.249-250).

Tais apontamentos tem uma relação direta com os poemas de Coelho, nos quais cada ferramenta estabelece um correlato de uma prática entre o sujeito e o objeto “ferramenta”. Assimilar o enunciado como a unidade elementar de um discurso e perceber sua função numa formação discursiva, dá o analista do discurso a possibilidade de tentar traçar pontos de associação com uma ordem de acontecimentos e com sua ligação ao meio sócio histórico de onde o sujeito se encontra inserido. Neste trabalho que caracterizou-se em trabalhar cada enunciado em sua singularidade, considera-se o profícuo pensamento foucaultiano, um caminho perspicaz que possibilita ao analista do discurso escavar o saber de determinada formação

discursiva, não procurando sua origem, nem determinando seu objetivo, mas promovendo suas possibilidades enunciativas.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. A morte do Autor. In: *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 1-6.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COELHO, Braz José. *A obrigação da Inquietude*. Catalão: Kaio Gráfica e Editora Ltda, 2010.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. NEVES, Luiz Felipe Baeta. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. “Ética, sexualidade e política”. In: MOTTA, M. B. (org.). *Foucault*. Col. Ditos & Escritos. Vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 234-239.
- GUILHAMOU, Jacques. Efeitos de arquivo. A análise do discurso ao lado da história. In: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- ORLANDI, Luiz B. L. Do enunciado em Foucault à teoria da multiplicidade em Deleuze. In: TRONCA, Ítalo (Org.). *Foucault Vivo*. Campinas: Pontes, 1987. p. 11-42.
- NAVARRO, Pedro. Discurso, História e Memória: Contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, Ismara (org.). *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), Identidade e memória*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p. 59-73.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a educação*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- VEYNE, Paul. *Foucault. Seu pensamento, sua pessoa*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Dispositivos de controle político: Um ensaio sobre a deposição de Dilma

Karol Natasha Lourenço Castanheira¹
Vinícius Fernandes Ormeles²

INTRODUÇÃO

A partir da década de 80, as crises do capitalismo abriram as portas para o neoliberalismo com especial foco ao estado mínimo, a busca de excedentes de receitas tributárias para dívidas no sistema financeiro e diminuição de gastos do estado com aposentadoria, pensões e funcionários públicos. Quase que de maneira cíclica, essas crises voltaram à tona em 2014 expostas pelas instâncias de significação das mídias, a “politização” do judiciário e de um jogo “simbiótico” entre políticos e empresários, que contribuíram para a construção da verdade do cenário político atual oferecendo soluções para esses “conflitos”. Soluções estas muito discrepantes a qualquer indício de políticas distributivas para dirimir as tensões políticas e econômicas.

O empoderamento dos homens de torga criou no século XXI um dos dispositivos centrais de controle da política brasileira. Ao se tornarem protagonistas da vida pública, figuras do judiciário em cargos centrais, começaram a cometer abusos em investigações, sendo o julgamento do *impeachment* um exemplo empírico. Ao resgatar historicamente, no que compete ao protagonismo do judiciário, a ideia da inércia da jurisdição é fruto de uma ideologia liberal que se instala no século XIX

1 Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais e Doutora em Comunicação na Unesp.

2 Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais e Doutorando em Filosofia e Teoria Geral do Direito na USP.

na concepção do Judiciário enquanto órgão estatal. Hoje, tal perspectiva tem sido mitigada com as crescentes demandas de acesso à Justiça pela sociedade que levou à judicialização das políticas públicas. O “novo” Judiciário se despe de sua antiga neutralidade política e assume definitivamente seu posto nas dinâmicas das relações de poder. Atrelado a esse cenário, os órgãos de mídia tradicionais têm a seu favor a falta de regulamentação do setor no país, que viabiliza a propriedade cruzada dos meios de comunicação e a oligopolização da informação. Essas condições contribuem para ditar a posição do sujeito atribuindo-lhe poder na própria construção de verdades.

Nesse sentido, este ensaio recorre aos estudos de Michel Foucault para compreender a deposição da ex-presidente Dilma Rousseff. Apesar de buscar em obras como *A ordem do discurso* os procedimentos de controle do dizer para identificar o monopólio de quem pode saber e de quem pode interpretar as leis, como o Supremo Tribunal Federal, e, de pensar a mudança da figura do judiciário do século XIX para o XX e XXI por meio conceito de acontecimento presente em *Arqueologia do Saber*, usa-se como operacionalizador central de análise a ideia de dispositivo, articulada na obra *Genealogia do Poder*.

O conceito de dispositivo vai além da perspectiva epistemológica do próprio discurso como produtor de subjetividades, mas permite articular afora da prática discursiva, o próprio fazer do homem. Segundo *O vocabulário de Foucault*

1) Dispositivo é a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, o dito e o não dito. 2) O dispositivo estabelece a natureza do nexos que pode existir entre esses elementos heterogêneos. 3) Trata-se de uma formação que, em um momento dado, teve por função responder a uma urgência. Tal imperativo estratégico serviu como a matriz de um dispositivo que se converteu pouco a pouco no controle-sujeição da loucura, da doença mental, da neurose. (CASTRO, 2016, p. 124)

Assim, é possível pensar de que maneira os dispositivos mídia e judiciário adquirem função disciplinadora e até mesmo punitiva na condição de Dilma como sujeito político. Quatro dimensões tornam esse termo operacional: i) visibilidade

(jogo de visibilidade e invisibilidade); ii) enunciabilidade, capaz de tornar algo visível na medida em que oculta alguns enunciados (o dizer e o não dizer); iii) linhas de forças (define a posição-sujeito, quem detém o poder para falar); e por fim, iv) as linhas de subjetivação que negocia o que está estratificado, o que é consolidado e a atualidade, podendo pensar as identidades e as subjetividades sendo sempre plurais. Essas quatro dimensões serão pensadas a partir do seguinte corpus de análise: o ativismo judicial midiático com o vazamento das conversas entre Lula e Dilma e nas mídiatizações misóginas no espaço público.

I. FOUCAULT E O NOVO VELHO JUDICIÁRIO

Em “A verdade e as formas jurídicas”, série de conferências proferidas por Foucault nos anos 70, o filósofo explica três pontos fundamentais dos estudos que vinha desenvolvendo, que vieram depois a ser aprofundadas na obra *Vigiar e Punir*. Para ele, importa realizar uma pesquisa propriamente histórica reconhecendo inclusive que o próprio sujeito do conhecimento tem uma história e as práticas sociais fazem surgir novos sujeitos e novos objetos do conhecimento. Em suas palavras:

Assim, gostaria particularmente de mostrar como se pôde formar, no século XIX, um certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra, saber este que, na verdade, nasceu das práticas sociais, das práticas sociais do controle e da vigilância. E como, de certa maneira, esse saber não se impôs a um sujeito de conhecimento, não se propôs a ele, nem se imprimiu nele, mas fez nascer um tipo absolutamente novo de sujeito de conhecimento. Podemos dizer que a história dos domínios do saber em relação com as práticas sociais, excluída a preeminência de um sujeito de conhecimento dado definitivamente, é um dos primeiros eixos de pesquisa que agora lhes proponho (FOUCAULT, 2001, p. 7).

O segundo ponto importante para Foucault é uma consideração de ordem não metodológica porque não caberia a ele essa palavra, mas sim procedimentos. Ele pretende compreender a história das subjetividades a partir da análise dos discursos. Contudo, não se baseia na teoria da linguagem. Partindo das pesquisas realizadas por ingleses e norte-americanos, ele enxerga os discursos como “jogos

(games), jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquivas, como também de luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro” (FOUCAULT, 2001, p. 8).

O terceiro e último aspecto que Foucault considera relevante ressaltar é seu intuito de fazer convergirem à pesquisa histórica e a análise do discurso na reelaboração da teoria do sujeito. Segundo ele, essa teoria permanece praticamente a mesma desde Descartes, apesar das contribuições feitas pela psicanálise. Assim,

[...] esta concepção filosoficamente tradicional do sujeito não foi ainda sus-tada. Ora, a meu ver isso é que deve ser feito: a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais. Esse é o fundo teórico dos problemas que gostaria de levantar. (FOUCAULT, 2001, p. 9)

A forma de proceder das investigações de Foucault difere em muito daquilo que era praticado até então. O rompimento com as formas tradicionais de pensar, fundamentadas na centralidade do sujeito, fará com que Foucault enfatize os processos e as relações em detrimento de categorias estáticas. Portanto, pode-se dizer que, como afirma (LOBO, 2012, p. 26) “Foucault não é um pensador dos termos, mas das relações que historicamente os objetivaram”. Neste sentido, para ele “interessa saber como chegaram a ser o que são e como estão em vias de ser. Portanto, seu projeto é de uma ontologia histórica. Somos, todos, sujeitos e objetos do mundo, seres históricos, datados pelas relações de força cujas práticas os instituíram” (LOBO, 2012, p. 26).

Portanto, se para Arendt a condição humana era o ser político, renegado a um segundo plano pela condição de trabalho, distanciando da esfera pública questões políticas ao abrir espaço para o social, que invade de privacidade o público, para Foucault a própria condição de sujeito político deve ser vista historicamente a partir dos jogos de poder, de saber e de verdades. A posição-sujeito de quem detém o poder atribui autoridade e legitimidade para o que deve ser dito e o que deve ser excluído e qual a noção de verdade.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual de circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam e se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e da política (FOUCAULT, 1999, p. 7).

Na observação perspicaz de Veyne (1998), o termo “discurso” designa em Foucault nada mais do que aquilo que efetivamente é dito, na mesma medida em que o termo “prática” se refere àquilo que é feito. Assim, “Foucault não revela um discurso misterioso, diferente daquele que todos nós temos ouvido: unicamente, ele nos convida a observar, com exatidão, o que assim é dito” (VEYNE, 1998, p. 252). A análise do discurso procura compreender as “relações de poder” presentes naquilo que é falado, levando em consideração inclusive a posição de quem enuncia o discurso, o que ele denomina “posição-sujeito”. A legitimação social de um discurso vai variar, portanto, conforme a posição e o lugar ocupados pelo produtor do discurso, o que será determinante para que um discurso se converta num “regime de verdade”. A aceitação social que um discurso recebe em um determinado local ou numa determinada época é algo que interessa Foucault principalmente no exame “arqueológico”.

Neste sentido, é possível inferir ser a verdade não apenas uma mera “expressão discursiva”, mas sim “o conjunto de procedimentos específicos regrados para a produção, a distribuição e a circulação de enunciados aos quais se atribui efeitos específicos de poder: o poder de serem aceitos como verdadeiros” (BRUNI, 1989, p. 205).

A produção da verdade está intimamente relacionada ao poder. Ao contrário dos filósofos da política clássica, que pensam o poder como algo estático, para Foucault o poder é algo que se encontra diluído na sociedade. Ao invés de uma “teoria geral”, ele propõe uma “analítica” do poder. Sua microfísica do poder objetiva analisar as formas através das quais as relações de poder se dão para além de considerar o poder como uma força meramente repressiva. Portanto, “o que faz com que o poder

se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.” (FOUCAULT, 2007a, p. 7-8).

Ao pensar que no Brasil do século XXI o judiciário detém o monopólio da lei, na medida em que o Supremo Tribunal Federal oferece a última palavra em constituição por meio de uma uniformização da interpretação constitucional, pode ser pensado como um sujeito-agente na construção da verdade, pois a ele cabe a autoridade para afirmar o que deve ser dito ou não.

Ao enfatizar o aspecto produtor do poder, no entanto, Foucault se insurge contra uma visão do poder que o encara predominantemente como uma expressão de uma operação que teria a forma de enunciação da lei e do discurso da proibição, com toda uma série de efeitos negativos: exclusão, rejeição, ocultação, obstrução, etc. Com efeito, a partir desta perspectiva é a lei da interdição e da censura que atravessa todo o corpo social - do Estado à família, do príncipe ao pai; dos tribunais a toda a parafernália de punições quotidianas - como forma por excelência de exercício do poder. Para ele impõe-se uma mudança neste enfoque, encarando o exercício do poder menos em termos jurídicos e de proibição e mais como técnicas e estratégias com efeitos produtivos (cf. MAIA, 1995, p. 86). Um exemplo crasso é a judicialização da vida cotidiana e a confiabilidade de que o judiciário está a serviço da justiça, quanto o executivo e o legislativo estão vinculados à descrença e a corrupção. Nesse sentido, o poder simbólico contribui para as negociações discursivas imputando e dando visibilidade a Sérgio Moro como o homem capaz de fazer justiça.

Vale lembrar que Foucault não parte do modelo jurídico para a elaboração de sua análise do poder. Ele se afasta das categorias tradicionais do Direito e da Política originárias da consolidação dos Estados Nacionais na Modernidade. Em igual medida, para Foucault, o Estado não ocupa o centro originário das relações de poder como vinha sendo pensado na teoria tradicional. As relações de poder precedem o advento do Estado, de forma que “O Estado não detém a prerrogativa de ser o centro constituidor das relações de poder. O fenômeno da dominação, com as inúmeras relações de poder que pressupõe, preexiste ao Estado.” (MAIA, 1995, p. 87). Deste modo, o que se percebe é a tentativa da análise foucaultiana de captar as relações de poder em rede na forma em que se dão numa pluralidade de espaços como a escola, a igreja, a fábrica, a prisão, o hospital, a família dentre outros. O

judiciário pode ser entendido como um dispositivo à medida que se pensa como um organismo heterogêneo e imerso nas relações de luta, afinal ele contribui para a produção de acontecimentos.

O que nos interessa sobremaneira nesse estudo é analisar as estratégias utilizadas pelos órgãos do Judiciário na produção do discurso que levou à deposição da presidente Dilma. Acredita-se ter ficado patente que os estudos de Foucault contribuíram para acabar de uma vez por todas com o mito da neutralidade do Judiciário. O discurso jurídico, ainda aquele que se pretende científico, está impregnado pelas relações de poder, não sendo imparcial nem isento. A hipótese fundamental de que Foucault parte na *Ordem do discurso* é a seguinte:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2009a, p. 8-9).

Neste sentido, pode-se inferir que o Judiciário tem assumido progressivamente um papel central na produção da verdade nas sociedades modernas. O discurso produzido pelos órgãos judiciais é responsável pela verdade no Direito, na medida em que o monopólio da interpretação das fontes do direito ficou a cargo do Poder Judiciário.

É notável a forma como a discussão política no cenário brasileiro tem despertado a curiosidade, por assim dizer, do público em relação aos juízes, principalmente os ministros do Supremo Tribunal Federal. Neste mesmo sentido, cortejados pela grande mídia, os ministros parecem também se deleitar com a atenção que lhes vem sendo despendida. A isso podemos chamar de fenômeno dos “juízes vedetes”.

O momento de crise política e suas reviravoltas em torno do tumultuado processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff colaboraram para a ascensão dos ministros enquanto “pop stars”. Inclusive, pode-se citar como exemplo o famigerado episódio da nomeação do ex-presidente Lula para a Casa Civil com as infinitas liminares que se seguiram a ela. O protagonismo do Judiciário é um fenômeno presente nas sociedades contemporâneas ocidentais. A “judiciarização” progressiva dos conflitos sociais desloca o palco de embate das relações de poder

para a tutela do Judiciário, que passa a “dar a última palavra” nas questões da vida, normatizando de cima para baixo os contextos sociais complexos.

O problema de análise se coloca diante da seguinte questão: as consequências da “judicialização” da política. O termo seria uma versão em português da *judicialization* da teoria americana. Por outro lado, os franceses parecem preferir a ela o termo *judiciarisation*. Daí porque, na esteira da proposta de Jacques Commaille, vamos aderir ao termo remodelado em “judiciarização” (que torna mais enfática a relação etimológica com o Judiciário), entendida como o protagonismo do Poder Judiciário em intervir em questões políticas. Para Commaille e Doumoulin (2009, p. 11-12), o fenômeno pode ser entendido como uma espécie de globalização do judiciário que caminha pari passu, com a “juridicização” (*juridicisation*) da sociedade, ou seja, a hipertrofia da legalidade, da forma jurídica nas sociedades ocidentais.

Seria possível perguntar, na sequência, se tal fenômeno não seria algo de natural, ou melhor, de esperado na medida em que o Supremo Tribunal Federal é tido como um órgão político e jurídico. Em termos de uma perspectiva luhmanniana, muito difundida na teoria jurídica nacional, a partir do momento em que a Constituição realiza o acoplamento estrutural (*strukturelle Kopplung*) entre os sistemas político e jurídico e, sendo o STF o guardião da Constituição Federal na dicção do artigo 102 da Carta de 1988, a conclusão mais lógica seria de que tal fenômeno é plenamente esperado na dinâmica sistêmica.

Entretanto, o protagonismo político que os juízes vêm assumindo no Brasil e nas sociedades ocidentais como um todo talvez seja um dos pontos mais imbricados das democracias modernas, incapazes de assegurar a pretensa neutralidade política de que aclamam estarem os magistrados imbuídos. Disso caminha-se a um governo dos juízes (*juristocracy*), na medida em que os perdedores políticos incontrolados abarrotam o Judiciário com ações populares e mandados de segurança, por exemplo, na tentativa de anular as decisões políticas do jogo democrático com as quais não concordam.

Assim, para além de questionar se a “judiciarização” da política é um fenômeno bom ou mau, algo que não cabe num artigo desta brevidade, cumpre a denúncia derradeira da entronização de uma forma de violência simbólica por meio deste fenômeno. O poder simbólico, na acepção de Bourdieu (1989, p. 14) consagra

uma forma de poder capaz de “construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer”, sendo um veículo de dominação ideológico *par excellence*. No entanto, ele somente consegue se exercer na medida em que é reconhecido como tal. Ora, pela análise realizada acima, acredita-se ter ficado claro que a exposição midiática dos ministros do STF corrobora na convalidação de seu poder simbólico.

Dentro da sistemática adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro, os tribunais superiores são incumbidos de dirimir as controvérsias advindas da interpretação do direito. O Superior Tribunal de Justiça realiza a uniformização da interpretação da legislação federal segundo o art. 105 da Constituição Federal e o Supremo Tribunal Federal realiza a da Constituição, conforme o art. 102 da lei maior. Ou seja, eles têm o poder de fixar o entendimento dos dispositivos jurídicos, o que a doutrina chama por “uniformização da jurisprudência” e Foucault chamaria de produção de regimes de verdade.

A questão do monopólio interpretativo do Direito estar nas mãos do Judiciário remonta à doutrina da separação dos poderes, que foi responsável pela consolidação dos regimes republicanos modernos. Antes encarado como uma espécie de “fiel da balança” entre o Legislativo e o Executivo, hoje é comum a intervenção dos juízes nas mais variadas matérias.

A influência dos magistrados é tamanha na formulação do discurso jurídico que mesmo autores positivistas, como Hans Kelsen (1999), não deixam de reconhecer o papel central que a interpretação produzida pelos órgãos estatais possui. É conhecida a concepção dele de “interpretação autêntica” no meio doutrinário do Direito como sendo aquela que possui validade e obrigatoriedade no cumprimento pelos destinatários, vez que é formulada pelas autoridades estatais e se mostra efetivamente como criação de direito novo. Ela se contrapõe à interpretação realizada pela ciência do direito que, para Kelsen, possuiria apenas um caráter descritivo do direito em vigor, totalmente desprovida de autoridade. Ainda que autores contemporâneos, como Peter Häberle (1997), tenham tentado alterar essa concepção dentro dos domínios da hermenêutica jurídica, a posição de Kelsen ainda vigora no plano pragmático, o que pode ser facilmente constatado empiricamente pelo elevado número de súmulas vinculantes editadas no Brasil.

2.A MÍDIA COMO NOÇÃO DE VERDADE

Por meio da palavra “os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens” (ARENDT, 1958, p. 189). O uso das palavras se torna necessário para demonstrar a diferença, e o discurso é o local onde os homens podem se diferenciar: “É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento” (ARENDT, 1958, p. 189). Essa imposição de regras se debanda para o discurso:

(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível maternidade (FOUCAULT, 1999, p. 8-9).

A criação do discurso na sociedade passa por uma série de enquadramentos de restrição, que faz gerar o símbolo do significado de tal discurso. Essas restrições segundo Foucault (1999) têm a função de conjurar o poder e o perigo tem a ver com a aceitação do discurso e o significado que a ele quer se dar. O que pode ser dito se estabelece por regras de convenções a partir de jogos de poder e saber.

O caráter descentralizado, menos hierarquizado e as diversas possibilidades de (re)publicar conteúdo criam um cenário convidativo para novas formas de comunicação e sociabilidades entre os usuários. A inferiorização, diminuição do outro e violência se manifestam no espaço público e, não necessariamente são punidas ou disciplinadas, principalmente quando o foro do discurso se alinha ao pensamento tradicional hegemônico. Essa argumentação que tem como base a luta por verdades usa como um dos recursos táticos a desqualificação do outro, por meio de frases caluniadoras, difamatórias e com cunho de violência (discurso do ódio), muito presente nas discussões políticas atuais. Um exemplo importante que está mais ligado ao campo das mediações mais do que das mídiatizações são os adesivos de carro que ilustravam a presidente Dilma com as pernas abertas. A visibilidade ao caso ganhou corpo no tecido social e a enunciabilidade deslegitimava a condição de autoridade da presidente e da sua própria condição de mulher, perfazendo as características de uma sociedade ainda fortemente machista.



Figura 1: adesivo de Dilma enuncia a desqualificação do sujeito mulher
Fonte: Banco de dados da internet

A partir da perspectiva de Foucault (1969), o discurso é tido como um fato social e histórico. Suas discussões não buscam fazer alusão à história geral, e sim verificar a partir das rupturas e descontinuidades como a micro-história vem sendo desenhada, porque ele entende que os componentes que estruturam a história não são homogêneos e também não se alteram concomitantemente. O foco de suas análises recai na maneira como esses discursos são construídos e ressignificados mesmo com as “restrições” dadas social e institucionalmente.

As palavras ditas e como elas foram ditas instauram uma realidade discursiva, e criam uma forma de fazer história e, as concepções são construídas discursivamente pela forma como o homem constrói sua própria linguagem e a forma discursiva que ele fala sobre elas.

Dito isso, busca-se pensar a mídia como uma propriedade estruturante da vida moderna, capaz de negociar discursos e imputar identidades. No caso da deposição de Dilma o ativismo judicial midiático ganhou visibilidade com a “Operação Lava Jato”, que se colocou como um acontecimento.

Em *Lórdre du discours*, Foucault (2009^a, p.59) traz à luz o acontecimento, podendo ser visto como novidade ou diferença (acontecimento arqueológico-ruptura histórica) e, em um segundo sentido, como prática histórica (acontecimento discursivo-regularidade histórica) tendo a partir de suas (des) conexões novas formas de regularidade ao que é novo. O termo adquire também um terceiro sentido (atualidade): “o acontecimento como relação de forças (em que se percebe a presença de Nietzsche). As forças que estão em jogo na história não obedecem nem a um destino nem a uma mecânica, mas antes, ao acaso da luta” (CASTRO, 2016, p. 25)

A luta tendo como objeto a deposição se construiu em diversas instâncias sendo atravessada pelo judiciário e alicerçada pela mídia. No dia 16 de março de 2016, o juiz Sérgio Moro, determinou sob o aspecto do exercício de ampla defesa dos investigados e a importância do escrutínio público sobre a atuação da administração pública, que os áudios interceptados, inclusive entre Lula e Dilma fossem de conhecimento público. Dez dias depois ocorreu a aprovação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. O Judiciário, nesse momento, se despe de sua antiga neutralidade política e assume definitivamente seu posto nas dinâmicas das relações de poder (cf. HIRSCHL, 2007), alinhando-se ou se colocando à serviço das elites dominantes. Alguns jornalistas, sem receio de praticar o jornalismo declaratório, que se baseia apenas em declarações, o que ganhou força na “Operação Lava Jato” a partir das delações premiadas, divulgaram conversas da presidente Dilma com Lula, infringindo a constituição e, colocando a presidente do país exposta em cadeia nacional.

Dilma: “Alô.”

Lula: “Alô.”

Dilma: “Lula, deixa eu te falar uma coisa.”

Lula: “Fala, querida. Ahn?”

Dilma: “Seguinte, eu tô mandando o ‘Bessias’ junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?!”

Lula: “Uhum. Tá bom, tá bom.”

Dilma: “Só isso, você espera aí que ele tá indo aí.”

Lula: “Tá bom, eu tô aqui, fico aguardando.”

Dilma: “Tá?!”

Lula: “Tá bom.”

Dilma: “Tchau.”

Lula: “Tchau, querida.”

(G1, 2016)

O não dito no enunciado revela a intenção de inviabilização de Lula a um cargo no ministério que lhe garantiria foro privilegiado, mesmo que para isso, a própria presidente fosse exposta. A continuidade do enunciado vem se desenhando até os dias atuais com a ampla divulgação dos depoimentos e julgamentos de Lula, imputando-lhe uma nova condição de sujeito, agora não mais apto a vida política em decorrência dos atos de corrupção.

Outro episódio pode ser pensado quanto à dimensão das linhas de subjetivação a partir da inversão da presidente de sujeito-ativo para objeto tanto do ponto de vista dos adesivos, enunciado explícito de violação e desrespeito, quanto para enunciados mais simbólicos como a publicação da revista *Veja* que trouxe na capa o título “Bela, recatada e do lar”, na qual posicionou a figura da Marcela Temer, atual primeira dama, como o tipo ideal de mulher e o seu papel no cenário político, reforçando o estereótipo da mulher na vida pública como aquela destinada a cuidar do lar, de si e companheira do marido. E, não uma mulher enunciada como desequilibrada e sem condições de governabilidade como pode ser visto na capa da revista *IstoÉ*.



Figura 2: O enunciado da capa ilustra o desequilíbrio de Dilma
Fonte: Banco de dados da Internet

O discurso da mídia enquanto dispositivos de poder contribuiu para a criação de novas significações (cf. SZPANCENKOPF, 2011) imputando a Dilma após a eleição de 2014 a desqualificação do sujeito político, que perpassa pela condição do sujeito mulher a partir de mediações que apresentam elementos misóginos no espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foucault olha o presente resgatando aspectos do passado (história). Para ele os dispositivos funcionam para além das instituições, pois o controle perpassa pelas práticas dos sujeitos comuns. Pensar o dispositivo do ponto de vista do judiciário e da mídia não é ir de encontro ao pensamento foucaultiano, mas é pensar os efeitos estruturantes e suas posições enquanto arcabouço de organização social, sem menosprezar a luta de forças e subjetivações oriundas da relação prática/estrutur.

A ideia aqui não é pensar que a estrutura tem precedência sobre a ação e suas qualidades restritivas são acentuadas, enquanto ação, significado e subjetividade são renegados a um plano inferior e, sim, verificar de que maneira esses dispositivos contribuem para a formação de acontecimentos com efeito de reflexividade intrínseco na relação estrutura/ação mediada por forças de poder, tanto do sujeito, quanto das propriedades estruturantes.

Nesse sentido, é possível traçar um panorama histórico do velho e novo judiciário que transforma o inusitado (acontecimento) em regularidades perpassadas pelas relações de força. O novo judiciário, do século XXI, assume a posição do sujeito que fala, uniformiza a interpretação das leis a partir de três princípios básicos: autoridade, legitimidade e exclusão. O judiciário, enquanto poder, acaba produzindo socialmente efeitos de verdade a partir de um ritual de circunstância que privilegia o sujeito que fala.

Quando o Judiciário se despe de sua neutralidade e caminha para a operacionalização de ideais hegemônicos que ganham materialidade a partir de políticas públicas contributivas e não distributivas, como estão previstas nos artigos de 1 a 4 da Constituição Federal que determinam os princípios, aponta caminhos e define os objetivos a serem seguidos juridicamente no país, nota-se um desequilíbrio de força e de poder entre as três instâncias do país: executivo, legislativo e judiciário.

Sérgio Moro ganha visibilidade, notoriedade e autoridade acima da própria presidente. A grande mídia, nesse sentido, contribui para enunciabilidades travestidas de imparcialidade, *ethos* compartilhado pelos jornalistas na produção da notícia. Sob a alegação da verdade, por meio da apuração, o jornalista veste o manto da objetividade e vende o mundo em forma de notícia, ao mesmo tempo se exime da responsabilidade moral, protegida sob a égide da tese da correspondência, como um portador da realidade.

Dilma Roussef, mulher, petista, sem os predicados físicos socialmente aceitos de bela, recatada e do lar, tem sua condição de sujeito mulher e político, castrada da vida pública. A enunciabilidade que se segue é a ordem do discurso de um movimento antipetista, e, ao pensar no antipetismo, não falamos de pessoas que não votam no partido, mas de uma nova direita na qual circunscreve não uma posição contrária apenas ao Partido dos Trabalhadores, mas engloba dentro de um único universo simbólico os comunistas, socialistas, simpatizantes e militantes de esquerda, republicanos, dentre qualquer outra variação que não seja norteadas pelos princípios liberais. Ou seja, qualquer tentativa de crítica ao capitalismo e às políticas neoliberais são enquadradas, muitas vezes, dentro de um quadro de referência social maior, o antipetismo. Nessa disputa de forças e poder, Dilma é deposta.

REFERÊNCIAS

- BRUNI, José Carlos. Foucault: o silêncio dos sujeitos. In: *Tempo Social; Rev. Sociol.* USP, São Paulo, n. 1, v. 1, p. 199-207, 1989.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.
- _____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.
- _____. Power. In: FAUBION, James D. (Ed.) *Essential Works of Michel Foucault 1954-1984*. New York: NYU Press, 2000. V. III.
- _____. *Microfísica do Poder*. 24.ed. São Paulo: Edições Graal, 2007.
- _____. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- _____. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b.
- LOBO, Lilia Ferreira. A expansão dos poderes judiciários. *Psicologia & Sociedade*, n. 24, p. 25-30, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326566005>> Acesso em: 17 dez. 2017.
- MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. In: *Tempo Social; Rev. Sociol.* USP, São Paulo, n. 7(1-2), p. 83-103, outubro de 1995.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

Estética da existência e vida artística em “Roads of destiny”, de O. Henry

Marco Antonio Arantes¹

“Cada qual procura fazer de sua vida uma obra de arte.”

O Homem Revoltado (1951), Albert Camus.

“Minha vida não será, apesar de tudo, mais do que uma existência poética.”

O Diário de um Sedutor (1843), Søren Kierkegaard.

INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste artigo é o conto *Roads of Destiny* (1909) – “Caminhos do Destino” –, do escritor norte-americano O. Henry² (1862-1910). A narrativa é analisada tendo como referência um conjunto maior de obras de Michel Foucault, mas com destaque para *O Cuidado de Si* (1984) e *Hermenêutica do Sujeito* (1982). Através do conto é proposta uma problematização do conceito de “estética da existência”, ou seja, o uso da literatura para clarear conceitos formulados por Fou-

1 Doutor em Ciência Política pela PUC/SP. Professor Adjunto do curso de Ciências Sociais da Unioeste/Campus de Toledo/PR.

2 O. Henry era o pseudônimo usado por William Sydney Porter, um dos maiores contistas americanos e um dos autores mais populares do século XIX. O. Henry demonstrava “não apenas singular inventividade e humor, como notável destreza para rematar as histórias com finais inesperados e aprazíveis” (PAES, 1987, p. 7). As primeiras histórias do autor foram escritas na penitenciária federal de Ohio, local onde ficou preso por 3 anos e três meses, acusado de um desfalque de mil dólares num banco de Austin, onde trabalhava como contador. Da penitenciária iria tirar o seu pseudônimo, mais especificamente de um guarda, o capitão Orrin Henry.

cault, um pensador que não era indiferente a literatura e as artes, “incluindo entre as artes a música, a dança e o cinema...” (SOUZA, 2014, p. 8) Trata-se, portanto, de uma interrogação sobre outras dimensões da literatura, centradas nas questões da individualidade e da subjetividade. Como diz Schollmmer (2015, p. 217), “encontramos aqui uma presença constante da literatura e uma reflexão em torno dela significativa para entender alguns movimentos e saltos de seu pensamento”. A literatura é utilizada não apenas para clarear um conceito, mas também para se pensar uma realidade.

A obra escolhida problematiza a relação tempestuosa e conflitante entre o homem e a arte. Esse é o ponto de partida do artigo, que aproxima o conto aos estudos realizados por Michel Foucault sobre as artes da existência, ou estética da existência, presentes na filosofia grega entre os séculos V e IV, mais especificamente aos estudos sobre o Cuidado de Si no período greco-romano helenístico.

Foucault debruça-se no tema da estética da existência após a publicação do terceiro volume de *História da Sexualidade* – originalmente publicado em 1984 –, mas finca as bases iniciais das discussões éticas em *Hermenêutica do Sujeito* – originalmente publicado em 1982 –, retomando alguns problemas levantados sobre o Cuidado de Si no período socrático-platônico e mais longamente no helenismo greco-romano dos séculos I e II d.C.

O tema da estética da existência é uma fase em que Foucault dedica-se ao tema da hermenêutica do sujeito³ e a estilização da vida, ou seja, com práticas voltadas para a “preocupação consigo mesmo” e/ou “ocupar-se a si mesmo”, o que não é o mesmo que simplesmente prestar atenção a si mesmo, mas envolve toda uma complexidade de deveres e técnicas do cidadão grego, ou seja, cuidar de si é cuidar da vida e também cuidar dos outros. Para Foucault, a estética da existência seria tomar a vida como “seu próprio objeto”. Por isso a “ideia da conversão a si (*ad se convertere*), a ideia de todo um movimento de existência pelo qual se faz um retorno sobre si mesmo (*eis heauton epistrephein*)”. (FOUCAULT, 2014, p. 181). Tais práticas eram conhecidas na Antiguidade Clássica por *epimeleia heautou*, ou *cura si* em latim. Como preceito da vida, era altamente valorizada no mundo grego. E ética diz respeito a

3 Frédéric Gros (2008, p. 127) atenta-se para o título enganoso do livro. “A Hermenêutica de Si é a decifração analítica e meticulosa dos próprios estados de consciência, a leitura nos próprios estados de consciência, a leitura dos próprios pensamentos de desejo...”.

relação consigo mesmo e é distinta de uma moralidade. Ela refere-se a um processo de subjetivação ligado a constituição do sujeito moral. O termo *epimeleia* designa “uma ocupação regrada, um trabalho com seus procedimentos e objetivos (...) É uma palavra que se utiliza também para designar os deveres rituais que se prestam aos deuses e aos mortos”. (FOUCAULT, 2014, p. 179). Quanto mais se opera a conversão de voltar a si mesmo, mais relações são estabelecidas consigo mesmo e com os outros. É como se indivíduo se tornasse um soberano de si mesmo, um ser independente, autônomo e com o completo domínio de suas atividades. Ele é o dono de si, e esse pertencimento é como um gozo “possessivo: gozar de si, ter seu prazer consigo mesmo, encontrar em si toda sua voluptuosidade” (FOUCAULT, 2014, p. 181).

É importante notar o contexto histórico em que Michel Foucault desenvolveu o tema da estética da existência, que seria uma pedra angular da relação dos homens consigo mesmos e com a sociedade. Edouard Delruelle (s/d) relembra uma fala de Foucault sobre as “artes da vida” feita na *l'Université de Berleley*, na Califórnia, em 1968. A primeira observação é que se deve atentar para o local e ano em que deu suas explicações aos alunos de Berleley. Em 1968, a universidade esteve à frente de movimentos libertários, atuando de forma decisiva politicamente e ideologicamente a favor de importantes mudanças sociais. No artigo *Faire de sa vie une œuvre d'art?* (s/d), Edouard Delruelle lembra que os movimentos na década de 1980 estavam mais focados na transformação individual. No lugar de lutas contra o Imperialismo, encontramos lutas a favor da liberdade sexual e legalização das drogas. O contexto histórico tinha-se alterado completamente. Ao invés de canções de protesto, uma guinada para terapias e movimentos feministas, comunidades zen e vegetarianas. O rosto de protesto dos anos 1970 agora tinha um formato atlético. E sua fome era por alimentos orgânicos. Ser autêntico e buscar o próprio eu era a palavra de ordem. Era uma pós-política que florescia dia a dia. Era uma confrontação com o significado da existência. Era uma outra forma de se politizar o indivíduo. No meio dessas discussões, a arte da existência foucaultiana refutava o rótulo de apolítica e individualista. Talvez a tese mais interessante que se extrai do tema do Cuidado de Si e das artes da existência seja a de que a moral cristã perdeu sua força ao longo dos séculos, mas a ética cristã ainda perdura entre nós. Há uma flexibilização ética nas nossas escolhas morais. Não somos mais serviçais de uma moral cristã e de um

sistema rígido de regras que cerceia nossas condutas diárias, pois cada qual constrói como alternativa a sua própria arte de existência.

A partir da última obra publicada por Foucault, *O Cuidado de Si* (1984), ficam esclarecidas as relações entre subjetividade e o conceito de *rappor à soi*, que pode ser traduzido como “relação consigo mesmo”. Essa relação consigo mesmo é correlata da afirmação de que é mais importante saber o que recusar do que saber quem somos, pois quem somos é uma prerrogativa de uma moral que demarca os limites de consciência da esfera subjetiva. Nesse sentido,

o problema não está tão somente no Estado e nas suas instituições, mas, sobretudo, na própria esfera subjetiva, onde eles têm uma influência produtiva de aniquilação do moto próprio da condição livre. A questão, assim, é produzir, criar, inventar novos modos de subjetividade, novos estilos de vida, novos vínculos e laços comunitários, para além das formas de vida empobrecidas e individualistas implantadas pelas modernas técnicas e relações de poder (BRANCO, 2005, p. 182).

Para Foucault, a arte é um dos componentes mais importantes da existência humana, sendo que o interesse pela estilização da vida na Antiguidade Grega se dá pela inexistência de uma única moral válida para todos os cidadãos ou de um código de regras rígido para o controle das condutas sociais, ou mesmo de uma moral à semelhança da moral cristã, que pudesse enquadrar socialmente o cidadão grego⁴. O *Cuidado de Si* se remete às novas maneiras de viver cujos códigos não estão de acordo com os códigos morais. Se a obra *O Cuidado de Si* anuncia a emergência da ética na cultura de si, a estética da existência, por sua vez, tem seu ponto basilar nos processos de subjetivação. “No âmbito dessa Cultura de Si, continua-se a falar em arte de existência, porque ela envolve um conjunto de preocupações e ocupações que devem estar presentes em todos os momentos da vida” (FONSECA, 2016, p. 118).

Há, portanto, uma correspondência muito clara entre ética e modo de vida. Na estética da existência, a constituição do sujeito moral passa pelo conhecimento

4 Segundo Alípio de Sousa Filho (2011, p. 13) “Foucault foi atraído pelo fato de que, entre gregos e romanos, não houve a tentativa de imposição de uma moral única a todos, mas produção de ‘morais’ de grupo, orientadas para éticas e estilizações da vida, para estilos de grupos e para grupos. Ao menos, entre as camadas aristocráticas daquelas sociedades”.

de si, mas isso não significa uma ruptura com os critérios de existência movidos pelo prazer sexual e pela moral sexual. É a ética ampliada no campo moral e não se limita ao olhar de aceitação ou negação do outro. Trata-se de uma ética que se desdobra em estéticas da existência, em um pulsar constante e ininterrupto de vidas. Falamos de um sujeito ético, portador de verdades e de ações, que inventa e reinventa a si próprio, mas que também provoca um rompimento com a unicidade moral, sobretudo a moral cristã carregada de códigos morais rígidos que limitam a liberdade humana. Trata-se de uma atitude moderna, pois a “modernidade não é somente a relação com o presente, mas a relação consigo mesmo” (REVEL, 2005, p. 44).

A noção de Cuidado de Si está no núcleo da estética da existência, sendo que a *epimeleia heautou* é a chave do entendimento das relações históricas entre subjetividade e história. Foucault quer emergir novas formas de existência e estilos de vida que provoquem rupturas com normas e condutas enfeixadas na sociedade. É como formar ondas jogando pedras em águas calmas. É o incômodo para alguns e um viver para outros. É um rompimento com as identidades fixas e com as imobilidades das formas de existência que emperram a reinvenção, a criação e a recriação de novas maneiras de se viver a vida. E isso não acontece apenas no plano individual, mas em um plano do indivíduo em relação ao Estado, ao modelo político-socioeconômico; e que repercute em si mesmo e nas pessoas que o circundam. Foucault quer multiplicar acontecimentos e redimensionar a vida com o olhar voltado para si próprio. Recua à Antiguidade para clarear a contemporaneidade e zombar de um sistema que incita o desejo paradoxal das necessidades supérfluas. Resgata o período grego em que se faz notar tanto uma menor participação do cidadão grego nas questões públicas como, por efeito contrário, o reforço dos aspectos privados e não individualistas, o que traria de volta esse cidadão para as atividades políticas da pólis.

Em suas últimas obras ele problematiza o tema da vida como obra de arte, que tem como núcleo a ideia da condição de si que “expõe o si à prova da obra – da obra de si, da obra do mundo e de sua transformação” (GRÓS, 2004, p. 115).

A estética da existência não é um mergulho em um mundo privado, particular, fechado e individualista. Na estética da existência, autonomia não é sinônimo de individualismo. É um estar no mundo, é um olhar para si e para os outros. É um cuidado de si para com os outros. Não são atos que não se dissipam na interioridade, mas atos que se interiorizam nas relações sociais. É uma atitude ética perante

o mundo. Não se trata de um protótipo ético para o mundo ocidental. As éticas da existência passam ao largo de qualquer moralismo estreito. Não é o mundo das interdições, da unicidade moral, mas das morais. Essa é a problematização proposta por Foucault, a “ênfase é posta então nas formas de relação consigo próprio, nos procedimentos e técnicas por meio das quais ele as elabora, nos exercícios pelos quais ele se propõe a si mesmo como objeto a conhecer, e nas práticas que permitem transformar seu próprio modo de ser” (FOUCAULT, 2014, p. 209).

Será o presente, a partir de novas posturas éticas-políticas, que desafia e bate de frente com as estruturas de poder hegemônicas. As artes de existências podem ser práticas e voluntárias, mas buscam uma transformação de dentro para fora, reinventando a singularidade de cada indivíduo portador de valores estéticos. Se há algo a que se deve aplicar valores estéticos, é a própria vida, e não um simples objeto de arte.

O campo desses afrontamentos e resistências ao poder é claramente identificado por ele: lutas contra a dominação (étnicas, sociais, religiosas), lutas contra as formas de exploração (que separam o indivíduo do que ele produz), e finalmente, lutas que levantam a questão do estatuto do indivíduo (BRANCO, 2008, p. 5).

Estética da existência não se define com o isolamento individual. Não se quer separar e nem opor uns aos outros. Não se coloca uma barreira entre o sujeito e a esfera social, mas algo que comuna e integra. É uma emancipação que “implica uma atenção ao que se pensa e ao que se dá no próprio pensamento” (KOHAN, 2015, p. 418).

David, protagonista do conto, corrobora para o entendimento multifacetado da estética da existência, mas vai de encontro à coextensividade do Cuidado de Si à arte de viver, ou seja, a relação do personagem David com a atividade criativa não se dá na “relação de sua produção artística consigo mesmo” (FOUCAULT, 1995, p. 262). Ele nos remete a uma perspectiva personalista da vida artista, centrada na capacidade de criação artística, a única capaz de atender às suas exigências artísticas; ou seja, David situa-se no campo da arte singular e subjetiva que se “desvela apenas no percurso pessoal e na obra única de um artista” (BRANCO, 2015, p. 143), posicionando-se, portanto, contrário à “vida artista” e aos artífices da beleza. Ele

quer dar sentido à vida, mas o sentido somente lhe é dado na condição de mentor e criador da arte.

Para David, a “arte de viver” é enfraquecida na negação da condição da existência que não pode ser outra a não ser a poética. Nesse sentido, a obra de arte é materializada na própria vida ou ignorada no fracasso como sendo a vida “anti-arte”, fncada na impossibilidade de viver, sem que haja a materialização de um projeto artístico e o reconhecimento artístico

I. O. HENRY – A VIDA QUE NÃO É ARTE

O conto de O. Henry⁵ sinaliza para questões relativas à arte e à vida que são desenvolvidas como hipóteses contrárias às concepções foucaultianas sobre a vida artista. As suas considerações sobre arte e vida estão mais próximas das considerações sobre estética da existência de Pierre Hadot do que as leituras feitas por Michel Foucault sobre as artes de viver e as estéticas da existência entre os gregos e romanos. Não é a subjetividade que David coloca em jogo, mas a liberação de uma angústia. Ele não quer construir a sua vida como uma obra de arte, mas deseja a superação do eu para se sentir parte de uma totalidade. Para David, o sentimento de pertencimento a um todo é essencial, “pertencimento ao todo da comunidade humana, pertencimento ao todo cósmico. Sêneca resume isso em quatro palavras ‘*Toti se inserens mundo*’ (mergulhado na totalidade do mundo)” (HADOT, 2002, p. 293-294). Seguindo o raciocínio de Hadot que discorda de Foucault acerca do sentido terapêutico da escrita de si e sobre o sentido do “já-dito” como lembrança de momentos agradáveis, David se aproxima mais da leitura de Hadot sobre os estoicos e epicuristas cujo atitude é de se libertar de um mundo que recorre ao passado. Trata-se de uma “atitude que consiste em se libertar tanto da preocupação com o porvir como do peso do passado para se concentrar sobre o momento presente, seja para gozar dele, seja para agir nele” (HADOT, 2002, p. 295-296). Todavia, Foucault contribui para a compreensão do comportamento de David levando-se em conta

5 O conto *Roads of Destiny* (1909) foi publicado no livro que leva o mesmo nome. É uma obra posterior à sua prisão, período que foi fundamental para a criação de grande parte de seus personagens, marcados pelos reveses, acasos do destino, exclusão e desajustamento social. É o universo de personagens jogados ao limbo, infelizes e miseráveis. O conto seria publicado um ano antes de falecer em Nova Iorque.

sua interpretação dos textos epicuristas das “Sentenças Vaticanas” sobre a *paidéia*, definida por Epicuro como o saber da cultura, ou seja, o saber que visa a ostentação e o saber da jactância. Segundo Jaeger (2001, P. 25), a palavra “paideia” “é o fio condutor para estudar a origem da formação grega, porque esta palavra só aparece no séc. V”. A paideia⁶ diz respeito também à formação e o processo espiritual do homem grego. David seria um artista do verbo (*paraskeuázez*), o pastor de ovelhas fanfarrão que aspira uma arte ornamental, e que não cultiva o próprio eu como objetivo de sua vida. David não cultiva um saber constitutivo de um *ethos*, e que Foucault chama de “etépetico”. Ele é o oposto da *physiología* cultivada pelos epicuristas, pois quer ostentar uma cultura voltada para o reconhecimento das massas. Sua visão de arte exige esse reconhecimento. O seu limite é a morte, pois como diz Epicuro, a verdade está no fundo do abismo, e o desespero está no fundo do abismo. É o abismo que vai desintegrar os nossos sonhos. David se afasta da *physiología* epicurista que permite um conhecimento sobre si, pois é um homem que se recusa a aceitar a própria realidade. Ele não é o ser pensante que utiliza o conhecimento “configurando um modo de ser *phylosophós*, isto é, um indivíduo pensante que utiliza o pensamento para aceitar ou recusar aquilo que é necessário ou não para uma vida feliz” (BEZERRA, 2008, 11).

Desse modo, o conto “Caminhos do Destino” revela-se esclarecedor sob as premissas fundamentais da estética da existência e se aproxima de uma concepção burguesa e egoísta sobre a arte centrada nos meios artísticos, no dandismo, na figura do gênio e na materialidade da obra de arte. No universo de David, a vida não é coexistente à arte, mas um privilégio que deve ser alcançado a qualquer custo, nem que isso se pague com a própria vida. É quase um sortilégio. A arte é “dom” para poucos indivíduos e um presente de Deus aos bem-aventurados.

A rigor, O. Henry cristaliza em David a sua perspectiva da impossibilidade de uma arte coextensiva à vida, visível na “cegueira” do protagonista do conto. E não propriamente uma cegueira dos olhos que o impedem de enxergar a arte além da materialização em palavras e objetos materiais, mas a insistência em aceitar apenas um caminho para a criação da arte, o que o coloca como um sujeito que recusa um sentido à vida após suas poesias terem recebido um parecer desfavorável de um crítico.

6 O século IV é a época clássica da história da *paidéia*, se entendemos por esta o despertar de um ideal consciente de educação e de cultura” (JAEGER, 2001, p. 484).

Retomamos a história de David: quando pastoreava as suas ovelhas no campo não sentia nenhum prazer. Nesse mundo bucólico, sua poesia não se integrava à vida de pastor. David pensa e sente o seu mundo distante da arte. A beleza é inconcebível fora de sua subjetividade. Ele se sente único, criador, genial e intenso. Para David a vida não vale a pena ser vivida sem o reconhecimento artístico dos demais que leriam suas anotações poéticas. Para ele, a atividade artística se traduz em um sofrimento incomensurável que atesta o declínio humano, o insulto à vida e ao espírito desinteressado; e num segundo momento, por não sentir que sua arte esteja associada à vida e nem a vida à arte, vê a arte se materializar apenas em objetos, confirmando a impossibilidade de ver a beleza estética da vida, ou seja, a “vida como objeto para uma forma de estética” (FOUCAULT, 2014, p. 141).

David vê a vida apenas em pequenos pedaços de papel que contêm rabiscos de poesia. Ele é o personagem do desequilíbrio, um ser intemperante, que coloca em lados opostos a racionalidade e a instintividade da subjetividade humana. Não há desencontro, mas conflito e recusa em aceitar não apenas sua condição de vida, mas a condição de que a vida também é uma obra de arte. Portanto, fica latente no conto um afastamento ético e estético da vida como arte. Por ter uma vida sem graça, sem grandes emoções e distante dos poetas, sente que a arte está cada vez mais distante da vida, que jamais será reconhecido como um grande poeta, e sente-se como se estivesse num trem que terminará sua viagem desencarrilhando num penhasco. E ao longo desse percurso a sua vida se esvai dia após dia. Ele entende que sua subjetividade é livre e que os sonhos foram feitos para serem vividos, mas atrela os mesmos sonhos e objetivos ao referendo de críticos e às impressões dos literatos.

Ele se vê como poeta, e entende que esse dom está dentro de si. Quer escrever e tornar-se reconhecido e respeitado. Luta contra si e contra todos que não lhe veem como escritor. Tem a convicção de que a poesia está dentro de si. Quando pastoreia os carneiros herdados de seu pai, aproveita para rabiscar versos em um pedaço de papel. A poesia para David está em todos os lugares, menos no trabalho, que se torna um fardo. Não consegue entender a irritação de sua esposa Yvonne, incrédula aos anseios poéticos do esposo. Diante do impasse, não vê outra saída que não seja a de abandonar a esposa e o trabalho para realizar o sonho de poeta. A poesia corre nas suas veias. É preciso fugir desse mundo sufocante. “– Quando meus poemas estive-

rem nos lábios de todas os homens – disse a si mesmo, com ânimo esplêndido –, talvez ela reflita melhor as duras palavras que pronunciou hoje” (HENRY, 1987, p. 123).

David decide abandonar Vernoy em busca de pessoas sensíveis que compartilhem as suas pretensões literárias. Ele se rebela e foge de casa. A sua revolta tinha um valor. Era a recusa de viver nesse mundo, em seu pequeno, patético e rotineiro mundo, por aquilo que o mundo lhe representava e por aquilo que ele é. Como criar grandes obras vivendo em uma realidade tão insípida? David, na sua revolta, quer refazer o mundo por sua conta. A natureza grita ao seu redor e quer expressá-la com palavras. A natureza nunca está calada. Se ela nos traz sons e acordes, o poeta consegue transformá-la em melodia. Mas para encontrar a melodia certa David precisa encontrar o caminho correto. O. Henry lhe oferece três caminhos, e para cada caminho escolhido um destino que tolhe sua existência e expande ao mesmo tempo a sua existência: “Por três léguas, então, prolongava-se a estrada, e desembocava num quebra-cabeças. Juntava-se com outra, e com uma terceira, larga estrada, em ângulo reto. David ficou parado, indeciso, durante algum tempo, e então...” (HENRY, 1987, p. 124).

Nos três caminhos que escolheu a morte lhe espreitava a espera de seu corpo. Para cada escolha, o contista sinaliza para caminhos tortuosos que o levam à morte e não à poesia. A poesia e o mundo de David não se esquivam e não conseguem contestar o real. A realidade iria sepultar a poesia que estava o tempo todo dentro do ser.

O primeiro caminho escolhido por David é o caminho que o levará à esquerda. O segundo caminho escolhido pelo personagem é o caminho da direita. E o destino mortal de David é inevitável nos dois caminhos que escolheu. Na primeira estrada sangrará até a morte ao ser baleado pelo Marquês de Beaupertuys, e na segunda estrada encontrará novamente com o Marquês, que o executará com um tiro dentro da carruagem real. David conhece as estradas, mas não o caminho de sua vida. O último e derradeiro caminho escolhido por David o iria conduzir de volta para casa antes do amanhecer. David está arrependido. Ao retornar, sela as pazes com Yonne com um beijo num poço perto da estrada. Três meses depois iriam se casar. Viveram um período de felicidade e prosperidade econômica. Mas um dia sobreveio-lhe a infelicidade e o desejo de se tornar poeta. É quando volta a escrever poesia, abandonando os carneiros à sorte dos lobos, iniciando uma fase errante de derrocada econômica e conjugal.

David é tomado por uma cegueira que lhe deixa incapaz de ver a arte na vida, que sua arte é sua própria vida. Sua fuga banal após uma briga com a esposa não é uma recusa como aceitação da poesia, mas a recusa de sua vida. O que é real para David é sua condição de homem infeliz e pastor de carneiros. É um realismo atroz que lhe consome. Paradoxalmente, a poesia é uma recusa da vida real e uma condição suprema para a sua aceitação. Como afirma Camus (1999, p. 299) “o homem recusa o mundo como ele é, sem desejar fugir dele”.

Para impedir o fim da relação e a falência do casal, Mr. Papineau, um velho e sábio conhecido da família, aconselhou David a procurar por Monsieur Bril, poeta e escritor, a fim de avaliar suas poesias. Com a carta de apresentação em mãos, David dirige-se a Dreux à procura de Bril. Após uma conversa sobre carneiros, campos e pássaros, Bril aconselha David a voltar às ovelhas e à esposa, e que nunca mais se esquive da beleza ao seu redor. Não havia poesia nos versos de David, mas em sua vida.

– Não havia então, nenhuma nota de rouxinol em meio a todos esses grasnidos?

– Eu não poderia ter deixado de percebê-las – disse Monsieur Bril com um suspiro – Li palavra por palavra. Vivei a vossa poesia; mas tenteis escrevê-la nunca mais.

– Agradeço-lhes – repetiu David – E agora volto aos meus carneiros (HENRY, 1987, p. 146).

No caminho de volta, David compra uma pistola carregada em uma loja de um judeu da Armênia. Ao chegar ao vilarejo, encontra a sua casa vazia. Joga as poesias no fogão e as queima, e logo em seguida comete o suicídio no sótão. Horas depois, aparece na perícia novamente o Marquês de Beaupertuys para verificar o suicídio.

Nada mais emblemático para compreendermos o significado da estética da existência do que nos atermos a este último diálogo. Enquanto David aspira ao panteão da vida artística para selar sua produção poética no enaltecimento de sua trajetória biográfica, Mr. Papineau o faz ver a arte na sua vida, no canto dos pássaros,

no pastoreio das ovelhas e no amor da esposa. É a vida artista que lhe fala, na qual a materialidade artística não lhe condiz:

O que me surpreende é o fato de que, em nossa sociedade, a arte tenha se transformado em algo relacionado apenas a objetos e não a indivíduos ou à vida, que a arte seja algo especializado ou feita por especialistas que são artistas. Entretanto, não poderia a vida de todos se transformar numa obra de arte? Por que deveria uma lâmpada ou uma casa ser um objeto de arte, e não a nossa vida? (FOUCAULT, 1995, p. 261).

Foucault deixa claro que a vida artista não coincide com a vida artística. Ela não é apenas uma atribuição de pessoas especializadas em arte. Ela não é apenas autoria. Ela coexiste com a vida. Ela não faz parte apenas do mundo dos gênios e dos grandes criadores. A arte passa a ser valorizada em seu anonimato, e não apenas na originalidade, o que nunca se confunde com a insignificância, mas com a intensidade e generosidade que se traduz na coexistência humana, ou seja, todos temos vidas para serem vividas na sua mais intensa forma de arte.

David é o escravo da beleza, da autenticidade e da originalidade. Quer ser o poeta que se constrói na genialidade, mas resiste a uma perspectiva de arte que vê a arte como resultado de um conhecimento que se relaciona com todas as coisas que circundam e constituem as vidas humanas.

É possível equiparar essa discussão ao debate de Foucault com Noam Chomsky, no qual questiona a hipervalorização da figura do gênio, o criador da beleza, da arte, o ser que nos deixa estupefatos diante de suas criações. “E se a compreensão da relação do sujeito com a verdade fosse apenas um resultado do conhecimento? E se o intelecto fosse uma estrutura complexa, múltipla e não individual, não ‘sujeita ao sujeito’, que produzisse resultados autênticos?” (FOUCAULT, s/d, p. 20-21).

O olhar que se dirige a essa pessoa não é o mesmo olhar que pousamos sobre a vida. A arte que corre em suas entranhas é derivada de um olhar selecionado, perscrutador, individualizado e cercado de valores estéticos atribuídos por pessoas especializadas. A onipresença da arte na vida é pulverizada. É o egoísmo da arte em sua plenitude. É a vida que se tolhe perante a arte, que ocupa espaços e se assujeita às grandiloquências da sociedade burguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras literárias estão além de um mundo em que se sente e se toca. É uma construção que nos faz escapar da enfadonha e monótona realidade do dia a dia, mas nem por isso nos lançam para fora da realidade. O real está sempre presente, porém é um real transfigurado, que não repete de forma estéril as criações humanas. Por outro lado, estão aquém de um imaginário idealizado, um mundo fechado sem qualquer comunicação com as nossas vidas. Seria um silêncio injustificável para as obras artísticas essa incomunicabilidade.

A obra escolhida reflete esse aspecto arbitrário com o real, e que, em muitos casos, encontra ressonâncias na filosofia. No exemplo analisado, a perspectiva escolhida pelo autor não é factual e nem extrapolam o real, mas nos auxiliam na compreensão, como no caso analisado, de conceitos importantes da filosofia, como o de estética da existência, de Michel Foucault.

No caso da obra de O. Henry, ela serve aos irracionalismos de uma vida sem sentido. Há, portanto, um duplo absurdo na vida de David, da divergência entre a sua vida pacata e sem graça e a vida sonhada de poeta, entre a desproporção entre os seus sonhos e a vida real. Em uma linguagem foucaultiana, representa a vida que não se consome em arte, mas em morte. Uma vida que se cega para a arte resultaria na contemplação da morte. É uma vida que almeja sobretudo a vida artística, que não consegue mudar a si mesmo, e vai ao encontro da morte. Os pontos de contato entre morte e beleza em David são nulos.

David quer legitimar uma moral sobre si. Ele não sente a arte como parte do mundo. Tudo lhe parece indissociável. Mediante o ato de escrever, deu início aos seus tormentos. Ele clama pelo olhar dos demais. Sua escrita não se apresenta como coextensiva da vida e passa ao largo de uma ética e de uma estética do eu, mas retalhos de uma existência ambígua e contraditória. Sem a vida artística, tudo lhe parece sem sentido. Torna-se um pessimista de si mesmo.

Em David perfilha a derrocada absurda e definha a estética da existência como atitude fundamental da vida. Ele é o personagem que oscila entre a vida e a morte, entre a vida e a arte. Se suas posições são desde o início opostas, não são menos surpreendentes os significados distintos extraídos do tema do absurdo e da ética da vida.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, José Eudo. *A Physiologia de Epicuro: aspectos gnosiológicos*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRN, Natal, 2008.
- BRANCO, Guilherme Castelo. Anti-Individualismo, Vida Artista: uma análise não-fascista de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.). *Para uma Vida Não-Fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- _____. As Lutas pela Autonomia em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.). *As Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- _____. Estética da Existência, Resistência ao Poder. In: *Revista Exagium*. v. 1, p. 01-13, abr. 2008.
- CAMUS, Albert. *O Homem Revoltado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *O Mito de Sísifo: ensaio sobre o absurdo*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d.
- DELRUELLE, Edouard. *Faire de sa vie une œuvre d'art?* Disponível em <http://www.philopol.ulg.ac.be/telecharger/textes/ed_faire_de_sa_vie_une_oeuvre_d_art.pdf>. Acesso em 08 de abril de 2016.
- FILHO, Alípio de Sousa. O Cuidado de Si e a Liberdade ou a Liberdade é uma Agonística. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo Veiga-Neto; FILHO, Alípio de Souza. (orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- _____. Michel Foucault Entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: Dreyfus, Hubert L. e Rabinow, Paul (orgs.). *Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. O Uso dos Prazeres e as Técnicas de Si. In: *Ditos & Escritos: Ética, Sexualidade, Política*. Vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- _____. *Por uma Vida Não Fascista*. Coletânea Michel Foucault Sabotagem Organizada por Coletivo Sabotagem. Disponível em <www.sabotagem.revolt.org>. Acesso em 11 de abril de 2016.
- _____; CHOMSKY, Noam. *Natureza Humana: justiça vs. Poder: o debate entre Chomsky e Foucault*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

- GROS, Frédéric. O Cuidado de Si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- HENRY, O. *Contos de O. Henry*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- KOHAN, Walter Omar. Do Fascismo ao Cuidado de Si: Sócrates e a relação com um mestre artista da existência. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.). *Para uma Vida Não-Fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- MUCHAIL. Salma Tannus. Da Promessa à Embriaguez: a propósito da leitura foucaultiana do Alcebiades de Platão. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- _____. Sobre o Cuidado de Si: surgimento e marginalização filosófica. In: PEREZ, Daniel Omar. (org.). *Filósofos e Terapeutas: em torno da questão da cura*. São Paulo: Escuta, 2007.
- NALLI, Marcos. Foucault: curar os outros, cuidar de si. In: PEREZ, Daniel Omar. (org.). *Filósofos e Terapeutas: em torno da questão da cura*. São Paulo: Escuta, 2007.
- PAES, José Paulo. Notícias Sobre O. Henry. In: HENRY, O. *Contos de O. Henry*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- PORTOCARRERO, Vera. Os Limites da Vida: da biopolítica aos cuidados de si. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; FILHO, Alípio de Souza. (orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- RAGO, Margareth. Abertura. In: *Revista Aulas*. Disponível em <<http://www.unicamp.br/~aulas/flowplayer/example/margareth.html>>. Acesso em 7 abril 2016.
- REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- RODRIGUES, Osvaldino Marra. *Zenão de Eléia, Discípulo de Parmênides: um esboço*. Kínesis, Marília, v.1, n. 2, p. 231-247, out. 2009.
- SCHMID, Wilhelm. Da ética como estética da existência. In: *Magazine Littéraire*, n. 325, 1994.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Foucault e Algumas Contribuições para os Estudos da Literatura. In: KIFFER, Ana Paula. (Org.). *Michel Foucault no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: NAU, 2015.

SOUZA, Pedro de. Prefácio. In: ARTIÈRES, Philippe. (org). *Michel Foucault, a literatura e as artes*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014.

O discurso de ódio sob o viés pecheutiano: Interdiscursividade e efeitos de sentido

Maximiano Antonio Pereira¹

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa vincula-se ao projeto: “Da margem ao centro: discursos sobre as minorias nas mídias sociais”, coordenado pela Professora Dr^a Erislane Rodrigues Ribeiro, e tem como objetivo refletir por meio da Análise do discurso de linha francesa pecheutiana, a *corpora* de duas pesquisas que foram anteriormente desenvolvidas para esse projeto, sendo elas: “Sexo, sexualidade e gênero na nova escola/ Nova Escola: dos discursos e efeitos de sentido produzidos em comentários de leitores”, e, também, “Mulher, negra e famosa: uma análise do discurso racista em posts publicados no Facebook”.

Em ambas as pesquisas mencionadas houve análises de comentários coletados em perfis do Facebook, tendo sido identificados discursos contra as minorias, neste caso, trata-se de posicionamentos contrários ao debate sobre gênero e sexualidade no âmbito escolar e, também, aos ataques racistas sofridos pela jornalista Maria Júlia Coutinho e Taís Araújo, ressaltando que todas as recorrências de posicionamentos contrários se basearam no ódio. Sendo que, o que se propunha inicialmente, era identificar efeitos de sentido presentes nestes discursos, porém, como se observou grande incidência de posicionamentos que se embasaram no referido discurso, foi pensado um novo plano de trabalho para trabalhar a relação entre a *corpora* coletada anteriormente nas pesquisas mencionadas.

¹ Graduando do curso de Letras Português e Inglês da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística (UAELL) da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. maximianoantonio@icloud.com

Inicia-se nesta pesquisa a reflexão sobre discursos instaurados no Brasil que associam o sujeito brasileiro a alguém pacífico e de extrema cordialidade, procurando, deste modo, romper com ideias cristalizadas no senso comum. Em 1936 o historiador Sérgio Buarque de Holanda apresentou em seu livro *Raízes do Brasil*, no quinto capítulo, intitulado “O homem cordial”, a tese de que no Brasil de maneira muito comum os brasileiros transferem tratamentos associados à família (esfera familiar), sendo cordiais e hospitaleiros com sujeitos pertencentes à outra esfera, a privada. Tudo isso ocasionou vários debates acerca do tema tratado pelo historiador, alguns críticos afirmaram que havia tendenciosidade quanto à afirmação de que essa característica do povo brasileiro pode “causar a falsa impressão de civilidade”. Conforme o autor da obra, após a publicação houve deturpação do que se pretendia, segundo ele, não houve tendenciosidade contrária a ser cordial e hospitaleiro, contudo o discurso que afirma isso que, instaurado no senso comum, transmite uma ideia que não é verdadeira (cf. HOLANDA, 1995).

Realmente, a se considerar o que brasileiros publicam na internet não notamos a efetivação do que se afirma no discurso popular, embora, até mesmo estrangeiros considerem a ideia que se estabeleceu como verdade absoluta para muitos sujeitos. Entretanto, basta um simples olhar em qualquer rede social, e não apenas no Facebook, para observar como existe uma inversão do que se afirma, quando qualquer post relacionado às minorias sociais é divulgado e possibilitado a um grande público. Há, nesses casos, maldade, perversão e a disseminação de ódio, o que faz emergir vários discursos de resistência, mas, também, aqueles que curtem e assumem o mesmo discurso por meio da divulgação e enaltecimento do sujeito que propaga de maneira maldosa o ódio contra: negros, pobres, mulheres, homossexuais, deficientes físicos e mentais, ou seja, sujeitos que já ocupam lugar à margem na sociedade.

Entre os meses de junho e abril a Agência Nova/SB levantou em pesquisa por meio do projeto “Comunica que Muda”, o qual concluiu que cerca de 80% das recorrências de comentários em plataformas como Instagram, Facebook e Twitter são embasadas no discurso de ódio (cf. MATSUURA, 2016).

O ódio produzido nas redes sociais é, em boa parte, produzido por adolescentes e jovens em idade escolar, e por se tratar de sujeitos em formação, há uma preocupação quanto as questões de ensino e a própria docência frente às condições que produzem ao aparecimento destes discursos.

Portanto, para a produção deste artigo, foi necessário acompanhar o debate a respeito do discurso de ódio em textos publicados em revistas e jornais, tais como: *COLETIVO Intervenções* (2014), *Affonso* (2015) e *Alemanha* (2017). Sabe-se que há interesse, também, neste debate em outros campos do conhecimento, tais como: do Direito; da Filosofia; Ciências Sociais e da Informação, dentre vários outros. Há estudos que abordam a temática, porém, no âmbito dos estudos da linguagem não é comum encontrar trabalhos que interpretam e analisam o discurso de ódio materializado em publicações *online*, apesar disso, recentemente têm sido divulgados alguns trabalhos com este tema na área da linguística, destacando Barros (2007).

Sendo este trabalho desenvolvido no âmbito do PROLICEN/CNPQ, há a preocupação de externar de forma didática à população como se constitui o ódio em comentários e *posts*. Embora o material que compõe o *corpus* seja coletado no Facebook, será possível com a conclusão problematizar o tema, possibilitando o diálogo com usuários da rede, de modo que haja relevância ao debater o tema, contribuindo assim para que haja uso consciente da liberdade que a internet possibilita aos internautas.

Pretende-se com base no *corpus* levantado em pesquisas de Iniciação Científica mencionadas anteriormente vinculadas ao mesmo projeto: analisar as recorrências dos discursos de ódio na mídia social Facebook, embasando-se na perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa (AD), desta forma, procura-se fomentar o debate dos acontecimentos que envolvem o ódio propagado em plataformas *online*. Com base no que se pretende, será possível refletir demais especificidades dentro do objetivo, sendo elas: identificar os discursos de ódio; analisar as condições sociais e históricas da produção desses discursos na rede social; refletir sobre o posicionamento ideológico dos sujeitos que produzem o discurso de ódio no ciberespaço; debater o tema com alunos das escolas catalanas da rede pública.

Esta pesquisa parte de pressupostos teóricos e analíticos. Teóricos, porque foi embasada em conceitos da Análise do Discurso de linha francesa, dentre os quais se destacam: discurso, interdiscurso, condições de produção, efeitos de sentido e sujeito, que são estudados por analistas do discurso que, no Brasil, se dedicam a estudar o discurso sob o viés desenvolvido por Pêcheux, tais como Possenti (2001), Orlandi (2006) e Mussalim (2003). Esta pesquisa também é analítica porque se baseia em alguns conceitos teóricos, a partir dos quais é feita análise de efeitos de sentidos e

interdiscursos recorrentes nos comentários publicados. Em relação à seleção, todos os comentários foram previamente coletados em pesquisas já desenvolvidas e vinculadas a este mesmo projeto; a coleta ocorreu na página do Facebook da revista *Nova Escola*, e também no perfil pessoal da atriz Taís Araújo, e, de igual modo na página do *Jornal nacional*, onde, como com Taís Araújo, houve comentários discriminatórios contra a jornalista Maju Coutinho. Os comentários que serviram como panoramas iniciais constituem o macro corpus desta pesquisa. Porém, a seleção ocorreu conforme o que se efetivaria na análise dos comentários de leitores, ou seja, em decorrência da análise e interpretação das sequências discursivas.

Em relação ao desenvolvimento do artigo, constitui-se de quatro seções. A primeira delas traz em seu conteúdo um apanhado sobre a constituição da AD e alguns de seus conceitos principais. Na segunda, há ênfase na relação que a AD possui com a interpretação e análises de textos. Em seguida, na penúltima parte, são feitas as análises dos comentários propriamente ditas, com base nos conceitos já mencionados, e por fim são apresentadas as considerações finais.

I. A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA E SUA CONSTITUIÇÃO

Objetiva-se nesta seção estabelecer as relações entre os discursos e os sujeitos que os produzem, de modo a entender como se dá a rememoração e a reprodução de discursos populares, neste caso por posições ideológicas no Facebook. Fundamenta-se na AD pecheutiana, e, para que haja compreensão da análise, assim como, do aporte teórico, haverá a apresentação da disciplina AD e seus principais conceitos. Desta forma, com uma síntese da epistemologia desta área de estudo objetiva-se apreender, sob temas específicos como gênero, diversidade e racismo as análises que incidiram sobre o discurso de ódio e os demais discursos que com ele se entrecruzam.

Ademais, por se tratar de um trabalho analítico, não pode ser descartado o posicionamento do pesquisador à frente do corpus. Contudo, justamente para teorizar sobre alguns conceitos da AD nesta seção, há a apresentação da disciplina, e como apresenta Possenti (2001), a sua nova forma ler.

2.A CONSTITUIÇÃO DA AD E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA UMA LEITURA IDEOLÓGICA

É necessário entender o que propõe a Análise do Discurso para que haja neste trabalho coerência analítica, assim como noção da sua importância para uma leitura concreta dos discursos, isto é, aquilo que é ideológico. Desta forma haverá reflexões relativas às questões culturais, o que neste caso é o objetivo, pensar discursos emitidos *online* sobre certos sujeitos que já ocupam lugar à margem.

Conforme Gregolin (2003), os gêneros discursivos, as condições de produção do discurso, e a relação simultânea entre língua e a história apresentam associações desta forma, a se pensar o discurso como a ideologia materializada na língua, é possível apreender a história, e as próprias injustiças sociais que transcendem a materialidade do texto, isso porque o sujeito discursivo possui uma ocupação (ideológica), ou seja, é possível refletir a respeito dos efeitos de sentido e fatos sociais que ultrapassam as esferas pessoais e apresentam, nem sempre, um lado ético e respeitoso dos sujeitos quanto às diferenças.

Portanto, com base na afirmação de Gregolin (2003), de que a língua constitui a cultura, pode-se concluir que isso torna automaticamente os sujeitos discursivos influenciados em produções discursivas já ditas e não individuais quanto ao que se pode entender como particularidades que, às vezes, se disfarçam de “eu acho” ou “na minha opinião”.

Na AD, a língua é compreendida como um acontecimento social e, por assim ser, representa as ideologias de determinados sujeitos discursivos. Logo, não se entende sob esse aporte teórico a manifestação individual de posicionamentos discursivos, mas sim a representação de um grupo, pois quem fala, não fala apenas por si, mas também por quem concorda e reafirma o discurso. E essa relação entre discursos e sujeitos ocasiona os chamados efeitos de sentido.

É por meio deste conceito que a análise das palavras e/ou sequências discursivas pode ser de fato efetivada, porque trata da relação entre o signo e seu significado, porém levando em conta o momento histórico, a ocasião, conforme Pêcheux (2014). Sobre isto, o pesquisador e analista do discurso Possenti (2004, p. 371) diz que “[...] o sentido de uma palavra (ou expressão mais ou menos equivalente) se resolve na medida em que uma delas pode ser substituída por outra, no interior

de certa formação discursiva”. A se pensar nisso, é relevante compreender a possibilidade de variados efeitos de sentido produzidos por meio do uso dos mesmos termos, uma vez que são empregados sob determinados momentos históricos e em diferentes circunstâncias, em outras palavras, em outras condições de produção. Nesse sentido:

Pêcheux (1969: 94-5) expõe um procedimento cujo objetivo é permitir, analisando uma superfície discursiva, descobrir vestígios do processo de produção de um discurso. Esboça uma teoria do efeito metafórico, nos seguintes termos: sejam os termos *x* e *y*, pertencentes a uma mesma categoria de uma língua *L*. Existe pelo menos um discurso no qual *x* e *y* possam ser substituídos um pelo outro, sem mudar a interpretação desse discurso? (POSSENTI, 2004, p. 372).

Refletir a respeito dessa inter-relação do que é dito, seja escrito ou oral, com o momento histórico e por quem é dito, é analisar o discurso, de maneira que quem analisa toma consciência que a língua é resultado de transformações e acontecimentos sociais que refletem diretamente na produção de discurso pelos mais variados sujeitos.

Para pensar como e onde ocorre a exposição do ódio, assim como quem são esses sujeitos que produzem o ódio, é necessário entender que com os processos de globalização e as novas formas de se comunicar, os discursos, embora tenham mantido regularidades, sofreram transformações, o que ocasionou o aparecimento dos mais diversos gêneros discursivos, um exemplo disso são os comentários, posts, mensagens de Whatsapp, entre outros. Todas as ferramentas e plataformas que são existentes hoje graças ao advento igual a internet possibilitaram a externalização do sujeito, e, talvez, neste contexto o discurso de que o brasileiro transfere tratamentos de uma esfera familiar à privada, esteja se tornando mais consistente, mas não literalmente, porque o que tem sido exteriorizado e publicizado em novos gêneros não costuma ser algo bom, ou que tornaria cordial o posicionamento dos sujeitos brasileiros, pelo contrário houve consideráveis números divulgados em pesquisas que apontam textos maldosos e preconceituosos e, geralmente, atrás de um perfil *fake*, isto é, falso, que traz recortes de outros textos, ou seja, neste caso a autoria nem sempre é confiável, conforme apresenta Maingueneau (2015, p.175-176):

Em um *site* de informação, os módulos textuais, em sua maior parte, não são assinados; muito frequentemente, são recortes de textos de agências especializadas que, por sua vez, não têm autor identificável. A redação e a publicação, renovada sem cessar, do pregão da bolsa ou da meteorologia, são o resultado de uma série de procedimentos automáticos.

Para justificar a escolha da AD como teoria para as análises, é justamente por ser uma ferramenta que possibilita compreender os textos como prática simbólica, em que a sua materialidade é uma mediação entre o sujeito e a realidade social e cultural (cf. ORLANDI, 2012). Com base em Orlandi, entender que o *corpus* (comentários), no caso de Romeo Clarke, Taís Araújo e Maria Júlia Coutinho, está transpassado por ideologias tornará a análise possível, por acreditar que os discursos são a materialidade da ideologia, deste modo compreende-se os discursos que se entrecruzam com os de ódio, trazendo assim outro conceito importante, o de interdiscurso.

O discurso sempre recupera outro discurso, anterior a ele. Ele nunca partirá do nada, mas sempre se apoiará em um já dito. Isto é o interdiscurso. É a interconexão entre várias formações discursivas. Ele “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI 2015, p.29).

Com base na afirmação de Orlandi, é possível compreender como os discursos retomam ideologicamente discursos anteriores, esse efeito que foi denominado por Pêcheux como interdiscurso será a base para identificar os discursos constituintes do discurso de ódio, e no caso dos *corpora*, poder compreender como se dá, e por meio de quais afirmações e ideologias, o preconceito contra as minorias nas mídias sociais.

3. ANÁLISE E LEITURA: A IDEOLOGIA, O SUJEITO E O DISCURSO

Pelo que foi até então apresentado, pôde-se apreender que o sentido é um efeito do discurso, sabendo disto, neste trabalho há intuito de investigá-lo, justamente porque ele é inerente a qualquer forma de produção de linguagem, inclusive das sequências que constituem os comentários de leitores.

Neste caso, há especial enfoque ao papel do discurso e da ideologia, ambos estão relacionados, e não sendo possível separá-los, tendo em vista a coerência com nossa perspectiva teórica, ainda que pareça reducionista, não é, a delimitação ocorre para que haja coerência analítica nas análises.

A ideologia transforma o indivíduo, e por meio da reflexão dela no discurso, é possível compreender e ter uma leitura significativa dos enunciados e do assujeitamento discursivo, isto é, a retomada de discursos anteriores.

A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este se submete à língua significando e significando-se pelo simbólico na história. A subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza: não se é mais ou menos, não se é pouco ou muito subjetivado. [...] O assujeitamento não é quantificável. [...] para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isso, não tem como se subjetivar. [...] o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. (ORLANDI, 2006, p.19).

Partindo da afirmação de Orlandi, apreende-se como o sujeito se insere e produz linguagem por meio de uma ideologia. A noção de sujeito possibilita a compreensão e a investigação dos comentários, podendo, assim, refletir sobre a posição sujeito, de que lugar ideológico é vindo o discurso de ódio, por exemplo.

Por fim, compreende-se o discurso e a leitura sobre ele como prática ideológica, quem lê também assume uma posição, a posição do sujeito que analisa interfere na análise, contudo há uma linearidade teórica. A análise não é pessoal, quem analisa, analisa com base em algo, a própria escolha da fundamentação teórica é uma posição. Quanto à leitura, Possenti (2001), afirma que a AD sonhou com a possibilidade de fornecer um conjunto de critérios a partir dos quais se pode, de maneira objetiva, ler um texto.

4. DISCURSOS DE ÓDIO, INTERDISCURSIVIDADES E EFEITOS DE SENTIDO

Nesta seção dá-se início às análises, razão pela qual é importante saber o que é o discurso de ódio, e o seu porquê, relacionado aos *corpora* que será apresentada posteriormente se tratar de discursos de ódio.

No caso desta pesquisa, e das anteriores a esta, nas quais houve o levantamento de *corpus*, toda as recorrências que se apresentaram contrárias aos temas referentes às pesquisas, se apoiaram no ódio. Conforme a Constituição federal de 1988, no Art. 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Ou seja, é garantida a legitimidade à vida a qualquer um, independentemente das diferenças. Apesar de tal garantia, há confusão quanto ao que é discurso de ódio e o que é liberdade expressão. Afinal, em uma federação democrática é cristalizado no senso comum que tudo pode ser dito e vem disfarçado como: “é minha opinião”, logo, a pessoalidade do sujeito que se garante dessa liberdade serve como “escudo” que o defende dos discursos que este profere. Mas não é bem assim. Quando ocorre o discurso de ódio, há um silenciamento de quem uem é oprimido, é liberdade de expressão, desde que ela fomenta o diálogo e o respeito, caso contrário haverá liberdade de expressão apenas ao emissor do ódio, e o distanciamento do oprimido, o que ocasionará o ódio. Por assim ser, liberdade de expressão e ódio são conceitos antagônicos, não é possível defender a liberdade, de modo que apenas o emissor do ódio faça uso dela, enquanto os oprimidos são privados, calados e colocados à margem.

O conceito de discurso de ódio está além de liberdade de expressão, quanto a isso Silva e Nichel (2001, p. 447) afirmam que:

O discurso de ódio compõe-se de dois elementos básicos: discriminação e externalidade. É uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor.

TABELA I - grupo B: comentários nos quais os sujeitos discursivos se posicionaram ideologicamente contra Romeo e à matéria e foram, em alguns casos, favoráveis ao posicionamento da escola

| |
|---|
| Diego Silva Lemelle ditadura gay |
| Auxiliadora Onofre [...] não impor valores pk sou minoria [...]. |
| Priscilla Fraga Se um menino acha que é menina, ele é menina. E se ele achar que é o Batman? |
| Lilian Miguel Está na moda ser gay ?????????????????? E como é que se vira um gay ????. Como faz pra entrar nessa moda ?????????? >>> Para tudo que eu quero descer !!!!!!!!!!! |
| Mandy Nevoa A escola necessita é de um ensino melhor..não de uma agenda gay patrocinada por organizações internacionais!! Tomem vergonha na cara e parem de querer meter suas ideologias suja na cabeça das crianças!! |
| José Bilbao E se a criança quiser ser o Superman ?vai tentar Voar ?Assim como o menino que imagina que seja menina... |
| Gilmar Cavararo Perderam um cliente! Trágico isso: Uma revista incitar um comportamento ideológico fraco e destruidor de valores |

(PEREIRA,2017, p. 64)

Portanto, entende-se segregação e discriminação como conceitos basilares que sustentam o ódio. Desta forma, objetiva-se com o *corpus* posteriormente apresentado entender quais discursos entrecruzam-se com o discurso de ódio e que efeitos de sentido as sequências discursivas apresentarão conforme o posicionamento do sujeito discursivo.

5. ANÁLISE DO ÓDIO EM: SEXO, SEXUALIDADE E GÊNERO NA NOVA ESCOLA/NOVA ESCOLA: DOS DISCURSOS E EFEITOS DE SENTIDO PRODUZIDOS EM COMENTÁRIOS DE LEITORES

A tabela a seguir apresenta os comentários que foram coletados na página da revista *Nova Escola* no Facebook. Os comentários foram divididos em dois grupos A e B pelo pesquisador Maximiano Antonio Pereira, conforme o posicionamento do sujeito, favoráveis e contrários ao caso de Romeo. Devido ao fato de que neste novo plano o interesse está no discurso de ódio, o foco estará apenas nos comentá-

rios do grupo B, isto é, os contrários.

Tabela 2 - grupo B: sequências discursivas e/ou palavras-chave que denotam juízos de valor contrários à revista Nova Escola e ao Romeo Clarke

| |
|---|
| <i>b.1 ditadura gay</i> |
| <i>b.2 não impor valores</i> |
| <i>b.3 e se achar que é o Batman?</i> |
| <i>b.4 agenda gay; ideologia suja</i> |
| <i>b.5 e se a criança quiser ser o superman?</i> |
| <i>b.6 Trágico isso</i> |
| <i>b.7 comportamento ideológico fraco e destruidor de valores</i> |

(PEREIRA, 2017, p. 64)

Como pode ser observado, os sujeitos que se posicionaram contrários apresentaram palavras e/ou sequências discursivas no caso de Romeo que rememoram certos discursos, como mencionado anteriormente. Grande parte dos comentários desse grupo tiveram o ódio como base para que houvesse afirmação de valores ou silenciamento do tema proposto pela revista *Nova Escola*.

Com os comentários de-superficializados na tabela à direita, se vê no b.1 a sequência “ditadura gay”, sabe-se que semanticamente “ditadura” é um termo usado na política, que indica autocracia, governo sem respeito à democracia, não obstante o sujeito adjetiva o substantivo com “gay”. Neste caso, houve a interdiscursividade de dois discursos o político e o machista, embora se considere ditadura uma forma de governo imprópria, associá-la à homossexualidade produz um efeito de sentido de imposição de valores, porém esses valores não parecem se adequar ao politicamente correto do sujeito internauta, possibilitando assim a resistência ao debate pela revista.

De igual modo, nas sequências b.2, b.3 e b.4, o sujeito faz uso de termos que fazem ocorrer o efeito de chacota diante do ocorrido. Na sequência b.3, “e se achar que é o Batman?”, o discurso se intersecciona com o discurso do imaginário infantil, o sujeito aqui associa ao fato do garoto se vestir como princesa a algo utópico, e de criança, o silenciamento ocorre por meio da ironia no comentário. Na sequência, b.4, “agenda gay, ideologia suja”, o posicionamento aqui associa o debate proposto

pela revista a “compromisso”, a palavra agenda possibilita essa interpretação. Enquanto “ideologia suja”, associa Romeo Clarke a algo sujo, ora, se o sujeito é interpelado pela ideologia, a crítica não foi apenas evista, mas ao próprio Romeo ou aos movimentos políticos que propiciam estes debates. Na sequência b.5 há o mesmo efeito da sequência b.3.

Enquanto nas sequências b.6 e b.7 o ódio é constituído, outra vez, com a retomada do discurso conservador que associa o tema de gênero a algo “trágico”; “comportamento fraco e destruidor de valores” nesta sequência, b.6, o sujeito, mais uma vez, associa o tema, e o próprio Romeo de 05 anos, como parte de uma ideologia “fraca”, geralmente, embora de maneira implícita, os sujeitos que assumem posicionamentos conservadores nas mídias sociais, e posicionando-se de maneira odiosa, de acordo com a sociedade brasileira estão vinculados a ideologias religiosas, que consideram que o tema de sexualidade e gênero afronta os valores cristãos.

6. ANÁLISE DO DISCURSO DE ÓDIO EM “MULHER NEGRA E FAMOSA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO RACISTA EM COMENTÁRIOS PUBLICADOS NO FACEBOOK”

A tabela a seguir apresenta os comentários que foram coletados na página do *Jornal Nacional* e no perfil pessoal da atriz Taís Araújo no Facebook. Os comentários foram coletados na pesquisa “Mulher negra e famosa: uma análise do discurso racista em comentários publicados no Facebook”, pela pesquisadora Mantovani (2016).

| Comentários na página social do JN via Facebook a respeito de Maria Júlia Coutinho: | Comentários na página pessoal de Taís Araújo: |
|--|--|
| (1) <i>Só conseguiu entrar no JN Por causa das cotas, preta macaca</i> | (7) <i>Entrou na globo por causa das cotas</i> |
| (2) <i>Tempo branco? Mentira, sua preta.</i> | (8) <i>Cabelo de parafuso enferrujado</i> |
| (3) <i>Vai tomar banho e tirar essa cor preta e suja do seu corpo sua macaca</i> | (9) <i>Pensava q o facebook era pra humanos não pra macaco</i> |
| (4) <i>Como saber se o alimento favorito desta negra é uma banana?</i> | (10) <i>Vai lavar louça com esse cabelo</i> |
| (6) <i>“Ela já nasceu de luto”</i> | (11) <i>Já voltou da senzala?</i> |

(MANTOVANI, 2016, p. 334)

Nos comentários acima, o discurso de ódio está instaurado de forma explícita. Nessas ocorrências, como se pode observar nos comentários da primeira coluna, pelo uso das palavras e/ou sequências discursivas “macaca”, “preta”, “vai tomar banho”, existe relação direta ao fato de a esse sujeito haver associação entre a cor negra e sujeira, “nasceu de luto”. Os comentários preconceituosos contra a jornalista Maria Júlia Coutinho fizeram uso de discursos racistas, que associam o sujeito de cor negra à sujeira e a escravidão. No comentário de número 1, há a palavra “cotas”, que retoma a historicidade não muito distante, a respeito da discussão sobre o ingresso de pessoas negras ao ensino superior por meio da política de cotas. Em todas as recorrências o efeito ocasionado pelo emprego das palavras é de repúdio à mulher negra, podendo-se perceber, o discurso machista dialogando com o racista constituindo, nestes exemplos, o ódio.

Em relação à segunda coluna, em que os comentários foram discriminatórios à atriz Taís Araújo, há no início, no comentário 7, a mesma posição de sujeito do comentário número 1, outra vez a palavras “cotas” aparece. No comentário de número 8, a associação do cabelo da atriz “com parafuso enferrujado” traz as características físicas em detrimento da famosa, o efeito de detrimento da pessoa e constrangimento por associação ao objeto “parafuso”. No comentário de número 9, a posição do sujeito é igual à do comentário número 1, pois o sujeito associa a atriz ao macaco, relacionando-a a características e fenótipos, assim como o intelecto, julgando-a por ser menos evoluída de acordo com a teoria da evolução de Darwin. E nos comentários 10 e 11 há a rememoração do discurso machista, que atribui às mulheres funções apenas no âmbito doméstico, e, também, o discurso racista, acionando a história em que no Brasil os negros eram enclausurados em senzalas. O incômodo destes que proferiram discursos de ódio não era apenas ao fato de serem as discriminadas, negras, mas também, mulheres e famosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a conclusão deste trabalho foi possível refletir acerca do discurso de ódio nas mídias sociais, bem como sobre os discursos que o constituem. Pensar a respeito do posicionamento sujeito de muitos brasileiros que incitam o ódio põe fim a qualquer discurso popular que associa o brasileiro a alguém cordial. A inter-

net aproxima as pessoas, mas também as desune e faz transparecer um lado pouco promissor quanto ao posicionamento daqueles que usam do discurso de ódio, e se fazem emissores do ódio. Foi possível concluir que no *corpus* a incidência do ódio tem como base discursos políticos e homofóbicos na primeira pesquisa, e discursos machistas, racistas e políticos na segunda.

Embora apontar o problema não seja a solução, problematizar com base no suporte teórico da AD propicia a reflexão necessária para se compreender como o discurso de ódio é recorrente quando se trata de debater as diferenças sociais. Pêcheux, na introdução de seu livro *Semântica e Discurso* (1997), afirma que a AD é um mecanismo de luta, de embate político e que é necessário criticar e problematizar o que está óbvio, por conta disso, apontar o problema, talvez, não seja a solução, mas provavelmente o caminho para pôr fim ao ódio tanto nas mídias sociais quanto em todas as esferas, afinal em todas há o uso da linguagem.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Julia. Discurso de ódio não é liberdade de expressão, diz defensora que venceu ação contra Fidelix. *Estadão*. 22. mar. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/discurso-de-odio-nao-e-liberdade-de-expressao-diz-defensora-que-venceu-acao-contra-fidelix/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- ALEMANHA. Alemanha fixa multas contra redes sociais por discursos de ódio. *IstoÉ*. 05 abr. 2017. Disponível em: <http://istoe.com.br/alemanha-fixa-multas-contr-redes-sociais-por-discursos-de-odio/>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de Barros. A identidade intolerante no discurso separatista. *Filologia e linguística portuguesa*. Campinas: Pontes, 2007. p. 147-167.
- _____. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 58, v. 1. jan./abr. 2016.
- BRASIL. *Constituição de 1988*. Liberdade de expressão. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10730738/inciso-ix-do-artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 29 set. 2017.
- COLETIVO Intervezes. Liberdade de expressão ou discurso de ódio? In:

- Cartacapital*, 10 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/liberdade-de-expressao-ou-discurso-de-odio-2280.html>>. Acesso em: 20 abr. 2017
- GREGOLIN, M. R. (org). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 146-147.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 175-176.
- MANTOVANI, Amanda Soares. Das condições de condições de discursos preconceituosos contra mulheres negras e célebres no Facebook. In: *Anais do 3º Congresso de pesquisa, extensão e cultura*. Catalão: UFG, 2017. p. 333-337. Disponível em: https://iiiconpeex.catalao.ufg.br/up/957/o/mostra_prolicen.pdf?1508686015. Acesso em: 20 abr. 2017
- MATSUURA, Sérgio. Brasil cultiva discurso de ódio nas redes sociais, mostra pesquisa. In: *O Globo*. 03 ago. 2016. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/oglobo.globo.com/sociedade/brasil-cultiva-discurso-de-odio-nas-redes-sociais-mostra-pesquisa-19841017%3fversao=amp>. Acesso em: 20 abr. 2017
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p. 11- 31.
- _____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.
- PEREIRA, Maximiano Antonio. Sexo, sexualidade e gênero na Nova Escola/ Nova Escola: dos discursos e efeitos de sentidos produzidos em comentários de leitores. IN: III CONPEEX. *Anais...* Catalão: Mostra do Programa de Licenciatura -Prolicen, 2017, p. 62-64. Disponível em: https://iiiconpeex.catalao.ufg.br/up/957/o/mostra_prolicen.pdf?1508686015. Acesso em: 20 abr. 2017
- SILVA, R. L. D.; NICHEL. A. Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. In: *Revista direito*. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v7n2/a04v7n2>. Acesso em: 29 set. 2017.

Discurso e argumentação: Um olhar sobre a representatividade do sujeito “Juliano VP” em *Abusado* de Caco Barcellos¹

Martha Tereza Santos Silva²

INTRODUÇÃO

As relações sociais são regidas por relações de poder que constituem o sujeito e regulam as relações com outros, além disso, essas relações determinam o processo de subjetivação por meio do qual o indivíduo se constitui e se reconhece. O poder, como veremos a posteriori em Foucault (1995), não está relacionado somente à uma luta entre as classes, mas também está presente nas relações cotidianas dos sujeitos, nas diversas formas de poder. Assim, o poder está presente em todas as relações e pode pertencer a um ou outro sujeito.

O poder político inerente ao discurso político que visa o sujeito como um objeto de governo é uma dessas formas de poder, que “implica relações de luta, estabelecidas a partir de certo conhecimento. O conhecimento em um sentido amplo, possibilita o estabelecimento de estratégias, como formas de agir sobre as ações dos

1 Trabalho realizado sob orientação da Professora Doutora Karina Luiza de Freitas Assunção.

2 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás.

outros” (FERNANDES, 2012). Essas estratégias se fazem presentes nos discursos que visam o controle e a persuasão dos indivíduos.

Essa pesquisa terá como base teórica a Análise do Discurso de linha francesa, mais precisamente as problematizações de Michel Foucault, que são de fundamental importância para as análises aqui propostas. Os conceitos de discurso, formação discursiva, relações de poder, subjetividade e condições de produção serão uma ferramenta metodológica para a análise que propomos nesse trabalho. Alguns estudiosos da teoria foucaultiana como Fernandes (2012) e Gregolin (2006) serão de grande importância para as discussões teóricas que fundamentam o nosso estudo.

Visando algumas reflexões sobre as relações de poder, processos de subjetivação e as estratégias discursivas recorrentes no discurso político, essa pesquisa tem como corpus de análise os enunciados de dois acontecimentos importantes na favela Santa Marta, descritos no livro-reportagem *Abusado: o dono do morro Dona Marta* (2004) do jornalista Caco Barcellos. A gravação do videoclipe do cantor Michael Jackson no morro Dona Marta e a entrevista dada por Juliano, chefe do tráfico, aos jornalistas, são acontecimentos que revelam um discurso articulado e estratégico do dono do morro, que se posiciona e constrói uma imagem diferente da veiculada na mídia.

I. O DISCURSO

A análise do discurso se ocupa das diferentes formas da linguagem e tem como objeto de estudo o discurso. Ao tratarmos do discurso é necessário nos voltarmos para o caráter histórico e social que o determina, assim como determina o sujeito discursivo. Todavia, o discurso é controlável nas suas condições de produção.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em

qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Contudo, a relação saber/poder constitui o sujeito e a sua subjetividade. O discurso, por sua vez, é constituído por enunciados inscritos numa mesma formação discursiva. Sobre o enunciado, Foucault (2016, p.47) afirma que trata de:

Uma função de existência que pertence, exclusivamente aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita).

Para Foucault as formações discursivas representam conjuntos de enunciados historicamente determinados e associados entre si, porém, as FD's não são espaços limitados, elas se atravessam e se organizam em meio ao processo discursivo.

As noções explicitadas acima serão de fundamental importância para essa pesquisa, uma vez que por meio delas poderemos pensar o funcionamento do discurso na sua materialidade e o saber/poder que rege uma formação discursiva e autoriza o sujeito a dizer ou fazer algo. Como havíamos dito anteriormente, diferentes formas de linguagem representam um discurso, dessa forma, esse trabalho busca investigar a constituição de um discurso político permeado de estratégias discursivas capazes de controlar os sujeitos.

2. ANÁLISE DO DISCURSO E MICHEL FOUCAULT

A presente pesquisa será fundamentada na Análise do Discurso de linha francesa à luz da teoria de Michel Foucault, que traz problematizações essenciais para as análises propostas.

Apesar de Foucault afirmar que o seu principal objeto de investigação é o sujeito, como ele se constitui historicamente, ele traz diversas considerações relacionadas a questão do poder. Para o autor o poder não se limita a um enfrentamento entre as classes, tampouco pode ser detido por um ou outro sujeito. Fernandes (2012, p.52) corrobora dizendo que:

O poder não é então algo que alguém possa deter, ou o que pode emanar de alguém, existe em relações de forças, é marcado por dispersão, sofre intermediações, apoios recíprocos etc., e integra um sistema de diferenças, próprio à coexistência dos sujeitos, e, assim como o discurso, funciona por meio de práticas, é exercido.

As relações de poder constituem os sujeitos e perpassam as relações entre eles, sofrendo deslocamentos e estabelecendo relações de força. Essas relações de poder implicam também a possibilidade de resistência, uma vez que só há relação de poder se houver resistência, do contrário configura-se dominação. Sobre as relações de poder, Fernandes (2012, p.52) aduz que,

Nas relações humanas, quaisquer que sejam, o poder está sempre presente; há relações de poder em todas as relações entre sujeitos. O poder nessa acepção, é focalizado em micro instâncias, é um exercício integrante do cotidiano e consiste em formas de luta contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão.

As relações sociais são então reguladas pelas relações de poder, que constituem historicamente o sujeito e a sua subjetividade. Sabendo que não há relação sem poder e que este estabelece os processos de subjetivação, intencionamos analisar como se organizam essas relações de poder e como elas se constituem na materialidade do discurso.

3. ABUSADO

Esta pesquisa tem como objeto de análise o livro-reportagem *Abusado: o dono do Morro Dona Marta* (2004), do jornalista Caco Barcellos. O livro narra a trajetória do traficante de drogas Márcio Amaro de Oliveira, o Marcinho VP, que tem, na obra, o codinome Juliano VP. Além da infância, entrada e ascensão de Juliano no mundo do tráfico, Barcellos narra o funcionamento da comercialização das drogas e os acontecimentos que emergem nesse processo, prisões, fugas e mortes decorrentes de perseguições policiais e enfrentamentos entre os grupos rivais de outras favelas.

Em diversos assertos narrados por Barcellos (2004) em que ele ilustra a conjuntura dos acontecimentos, as motivações e consequências e o repúdio dos sujeitos que ocupam o espaço da favela à punição perversa das chamadas tropas de elite, podemos observar um jogo de forças nas relações de poder entre esses sujeitos, estreitando a barreira que os separa.

Ao mesmo tempo em que ilustra um cenário de guerra e violência, o autor mostra uma consciência e noção de cidadania dos moradores da comunidade, que ignorados pelo Estado vivendo na pobreza com em péssimas condições de higiene e na incerteza e medo por conta dos atos de violência, têm consciência da desigualdade social da qual fazem parte.

Juliano representava a oportunidade de melhoria do espaço e das condições de vida dos moradores da favela, uma vez que tinha uma participação direta nos problemas sociais que envolviam o morro Dona Marta. A comunidade o admirava e confiava nele que demonstrava uma preocupação social e ânsia por uma melhor condição de vida para o seu povo.

O dono do morro, como ficou conhecido, fugia ao estereótipo do bandido frio e cruel, com um comportamento que desconstruía a imagem atribuída a ele pela mídia e que influenciava diretamente no imaginário da sociedade. O sonho de Juliano era fazer uma faculdade e ser um desenhista profissional, porém não conseguiu devido às limitações “inerentes” de quem é morador de uma favela. Ainda assim aprendeu outras línguas, tocava instrumentos e tinha uma grande admiração por Che Guevara por meio do qual se empoderou de um forte discurso social.

No primeiro ano na gerência da boca, além de fiador, Juliano foi uma espécie de diplomata. Dialogava com as lideranças do morro, ouvia as queixas dos jovens do samba, contava longas histórias para os mais idosos, brincava de empinar pipa com as crianças, visitava as creches, rezava nas duas igrejas católicas, frequentava terreiros de umbanda, participava de algumas mesas de carteadado e adorava estar disponível para atender aos diversos pedidos da comunidade, sobretudo quando eles vinham das mulheres a quem confiava com mais frequência o relógio que ele dizia ser idêntico ao de Che Guevara (BARCELLOS, 2004, p.209).

O posicionamento de Juliano diante de vários acontecimentos explicita esse comportamento peculiar que chamou a atenção de vários intelectuais e jornalistas dos quais costumava ganhar livros e também conversar e dar entrevistas utilizando um discurso articulado, exteriorizando preocupações sociais.

4.A VISITA DE MICHAEL JACKSON E A ENTREVISTA NO MORRO

Entre alguns acontecimentos marcantes em *Abusado* estão a gravação de um videoclipe do cantor *pop* Michael Jackson, que movimentou o morro Dona Marta durante os preparativos para esse grande evento, e a entrevista dada por Juliano VP a três jornalistas que subiram o morro para ouvi-lo.

A segurança de Michael Jackson foi garantida por Juliano, que viu nesse acontecimento uma grande oportunidade. A visita do astro *pop* traria visibilidade para o morro e os olhos do mundo se voltariam para lá. Antes disso houve uma disputa entre oito favelas, e, por fim, restaram a favela da Rocinha e a Santa Marta para decidir onde aconteceria o evento. Ao perceber uma boa oportunidade de denúncia social, Juliano convenceu os seus homens da chance que teriam de mostrar ao mundo as condições miseráveis em que viviam.

Todavia, as barreiras para a realização do evento não estavam somente nessa disputa, uma vez o governo do estado do Rio de Janeiro desenvolveu uma campanha em oposição a gravação dos vídeos, argumentando que essa exposição das favelas brasileiras resultaria em uma imagem negativa do Brasil no exterior. Juliano então “usou o sistema de alto-falantes da Associação de Moradores para protestar contra a posição das autoridades” (BARCELOS, 2004, p.328).

Ao ganhar a disputa entre as favelas, Juliano não só ajudou na segurança do cantor como pacificou a favela durante a gravação que foi um momento de grande protesto.

Rebelde pintado em letras vermelhas de sangue sob o fundo preto de luto. Juliano passou uma semana desenhando o nome do amigo e de outros 23 homens da sua geração, mortos na guerra do tráfico de sua comunidade. Depois os mandou imprimir numa camiseta, uma singela peça de marketing da

maior festa de todos os tempos da comunidade: as gravações de um clip de Michael Jackson na Santa Marta (BARCELLOS, 2004, p. 327).

O nome da música que seria gravada foi uma motivação a mais para Juliano, “They don’t care about us” que traduzido para o português diz: “Eles não se importam com a gente”. Todos, a pedido do dono do morro se empenharam e fizeram do acontecimento um grande evento comunitário.

Esses enunciados desvelam não só o desenvolvimento de uma consciência social e identitária, mas também a representação de um jogo de forças que constitui esses sujeitos a partir das relações de poder e dos processos de subjetivação dos mesmos. Sabendo que o sujeito se torna um objeto de governo, mas que há a possibilidade de resistir, podemos notar atos de resistência nas ações de Juliano contra o sistema e contra o próprio grupo mutuamente.

A entrevista que Juliano deu aos jornalistas no morro foi outro acontecimento importante. Durante um tempo os profissionais procuraram o dono do morro para uma entrevista sobre a polêmica que envolvia a segurança de Michael Jackson ou sobre a violência da Polícia Militar. Quando o encontraram, Juliano, ainda indeciso, pois sabia que depois da entrevista poderia ser preso, propôs um acordo de que só falaria se os fotógrafos saíssem do morro e se mantivessem em sigilo o seu nome. Logo no início da entrevista Juliano surpreendeu os repórteres com o seu posicionamento em relação ao consumo de drogas.

“Sou contra a liberação das drogas. Nosso povo não está preparado. A droga não é boa, ilude e tira a personalidade das pessoas, criando ilusão. A droga anestesia a revolução social. Quem consome não consegue ver as coisas erradas do sistema porque está escravizado [...] Se eu quisesse poderia ganhar muito dinheiro com isso. Mas não quero prejudicar ainda mais as pessoas. Além disso, ia ser difícil controlar os meus homens doidões de crack” (BARCELLOS, 2004, p. 343).

Nessa passagem Juliano não só desconstrói a imagem já atribuída a um traficante por outros meios jornalísticos, mas apresenta um discurso articulado e estratégico de controle não só dos homens que compõem a sua quadrilha, mas

do seu poder e imagem. Representa, em certo aspecto, um discurso político de governo e gerenciamento.

Em outro momento, Juliano falou da própria imagem como o dono do morro e o desejo de propagar entre os jovens a ideia de justiça social.

Eu sou um cara de harmonia. Sou um profissional no meu trabalho. Eu me sinto preocupado e não poderoso. Quero paz no meu morro e não quero que ninguém venha tomá-lo. Não sou o Robin Hood, sei que faço o errado. Acho que os pobres das favelas representam hoje um no Quilombo dos Palmares, a encarnação de Zumbi, e somos perseguidos injustamente. Quero passar a todos os jovens – do movimento ou não – a ideia de justiça social. Como sou nascido e criado no morro e ajudo os mais necessitados, acabo reconhecido pelo meu trabalho. Eu gosto de guerrear, mas quando é necessário. Se for preciso não posso pensar duas vezes (BARCELLOS, 2004, p. 344).

Assim como no enunciado anterior, Juliano VP foge ao estereótipo do “bandido”, apresenta um contexto histórico ao qual atribui a representatividade dos jovens pobres e moradores da favela. No funcionamento das relações de poder podemos observar a resistência do sujeito discursivo, bem como a luta contra as formas de poder e de subjetivação que resultam na sua submissão.

Entre outros questionamentos, finaliza a entrevista falando da sua intenção em confeccionar as camisetas com o nome dos 23 jovens, amigos de infância, mortos na guerra do tráfico e entregá-las ao diretor de cinema Spike Lee que iria dirigir o videoclipe de Michael Jackson:

Todos esses 23 meninos tinham entre 14 e 18 anos e foram mortos pela polícia e não foi em confronto. Foi extermínio, só morreu gente do nosso lado. Vou entregar a camiseta com o nome deles ao Spike Lee para mostrar ao mundo a matança indiscriminada de nossa comunidade e que a violência impera em nosso país (BARCELLOS, 2004, p.346).

O discurso problematizado na fala de Juliano revela um confronto que fragmenta a sociedade, exclui e assujeita os mais fragilizados no exercício do poder. A representação da posição-sujeito do personagem e dos acontecimentos discursivos

que o constitui demonstram a criminalização dos moradores da comunidade e os coloca na posição de quem merece ser penalizado, ainda que a pena exceda os crimes cometidos e recaia sobre o castigo do corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abusado apresenta um discurso diferenciado sobre a temática da violência por conta das guerras do tráfico no Rio de Janeiro. Mesmo caracterizado como um livro-reportagem ele se diferencia de outros meios jornalísticos, apresentando enunciados e acontecimentos, geralmente cortinados, mas que compõem o contexto do noticiário. Barcellos procura ilustrar o *mudus operandi* da quadrilha de Juliano, o que antecede e as consequências das suas ações.

Pudemos observar nos enunciados destacados nessa pesquisa as relações de poder entre os sujeitos e como se estabelece por meio dessas relações os atos de resistência, próprio do jogo de poder. “Para compreender em que consistem as relações de poder é necessário analisar as formas de resistência, as lutas que colocam em questão o estatuto do indivíduo” (GREGOLIN, 2006, p. 137).

A obra em questão desvela um cenário de guerra nas favelas cariocas, que envolve policiais e traficantes e divide a opinião da sociedade que compartilha de uma verdade disseminada pelos meios jornalísticos, sobretudo aqueles de investigação policial, e que autorizam o jugamento desses sujeitos “criminosos” moradores da favela como sujeitos que podem ser vítimas das punições severas e assassinatos.

É nítida a consciência social e política refletida no discurso de Juliano em todos os enunciados que relatam os acontecimentos discursivos descritos neste trabalho e por meio dessa aspiração de justiça social ele modifica o espaço em que se encontra, além de pensar a sua própria prática econômica e social.

REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, Caco. *Abusado: o dono do morro Dona Marta*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias*. 2. ed. São Paulo: Claraluz, 2007.

_____. *Discurso e Sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

_____. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2006.

ORLANDI, Eni. RODRIGUES, Felipe. *Desvelamento nos morros cariocas: novos sentidos discursivos em livros-reportagem*. Via Litterae, v. 2, n. 2, p. 401-415, 2010. Disponível em: http://www2.unucseh.ueg.br/vialitterae/assets/files/vl_v2_v2/7-16-Desvelando_os_morros_cariocas-livros_reportagem_FELIPE_RODRIGUES--ENI_ORLANDI.pdf. Acesso em: 17 ago. 2016.

Perspectiva; entre O Balcão de Manet e Magritte

Paulo Ferreira de Carvalho Neto¹

PERSPECTIVA²



Figura 1: Sobreposição.
Fonte: Acervo Pessoal

1 Pesquisador do Instituto de Artes Visuais da Universidade Federal de Uberlândia. paulo.fcn@hotmail.com
2 **pers•pec•ti•va** [èct] *substantivo feminino* 1. Arte de figurar no desenho as distâncias diversas que separam entre si os objetos representados. 2. Pintura no fim de galeria ou de alameda de jardim para iludir a vista. 3. Aspecto dos objetos vistos de longe. 4. Panorama, vista. 5. Aparência. 6. Esperança. 7. Receio. 8. Previsão. “**perspectiva**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa <<https://www.priberam.pt/dlpo/perspectiva>>. Acesso em 26-05-2017.



Figura 2 - Edouard Manet, O Balcão. 1869 - 1869. Fonte: <<https://www.google.com/culturalinstitute/beta/asset/ggFK0UgXAd7OCA>>. Acesso em 15 de maio de 2017.

I

O brilho da luz incide sobre o balcão. Os metais do peitoril se evidenciam, marcando fortemente a horizontalidade da cena, cuja as extremidades delineadas pelas venezianas, como o objeto que emoldura a cena retratada, assim como a pintura que a representa – o quadro a enquadrar o próprio quadro. Tais componentes, de um intenso verde azinhavrado, dada à impressão de elementos ali há tempos fundidos naquela arquitetura. Dispostas sobre o iluminado balcão, visivelmente três personagens protagonizam a cena, como suposta ação do cotidiano social. O espectador ao fitar a obra passa a se questionar onde se encontraria no circuito retratado. Não há com se situar. A significância arquitetônica do lugar nos sugere a intenção de observar as personagens, ao modo que, os mesmos demonstram ausentar-se da

intenção de serem observados. Praticamente um simulacro social, a portarem as ser notados sem deixar transparecer tal desejo, a exemplo dos camarotes que abeiram o palco nas casas de ópera. Assim, o espectador se reincorpora no circuito, fazendo de suas retinas um gravador de imagem do momento observado no balcão da edificação, como uma fotografia. Em primeiro plano uma dama³ com um olhar de quietude romântica, espalma as mãos sobre o peitoril, como se começasse a lançar um interesse por algo brevemente observado no horizonte. Tal imagem de feminilidade, salientada pelas pontas dos cabelos que simetricamente se desprende do armado coque que os mantém na face posterior da cabeça. Ao mesmo salientar com que as orelhas são ornadas com brincos de ouro, o comprimento do colo é acentuado pela nobreza do berloque em camafeu dourado transpassado na fita de veludo que o prende ao pescoço. Em suas mãos o leque, como a se possibilitar em uma ação de provocativa volúpia em se esconder, e se afirmar pela brisa gerada ao manusear do abanador. Em suas vestes, a cintura baixa facilita suas formas curvilineares fecundantes. A cauda, como uma protuberância volumosa instalada no quadril, acentua o volume de suas ancas⁴, assim como a abertura em sino nas bainhas do saiote e das mangas. As camadas da musselina transparente dão um aspecto de nebulose⁵ e a fruição do traje se contextualiza com os babados em acabamento e as fitas de seda da qual o brilho da luz acomoda. A nitidez dos detalhes da pintura vai se perdendo na medida com que as personagens se afastam do peitoril. Ao fato é que, ao ar livre, e sob a luz plena do dia, as formas redondas parecem planas, por vezes, quais manchas coloridas (cf. GOMBRICH, 1999). O pintor pincela a dama seguinte⁶ que embora a sensação de distanciamento à diluída feição pela luminosidade que penetra sua carne, não se nega a esboçar um temperamento de serenidade. Tal jeito, expressado ao calçar as luvas da cor de sua pele e ao apoiar a sombrinha inclinada no arquear dos braços, conferindo equilíbrio à composição pela oposta posição ao leque da primeira dama. Uma pressuposta ação como se não houvesse pressa, e ensaiasse no pensamento uma vagarosa e delicada maneira de sair da cena. A da-

3 Berthe Morisot (Cf. Aldo Pereira)

4 Dialética da moda (Flávio de Carvalho Cf. Freitas)

5 Dialética da moda (Flávio de Carvalho Cf. Freitas)

6 Fanny Clause (Cf. Aldo Pereira)

ma tem sua frente ornada com um buquê de hortênsia, como se lhe resguardasse a alma protegida pela cabeça⁷, ao mesmo tempo que lhe concede um caráter de autonomia. Visto que, o tecido da modelagem que a traja se encontra mais rente ao corpo e a contínua cor clara esboça a diurna e familiar rotina. A manga do vestido está presa pelo pulso, conferindo-lhe maior autonomia no gesticular. O decote não se aprofunda, as curvas de seu colo não são evidenciadas, apenas marcada a cintura pela faixa de cetim que transpassa as poucas camadas do tecido, que se abre num saiole levemente evasê. O calçado da dama está visivelmente à mostra. Afinal, a bainha do vestido tende a traduzir a facilidade de locomoção que deseja, todavia, não toca o plano onde pisa. No centro da tela, se encontra um cavalheiro⁸, posicionado com postura rígida, cuja face ligeiramente inclinada para cima esboça a postura de altivez, tal qual a figura de um dândi. Sujeito conforme descreve Baudelaire (1996, p.47) em sua aparência “cuja única profissão é a elegância sempre exibirá, em todos os tempos, uma fisionomia distinta, completamente à parte“. Traja a personagem, um *veston* negro sobre a camisa branca sistematicamente apumada, onde o dou-rado de suas abotoaduras reforça o caráter de imponência, complementado pelo gesticular, com as mãos visivelmente livres e a segurar entre os dedos um cigarro recentemente aceso, como uma espécie do poderio de sua confirmação masculina. Cintila atada sobre seu peito o brilho azul de sua gravata. Tal acessório demarca a verticalidade da cena, atuando como vinco a convergir linhas inclinadas, dadas pelos acessórios das damas que estão ao seu redor. A leitura social da cena burguesa é evidenciada pelo vulto de um criado⁹ que se equilibra a carregar algum utensílio serviente ao fundo.

A perspectiva do quadro se aprofunda pelo extremo contraste entre claro do balcão e o escuro, na medida em que se tenta visualizar o interior do espaço. Um mero episódio retratado em uma espécie de varandim de uma edificação possivelmente residencial, onde a luz de um sol a pino banha a estrutura, refletindo na vestes claras das damas, ao mesmo lance que ilumina o mascote e seu brinquedo, e também, o brilho da porcelana do vaso onde cresce já floridas hortênsias azuis, à

7 Dialética da moda (Flávio de Carvalho Cf. Freitas)

8 Guillemet (Cf. Aldo Pereira)

9 Léon Leenhoff (Cf. Aldo Pereira)

expressão de uma vida domesticada. O excesso da luz marca a evidência das cores, seja no vaporoso branco dos tecidos, seja no potente verde dos metais, tudo em contrapartida à escuridão que aprofunda o espaço a aniquilar todos os detalhes que se pode visualizar no fundo. Fazendo, assim correspondência à perspectiva.



Figura 3 - René Magritte, Perspectiva II- O balcão de Manet. 1950. Fonte: <<https://www.mskgent.be/en/featured-item/perspective-ii-manets-balcony>>. Acesso em 15 de maio de 2017.

2

O brilho a luz incide sobre o balcão. O quadro continua a se enquadrar pela disposição imóvel das persianas que o circunda, e a manter - distanciando o observador, com a mesma dúvida de onde se posiciona - a barreira horizontal do peitoril, que ali também continua, fundido na arquitetura e disposto sobre a ação do tempo pelo azinhavre que insiste a cintilar. O espaço avarandado, ocupado pelos corpos burgueses do cenário citadino possivelmente continuam lá. A matéria exibida se remodela em novas perspectivas. Os corpos que antes de sustentavam na verticali-

dade de duas vértebras, não deixam de existir, apenas se eximem na demonstração de sua carne. Foram recolocados ao ângulo do inevitável a quem vive. Reajustado, tal sustento vertical pelos vincos dos caixões que agora habitam. Ao primeiro deparar com a obra, poderíamos a rotular como uma cena surreal, a parafrasear o movimento artístico que a inseriu. Como descreve o Surrealismo, Gombrich (1999, p.591) “O nome foi cunhado em 1924 a fim de expressar o anseio dos jovens artistas de criarem algo mais real do que a própria realidade, quer dizer, algo de maior significado do que a mera cópia daquilo que vemos.” Tal cena, a incomodar pela improvável oportunidade do observador ali se encontrar, e ao comparar com a realidade que o circunda. Assim como também prova e incômoda condição de perspectiva final. A expectativa da morte. O traje dos sujeitos com a nobreza dos tecidos e dos acessórios, seus anseios e sua classe social, aqui são representados por semelhantes caixões. São assim trajados – sem diferenças. As posições dos mesmos sobre o varandim continuam, como se não houvesse dúvida a quem pertence cada caixão. As camadas dos tecidos, que antes refletia a luz, agora mantêm o brilho incidido nas pranchas da madeira, assim como as faixas das sedas agora estão para os veios do carvalho. Os corpos que eram ornados com ouros, agora traduzem seu brilho dourado nos cravos que selam sua tampa. Onde, na ótica das pinceladas impressionistas as feições se diluíam de detalhe na medida que se afastavam do observador. Aqui, a grafia confere a tridimensionalidade coesa.

A perspectiva do quadro se aprofunda pelo extremo contraste entre o claro do balcão – onde a total luminância banha a estrutura, e que refletia nas vestes das personagens, se remodela, a penetrar na madeira que agora os reveste – e o escuro, na medida em que se tenta visualizar o interior inanimado do espaço. A linguagem das vestes já não se expande, já no se pode mais rechamar, re-evocar e revitalizar aquilo que tinha até mesmo declarado morto (cf. AGAMBEN, 2009, p. 69). Pois, inexoravelmente já não possui valor o significado dos revestimentos do corpo se o próprio corpo no momento se desintegra. “O *kairos* da moda é inapreensível”¹⁰, o estilo das singularidades dada pelo tempo logo, sucumbe no tempo. O aparecer em vida, e o desintegrar em morte. Ângulo extremo da vida que aciona a morte. Envergar trajes, ver e ser visto, “o corpo humano é o ator principal de todas as uto-

10 *Ibid.*, p.68

pias” (FOUCAULT *apud* GHIRALDELLI), entre as sedas e musselinas do passado a urdidura de transforma nos veios do lenho. A luz do sol a pino continua a banhar, não há mascote. Talvez pelo fato de, como animal, ser movido a instintos e não a desejos, não há razão para se exibir. Se ali antes tivera, seria por mero faro. Permanece no canto o vaso de hortênsias. E, se pelas cenas transitórias do cotidiano se aparenta e ainda disposta vívida sobre o balcão, não seria surpresa caso fossem artificiais. Afinal, se faz assim correspondência à perspectiva.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Editora da UnoChapecó, 2009.
- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a Modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Corpo Utopico*. Disponível em: <<http://ghiraldelli.pro.br/filosofia/o-corpo-utopico-de-michel-foucault.html>>. Acesso em: 02 de outubro de 2017.
- FREITAS, V. *Dialética da moda: A máquina experimental de Flávio de Carvalho*. 1997. 439 f. Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1997.
- GOMBRICH, E. H. *A História da Arte*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, c1999.
- MANET, Édouard. *Édouard Manet*. Tradução e edição de Aldo Pereira. São Paulo: Globo, 1997.

Discurso e Ensino: Uma análise acerca do discurso governamental em relação às reformas do Ensino Médio¹

Rafaela Rodrigues Fernandes²

INTRODUÇÃO

Reformas no Ensino Médio, você está de acordo? Conforme as propagandas do Ministério da Educação, 72% dos brasileiros aprovaram, você foi consultado? Muitos anúncios estão circulando nos veículos midiáticos com o intuito de explicar brevemente como será esta reforma, no entanto, não conhecemos ninguém que já tenha sido entrevistado. No *Minidicionário escolar da língua portuguesa* (2005) a palavra “reforma” é trazida como “modificação para melhor”, conceito que o governo pretende mostrar à população com a propaganda. Foram observados todos os elementos audiovisuais que compõem este material para compreender como este discurso institucional vê o ensino e a educação na atualidade.

Muitas vezes os telespectadores dão credibilidade ao que se passa nas propagandas e jornais; quando se trata de governo há pessoas que consideram isso como uma legítima verdade e nem sequer questionam. Por isso a contribuição de nossa pesquisa para a sociedade é de mostrar, por meio da análise de duas peças publicitárias, como o governo vê a reforma do ensino médio.

1 Trabalho realizado sob orientação da Professora Doutora Erislane Rodrigues Ribeiro. Professora da Universidade Federal de Goiás / Regional Catalão. E-mail: erislanerr@gmail.com

2 Aluna de graduação do curso Português – Inglês da Universidade Federal de Goiás / Regional Catalão. E-mail: rafaelarodriguesrf@hotmail.com

Com isso objetivamos fazer a análise de dois vídeos publicitários³ oriundos do Ministério da Educação do Governo Federal com o intuito de aplicar alguns conceitos da Análise do Discurso que podem contribuir para a interpretação do *corpus*, como sujeito, condições de produção e interdiscurso. Além disso, temos como propósito discutir sobre os discursos relativos ao ensino presentes nos vídeos da propaganda.

Para a exposição de nossa pesquisa optamos por trazer, antes de tudo, a fundamentação teórica e para isso tomamos como base principal pressupostos teóricos da AD de linha francesa desenvolvidos por Orlandi (2006) em sua obra intitulada *Análise de discurso*. Em seguida, apresentamos uma síntese da proposta da reforma aprovada, lembrando que não pretendemos aqui esgotar todas as possíveis análises e todos os conceitos da análise do discurso, mas sim destacar os principais pontos que ligam este discurso ao ensino. Após isso, trazemos a análise do *corpus* selecionado levando em conta o discurso publicitário e, por fim, apresentamos as considerações finais.

I. O SUJEITO, AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS E O INTERDISCURSO NA PERSPECTIVA DA AD

Como mencionado anteriormente, o *corpus* foi analisado tomando como base a Análise do Discurso de linha francesa proposta pelo autor Michel Pêcheux e discutida no texto de Eni Orlandi (2006). Conforme a autora, a Análise de Discurso se constitui por uma tríplice aliança que é composta por três campos, sendo eles a linguística, a psicanálise e o marxismo, em outras palavras, “A análise de discurso tem seu método e seu objeto próprios que tocam os bordos da linguística, da psicanálise, do marxismo, mas que não se confundem com eles.” (ORLANDI, 2006, p.13).

Para tanto, a análise de discurso não faz uma dicotomia entre língua e fala como Saussure fez, ao contrário disso, aproxima língua e discurso, isto é, social e o histórico não se dissociam. Mas afinal, o que é discurso? De acordo com Orlandi (2006, p. 15. Grifo nosso):

3 Esses vídeos podem ser acessados em <https://www.youtube.com/user/ministeriodaeducacao>. Os vídeos intitulam-se NOVO ENSINO MÉDIO 01 e NOVO ENSINO MÉDIO 02.

Fazendo a crítica ao esquema elementar da comunicação, M. Pêcheux (1969) vai dizer que o discurso mais do que transmissão de informação (mensagem) é efeito de sentido entre locutores. Dizer que o discurso é efeito de sentidos entre locutores significa deslocar a análise de discurso do terreno da linguagem como instrumento de comunicação [...]. Portanto, o sujeito e a situação que tinham sido postos para fora da análise linguística, contam fundamentalmente para a análise de discurso. Mas este **sujeito** e esta situação contam na medida em que são redefinidos discursivamente como partes das condições de produção do discurso. Daí dizermos que na análise de discurso não podemos deixar de relacionar o discurso com suas **condições de produção**, sua **exterioridade**.

Através de Orlandi podemos compreender que o discurso transmite informações e, além disso, é efeito de sentido entre os locutores. Diante de cada história de vida e/ou de cada acontecimento vivenciado, cada enunciado será interpretado de uma forma por alguma pessoa. Do mesmo modo que nada do que dizemos agora é novo e é carregado de outros discursos, o que é entendido também tem diversas interpretações.

Podemos perceber também que a Análise de Discurso veio para fazer o que a linguística não fazia, relacionar a exterioridade e a história ao discurso. Diante disso, os conceitos tratados na análise foram sujeito, condições de produção e interdiscurso. Dentro da definição de sujeito a autora afirma que nada que o sujeito diz é novo, ou seja, o que o sujeito diz está em outros discursos, já que estes se dialogam entre si.

Conforme Orlandi (2006, p.20) “Os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou sentidos quaisquer, mas não são.” Assim, o sujeito pecheutiano não é qualquer sujeito, é um sujeito específico do inconsciente, da linguagem. Com isso “o sujeito da análise de discurso não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso.” (ORLANDI, 2006, p. 15).

Outro conceito abordado é o de condições de produção que, em conformidade com a autora, incluem o sujeito e a situação, além da memória discursiva e o interdiscurso. Alós (2009, p. 391) afirma “As condições de produção, em um sentido amplo, dão conta não apenas do contexto sócio-histórico, mas também do imaginário produzido pelas instituições, sobre o já-dito, sobre a memória.”

A memória discursiva e o interdiscurso se relacionam, isso quer dizer que, como dito anteriormente, tudo que é dito, retoma algum outro dizer. O interdiscurso propriamente dito é “o conjunto de formações discursivas, que por sua vez, forma um complexo com dominante.” (Orlandi, 2006, p. 18). É importante lembrar que para uma palavra fazer sentido agora, é preciso que ela já tenha algum sentido antes, é o que a autora chama de historicidade do discurso.

2.A REFORMA DO ENSINO MÉDIO DE 2017 - MP 746/2016

A proposta da reforma do ensino médio aprovada pelo MEC trata-se de “[...] uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio. Trata-se de um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país.” (BRASIL, 2017). Diante deste objetivo, o governo tem o intuito de comunicar a população a respeito dessas mudanças, convencendo não só com a própria propaganda, mas também com o texto da reforma, que é o caminho a ser seguido para que a educação melhore.

Além disso, explica que:

Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. (BRASIL, 2017).

Em outras palavras, esclarece que apesar de haver um currículo com todas as matérias obrigatórias que serão encaminhadas para as escolas, haverá também um currículo mais flexível em que os alunos poderão escolher entre linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas ou formação técnica e profissional. Cada estado organizará os seus currículos conforme as demandas dos estudantes. Lembrando que, conforme o texto do MEC as matérias obrigatórias nos três anos do Ensino Médio serão Português e Matemática. Dessa forma o governo conclui que,

[...] o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos,

seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho. (BRASIL. Ministério da Educação, 2017).

Conforme o Ministério da Educação, a reforma do ensino médio estava sendo discutida há anos e foi aprovada pelo Senado no dia 8 de fevereiro de 2017 com 43 votos a favor e 13 votos contra. Além de que, conforme a propaganda, de acordo com a pesquisa IBOPE 72% dos brasileiros aprovou. A reforma entrará em vigor assim que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estiver totalmente elaborada, pois será ela que guiará os currículos das escolas de ensino médio. Após essa elaboração “os sistemas de ensino deverão estabelecer um cronograma de implantação das principais alterações da lei e iniciar o processo de implementação, conforme o referido cronograma, a partir do segundo ano letivo”. (BRASIL, 2017).

3. UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE PROPAGANDAS DO MEC SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Os dois vídeos que compõem o corpus selecionado para análise são oriundos do governo com o propósito de anunciar a reforma do ensino médio. É importante ressaltar que “um ponto de destaque nos textos publicitários é certamente seu hibridismo inerente na relação entre o escrito, o oral e o visual [...]” (MAGALHÃES 2004, p. 240). Então para que uma propaganda seja efetivamente boa ela precisa ter todos esses elementos, os quais juntos conseguem atingir o objetivo principal de passar a mensagem ao interlocutor. Por isso, ao analisar o *corpus* é imprescindível observar todos esses traços como um conjunto, conjunto esse que faz toda a diferença em qualquer texto publicitário.

A partir disso, “é preciso conhecer os instrumentos de trabalho e os objetivos da mídia para a compreensão adequada da enorme influência da publicidade nos contextos institucionais e organizacionais da vida social contemporânea [...]” (MAGALHÃES 2004, p. 240, 241). Isso quer dizer que nos dias atuais o papel da mídia influencia muito a publicidade. E as instituições e organizações precisam dessa publicidade para divulgar qualquer tipo de serviço, podendo ou não levar ao convencimento do alvo principal. No caso da propaganda que divulga o novo ensino médio pode-se observar um trabalho muito bem elaborado com todos os elementos audiovisuais importantes em um discurso publicitário.

Em vista disso, várias foram as análises realizadas considerando as condições de produção, o sujeito e o interdiscurso. Logo abaixo se encontra a transcrição das falas dos atores e atrizes do *corpus* em questão para uma melhor compreensão de todo o contexto da propaganda, do vídeo 1 e do vídeo 2, respectivamente

Narrador: Novo ensino médio, o que vai mudar?

Ator 1: Tudo bem?

Ator 2 (professor): Olá, tudo bem?

Ator 2 (professor): Sejam bem-vindos!

Ator 2 (professor): Olá, vamos sentar.

Atriz 1: É verdade que eu vou poder fazer escolhas no meu currículo?

Ator 2 (professor): Sim, claro!

Atriz 2: Mas eu ainda não sei que profissão seguir.

Ator 2 (professor): Não precisa escolher a profissão agora, apenas a área de conhecimento.

Atriz 3: E se eu quiser fazer um ensino técnico?

Ator 2 (professor): Aí basta escolher uma das formações técnicas oferecidas pela sua escola

Narrador: Novo ensino médio, aprovado por 72% dos brasileiros. Ministério da Educação. Governo Federal. Ordem e Progresso!

Ator 2 (professor): Oi, tudo bem?

Ator 3: Eu vou continuar estudando Geografia, História e Filosofia?

Ator 2 (professor): Claro. A Base Nacional Comum Curricular contemplará tudo isso.

Ator 4: Mas eu vou poder escolher uma área de conhecimento?

Ator 2 (professor): Vai, sim!

Ator 2 (professor): Uma parte do currículo será obrigatória, e outra parte, você escolhe.

Atriz 4: As mudanças também valem para as escolas particulares?

Ator 2 (professor): Sim, elas valem para todas as escolas do país.

Narrador: Novo ensino médio, aprovado por 72% dos brasileiros. Ministério da Educação. Governo Federal. Ordem e Progresso!

Em relação ao sujeito, cabe destacar que nos vídeos é o próprio Ministério da Educação que fala de um lugar, neste caso, na voz do governo. Isso comprova as ideias de Pêcheux, o qual afirmou que a partir do sujeito quem fala é uma instituição, por conta disso é um sujeito assujeitado. O lugar de onde o sujeito fala, seja ele do lugar do professor, do empresário ou do aluno, é o que impõe o que ele vai ou não dizer. Os vídeos analisados são um a continuação do outro e neles há um homem de meia idade, de óculos, branco.

Essas características denotam um professor, por exemplo, pelo fato de estar bem informado, colocar as informações principais em um quadro, haver um diálogo entre ele e os estudantes, no qual eles perguntam e o “professor” responde. Além do mais, os estudantes representam a sociedade em geral, formulando as dúvidas mais frequentes. Como já se sabe, nada do que um sujeito diz, é novo, mas sim carregado de significados anteriores.

No primeiro vídeo, há um discurso de proximidade que pode ser comprovado no trecho em que o sujeito diz “Olá, vamos sentar!”. Isso remete à ideia de educação no sentido de que quando alguém chega a casa, um ato corriqueiro é convidar para se sentar. Isso causa no telespectador uma boa impressão.

Outro ponto que pôde ser observado nesse sujeito institucional é que ele busca solucionar as dúvidas como “Eu vou continuar estudando Geografia, História e Filosofia?” como uma forma de sanar as dúvidas dos brasileiros em geral, já que a reforma sofreu muitas críticas por conta de deixar confuso se essas disciplinas seriam mesmo estudadas ou não.

Como já dito anteriormente, os estudos da AD analisam a exterioridade e a história ligadas ao discurso. Como afirma Brasil (2011, p. 178) “É no discurso que se observa a determinação histórica dos sentidos, uma vez que não se trata de cronologia e sim da maneira como os sentidos são inscritos na história, como são formulados, constituídos e o modo de sua circulação.”

Por esse motivo, muitas propagandas dos mesmos produtos vão sendo modificadas no decorrer do tempo, mas sem deixar de levar as marcas do passado. Para entender as condições de produção é preciso compreender o momento atual do Brasil, pois é nos veículos midiáticos brasileiros que a propaganda está passando.

O atual presidente Michel Temer não está como presidente por causa da escolha do povo, mas sim por conta do *impeachment* que retirou a presidente eleita

Dilma Rousseff e, conforme a constituição, quem deve assumir é o vice. O governo brasileiro é tido como um governo democrático, no entanto, as decisões que estão sendo tomadas não estão respeitando a vontade do povo. Apesar de serem os eleitores os responsáveis por escolherem seus representantes, algumas mudanças como a reforma do ensino médio, trabalhista e previdenciária, por exemplo, não estão deixando o povo satisfeito.

Isso se dá pelo fato de que apesar de os representantes alegarem que o Brasil está passando por uma crise econômica, e por isso algumas reformas foram necessárias, eles aumentam cada vez mais os seus próprios salários. Além disso, cada vez mais são criados benefícios que os favorece financeiramente, como auxílio moradia, ajuda de custo, cotão, etc. Falar que está um governo democrático é realmente um equívoco. Na propaganda analisada, como mencionado na introdução deste trabalho, levantamos a questão acerca de que 72% dos brasileiros aprovou tal proposta, no entanto, não se conhece ninguém que tenha sido consultado.

Se uma básica análise for feita, pode-se concluir que ao invés de serem 72% dos brasileiros, foram na verdade mais ou menos 72% dos senadores que aprovou, já que eles totalizam 81. Considerando 43 votos a favor e 13 contra é possível chegar a essa porcentagem, levando em consideração os que não estavam presentes. Em vista disso, pode-se deduzir que o governo não quer ouvir as propostas do povo, mas sim instaurar uma nova reforma sem a aprovação da parte da sociedade que será mais atingida, ou seja, os estudantes.

Para as autoridades governamentais a educação precisa melhorar e a forma que eles encontraram foi de deixar os alunos fazerem escolhas no currículo estudando aquilo que mais tem afinidade com o objetivo de diminuir a evasão escolar e ampliar o ensino de tempo integral para retirar os jovens das ruas. No entanto, todos sabem que o saber é muito amplo e não deve ser resumido somente às coisas que se gosta de estudar.

Além do mais, pelo fato de não haver o repasse necessário de dinheiro para as escolas, muitas delas passam por dificuldades básicas, como não ter merenda escolar, não ter estrutura adequada, pagar salários mínimos aos professores, etc. Com isso, é possível ter uma percepção de que esse novo ensino médio não trará melhoras. Em vez de “mascarar” o ensino e tentar mostrar à população que a educação

está melhorando, o governo deveria repassar as verbas e suprir as necessidades de cada instituição de ensino.

Analisando alguns aspectos audiovisuais nos vídeos, levando em conta ainda as condições de produção e o interdiscurso, alguns detalhes merecem ser destacados. Como já dito, a propaganda é criada em um ambiente como se fosse uma sala de aula. E como qualquer ambiente escolar, o professor leciona e tira as dúvidas dos alunos. Nesse sentido, foi feita a propaganda em que o ator representa um professor e sana as dúvidas mais frequentes. Uma das perguntas foi “É verdade que eu vou poder fazer escolhas no meu currículo?” e “E se eu quiser fazer um ensino técnico?”. Nesses dois casos com perguntas mais técnicas, as atrizes que representam duas alunas são negras.

Especialmente na segunda questão em que a menina questiona sobre o ensino técnico, pode-se observar a presença da memória discursiva da época da escravidão, pelo fato de ser negra e questionar sobre o ensino técnico, o qual leva o estudante diretamente ao mercado de trabalho, sem o curso superior e com chances mínimas de ganhar bons salários.

A publicidade está dando mais espaços para os atores e atrizes negros como uma forma de mostrar que existem espaços para eles em anúncios publicitários. No entanto, mesmo colocando as atrizes negras, como é o caso dos vídeos em análise, os espaços que ocupam ainda são delimitados. A análise feita acima mostra claramente que são as negras que questionam sobre o ensino técnico. Por que não as colocaram como a menina a qual está acompanhada da mãe e que questiona sobre as escolas particulares?

Outra análise realizada nesta pergunta específica é a de que os estudantes poderão escolher o ensino técnico dentre os que tiverem na escola. Ora, não são raros os casos em que alguns alunos precisam mesmo sair do ensino médio e trabalhar, no entanto, se a escola oferecer apenas um curso de ensino técnico como o aluno poderá escolher? Provavelmente não terá escolha e caso queria outro curso precisará mudar de escola. Mas sabe-se que a situação dos alunos para encontrar uma escola não é fácil, então a maioria deles vão optar por fazer o que está disponível no momento.

Seguindo, outras questões surgem, como: “Eu vou continuar estudando Geografia, História e Filosofia?” e “As mudanças também valem para as escolas particulares?”. Nessa primeira questão acerca de matérias de cunho intelectual, o ator que

representa é branco, de cabelo liso e usa óculos. Características marcantes de muitos intelectuais do passado⁴.

A última pergunta feita no vídeo trata-se de uma menina de cabelo liso, acompanhada da mãe que questiona sobre a situação das escolas particulares. As condições em que a pergunta é feita remetem a uma menina de classe alta, que tem a família sempre ao lado nas questões escolares e que não demonstra passar nenhum tipo de dificuldade financeira. É possível chegar à conclusão de que em último caso ela optará por um ensino técnico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemos neste trabalho fazer, por meio dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, uma análise de dois vídeos cujo objetivo foi informar a população brasileira sobre o novo ensino médio de 2017 e suas principais implicações. Com a realização da pesquisa pudemos aplicar conceitos da Análise do Discurso sendo eles sujeito, condições de produção e interdiscurso, sem deixar de analisar também a memória discursiva, que juntos contribuem grandemente para a interpretação do *corpus*. Além disso, tivemos como propósito discutir sobre os discursos relativos ao ensino presentes nos vídeos da propaganda.

Foi possível compreender, além de outras coisas, o modo como o sujeito institucional vê a educação atualmente e quais são as mudanças que, conforme o governo é preciso fazer. Há muitos anos está claro que a educação brasileira precisa melhorar, no entanto, a proposta do governo não corresponde de fato às necessidades das escolas. Antes de tudo, era preciso melhorar o que já se tem, como infraestrutura, suporte pedagógico aos alunos e, principalmente, os salários dos professores.

Por meio da AD pôde-se observar o sujeito, as condições de produção e o interdiscurso presentes no corpus e o que todos esses elementos agrupados têm a contribuir para uma melhor compreensão do conteúdo que é passado na propaganda.

Assim sendo cabe à linguagem ser mestra de inúmeros funcionamentos, como manipular a opinião visando o poder. Ao refletir sobre essa ótica, o poder

4 Isso não quer dizer que não havia intelectuais negros, mas nas décadas passadas eles não recebiam destaque da mesma forma que os brancos.

forja uma realidade social ao mesmo passo em que controla, com o uso da linguagem, as práticas discursivas. (BRASIL, 2017, p.176).

Outra importante conclusão é a de que mesmo que as mídias queiram “participar” das ações afirmativas colocando as atrizes negras na propaganda, foi possível notar que, apesar de presentes, elas estão em um papel bem diferente das atrizes/atores brancos.

A partir disso, a AD francesa tem muito a contribuir, pois é a partir dela que se pode atentar à historicidade dos fatos e às informações que estão contidos nas muitas propagandas que são passadas diariamente nas emissoras de televisão. É possível também a partir dela relacionar um discurso a outro previamente dito, seja pela interdiscursividade ou pelas memórias discursivas que estão presentes em cada um.

REFERÊNCIAS

Análise do discurso publicitário. Disponível em: <http://www.abralin.org/revista/RV4N1_2/RV4N1_2_art8.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/download/13004/12523>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Novo ensino médio: dúvidas*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

Michel Pêcheux e a teoria da análise de Discurso: desdobramentos importantes para a Compreensão de uma tipologia discursiva. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/lep/article/viewFile/32465/17293>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p. 11- 31.

RIOS, Dermival Ribeiro: *Minidicionário escolar da língua portuguesa*. São Paulo: DCL, 2005.

Existe *peleumolia*? Uma análise de discursos relativos à língua portuguesa nas mídias sociais¹

Raquel Costa Guimarães Nascimento²

INTRODUÇÃO

A língua portuguesa utilizada no Brasil sempre foi motivo de debates. O quanto ela devia se aproximar ou se afastar do modelo de escrita utilizado no continente europeu sempre dividiu a opinião de estudiosos, curiosos e amantes da linguagem. No âmbito do emprego da modalidade falada pelos brasileiros, a divergência entre pontos de vista também acontece. De um lado estão aqueles que defendem que a fala deve seguir sempre as normas da escrita padrão, e que qualquer pronunciamento que não se enquadre nas orientações dadas pela gramática normativa é desqualificado. De outro lado estão aqueles que atestam a necessidade de falar conforme a norma padrão em situações formais, mas que defendem que o português real é aquele falado nas ruas pelas pessoas comuns, e que não é pecado nenhum não falar a língua das gramáticas em situações informais.

Partindo dessa temática, podemos ver esses posicionamentos de forma explícita hoje, não só na esfera escolar, por meio dos materiais didáticos ou de páginas de jornais e revistas especializadas, mas também nas diversas mídias sociais presentes na vida dos sujeitos, espaço onde eles depositam discursos moldados pela ideologia em que eles estão inseridos.

1 Trabalho realizado sob orientação da Professora Doutora Erislane Rodrigues Ribeiro. Orientadora PIBIC – 2016/2017. Professora da UAELL/RC/UFG. Coordenadora do GPEL – Grupo de pesquisa em escrita e leitura. E-mail: erislane@bol.com.br.

2 Orientanda PIBIC - 2016/2017. Aluna de graduação do curso Letras Português e Inglês da UAELL/RC/UFG. Membro do GPEL – Grupo de pesquisa em escrita e leitura. E-mail: raquelcostaguimares@gmail.com.

Em meados de julho de 2016, um caso chamou a atenção da mídia jornalística para essa relação do brasileiro com a língua. Um médico publicou em seu perfil na rede social uma foto sua com um receituário nas mãos em que estava escrito “não existe peleumolia, nem raiô x”. Posteriormente, outra médica postou, também em redes sociais, um texto que dizia que “peleumolia existe sim”. O caso ganhou repercussão nacional e gerou várias discussões acerca da língua falada pelo povo comum. Nesse artigo, analisaremos como se constituem os discursos materializados nos textos produzidos por esses dois médicos, assim como alguns dos desdobramentos gerados a partir deles.

Nosso objetivo é, ao observar esse caso, perceber quais discursos acerca da língua permeiam o *corpus* selecionados e quais efeitos de sentido são construídos a partir deles. Este estudo se justifica pelo fato de questões acerca do emprego da modalidade oral da língua ainda suscitarem calorosas discussões que, como veremos, vez ou outra, deixam de ter conotação apenas linguística, abrindo vieses para situações ainda mais amplas, como a política, por exemplo.

O *corpus* da pesquisa é formado por: duas postagens feitas pelo médico, a primeira aquela em que ele critica a forma “peleumolia” usada pelo paciente, a segunda, em que ele pede desculpas; a mensagem da médica, afirmando que “peleumonia existe sim”; e alguns dos comentários agressivos que a médica recebeu. Eles foram selecionados pelo fato de levarem discursos sobre a fala para as mídias sociais de forma polêmica, e também pelos rumos que essa discussão tomou, saindo da relação médico/paciente e português culto/coloquial para adentrar questões de cunho político e ideológico.

A metodologia utilizada partirá da seleção e coleta dos textos na internet, para posterior análise dos discursos neles materializados tendo como base os estudos em Análise do Discurso (AD), utilizando as pesquisas de Mussalim (2003), Orlandi (2006), (2015) e Possenti (2004), em especial. Além disso, para compreender os processos históricos e pedagógicos que permeiam a concepção de língua na sociedade brasileira, faremos uso dos textos de Faraco (2002), Geraldi (2003) e Britto (2004).

O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente faremos breve exposição acerca de alguns estudos linguísticos no Brasil relacionados à norma padrão e linguagem “cultura” versus normas e usos populares da língua, bem como o que dizem alguns dos principais escritores da área. Não é possível em um texto

curto trazer longas argumentações, contudo selecionamos os textos dos autores anteriormente citados, que tratam desse tema, especialmente por trazerem argumentações sobre a língua e linguagem como fator social, não apenas disciplina escolar. Posteriormente, descreveremos o *corpus* para, finalmente, analisá-lo à luz de conceitos desenvolvidos pela Análise do Discurso.

I. CONCEPÇÕES DE LÍNGUA E LINGUAGEM NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Muitos estudiosos respeitados no Brasil tratam das questões relativas à visão que a sociedade brasileira adquiriu sobre a língua. Nesta seção traremos algumas das principais argumentações desses autores³. Abordaremos, no primeiro momento, as concepções de linguagem apresentados por Geraldi (2003), a seguir, acompanhando as observações de Faraco (2002), faremos uma reflexão sobre a recorrência de discursos que questionam o uso da língua no Brasil, e finalmente, com Brito (2004), faremos uma análise das questões ideológicas relacionadas ao uso ou não das normas do português padrão pelos falantes brasileiros.

2. AS TRÊS CONCEPÇÕES DE LÍNGUA

Ao tratar das concepções de linguagem e ensino na escola, Geraldi (2003, p. 41) apresenta uma reflexão sobre as três principais perspectivas em que a linguagem é considerada. Veremos no decorrer do texto que esses modos de perceber a língua ultrapassam os caminhos filosóficos e pedagógicos que direcionam a atividade didática dos professores e permeiam toda a sociedade.

A primeira dessas maneiras de enxergar a língua é vê-la como “expressão de pensamento”. Olhando por esse viés, toda profundidade e complexidade do pensamento humano se refletiria na linguagem. Desse modo, um linguajar coeso, claro e, principalmente, adequado às normas seria um reflexo de um pensamento nos mes-

3 Não adentraremos nas questões discutidas em âmbito escolar com relação à linguagem coloquial, pois o que interessa abordar é como a sociedade percebe esses acontecimentos envolvendo a linguagem em seu uso não normativo, em especial, em esferas da mídia social.

mos moldes. Por outro lado, uma linguagem não ajustada à norma padrão, ou seja, com “erros”, revelaria um pensamento falho, desconexo. De acordo com Geraldi (2003, p. 41), sob essa ótica, “pessoas que não conseguem se expressar, não pensam”.

Outra concepção de linguagem é que ela é um “instrumento de comunicação”. De acordo com esse ponto de vista, o falante precisa adquirir a capacitação necessária para usar essa ferramenta – a língua – adequadamente. Novamente, é possível notar que, caso haja qualquer dificuldade ou discrepância na comunicação, a culpa provavelmente irá recair sobre o sujeito falante. Lê-se nas entrelinhas dessa perspectiva o seguinte discurso: “se o sujeito não fala de modo a ser compreendido, a falha é dele, por não dominar o uso do objeto língua”.

O terceiro modo de conceber a linguagem é como “forma de interação”. De maneira que, vista assim, ela ultrapassa a mera transmissão de informações codificadas em canal entre interlocutores, mas é vista como

Um lugar de interação humana. Por meio dela, o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria levar a cabo, a não ser falando; com ela o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não preexistiam à fala (GERALDI, 2003, p. 41).

O pesquisador Geraldi (2003, p.41) argumenta que esse último olhar pode modificar o posicionamento do educador, já que em uma interação “os falantes se tornam sujeitos”, ou seja, deixam de ser autômatos e passam a ser reconhecidos por suas singularidades. Assim, cada agente da interação tem suas particularidades aceitas no jogo comunicacional, os falantes e suas práticas não precisam ser padronizados. Veremos adiante que o texto da doutora Júlia Rocha materializa um discurso que reflete esse posicionamento ideológico sobre a linguagem. Contudo, essa visão da língua ainda é questionada, e a ideia de norma, de língua modelo que deve ser usada e ensinada a todos os usuários ainda persiste, conforme constataremos a seguir.

3. QUEM FAZ A NORMA?

Faraco (2004, p. 37), ao tratar de questões referentes à norma padrão brasileira, salienta que vez ou outra reaparecem discursos que afirmam que o uso do português no Brasil tem grandes problemas e que a grande maioria dos brasileiros

não sabe usar essa língua. Esse texto de Faraco, escrito em 2004, demonstra sua atualidade se passarmos a elencar fatos como o acontecido em 2011, em que o livro didático de língua portuguesa *Por uma Vida Melhor* causou tremores nos meios jornalísticos por admitir que os alunos falassem, por exemplo, “os livro” em determinadas situações. Algumas das manchetes jornalísticas podem ser aqui destacadas: “Livro adotado pelo MEC defende falar errado” – equipe AE, agência estado, (*O Estadão*) 11/05/2011; “Livro usado pelo MEC ensina o aluno a falar errado”- Lima, Luciana- (*Poder Online*), 12/05/2011; “MEC distribui livro que aceita erros de português” - equipe editorial (*O Globo*) -16/05/2011.

Faraco (2004, p. 38) argumenta que discursos que questionam o uso da língua Portuguesa no Brasil sempre reaparecem – como comprovamos, seja em forma de escândalo causado por um livro didático ou sob a forma de chacota com alguém que não produziu um enunciado conforme as regras das cartilhas gramaticais. O autor diz que não é possível saber ao certo porque tais discursos sempre ressurgem e pondera sobre a necessidade de se estudar tal recorrência, realizando debates a fim de reconstruirmos nossos padrões referenciais e superarmos a rigidez dos manuais de gramática.

Toda essa discussão a respeito da gramática normativa se faz necessária, pois é essa visão que, saindo do território escolar, invade a esfera social e permeia os discursos dos sujeitos. Faraco (2004, p. 38) admite que os grupos sociais adquirem, como um dos fatores de distinção, o uso comum de determinadas formas linguísticas. Assim, cada comunidade pode se distinguir por condições sociais, étnicas, geográficas, por diferenças de idade ou sexo, e essas diferenças se refletirão nos modos de se comunicar, isso inclui escrita e fala.

Então, em um território amplo como é o brasileiro, diversos grupos, cada um com suas normas linguísticas, irão coexistir. Ao utilizar as formas linguísticas do grupo, o sujeito adquire e realça o efeito de pertencimento e adequação a uma comunidade. “Nesse sentido, a norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas” (FARACO, 2004 p. 39).

O mesmo conjunto de atitudes e valores que atua a fim de reforçar o sentido de pertencimento e inclusão pode operar também como fator de distinção entre

um grupo e outro, levando a situações de exclusão e preconceito. Existe, segundo o autor, um grupo que lida mais de perto com a cultura escrita e usa uma norma que eles mesmos nomearam de norma culta.

Seu posicionamento privilegiado na estrutura econômica e social os leva a se representar como ‘mais cultos’ (talvez porque, historicamente tenham se apropriado da cultura escrita como bem exclusivo, transformando-a em efetivo instrumento de poder) e, por consequência a considerar a sua norma linguística [...] como a melhor em confronto com as muitas outras normas do espaço social. Isso, como sabemos, é fonte de vários pré-juízos e preconceitos linguísticos que afetam o conjunto da sociedade, mas em especial, os falantes de normas que são particularmente estigmatizados pelos falantes da norma culta (FARACO, 2004, p. 40).

Pode-se observar, através dessa exposição, os caminhos ideológicos traçados pelos discursos que revelam preconceito linguístico, já que, de acordo com o autor, o fato de utilizarem determinado padrão linguístico faz com que seus falantes se percebam como superiores aos falantes de padrões diferentes. Essa ideia faz emergir, como abordado a seguir, discursos discriminatórios, os quais tomarão com desprezo sujeito que não fazem uso da norma “cultura” da língua.

4. LÍNGUA E IDEOLOGIA

Brito (2004, p. 136) discute como a língua pode ser campo de preconceitos. Ele argumenta que as palavras não são neutras, tampouco podem ser tomadas como propriedade individual, mas são históricas e preexistem ao sujeito. Quanto à ideologia, ele a toma como modo subjetivo de representar a realidade, algo que acontece de modo quase imperceptível, motivada por interesses, que podem ser políticos, históricos, sociais, de classe.

Conforme Brito (2004, p. 137), “a língua é um dos lugares em que a ideologia é mascarada, é despercebida, e, portanto, é violenta”. Segundo essa ideologia, a “pessoa culta (expressão de classe social) é transformada em modelo de moral e de respeitabilidade: ela é a autoridade de onde emana a verdade” (BRITO, 2004, p. 147). Assim como uma pessoa pode sofrer com efeitos discriminatórios por ser diferente

quanto ao credo, orientação sexual ou qualquer outra particularidade, a linguagem pode também ser o alvo do tratamento vexatório. Isso é reforçado muitas vezes com piadas e brincadeiras que não são menos prejudiciais do que humilhações públicas, já que causam o mesmo efeito censor e criam nos sujeitos o efeito de sentido de que o “culto” é correto e o coloquial é inferior e risível.

O autor ainda comenta que até mesmo quem usa essa dita “norma culta” não está livre de cometer deslizes e pecar contra a gramática padrão, contudo, nesses casos, o peso do “pecado” é menor, já que “a diferença não está no quanto uma palavra dita é diferente da norma modelar, está no quanto ela é identificada ou não com a fala dos grupos sociais mais favorecidos, o quanto está legitimada.” (BRITTO, 2004, p. 153). Através de exemplos ele demonstra que desvios dos compêndios gramaticais todo falante pratica, mas que alguns falantes têm permissão ideológica para isso, outros não.

Como vimos, o uso da língua é campo de discussões, é campo de batalha, objeto de afirmação de poder e de discriminação. No próximo tópico abordaremos os acontecimentos que fizeram emergir os discursos relativos ao uso do termo “peleumonia”, bem como seus desdobramentos.

5.A POLÊMICA POSTAGEM “NÃO EXISTE PELEUMONIA” E SEUS DESDOBRAMENTOS

Em meados de junho de 2016, tomou repercussão nacional o caso do médico, que logo após atender um paciente, fez uma postagem em sua rede social ostentando um receituário em que está escrita a frase: “não existe peleumonia e nem raôxis!”. A postagem, que tinha o título “uma imagem vale mais que mil palavras”, foi comentada por outras pessoas que concordaram com o médico e adicionaram alguns outros “erros” que ouviam comumente. A imagem foi compartilhada e duramente criticada por outro grupo, o que levou à demissão do autor e das duas funcionárias que trabalhavam no mesmo hospital e também comentaram o post, e adicionaram outros dizeres que elas ouviam dos pacientes.

Alguns dias depois o médico foi até a casa do paciente em questão e fez outra publicação, intitulada “Uma imagem fala mais que mil palavras”, e transcrita a seguir:

Eu errei, me arrependi e me sinto mal com isto. Este pedido de desculpas vai a todos os brasileiros que se ofenderam com a brincadeira da “peleumonia”. Sr. José Mauro hoje tornou-se meu amigo. Fui até a casa do mecânico que virou símbolo nacional. Diante da exposição ao hospital Santa Rosa de Lima de Serra Negra gostaria também de me retratar. Como prova disso, fico à disposição da ONG que ajuda este hospital para realizar plantões voluntariados nos quais todo o dinheiro arrecadado será destinado a ONG que ajuda este hospital.

Este sou eu: melhor excluir

Obs: O telefone para quem quiser doar para esta mesma ONG é.....

Junto com a postagem, foi publicada uma foto do doutor e do paciente abraçados, segurando juntos uma folha de caderno em que aparece a palavra “desculpem”.

Paralelamente a esses acontecimentos, uma médica, ao saber da primeira postagem do jovem doutor, publicou também em suas redes sociais o seguinte texto, com o título “Existe peleumonia”:

Eu mesma já vi várias. Inclusive com febre interna que o termômetro num mostra. Disintiria, quebranto, mal olhado, impíngi, cobreiro, vento virado, ispinhela caída. Eu tô aqui pra mode atestá. Quem sabe o que tem é quem sente. E eu quero ouvir ocê desse jeitinho. Mode a gente se entendê. Por que pra mim foi dada a chance de conhecê as letra e os livro. Pra você, só deram chance de dizê. Pode dizê. Eu quero ouvir.

A postagem da médica recebeu comentários que ultrapassavam o tema linguístico ou o adequado atendimento dos pacientes pelos médicos. Abaixo estão listados alguns desses comentários:

“essa entidade da foto apresenta-se ao mesmo tempo como médica especialista em medicina da Família e Comunidade, preceptora de residente e ‘cantora’.. foi ela quem atacou o guri que fez postagem sobre ‘PELEUMONIA’ e perdeu o emprego na santa casa...conheço o tipo...esse é o tipo de gente que sai escrevendo que ‘agora é a vez da senzala’ e ‘a casa grande não admite’. Essa

aberração NÃO é médica, nem preceptora, nem cantora, NEM PORRA NE-NHUMA- é bandida PETISTA!!!”

“Tem cara de bandida mesmo”.

“Com vergonha da cor essa tribufu oxigena a juba para parecer menos negra. Típico de esquerdistas e mal amada.”

6. UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA NAS REDES SOCIAIS

Por ser uma área de estudo que observa além daquilo que está dito, além do nível linguístico, seja fonológico, morfológico ou sintático, a AD se torna instrumento capaz de analisar esses enunciados por viés crítico. Ela está embasada em três áreas do conhecimento, que vêm a ser: a linguística, que é a responsável pela análise do discurso materializado; a psicanálise, de onde procede a compreensão do inconsciente e da concepção de sujeito, e o marxismo, de onde se retiram as noções de materialidade histórica e luta de classe. Para a AD, o discurso é a “palavra em movimento, a prática da linguagem.” (ORLANDI, 2015, p. 13).

De acordo com a AD, o sujeito não é livre para dizer qualquer coisa que queira, mas é levado a produzir seu discurso conforme um arcabouço que lhe é fornecido mediante sua inserção em determinada formação discursiva. Conforme as palavras de Mussalin (2003, p. 110), “o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso (...) a ocupar seu lugar em determinada formação social e a enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa”.

Desta forma, os sentidos provenientes dos discursos são movimentados, não são estanques. Dependem então das condições de produção desse discurso. O contexto social, histórico e ideológico será de fundamental importância para que o sentido se complete. Possenti (2004, p. 386), diz que “O que confere ou garante sentido ao que o enunciador diz não é o contexto imediato, em que está situado (...) mas as posições ideológicas a que está submetido e as relações entre o que diz e o que já foi dito na mesma posição”.

Ora, qual é a posição do médico ao fazer a publicação em que negava a existência do termo “peleumonia”? O profissional de medicina ocupa no imaginário brasileiro uma posição de autoridade, seja pelo grau de instrução, ou pelo vocabulário próprio da área que causa estranhamento, ou pelo próprio histórico dessa profissão, que sempre foi ocupada por pessoas de classes mais altas. Todos esses fatores podem gerar no sujeito paciente um efeito de submissão, principalmente se esse paciente provém de classes sociais inferiores.

Orlandi (2015, p.37) diz que existe uma relação de forças, que é um dos fatores que constituem as condições de produção. Elas operam de modo a influenciar o discurso do sujeito a partir de seu lugar de fala. Então esse lugar irá constituir a significação daquilo que é dito. “Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se valem na comunicação.” (ORLANDI, 2015 p. 37). A posição do sujeito médico confere poder ao seu discurso, partindo inicialmente desse lugar de prestígio que sua profissão lhe confere ___ a simples palavra “doutor” já exerce domínio sobre o sujeito que lhe dirige a palavra, já que este termo carrega o efeito de sentido de alguém que possui o domínio do conhecimento, sendo portanto, superior. Sobre as imagens que os sujeitos fazem, Orlandi acrescenta:

Isso se dá no jogo das chamadas formações imaginárias que presidem todo discurso: a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que ele faz do interlocutor, a imagem que ele faz do objeto do discurso. Assim como também a imagem que o interlocutor tem de si mesmo, de quem lhe fala, e do objeto de discurso. (ORLANDI, 2004, p.15).

É possível observar no discurso do médico o efeito de sentido de domínio sobre o outro, no momento em que ele usa o receituário médico para prescrever a correta enunciação do termo. Sua posição, de acordo com o imaginário criado pela ideologia em que está inserido, conforme citado anteriormente, lhe concede essa autoridade. Como vimos acima, em Brito (2004), ao utilizar a chamada norma culta, o sujeito percebe-se superior, e tende a ter a ideia de que seu modo de falar é o modelo a partir do qual todos devem se adaptar.

Três questões podem ser abordadas ao considerarmos a postagem com o pedido de desculpas feita pelo médico (citada acima). A primeira delas é notar que o

doutor designa o seu antigo paciente como “mecânico que virou símbolo nacional”. A marcação da profissão do paciente acrescido do complemento “símbolo nacional” provoca certos efeitos de sentido. Por que foi proferido isso ao invés de simplesmente “fui até a casa dele”?

A segunda questão está na imagem que acompanha o texto. Nela, ambos, médico e paciente que, segundo o doutor, agora é seu amigo, seguram um papel onde se lê: “desculpem!”. Tal imagem produz o efeito de sentido de que ele também está se desculpando. Se apenas o médico cometeu ofensa, qual o motivo de o paciente também segurar o papel com o pedido de desculpas?

O terceiro fato que merece atenção é a frase “esse sou eu”, escrita logo após a informação de que iria trabalhar de graça nos plantões do hospital. A AD não trabalha com a ideia de intencionalidade, mas com a noção de assujeitamento e de forças ideológicas. Como já foi dito, o sujeito é sempre levado a dizer algo pelas circunstâncias que cercam a enunciação. Toda a repercussão do fato ocorrido anteriormente levou o sujeito a proferir tal discurso a fim de produzir efeito de sentido de que ele se enquadra no discurso politicamente correto vigente.

A médica, em resposta ao que foi postado pelo colega, emite produz um texto em que se faz presente um discurso contrário. Admite a existência de várias formas diferentes de uso das palavras e se prontifica a ouvir como o sujeito puder falar. O discurso demonstra vir de construção imaginária diferente do discurso anteriormente comentado. Retomemos o que diz Orlandi (2015, p. 38) sobre as regras de projeção discursivas, que possuem significado institucional em relação ao contexto sócio-histórico e à memória, a fim de analisarmos as diferenças nos discursos dos médicos:

Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim imagem da posição sujeito locutor (quem eu sou para lhe falar assim?), mas também a posição do sujeito interlocutor (quem é ele para que me fale assim ou para que eu lhe fale assim?) e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?) E pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras (ORLANDI, 2015 p. 38)

Partindo dessas noções nota-se a diferença nas percepções do sujeito. As relações de força, o imaginário e a as projeções promovem as diferenças nos efeitos de sentido de cada texto. No primeiro, o termo *peleumonia* tem efeito depreciativo, já no segundo texto isso não ocorre, e ainda são acrescentadas outras palavras com semelhantes características.

O ponto inicial da discussão é a troca do fonema [n] pelo [l].⁴ A troca de fonemas na fala brasileira, como na de outras línguas é algo comum e perfeitamente cabível de explicação. Ambos os fonemas são alveolares e sonoros, a distinção entre eles é que [n] é nasal e [l] é lateral, isso quer dizer que são fonemas que se aproximam quanto à sua produção, a diferença entre eles é o ponto de articulação.

Um fonema nasal pode ser levemente mais difícil de pronunciar – existem línguas que não possuem sons nasalizados, e quando esses falantes são apresentados a tais sons apresentam dificuldades. Já o som lateral é um som mais simples, a língua fica praticamente em posição de descanso. Essa alteração de um fonema por outro não possui ligação alguma com qualquer falha intelectual ou taxa de inteligência, tem precedente no contato com a expressão, e é comum ocorrer em todas as línguas.

Ao analisar os comentários de ataque à médica, percebe-se que os discursos já não tratam mais das questões linguísticas, tomando caminhos outros. No comentário número 1, é possível salientar o fato de que se por um lado, a médica que defendeu o uso do termo “*peleumonia*” recebe alcunhas como “entidade” e “esse tipo de gente”, o médico é chamado de “guri”. A palavra *guri*, no sul do país costuma designar crianças, e cria o efeito de sentido, na frase, de diminuir a gravidade de seus atos, já que se trata de uma criança, a quem se atribui, na ideologia vigente, inocência.

O primeiro comentário, ao finalizar, define a médica como “bandida petista”, e o segundo comentário reafirma essa definição. O acontecimento então, nesse ponto, ultrapassa as relações entre médico e paciente e as questões linguísticas e adentra o território político e criminal.

O terceiro comentário 3 avança para as questões raciais, ou ainda, de preconceito racial, aparência e política, ao recorrer a termos como: “tribufu”, “parecer menos negra” e esquerdistas mal amada”. Os dois primeiros comentaristas sequer

4 Não é propósito desse trabalho se prender a explicações fonéticas ou fonológicas, mas apenas apresentar algumas informações a fim enriquecer a discussão.

citaram os acontecimentos ou os discursos que iniciaram os debates, partindo para outras discussões. Por qual motivo uma palavra dita de modo diferente em um consultório fez emergir tantos discursos? Qual a relação entre a defesa dela ao uso de palavras fora da norma padrão e a cor de sua pele ou questões políticas?

A defesa da pronúncia comum às classes mais baixas fez com que enunciados como “defender pobre que fala errado”, “negra mal amada que tem vergonha da cor”, funcionassem como efeito metafórico, e os termos “bandida” e “petista” fizessem parte do mesma formação discursiva e operassem como sinônimos. Para a AD, certas palavras, em determinados contextos, se tornam sinônimos, mesmo que se, isoladamente, tais palavras não possuam qualquer relação. É o que se pode observar nas situações acima citadas. Os termos “bandida”, “bandida petista”, “esquerdista”, “tribufu oxigenada” e “entidade” operam como sinonímias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as análises dos discursos materializados nos textos selecionados como *corpus*, dois posicionamentos ideológicos com relação ao uso da língua portuguesa foram revelados. Um que defendeu a naturalidade do termo citado, e outro que se uniu ao médico para defendê-lo e acusar a médica. Pode-se enumerar, em todos os enunciados observados os discursos político, racista, médico, meritocrático e de beleza.

A associação entre os termos “bandida”, “petista” e outros à moça negra que defendeu o falar comum, (não padrão, não culto), assim como a associação do médico com o termo “guri”, criam um efeito de sentido de que ele é um jovem inocente e injustamente prejudicado por uma “aberração”, que apenas possuía intenções partidárias com sua publicação. Isso demonstra que, para o brasileiro, as especificações da fala, a política, as questões raciais e sociais não estão desassociadas, mas formam conjuntos ou formações ideológicas.

Desse modo, pôde-se identificar dois grupos no corpus selecionado, neles, cada sujeito possui relações de cuidado e proteção com os demais, que se identificam uns com os outros pelas distinções e particularidades da comunidade, sendo que, uma dessas distinções é a concepção ideológica de língua. A médica representa um grupo que percebe a língua como lugar de interação, onde cada participante é valorizado e respeitado em suas normas e usos da língua. Já o grupo em que estão

o médico, bem como seus aliados, defendem a ideia da língua como transmissão de pensamento e mecanismo de comunicação, deve ser dessa forma, utilizada de modo padronizado por todos os falantes.

Nota-se, no discurso do médico, uma tentativa de corrigir o outro ao usar sua posição de autoridade na sociedade, (vimos que ele usou o receituário médico para prescrever o “modo adequado” de falar o termo). Essa posição, que o coloca como autorizado a servir modelo, procede dos caminhos ideológicos que o uso da língua percorreu no Brasil, que ainda compreende a norma padrão como fator de prestígio na nossa sociedade.

Muito ainda se pode analisar sobre esse tema, o acréscimo futuro dos estudos de outros teóricos poderá enriquecer ainda mais essa discussão, que influencia a percepção de si do brasileiro e a construção da sua identidade como povo e como falante de uma língua lhe pertence.

REFERÊNCIAS

- AE, Equipe. Livro adotado pelo MEC defende falar errado. *O Estadão*, 2016. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,livro-adotado-pelo-mec-defende-falar-errado,718471>> acesso em: 20-12-2017.
- BRITTO, Luiz Percival Lemes. Língua e ideologia: a reprodução do preconceito. in: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BOTTREL, Fred. ‘Existe pleumonía,’ diz médica, em resposta ‘lacradora’ para polêmica. *Correio Braziliense*, 2016. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/07/30/internas_polbraeco,542398/existe-pleumonía-diz-médica-em-resposta-lacradora-para-polemica.shtml>acesso:11-12-2017
- EDITORIAL, Equipe. MEC distribui livro que aceita erros de português. *O Globo*. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/mec-distribui-livro-que-aceita-erros-de-portugues-2789040> Acesso em: 12-12-2017.
- FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

- GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. In: _____ (Org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997. p. 39-46.
- HUFFPOST BRASIL. Médica que viralizou ao dizer que “existe peleumonia” é alvo de ataque racista. *Huffpost Brasil*. 2016. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2016/08/01/medica-que-viralizou-ao-dizer-que-existe-peleumonia-e-alvo-de_a_21694965/> acesso:15-12-2017.
- LIMA, Luciana. Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado. *Poder Online*. 2016. Disponível em: <<http://poderonline.ig.com.br/index.php/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/>> acesso em: 12-12-2017.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 100-142.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p. 11- 31.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 353-392.
- VICTAL, Renata. *Após ofender paciente na web, médico anuncia trabalho voluntário*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/07/ao-lado-de-mecanico-medico-anuncia-trabalho-voluntario-para-ajudar-ong.html>> acesso:15-12-2017.

Processos de subjetivação na representação da mulher na sociedade

Sarah Carime Braga Santana¹

Tendo em vista as condições das mulheres atualmente e levando em consideração toda a historiográfica das mesmas em uma sociedade intrinsecamente machista e patriarcal, para este trabalho selecionamos um *corpus* que demonstra essas duas fases. O primeiro consiste em uma matéria da revista *Housekeeping Monthly* com uma publicação de 13 de maio de 1950 que traz um guia de como as mulheres deveriam se comportar em casa e retoma o discurso do papel dessas mulheres na sociedade. Este guia não só topicaliza o papel da mulher, mas também o papel do homem, o que era disposto a ele e como cada um desses papéis deveriam ser cumpridos em conjunto, uma vez que, se a mulher não cumpre o esperado o homem também acabaria sendo atingido pelas transgressões dela.

Em detrimento deste primeiro, analisaremos a forma como a mulher se vê no século XXI, tomando como base uma publicação intitulada “Este guia de 2016 dá 18 dicas para mulheres serem ‘boas esposas’”, do blog *Papo de Homem* em janeiro de 2016. Esse segundo enunciado, retomando o primeiro relata como há uma mudança social na divisão dos papéis dos homens e das mulheres dentro de casa. Para uma visão mais geral dessas duas publicações recorreremos à forma como os dois enunciados são apresentados no blog *Papo de Homem*.

A partir disso, o objetivo principal deste trabalho é observar como ocorreram essas mudanças, tomando como ponto de partida essa mulher do século XX

1 Mestranda em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão PPGEL-UFG/RC. Bolsista Capes.

e esta outra mulher que se faz no século XXI, utilizando como ponto de partida as condições de produção que possibilitam a emergência de cada um destes discursos, a subjetivação desse ser e mulher. Para tanto serão utilizados aqui os apontamentos de Foucault para elucidar sobre as questões referentes à Análise do Discurso de Linha Francesa

Esta pesquisa tem como pressuposto abordar a forma como estas mulheres são subjetivadas e como a sociedade, em geral, impõe seus estigmas e preocupa-se em difundir os discursos machistas, alimentando assim o cerne do patriarcalismo. Não trataremos aqui as questões do feminismo, apesar deste movimento ter grande contribuição para as mudanças que ocorrem quanto às questões de gênero e, não se torna necessária uma abordagem desse aspecto, aqui nos interessa inscrever a forma como as mulheres são subjetivadas a partir do machismo e como as várias formas deste trazem também a objetivação e objetificação desse ser mulher.

I. PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DA MULHER

A subjetivação para Navarro e Bazza (2017, p. 151) “consiste, no processo por meio do qual os indivíduos são confrontados com um jogo de saberes que lhe afeta, uma rede de poderes que permite que esses saberes sejam construídos, validados, disseminados e que exerce coerção para que eles sejam assumidos”. Esses processos de subjetivação só são possíveis através da objetivação, uma vez que, é ela que transforma os indivíduos em sujeitos e torna possíveis as práticas de subjetivação.

Há na categorização do ser mulher que incide na subjetivação desse sujeito. Tal subjetividade é produzida do exterior a partir de discursos sociais que se dispersam e são difundidos amplamente, ainda mais quando se trata de uma sociedade patriarcal. “Diante desse confronto o indivíduo faz uma construção própria e singular de seu modo de vida, entrando na teia discursiva ou escapando dela, conforme suas necessidades e dentro do limite de mobilidade que a própria teia possibilita.” (NAVARRO; BAZZA, 2017, p. 151)

Historicamente, um discurso machista, a cerca do “sexo frágil”, diminui a mulher e tende a torna - lá culpada, quando a mesma, na verdade, é a vítima e essa realidade vêm se repetindo de forma contundente e materializada, o que muitas vezes acaba fazendo a sociedade acreditar no tal “sexo frágil”. Esse tal “sexo frágil”

é justificado através da biologia, uma vez que, como afirma Beauvoir (2016a, p. 59)

As diferenciações propriamente sexuais superpõem-se na mulher singularidades que são, mais ou menos, consequências diretas delas. São ações hormonais que determinam seu soma. Em média, ela é menor que o homem, menos pesada, e seu esqueleto, mais frágil, a bacia mais larga, adaptada às funções da gestação e do parto; seu tecido conjuntivo fixa as gorduras e suas formas são mais arredondadas do que as do homem; a atitude geral é nitidamente diferente nos dois sexos. [...] Vê-se que muitos desses traços provêm ainda da subordinação da mulher à espécie.

Com isso garante-se o estigma de que a mulher já nasce com um propósito, cuidar da casa e dos filhos, enquanto o homem por suas avantajadas características biológicas trabalha e se faz um ser social. Ainda para Beauvoir a fêmea humana é o único mamífero que se revolta frente ao seu destino e, ao negar essa biologia “afirma-se como indivíduo”, já para o homem, é dada a definição de que “ele é um ser que não é dado, que se faz o que é [ao contrário da mulher]” (BEAUVOIR, 2016a, p. 62).

Essas tais características biológicas que asseguram a tratativa da mulher durante os anos, não se encontram em suficiente número para que estabeleça essa relação de inferioridade através do sexo, contudo o caráter hierárquico da sociedade se apoia nessa biologia para determinar essa subalternidade à mulher, tornando assim o corpo da mulher um fator que determina o espaço que é dado à mulher na sociedade e “com o advento do patriarcado, o macho reivindica acremente sua posterioridade; ainda se é forçado a concordar em atribuir um papel à mulher na procriação, mas admite-se que ela não faz senão carregar e alimentar a semente viva: o pai é o único criador.” (BEAUVOIR, 2016a, 35-36).

A mulher, como já dito, ao longo dos anos, é considerada como inferior ao homem e deve ser subserviente a ele em vários aspectos, a partir disso vários guias foram criados para indicar a forma como essas mulheres deveriam se comportar socialmente e sempre servir aos seus maridos. Afinal, essa era a função a qual toda mulher nascia (pré) destinada.

Atentando-nos a estes guias faz-se necessária uma análise da forma como a mulher era representada e a forma como isso acontece atualmente. Para tanto utilizaremos, para a efetivação a contento deste trabalho, o guia de 2016 do Blog *Papo*

de Homem que utiliza como base o guia de 1950 da revista *Housekeeping Monthly*² para reformular a maneira como deve ser a relação da mulher com o casamento, os afazeres da casa e com ela mesma.

Como forma de analisar a conjuntura social em que vivia a mulher no século passado e como vive hoje a partir destes guias, cabe a nós atentarmos que

As concepções acerca da subjetividade feminina também acompanham as modificações políticas, econômicas, históricas e socioculturais, pois, no período patriarcal, a mulher tinha funções voltadas, prioritariamente, para a reprodução e era intensamente submetida ao poder masculino. Com o surgimento do capitalismo, a mulher passou a ter não apenas funções reprodutoras, mas assumiu, também, tarefas produtoras de força de trabalho como resultado do maior espaço conquistado na sociedade. Desta forma, podemos perceber que a subjetividade é construída historicamente, ou seja, cada sociedade tem seu modelo [...] e tem seu modo particular de representá-la. (BORIS & CESÍDIO, 2007).

Portanto devemos sempre nos manter atentos tanto na constituição da representação das mulheres ao longo desses anos, quanto em como as mudanças sociais interferem nessa representação. Não se deve levar em conta apenas a mudança na visão que essa ou aquela sociedade têm da mulher, mas também as maneiras como os processos sócio-políticos interagem com a percepção do que seria o estereótipo dessa mulher, já que, com o advento do capitalismo e a mulher conquistando o direito de assumir papéis sociais que não fossem apenas ligados aos trabalhos domésticos vislumbra-se uma brecha para a resignificação da forma como as atribuições do lar se davam.

Com essas mudanças ocorre uma nova forma de subjetivação dessa mulher, mudanças essas que acabam apelando, também, para um cuidado de si voltado a essa mulher que, apesar de ainda acumular funções nessa sociedade, consegue se desvencilhar, por vezes, da carga de assumir esses encargos todos sozinha e assim ocupar outros lugares nesse corpo social.

2 Publicação de maio 1955 feita pela revista *Housekeeping Monthly* intitulada "The good wife's guide". Disponível em: <https://www.primermagazine.com/2009/love/the-good-wifes-guide>. Acesso em: 20 out. 2017.

2.A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NOS GUIAS

Quanto ao *corpus* deste trabalho, o guia de 1950, logo em suas primeiras “dicas”, limita-se a dizer que a mulher deve sempre ter o jantar pronto, com um planejamento prévio, já que, além de a alimentação ser uma necessidade a todos, esse ato sugere que a mulher estaria cuidando do marido e pensando sempre nele e esta é uma das funções da esposa, ou seja, não estar com a refeição preparada poderia então significar que essa mulher não era uma boa dona de casa e não se importava com os trabalhos designados a ela nessa relação. Um absurdo seria ter se casado com uma mulher que não tivesse dotes culinários ou aptidões para os cuidados da casa, caso isso acontecesse a mãe dessa esposa receberia toda a culpa por não ter educado a filha direito.

Além de ter a refeição pronta quando o marido chegasse a boa esposa necessitava também de um período de descanso para que pudesse se arrumar e parecer animada para o marido, no final das contas nenhum homem quer chegar em casa e encontrar a mulher desarrumada ou aparentemente cansada, tudo ali deve estar em ordem para que ele se sinta acolhido.

Essa subjetivação da mulher é construída do exterior, esses discursos que muitos dizem sobre elas, as perpassam, formam e subjetivam na forma em que o sujeito está submergido pelos discursos. O que vemos desse primeiro enunciado é que há uma determinação de como deve ser a esposa ideal, porém tais afirmações não são feitas entre iguais, mas sim por homens que não só no século XX como também nos séculos anteriores e no atual, conseguem propor como as mulheres devem agir em sociedade, apoiando-se nas relações de poder para infringir à essa mulher uma submissão quase que cega, tendo em vista que toda a cultura faz com que as mulheres acreditem que essa forma de agir é o que se espera dela. Seu sexo de nascimento determina então como ela deverá agir para o resto da vida, quais serão suas preocupações e ocupações, não há questionamentos contra isso.

Cabe lembrar que o feminismo e a luta das mulheres por direitos iguais aos dos homens inicia-se ainda no século XIX, mas com um discurso tão presente e disseminado, a sociedade patriarcal se firma de forma a fazer com que as mulheres, por mais que em prejuízo, não questionem as formas como a sociedade determinar seu modo de agir. Esse patriarcalismo faz com que as mulheres também acreditem

no poder do discurso do “sexo frágil” e que elas são mesmo predestinadas a uma única forma de viver. Unem-se então um discurso totalmente machista, patriarcal e misógino ao discurso religioso que acaba por corroborar ainda mais a verdade afirmada nos mesmos, aqui se exclui qualquer outro tipo de possibilidade para a mulher, ela, como sujeito não se determina e nem deve.

1. Tenha o jantar sempre pronto. Planeje com antecedência. Esta é uma maneira de deixá-lo saber que se importa com ele e com suas necessidades.³

1. Certifique-se de que não está casando com uma criança antes do grande dia. Além de eu estar quase certa de que isso é ilegal, queremos evitar que você assuma papel maternal na relação.

2. A maioria dos homens estão com fome quando chegam em casa, e esperam por uma boa refeição (especialmente se for seu prato favorito), faz parte da recepção calorosa.

2. A maioria das pessoas está com fome quando chega em casa. Combinar que o primeiro a sair do trabalho é o cozinheiro do dia é uma opção. Você pode, ainda, dividir a tarefa por dias da semana ou até mesmo compartilhar o fogão.

3. Separe 15 minutos para descansar, assim você estará revigorada quando ele chegar. Retoque a maquiagem, ponha uma fita no cabelo e pareça animada.

3. Separe 15 minutos para descansar. Tire a maquiagem, desmonte o coque do cabelo e queime arranque o sutiã. (CAMPOS, 2017, s/p.)

O guia de 2016 faz outra representação dessa mulher, já de início ela deve se preocupar em não estar se casando com uma criança ou com alguém que dependa dela para os trabalhos domésticos mais simples. Reafirma assim que o papel da

3 Os enunciados tachados referem-se à publicação de 1950 da revista *Housekeeping Monthly*.

mulher deve ser o de companheira para o marido e não de mãe. O cuidado deve ser recíproco e a mesma deve sempre pensar em si antes de tudo. O guia também coloca em foco a divisão das tarefas domésticas, visto que, nessa configuração social a mulher perde o status de dona de casa e, assim como o homem, trabalha e tem outras atividades que não estão ligadas às funções da esposa ditas no guia de 1950.

Dessa vez, além de dividir as tarefas da casa, a mulher deve também ter um tempo para descansar, não para que esteja animada quando da chegada do marido, mas para recuperar as energias gastas durante todo o dia.

~~4. Seja amável e interessante para ele. Seu dia foi chato e pode precisar que o anime e é uma das suas funções fazer isso.~~

4. Seja generosa com você mesma. Trocar carinhos é uma delícia nos dias bons e ruins, mas ame a si mesma e não aceite menos do que doa.

~~5. Coloque tudo em ordem. Dê uma volta pela parte principal da casa antes do seu marido chegar. Junte os livros escolares, brinquedos, papel, e em seguida, passe um pano sobre as mesas.~~

5. Coloque tudo em ordem. Dê uma volta pela parte principal do seu coração antes do seu marido chegar. Junte as memórias, as sensações, lembre-se de quem você é. Passe um pano sobre as retinas e desembace a sua visão. Amor pleno vem de dentro e só emerge quando somos inteiros.

~~6. Durante os meses mais frios você deve preparar e acender uma fogueira para ele relaxar. Seu marido vai sentir que chegou a um lugar de descanso e refúgio. Afinal, providenciando seu conforto, você terá satisfação pessoal.~~

6. Durante os meses mais frios você deve consumir chocolate quente e caldos variados a fim de colaborar com a homeostase do seu corpo sempre que quiser. Comprar um lençol térmico também é uma opção. Afinal, providenciando seu conforto, você terá satisfação pessoal.

~~7. Dedique alguns minutos para lavar as mãos e os rostos das crianças (se eles forem pequenos), pentear os cabelos e, se necessário, trocar de roupa. As crianças são pequenos tesouros e ele gostaria de vê-los assim.~~

7. Dedique algumas horas para refletir sobre a sua vontade ou desgosto de ter filhos. Especialmente se a responsabilidade sobre eles for cair prioritariamente no seu colo, essa decisão deveria pesar mais do seu lado. Os desejos só têm o mesmo peso se as responsabilidades forem assim distribuídas. (CAMPOS, 2017, s/p.)

Através dos enunciados acima percebe-se como a mulher deveria sempre manter tudo em ordem e o uso da palavra “funções” no item 4 do guia de 1950 denotam um caráter de empregada para essa esposa, que além de cuidar de toda a casa e dos filhos, atividades essas obrigatórias, essa mulher ainda tem como parte do seu dia animar o marido que por ventura tenha tido um dia exaustivo ou chato. Os filhos, por sua vez, devem sempre ser apresentados limpos e arrumados de tal forma a se compararem com tesouros.

Já os enunciados pertencentes ao guia de 2016 demonstram como todos esses estigmas de que a mulher é responsável por todas as tarefas de casa estão renovados, na forma em que salienta sempre que essa mulher deve dividir os afazeres domésticos assim como ter um cuidado consigo mesma para então desviar o olhar para o marido e os filhos. Nele a mulher é sempre posta em primeiro plano, se considerarmos uma comparação com o primeiro, porém em nenhum momento se enxerga o homem como inferior, a ele apenas são atribuídas cargas antes destinadas apenas à mulher e essa divisão não coloca em prejuízo nenhuma das duas partes.

~~8. Minimizar os ruídos. Quando ele chegar desligue a máquina de lavar, secadora ou vácuo. Incentive as crianças a ficarem quietas.~~

8. Minimizar os ruídos. Quando ele te desrespeitar, desligue o contrato de casamento. Incentive as crianças a não suportarem violência verbal.

~~9. Seja feliz em vê-lo. O receba com um sorriso caloroso, mostre sinceridade e desejo em agradá-lo. Ouça-o.~~

9. Seja feliz em vê-lo. Caso contrário, divorcie-se.

~~10. Você pode ter uma dúzia de coisas a dizer para ele, mas sua chegada não é o momento. Deixe-o falar primeiro, lembre-se, os temas de conversa dele são mais importantes que os seus.~~

10. Você pode ter uma dúzia de coisas a dizer para ele, e tudo bem. Fale, escute, troque ideias.

~~11. Nunca reclame se ele chegar tarde, sair pra jantar ou outros locais de entretenimento sem você. Em vez disso, tente compreender o seu mundo de tensão e pressão dele, e a necessidade de estar em casa e relaxar.~~

11. Nunca reclame se ele chegar tarde, sair pra jantar ou outros locais de entretenimento sem você. Vocês são adultos e não precisam de permissão para tocarem suas vidas. Em vez disso, torne-se consciente do seu próprio direito à uma vida autônoma, a chegar tarde, sair pra jantar ou outros locais de entretenimento sem ele. (CAMPOS, 2017, s/p.)

Em sua continuação, o guia de 1950, afirma que a mulher deve sempre deixar a casa o mais confortável possível para seu marido, diminuir ruídos, estar sempre alegre e nunca reclamar, já que, o homem que trabalha deu sempre um dia cheio e com muitas tensões, adquirindo assim o direito ao silêncio quando chega em casa, a sempre falar primeiro, considerando que todos os assuntos dele são mais interessantes e importantes que o da mulher que “apenas” tem como obrigação executar os trabalhos domésticos. A “boa esposa” de acordo com a revista *Housekeeping Monthly* deve sempre se considerar inferior ao seu marido, ao nível que tudo o que diz respeito a ele é mais importante.

O guia do século XX faz questão de reafirmar essa inferioridade da mulher em toda a sua extensão, há sempre o discurso que reforça o papel da mulher e nega a ela qualquer relevância no âmbito social. Em contrapartida o guia mais recente preocupa-se em alertar a mulher de que se a relação não é igualitária, esta deve divorciar-se, tudo no casamento deve estar em harmonia na forma que nenhum dos

dois estejam em prejuízo, caso contrário “desligar o contrato de casamento”, como afirma a autora do guia, é a melhor forma de resolver o problema.

A relação, nesse caso, é sempre posta ao nível que os envolvidos são adultos e não devem depender um do outro ou deixar que a relação se sustente unilateralmente, afinal, tudo que acontece dentro deste contrato é responsabilidade tanto do marido quanto da esposa.

~~12. Seu objetivo: certificar-se de que sua casa é um lugar de paz, ordem e tranquilidade, onde seu marido pode se renovar em corpo e espírito.~~

12. Seu objetivo: certificar-se de que sua relação é um lugar de paz, respeito e tranquilidade, na qual você e seu marido podem nutrir corpo e alma com amor.

~~13. Não o cumprimento com queixas e problemas.~~

13. Não construam uma comunicação com base em queixas e problemas. Eles existem, mas é mais saudável que o foco seja as soluções.

~~14. Não reclame se ele se atrasar para o jantar ou passar a noite fora. Veja isso como pequeno em comparação ao que ele pode ter passado durante o dia.~~

14. Reclame se ele demonstrar descaso para com os seus carinhos e vontades. A relação deve ser uma troca e consideração pelas necessidades emocionais de ambos os parceiros é essencial. (CAMPOS, 2017, s/p).

Dessa forma, os dois guias seguem linhas diferentes com a mesma intencionalidade, indicar, não só à mulher, mas à sociedade, como a mulher deve agir para ser uma boa esposa. É necessário que lembremos sempre que o momento histórico em que estes dois enunciados foram produzidos se diferem e, portanto, os sujeitos que enunciam não são os mesmos e os processos de subjetivação em cada enunciado apresentam-se de maneiras distintas. O modelo patriarcal de sociedade ainda resiste e há, com certeza, uma parcela da sociedade que segue o guia ditado no século XX, assim como há, também, mulheres e homens que se desvincularam

desse discurso primeiro e veem como ultrapassado o que é dado como padrão da boa esposa em 1950.

~~15. Deixe-o confortável. Faça com que ele se incline para trás numa cadeira agradável ou deitar-se no quarto. Dê uma bebida fria ou quente pronta para ele.~~

15. Esteja confortável. Faça do seu corpo seu templo de prazer e reflexão e certifique-se de que só faz uso dele para fins benéficos.

~~16. Arrume o travesseiro e se ofereça para tirar os sapatos dele. Fale em voz baixa, suave e agradável.~~

16. Faça de sua cama e travesseiros um refúgio do mundo. Um lugar acolhedor, no qual você pode extravasar quaisquer emoções que precisar.

~~17. Não faça-lhe perguntas sobre suas ações ou que questionem sua integridade. Lembre-se, ele é o dono da casa e, como tal, irá sempre exercer sua vontade com imparcialidade e veracidade. Você não tem o direito de questioná-lo.~~

17. Não só faça-lhe perguntas sobre suas palavras, mas observe como age. Lembre-se: ele é o dono de si e, como tal, deve sempre exercer responsabilidade sobre seus atos, com sensibilidade e veracidade. Você tem todo o direito de impulsioná-lo a ser um homem melhor. (CAMPOS, 2017, s/p.)

Por fim o guia da *Housekeeping Monthly* finaliza suas dicas para as boas esposas com “Uma boa esposa sabe o seu lugar” dando ênfase à premissa de que a mulher por ter seu papel já determinado na sociedade deve sempre se portar de forma apropriada e ocupar os espaços que lhe são de direito, que nesse caso se limita à casa, o guia revê-la se quase que inútil com essa última afirmação, uma vez que a mulher sabendo qual seu lugar não precisaria de um guia de como se portar o que fazer dentro de casa para agradar seu marido. “~~18. Uma boa esposa sabe o seu lugar.~~ 18. Uma boa esposa sabe se amar. (CAMPOS, 2017, s/p.)”

Decerto o guia criado além de servir como distração para as mulheres, que deveriam se recolher sempre aos seus lares, serve também para aquelas que não são dadas como boas esposas, porque essas sim precisam de uma guia que lhes mostre qual o papel delas como esposa, mãe e dona de casa. Por sua vez a afirmação “Uma boa esposa devesse se amar” retoma o desejo do cuidado de si, de que essa esposa antes de dedicar todo seu tempo ao marido, filhos e à casa deve se amar e ponderar se esse é seu desejo. A mulher do século XXI deve ser livre para se colocar em primeiro lugar e não precisa mais ser submissa ao homem ou ao que a sociedade patriarcal diz que ela deve ser.

O guia 2016 traz uma nova roupagem para as formas de subjetivação dessa mulher, em como ela se vê e como é vista nessa sociedade. Nele há espaço para o cuidado de si e também do outro. Ao apresentar uma repaginação do que foi dito anteriormente, devemos levar em consideração as condições de produção destes dois enunciados, uma vez que a historicidade é mutável, atentando sempre que, para Fernandes (2012, p. 34) “no enunciado há sempre uma posição-sujeito, ou uma função que pode ser exercida por muitos sujeitos”. A partir disso Gregolin (2004, apud Fernandes, 2012, p. 35) defende que “definir as condições nas quais se realizou o enunciado, e o fazem aparecer como um jogo de posições de sujeito”.

Contudo, é necessário ressaltar que, apesar do primeiro enunciado até causar espanto atualmente, a publicação de 1950 era comum à várias revistas e o discurso vinculado neste guia representava como a mulher deveria se portar frente à sociedade e caso agisse de outra forma não era vista com bons olhos. É fato que o feminismo já existia no século XX, porém as mulheres ainda tinham guias de comportamento social e a elas ainda era negada qualquer participação efetiva na sociedade. Já o guia de 2016 é enunciado também a partir da sociedade e da forma como os indivíduos dessa sociedade se relacionam.

Os dois guias apresentam-se como formas de representar as mulheres, mas também de subjetiva-las a partir do ponto que são guias e servem justamente para indicar como se deve ou não fazer algo ou se deve ou não deixar de fazer, guias como esses, que tem por finalidade a subjetivação do ser mulher na forma mais rasa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises feitas a partir dos guias de 1950 e de 2016 e apoiando na Análise do Discurso de linha francesa fica evidente a forma como as mulheres foram e ainda são subjetivadas nos discursos. Os enunciados apresentam sentidos que apontam para uma representação da mulher na sociedade na forma em que esta deveria se portar e na forma como a sociedade de agora e de outrora espera que esta mulher se comporte.

Temos assim um guia que impõe à mulher que ela seja submissa e apoia veementemente que ela faça todas as vontades de seu marido e que nunca o submeta à situações adversas, a mulher deixa de ser mulher e, por ser mulher, torna-se apenas uma objeto dentro da casa, ali ela deve cumprir o papel de mãe, esposa e dona de casa. Tendo tarefas predefinidas e comportamentos previamente esperados, o guia dá o passo a passo de como essa mulher deve ser para os filhos, o marido e para a casa. Não há importância em nenhum momento o que está mulher pensa, sente ou deseja fazer da sua vida, já que, independente disso ela está ali para cumprir com seu papel sem qualquer tipo de questionamento.

Em contrapartida, o guia de 2016, apesar de também subjetivação da mulher, tem um apelo para que essa mulher volte seu olhar para si mesma e para suas necessidades. Nele é apontado sempre que, antes de esposa, mãe e dona de casa, a mulher também é sujeito que deve se fazer ouvir, ou seja, há uma preocupação com o “ser mulher” e um apelo para que ela tenha voz e se coloque acima das vontades dos homens e da sociedade patriarcal que prega a inferioridade do sexo feminino.

Ao contrário do guia apresentado pela revista *Housekeeping Monthly*, do blog *Papo de Homem* não valoriza a sociedade patriarcal e desmonta o discurso de que a mulher deve servir ao homem e a sociedade pelo simples fato de ter nascido mulher. Há, de fato uma diferença entre esses discursos, apesar de um fazer clara referência ao outro o momento histórico em que os dois se apresentam é diferente e por isso os enunciados ali colocados tem teor distinto de um para o outro. Dessa forma, tanto a posição de sujeito de quem enunciado quanto o momento histórico fazem com que haja mudanças na forma como o discurso é apresentado.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução Sérgio Millet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b, 557 p.
- _____. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução Sérgio Millet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a, 339 p.
- BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. In: *Revista Mal-Estar Subjetividade*. v.7 n.2 Fortaleza set. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- CAMPOS, Marcela. *Este guia de 2016 dá 18 dicas para mulheres serem “boas esposas”*. Disponível em: <<https://papodehomem.com.br/guia-18-dicas-para-mulheres-serem-boas-esposas-feminismo-martha-rosler/>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012, 106 p.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, 254 p.
- NAVARRO, Pedro; BAZZA, Adéli Bortolon. Práticas de subjetivação em discursos de idosos. In: FERNANDES JUNIOR, Antônio; STAFUZZA, Grenissa Bonvino (Orgs). *Discursividades contemporâneas: política, corpo, diálogo*. Campinas: Mercado de Letras, 2017, p. 149-173.

O discurso de meritocracia e as relações de poder em 3%

Tainá Camila dos Santos¹

Bruno Franceschini²

INTRODUÇÃO

A primeira temporada de 3% (produzida pela Netflix Brasil e escrita por Pedro Aguilera) apresenta uma sociedade dividida em dois lados: “o lado de cá” que, precário, concentra a maior parte da população, e o “lado de lá”, também chamado de “Maralto”, o lugar dito ideal para viver, sem injustiça, tampouco miséria. Apesar de dito justo, Maralto não é para todos, haja vista que a trama retrata a seleção de apenas 3% dos jovens de vinte anos – que tentam, a todo custo, passar pelo Processo.

Partindo da constituição da série, temos, como objetivo a esta pesquisa, identificar os discursos de meritocracia presentes no corpus, bem como refletir sobre as relações de poder na configuração desses discursos. Destacamos, ao longo dos oito episódios, os discursos de meritocracia presentes e possíveis em diversos enunciados configurados na primeira temporada, cabendo constar que o próprio título “3%” possibilita refletir sobre o objeto “meritocracia”, à medida que se associa à seleção existente no enredo.

Para tanto, nos embasamos na teoria foucaultiana que vislumbra discurso, sujeito e saber de forma indissociável às relações de poder. Foucault (1998) traz a abordagem das relações de poder em micro e macroestruturas. Tal abordagem é indispensável para a investigação do discurso de meritocracia em 3%, uma vez

1 Graduada em Letras – Português/Inglês – pela – Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão. E-mail: santos.tainac@gmail.com.

2 Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. –. (UAELL – PPGEL). E-mail: franceschini.bf@gmail.com.

que a série nos permite traçar, através das relações de poder, as condições para que aqueles enunciados sejam ditos e, conseqüentemente, para que os discursos de meritocracia sejam identificados.

Diante disso, temos como metodologia, além da investigação das obras foucaultianas pertinentes ao estudo, a elaboração de séries enunciativas retiradas da série, nos limitando aos enunciados verbais, como, por exemplo, os ditos pelas personagens. Levantamos, em nosso recorte, enunciados que possibilitam identificar o objeto meritocracia e seus diversos discursos, levando em conta que são inúmeros os sujeitos perceptíveis denunciados por esses diversos discursos.

Seguiremos, neste artigo, com a fundamentação teórica necessária à análise do corpus, seguida da discussão e resultados, considerações finais e, finalmente, as referências.

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entender a obra de Foucault exige, primeiramente, considerar a mutabilidade de todas as coisas. Em outras palavras, o autor não se fixa a conceitos, definições e chega a se afirmar um “experimentador”, conforme o fragmento “sou um experimentador no sentido em que escrevo para mudar a mim mesmo e não mais pensar na mesma coisa de antes” (FOUCAULT, 2010, p. 289-290). Considerar, então, a mutabilidade de todas as coisas implica em concluir que a obra escrita, ao longo do tempo, de Foucault, não é centrada nas mesmas afirmações, mas em afirmações diversas, chegando a apresentar inúmeros desdobramentos reflexivos para um mesmo termo.

Visando a abordagem foucaultiana do discurso, Fischer (2001) discorre acerca da necessidade de se “desprender” das “fáceis interpretações” do discurso, como as interpretações que, geralmente, são recorrentes ao se tratar de estudos do discurso. Conforme a autora, Foucault não fundamenta o discurso a fim de chegar a um “sentido”, mas foca na existência das palavras, distanciando-se da abordagem do discurso restrita à definição de “um conjunto de signos”, sendo que, ao utilizarmos do pensamento foucaultiano no campo da Análise do Discurso, procuramos pensar nos efeitos de sentido produzidos pelos significantes enunciados. Pensar em uma análise discursiva como “dar conta de relações históricas, de práticas muito concre-

tas, que estão ‘vivas’ nos discursos” (FISCHER, 2001, p. 198-199) seria um passo importante para o aprofundamento no pensamento foucaultiano.

Em *Arqueologia do Saber*, Foucault refuta a permanência das estruturas, dos conceitos e direciona o “novo” para os acontecimentos. Aqui, vale destacar os saberes construídos pelo discurso e, conseqüentemente, pelas relações de poder. O autor não apresenta a “Arqueologia” como um estudo histórico, mas como os estudos dos limites da cultura no que ele chama de “condições de historicidade”. Assim, uma abordagem arqueológica do saber tem como objetivo traçar um estudo do conjunto histórico, a partir de suas condições de possibilidade, como, por exemplo, sobre o saber médico, o saber científico e os saberes no campo da Psicopatologia, o que ele chegou a dissertar em *A história da loucura na idade clássica*:

Fazer um estudo estrutural do conjunto histórico – noções, instituições, medidas jurídicas e policiais, conceitos científicos – que mantém cativa uma loucura cujo estado selvagem não pode nunca ser recuperado em si mesmo; mas à falta desta inacessível pureza primitiva, o estudo estrutural deve remontar até a decisão que une e separa, ao mesmo tempo, razão e loucura; deve tender a descobrir a troca perpétua, a obscura raiz comum, o afrontamento originário que dá sentido à unidade quanto à oposição do sentido e da insensatez. (FOUCAULT, 2005, p.158)

Compreender as condições de historicidade é indispensável para também compreender o discurso na perspectiva foucaultiana, pois, segundo o autor, o discurso constrói os saberes e define o sujeito. Logo, nessa perspectiva, não devemos partir da noção de discurso como uma dada ferramenta para o exercício de poder. De forma mais clara, diz Foucault (2008, p.9-10): “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo, por que, pelo que se luta, poder do qual podemos nos apoderar, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo”. Ainda sobre isso, acrescenta o autor:

Certamente os discursos são feitos de signos, mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2008, p. 55)

Sobre o “mais” que Foucault aponta (contrapondo a restrição de discurso a “conjunto de signos”), é pertinente acrescentar a afirmação de palavras enquanto construções e, sobretudo, a linguagem como também constituída de práticas (FISCHER, 2001). A partir disso, Foucault (2008) rebate a ideia de que uma análise de um determinado discurso implicaria na busca pelo o que está “oculto”, por exemplo, em um documento. Ou seja, não se trata de procurar o que está “por trás”, “mas explorar ao máximo os materiais, na medida em que eles são uma produção histórica, política” (FISCHER, 2001, p.199). Desse modo, em perspectiva foucaultiana, nosso interesse, neste estudo, recai sobre os enunciados que constituem o objeto “meritocracia”, tendo em vista a descrição e a interpretação das condições de possibilidade para a emergência desse discurso, bem como dos efeitos de sentido produzidos nessa materialidade.

Se o discurso define o sujeito e constrói os saberes, as relações de poder, em conjunto com o saber, formam o binômio saber-poder, sendo responsáveis pela produção discursiva (cf. FOUCAULT, 2008). Daí a abordagem foucaultiana às relações de poder não restrita a uma ordem “de cima para baixo” (macro), mas também a uma ordem que contemple as micro-estruturas de exercício de poder (cf. FOUCAULT, 1998). A análise de relações de poder “do centro da periferia” é chamada de análise descendente, isto é, uma análise que, na perspectiva de Foucault, é limitada, devendo ser ampliada partindo dos desdobramentos existentes em micro-estruturas ao exercício de poder, contrariando a noção de dominação “global e centralizada” (MACHADO, 1998, p.13).

São as relações de poder que também dirão sobre o que Foucault chama de “verdade” e “norma”. Uma vez que diversos discursos se configuram a partir de um discurso verdadeiro, é o poder que normatiza e move o discurso verdadeiro, de acordo com saberes exteriores presentes no cotidiano e nas nossas práticas (cf. FOUCAULT, 2003). Interligados à “verdade”, há o denominado “regime de veridicção” que, conforme o autor, é colocado como “não sendo, com efeito, certa lei de verdade, [mas] o conjunto de regras que permitem, a propósito de um discurso dado, fixar quais são os enunciados a serem caracterizados como verdadeiros ou falsos” (FOUCAULT, 2008, p.49). Tais regimes regem a regularidade necessária às condições de possibilidade, isto é, sobre o que pode ser dito em um determinado tempo.

Partindo para a formação discursiva, o primeiro ponto a destacar é que o autor não direciona “formação discursiva” a um estudo da continuidade (ou não)

de uma ideologia e de um discurso. Na realidade, o termo foi arduamente discutido pelo filósofo em suas diversas obras, a partir da reflexão sobre a formação do objeto discursivo, chegando a outro termo, o “sistema de dispersão” que, para Foucault é o que fundamenta a legitimidade de uma formação discursiva. Trata-se da possibilidade de se agrupar enunciados e, ao mesmo tempo, descrever sua dispersão, como ele mesmo diz:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2008, p. 43)

Como podemos ver, as noções foucaultianas são indissociáveis para a análise do discurso. Isto é, o discurso constrói o saber e define o sujeito, ao passo de que é configurado dadas as relações de poder que, por sua vez refletem na verdade e na norma, que interferem nas condições de possibilidade e, conseqüentemente na formação discursiva e do objeto. O organograma a seguir ilustra, basicamente, essas inter-relações:

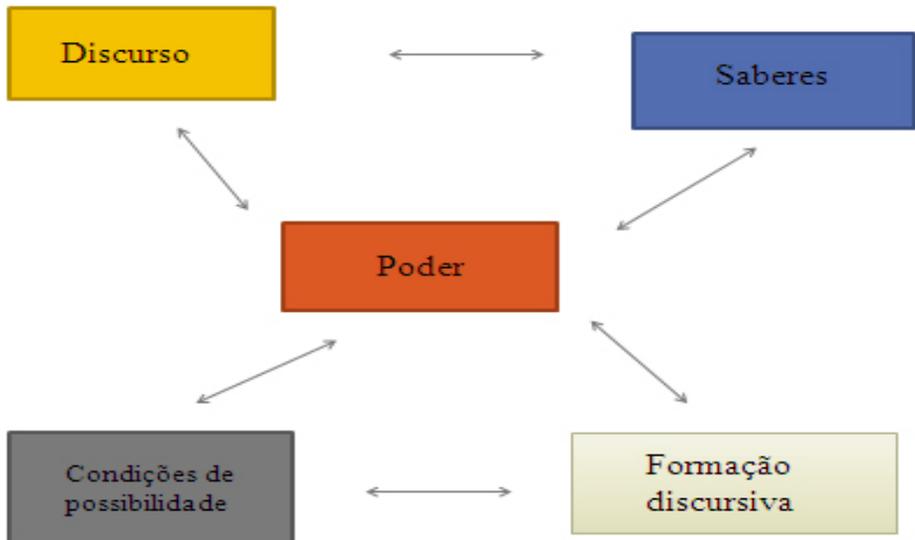


Figura 1: Organograma representativo da inter-relação das noções foucaultianas.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um conceito de “Meritocracia” é o que diz que a palavra vem do latim *meritum*, “mérito” e do grego antigo *kpatia* (-cracia), “poder” e que tal pode ser vista como um tipo de justiça ideológica que se baseia na concepção de que o indivíduo deve receber aquilo que se desempenha para ter (ARISTÓTELES apud MALUF, 2012, p. 6). Pertinente, mas no suficiente para a abordagem foucaultiana, esse conceito poder ser um ponto de partida para refletirmos o objeto “meritocracia”, sobretudo na série.

Foucault (2008), ao falar de condições de possibilidade, parte, como aqui já colocado, da “verdade” no discurso. Não para invalidar ou tornar determinado discurso homogêneo, mas traçando, com as relações de poder, aquilo ditado como verdade, com o poder de elevar um dado discurso de um dado objeto a uma alta legitimidade. Em outras palavras, o discurso verdadeiro configura outros discursos, fazendo funcionar um regime de verdade. Assim, pensar no objeto “meritocracia” implica em questionar qual a verdade sobre esse objeto e, para tanto, quais as condições que possibilitam demais discursos sobre ele, bem como os efeitos de verdade produzidos.

Como o objetivo desta pesquisa é analisar os discursos de meritocracia presentes na série, precisamos, acima de tudo, refletir como a meritocracia é formada na série, como ela emerge, de que forma é configurada e qual a sua verdade posta naquele universo.

No âmbito das relações de poder, o universo da série apresenta lugares sociais distantes (um dos ditos “perdedores”, os que não passam pelo Processo e outro dos ditos “heróis vencedores”, dos seletos 3% que passam pela seleção). Os jovens, ao completarem vinte anos, têm, legalmente, a chance única de disputar a dita “vida igualitária” e “justa” do “lado de lá”, que é nomeada na série por Maralto.

Temos, então, uma verdade constituída que diz sobre como o objeto meritocracia é formado nesse universo. Em suma, o sistema político e social é fundamentado pelo discurso de meritocracia, isto é, toda a trama circunda a disputa para se chegar a Maralto e os sujeitos, de acordo ou não com as regras, podem participar do Processo de seleção está posto, independente da subjetividade em questão. Cabe ressaltar que há um grupo dissidente – chamado de A Causa – e que procura infiltrar-se em Maralto, por meio de uma prática de resistência, ao participarem do Processo para que possam chegar “ao lado de lá”.

Aliás, em se tratando das subjetividades, Foucault (2006) relata uma configuração da subjetividade, que é necessária, na análise do corpus, para considerar a confissão dos sujeitos possíveis nas personagens, além das práticas que confessam tais sujeitos. Exemplificando, Rafael (uma das personagens) confessa, através de suas práticas, ora um sujeito contrário ao Processo, ora um sujeito entregue a ele. Quando, em uma das provas, o sujeito configurado em Rafael rouba um dos cubos de outro participante (para conseguir passar de fase), justificando o ato como “o que precisa ser feito”, ele confessa a sujeição à seleção. Entretanto, quando se revela um dos militantes da Causa, o sujeito que se confessa é outro.

A contradição dos sujeitos em uma mesma personagem é recorrente e visível ao longo da temporada. Podemos, a partir dessa contradição, pensar nas subjetividades configuradas naquele ambiente, naquele lugar social e, relevantemente, naquelas relações de poder exercidas tanto em macro quanto em microestrutura. Atrélado a isso, mas ainda sobre “verdade”, “norma” e “o que é patológico” (cf. FOUCAULT, 2005), é possível resgatar a personagem Júlia que, sendo uma das encarregadas de aplicar o Processo enuncia: “você é o criador do seu próprio mérito”, que acaba virando uma espécie de “lema” em cada novo Processo. Mais tarde, Júlia, se revelando mãe de um filho que não habita o mesmo lado que o dela (em Maralto não é permitido crianças) e obcecada para encontrar o menino, se mostra aflita contra o Processo, uma vez que ele nega sua maternidade e sujeita a criança à alta periculosidade do “lado de cá”.

Sendo assim, Júlia, enquanto sujeito contraditório contraria a verdade posta, passando, de norma, a ser o patológico que Foucault disserta tão bem ao retratar os sujeitos marginalizados, como, por exemplo, os ditos “loucos”, “anormais” a partir de uma verdade, como a verdade médica e da Psicopatologia (cf. FOUCAULT, 2005). É interessante como isso diz sobre a construção da personagem Júlia, haja vista que ela é a primeira, na história de Maralto, a cometer suicídio, mesmo que passando pela internação colocada como benéfica, curandeira e revitalizante. Mais interessante ainda, é como esse suicídio é repercutido, estrondosamente, como uma ameaça a Maralto e as políticas do Processo, pressionando Ezequiel (marido de Júlia), tanto na sua subjetivação enquanto marido em luto, quanto enquanto encarregado superior do Processo. O suicídio da esposa é visto como uma grande falha, um grande indício de decadência e caos ao bom funcionamento administrativo do

Processo comandado por Ezequiel, afinal, a morte por suicídio não se isenta das relações de saber-poder que configuram o sentido depreciativo a ela, bem como ao sujeito suicida.

Partindo para as relações de saber-poder que, conforme já posto, fomentam as condições de possibilidade dos discursos (cf. FOUCAULT, 2008), são presentes na série, como macroestrutura de poder, o Processo sobre “o lado de cá”. Como instituição, o Processo configura a verdade da Meritocracia, disseminando um saber específico, que é a dita “história de Maralto” que acaba justificando a desigualdade com a meritocracia. Esse saber, apresentado ao povo miserável, é o que reforça o casal fundador, que teria sido o casal a “se esforçar” e fundar uma sociedade perfeita “do outro lado” (Maralto).

O casal fundador é retratado e abordado de forma a se pensar numa certa religiosidade, crença e fé por parte das pessoas marginalizadas que almejam uma vida não só melhor, mas paradisíaca (como elas vislumbram Maralto). O pai de Fernando, desde a infância do filho, promove cultos enaltecendo o Processo e a imagem do casal fundador. E é numerosa a quantidade de pessoas que aderem a essas práticas, enfatizando, então, como Maralto é colocado em uma verdade para além das esferas políticas, mas também religiosas. Assim, Maralto é “o paraíso” destinado aos certos. Fernando cresce motivado pelo pai a ser um dos certos e a ambicionar, acima de qualquer coisa, viver do lado “divino” e “ideal”.

É fato que o Processo chega a ser cultuado na série, tal como a meritocracia é, sistematicamente, cultuada (ainda que não por todos os sujeitos). É dessa forma que o objeto “meritocracia” é configurado naquele universo e se alguém se opuser, representa, como Júlia, um risco, um sintoma patológico e caótico que ameaça ambos os lugares (o de lá e o de cá). A partir disso, podemos pensar nos sujeitos que resistem nesse mesmo universo fundamentado pela verdade da meritocracia. Existe, na trama, um grupo de oposição política ao Processo, intitulado “Causa”. Muitos jogadores do Processo, ao longo dos episódios, se revelam infiltrados a favor da Causa, como Michele, a protagonista que, para vingar a possível morte do irmão, entra na Causa.

A Causa surge como um movimento de oposição. Um movimento cuja repressão política é grande. Por isso, os membros reúnem-se com muita cautela em locais extremamente discretos, como em dutos de esgotos e salas no subsolo. Os

“veteranos” da Causa, geralmente mais velhos e que já passaram da idade para se infiltrarem no Processo, recorrem aos jovens, recrutando-os e traçando, como meta, um plano para que eles consigam passar para o outro lado. Ter pessoas da Causa em Maralto seria, então, vantajoso ao movimento.

A partir disso, podemos pensar, também, na verdade que move a Causa. Qual a verdade para esse grupo? Decerto, para o grupo, o Processo está longe de ser benéfico e, por isso, ele acaba se opondo à meritocracia, apesar de disseminar, nas missões de infiltração, que os infiltrados devem fazer “qualquer coisa, a qualquer custo” para passarem pelo Processo, mas não por concordarem com ele, sim pelas pautas do movimento.

Se, para Foucault (1988), a resistência é uma atividade subtraída das estratégias do campo de poder e, mais do que isso, “onde há poder, há resistência”, podemos pensar na Causa como um exemplo de resistência? Além da Causa, podemos pensar nas personagens viventes do “lado de cá” que, cotidianamente, sobrevivem recorrendo a outras forças que não as de dentro da esfera do poder? Quando Joana, no último episódio, mesmo sem pertencer a Causa, rebate Ezequiel, vira-se contra o Processo e retorna, por escolha, ao “lado de cá”, já ciente daquela realidade daquele lugar, ela resiste? Ela resiste sorrindo, junto a Fernando, naquela realidade, assim que ambos deixam o Processo? De forma mais ampla, as personagens resistem, dia-a-dia, sobrevivendo ao exercício de poder entre elas e entre o Processo e “o lado de cá”? Esses são alguns questionamentos sobre a resistência foucaultiana possível de ser captada na série. Resistir seria o cotidiano dos sujeitos existentes e submetidos a relações de poder.

Sabendo que o macro exercício de poder é configurado pelo Processo, não há como dispensar, seguindo a linha de Foucault (1998), o micro exercício de poder. Primeiramente, devemos considerar, mais uma vez, as subjetividades configuradas no universo apresentado pela série. Uma realidade cujo objeto “meritocracia” tem sua formação de forma a determinados discursos serem ditos verdadeiros. Pensar nisso é fundamental para visualizar as contradições dos sujeitos que, mesmo submetidos àquele universo, não deixam de exercer poder.

Muitos são os exemplos sobre esse micro exercício em 3%, alguns deles são visíveis na disputa para alcançar uma vaga em Maralto. Marco Alvarez, outro personagem, exerce um poder que reflete na sua subjetivação. Mesmo que morador

do mesmo lado precário que todos os outros competidores, existe, aí, a questão da “hereditariedade”, ou seja, a família de Marco Alvarez tem uma herança honrosa colocada como verdade: acredita-se que todos os seus membros foram admitidos em Maralto. Isso é motivado porque nenhum competidor da família retornou após ir para o Processo.

“Alvarez” é o sobrenome de Marco e é repetido por ele diversas vezes durante a trama. Não só por ele, como por sua empregada, ao dizer “você é um Alvarez” e também por outros competidores, que, no primeiro dia de Processo dizem “todos os Alvarez passaram pro lado de lá”. Ao pensar na configuração da meritocracia, pode-se dizer que esta hereditariedade que afirma que todos os Alvarez venceram reflete no próprio Processo e nos discursos de meritocracia, de que só vence quem age para tal. Essa reflexão, ao longo dos episódios, torna-se mais visível quando Ezequiel desdenha Marco, refutando a mesma hereditariedade que ele usa para enaltecimento próprio. Afinal, como diz o Processo “você é o criador do seu próprio mérito”, isto é, meritocracia, em que o indivíduo vence independente da sua origem genética.

No primeiro momento, Marco apresenta um sujeito contrário às estratégias “injustas”, como as praticadas por Rafael. Apresenta-se como um sujeito limitado em termos de estratégias, que não recorre, por exemplo, ao roubo para passar de fase, pois se opõe a essas práticas. Todavia, na terceira fase do Processo, Alvarez revela um sujeito bem distinto do primeiro, não só ao exercer poder discursando sua hereditariedade, que podemos traçar com a “nobreza” que ele acredita ter por causa do seu sobrenome, mas ao violentar outros participantes para legitimar sua identidade de “líder”, “nobre” e “honroso”.

Apesar de Alvarez, inicialmente, convencer muitos competidores no seu exercício de poder sobre eles, no fim dessa mesma fase ele morre ao tentar passar, muito ferido, por uma porta automática que se fecha, partindo o corpo dele ao meio. Esse ocorrido reforça a dúvida sobre a fundamentação do renome da família Alvarez. Afinal, ela teria de fato conquistado Maralto ou teria morrido no Processo?

O fato é que o Processo idealizado às pessoas do “lado de cá” não inclui a possibilidade de mortes, principalmente em se tratando de assassinatos. Tanto que a amiga de Michele é assassinada sob a acusação de ser infiltrada da Causa e, mais tarde, os pais ouvem da própria Michele que a filha morreu em um acidente. Logo, o Processo oculta a sua realidade: sobre as provas, os procedimentos e os assassinatos.

A partir disso, pode-se refletir acerca dos efeitos de sentido possíveis na ocultação da realidade exercida pelo Processo. Pode-se, ainda, afirmar que desta forma, ocultando essas realidades, tem-se a ordem e submissão necessárias para aquele sistema meritocrático, dito justo, dito ideal etc.

O micro exercício de poder pode ser visto em inúmeros momentos na série, especialmente na disputa entre os jogadores. Ambos vêm do “lado de cá”, mas isso não impede as relações de poder entre eles: como quando Rafael rouba o cubo, ou quando Fernando, que é paraplégico e se locomove em uma cadeira de rodas, é subestimado no Processo e, ainda assim, se exerce poder ao se relacionar com os outros jogadores e disputar as fases. Vale lembrar o que diz Foucault (1998) sobre o poder, como exercido também entre pessoas de mesmo grupo social. Ali, todos disputam, entretanto, ainda entre eles o poder é exercido. Rafael subestima Fernando por se locomover numa cadeira de rodas. Na entrevista, Fernando ouve que “o Processo não tem políticas de inclusão”, ou seja, se há poder sobre si, Fernando resiste, à medida que disputa como os outros e não aceita ser diferenciado, em termos de potencial para vencer. Essa resistência só existe pelo poder exercido sobre ele.

Até mesmo entre os mandantes do Processo essas relações são existentes e visíveis. Ezequiel, por exemplo, vive em constante disputa para coordenar o Processo. Isso pode ser constatado pela sua relação com outros encarregados que ambicionam o cargo, como Aline, que chega a ser, estrategicamente, acusada por um assassinato (que na realidade Michele ocasionou, na tentativa de matar Ezequiel). Com Aline condenada, Ezequiel fica livre para coordenar, sem devaneios, o Processo, já que ela representa, para ele, uma rival que disputa o cargo.

A meritocracia é, portanto, não só o pilar sistemático aos jogadores do Processo, de quem mora “do lado de cá”, mas também o pilar entre os mandantes de dentro do Processo, isto é, entre aqueles que já foram selecionados para Maralto e que vivem em constante disputa política. Tal fato é explicitado entre Aline e Ezequiel, nos exemplos aqui percorridos. Assim, pode-se lembrar de Foucault (2008) ao tratar o discurso como “aquilo pelo o que se luta”. Então, como essas relações de saber-poder em uma realidade como a da série implicam nos discursos de meritocracia? Através de questões como essa é possível visualizar o funcionamento da meritocracia no próprio discurso dos sujeitos configurados em 3%. É, portanto, sabido que esses discursos não são restritos a um só grupo, mas a todos (de dentro

e de fora das guias do Processo). Os pilares da meritocracia são possíveis em ambos os grupos.

Abordando, agora, os discursos de meritocracia, configurados pelas relações de poder já mencionadas, traremos, a seguir, alguns enunciados que possibilitam a identificação desses discursos:

Séries enunciativas

“VOCÊ É O CRIADOR DO SEU PRÓPRIO MÉRITO” – JÚLIA.

“APENAS 3% DE VOCÊS SERÃO OS SELETOS HEROIS A CAMINHO DE MARALTO, ONDE NINGUÉM É INJUSTIÇADO” – EZEQUIEL

“ACONTEÇA O QUE ACONTECER, VOCÊ MERECE” – EZEQUIEL

“O PROCESSO GARANTE QUE SÓ OS MELHORES DESFRUTEM DE MARALTO” – EZEQUIEL

Figura 2: slide contendo alguns enunciados ditos oral e verbalmente pelas personagens em 3%.

Os enunciados (Figura 2) selecionados são apenas uma mostra parcial do que pretendemos chegar com o desenvolvimento desta pesquisa de iniciação científica (que está em andamento). Alguns deles são repetidos por mais de um personagem na série, como “Você é o criador do seu próprio mérito”, inicialmente, enunciado por Júlia, mas passando a ser enunciado em toda abertura do Processo.

Nesses casos, os sujeitos que enunciam são responsáveis pela aplicação do Processo, logo, considerar o lugar do qual eles dizem é importante: é um lugar de quem está do “outro lado”, de quem coordena, de quem estabelece as regras, de quem não está no lugar do marginalizado, do competidor, do jovem de vinte anos que tem a (legal) única chance na vida diante dele.

Sabemos que considerar os sujeitos não deve significar dissociá-los do que eles discursam, isto é, o sujeito não molda o discurso, tampouco é segregado dele. É o discurso que denuncia o sujeito e constrói seus saberes (cf. FOUCAULT, 2008),

como o saber acerca do objeto “meritocracia”. Aqui, cabe a questão da verdade da meritocracia, já discorrida anteriormente. Qual a meritocracia configurada na série? É o nosso questionamento principal.

Analisando os enunciados, temos a ênfase em alguns termos: “seletos heróis”, “mérito”, “você merece” e “os melhores”. Tais termos demonstram uma meritocracia sistemática, aplicada na manutenção das vidas envolvidas em ambos os lados (de cá e de lá). Quer dizer, a seleção é posta como um tipo de justiça, a meritocracia é a base de todas as vivências e a justificativa de todas as desigualdades. Portanto, ser selecionado é um prestígio, é chegar ao que é merecido, ao passo que não ser um dos 3% também envolve mérito. Um mérito atribuído com certa naturalização e centrado no indivíduo que, ao contrário dos selecionados, não merece Maralto.

Os competidores, por sua vez, não ficam alienados a esse discurso. Pelo contrário, discursam a meritocracia tanto em suas práticas, quanto no que também enunciam verbo-oralmente. Novamente, temos as práticas de confissão que, mesmo entre infiltrados da Causa, surgem dentro de uma formação da meritocracia como regência, como um caminho, como uma opção (talvez a única opção). Com isso, Fernando sonha com o lado de lá, ao dizer “num minuto, me imaginei do lado de lá”, assim como Joana, ao dizer “o lado de lá foi feito pra gente como eu”. Tais enunciados podem ser aproximados se partirem de um campo associado, pois ambos advêm de sujeitos marginalizados que almejam chegar do outro lado, um lado privilegiado e de sucesso. Assim, tanto Fernando quanto Joana configuram sujeitos que ambicionam Maralto. Importante constar que os sujeitos se contradizem sobre essa ambição, estando postos em uma realidade regida pelo Processo que discursa meritocracia. Mesmo aqueles competidores infiltrados e que criticam o Processo, Maralto surge como uma possibilidade tentadora. Ambos os sujeitos, diante disso, almejam sair do lugar marginalizado. Assim confessa Rafael, através de suas práticas que, ainda que infiltrado da Causa, Maralto é uma ambição tentadora.

Desse modo, a meritocracia é formada enquanto objeto de discurso no universo da série fundamental para as práticas, vivências e sistematização das sociedades. A norma é competir, é individualizar e naturalizar a realidade, ainda que extremamente desigual. As subjetividades são configuradas considerando essa realidade, a verdade da meritocracia e os discursos dispersos consequentes. Resta, então, tornar o contrário patológico e criminoso, vide Júlia e os militantes da Causa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira temporada da série *3%* apresenta um universo político, social e psicológico pertinente para uma análise foucaultiana, com enfoque nos discursos de meritocracia que, numerosos na série, são configurados pelo exercício de poder. Tais fatos permitem chegar à conclusão de que esses discursos são possíveis de serem enunciados porque se inserem na realidade do mundo, isto é, nas relações de poder vivenciadas no cotidiano pelos sujeitos viventes. Para exemplificar, cabe apontar as relações de poder exercidas no processo de vestibular, tanto em microestrutura, quanto em macro. É pelo discurso que se tem os efeitos de sentido de que a meritocracia se apresenta como algo justo, partindo do pressuposto de que o indivíduo recebe “aquilo que se desempenha para ter” (ARISTÓTELES apud MALUF, 2012, p.6). Portanto, a realidade dos discursos de meritocracia ao se selecionar pessoas para ingresso e ganho a determinado lugar social, ultrapassa o universo construído pela série.

REFERÊNCIAS

- FISCHER, R. M. B. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editores Associados, n. 114, nov. 2001, p.197-223.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: *Estratégia, poder-saber*. Michel Foucault: organização e seleção de textos, Manoel Barros de Motta; tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. *A arqueologia do Saber*. 7.ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. *A ordem do discurso*. 16.ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. Conferência 1. In: *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro. NAU Editora, 2003.
- _____. Conversa com Michel Foucault. In: *Repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, (Ditos & escritos VI). p. 289-347.
- _____. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- _____. *Microfísica do poder*. 13. ed. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. vii-xxiii.
- MALUF, A. Resenha do livro: justiça “O que é fazer a coisa certa” de Michael J. Sandel à luz da ideologia comunitarista. In: *Revista de Direito dos Monitores da Universidade*, ano 5, nº 12. Niterói, janeiro-julho de 2012. pp. 115-127.

INFORMAÇÕES SOBRE A BONECKER EDITORA

Para saber como publicar com a BONECKER EDITORA,
visite o site www.bonecker.com.br.

Para receber informações sobre os próximos lançamentos, promoções, congressos e feiras de que participaremos, cadastre-se no site, curta a nossa página no Facebook ou envie um e-mail para contato@bonecker.com.br.



bonecker.com.br



facebook.com/BoneckerEditora



lojabonecker.com.br

Bonecker Editora

Rua Hermengarda 60, sala 407

20.710-010 Méier, Rio de Janeiro - RJ

Tel 21 4132-7122

Email: contato@bonecker.com.br

Este livro foi composto com as tipografias *Niagara Solid*, *Gill Sans* e *Minion Pro*
pela Editora Bonecker e impresso em papel offset 75 g/m².

Este livro reúne um conjunto de textos que tem a virtude de realizar um dos grandes potenciais de pesquisas no campo dos estudos em Análise do discurso, qual seja, a capacidade analítica singular de perscrutar diferentes campos do saber, práticas políticas/discursivas e regimes de saber/poder que atuam na produção de subjetividades. A presença de Michel Foucault na maior parte dos textos é marcante e verifica-se, como um registro da inspiração foucaultiana, um viés analítico que articula a investigação da relação entre discurso, saber e poder à proliferação das práticas discursivas associadas à produção de subjetividades na contemporaneidade. Sob tal inspiração, o ato de cartografar os discursos enquanto um modo de análise discursiva enseja uma infinidade de possibilidades analíticas.

*Uma produção do grupo LEF-GO
Laboratório de Estudos Foucaultianos de Goiás*

